

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Gilberto de Queiroz Martins

Representação social dos políticos em uma
comunidade de baixa renda

Rio de Janeiro
Junho de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Gilberto de Queiroz Martins

Representação social dos políticos em uma
comunidade de baixa renda

Dissertação apresentada como requisito
parcial para conclusão do Curso de
Mestrado em Psicologia Social do
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Mag. Reitor Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro

Rio de Janeiro
Junho de 2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M 386 Martins, Gilberto de Queiroz.
Representação social dos políticos em
uma comunidade de baixa renda / Gilberto
de Queiroz Martins. - 2008.
223 f.

Orientador: Ricardo
Vieiralves de Castro.

Dissertação (Mestrado) -
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Psicologia.

1. Representações Sociais - Teses. 2.
Pobreza - Teses. 3. Políticos - Teses
I. Castro, Ricardo Vieiralves de. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia. III. Título.

CDU

301.151

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a
reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

A dissertação REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS POLÍTICOS EM UMA COMUNIDADE DE BAIXA RENDA, elaborada por Gilberto de Queiroz Martins como aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi _____ pela banca examinadora:

Mag. Reitor Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro – UERJ

Prof. Dr. Celso Pereira de Sá – UERJ

Profa. Dra. Ana Lúcia Paes de Barros Pacheco – UNESA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, às minhas filhas, à minha mulher e à memória do professor, tio, padrinho, compadre e amigo José Sotero Caio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Ricardo Vieiralves de Castro, à professora Ana Lúcia Pacheco, à professora Denize Cristina de Oliveira, ao professor Celso Pereira de Sá e à professora Ana Jacó.

Agradeço aos colegas Júlio Rocha, Carla Teixeira, Maria Clara Araújo e Paulo Santos.

Agradeço ao pessoal do Instituto Pereira Passos.

Agradeço a todos os moradores das comunidades do Cerro Corá, da Vila Cândido e dos Guararapes que participaram da pesquisa.

RESUMO

Buscamos com este trabalho investigar a representação social que moradores de comunidades de baixa renda têm em relação aos políticos. A Teoria das Representações Sociais de Moscovici fundamenta o estudo, que conta ainda com o Modelo Estrutural de Abric, conceitos da Lógica Natural de Grize e procedimentos básicos de estatística descritiva para a análise dos dados.

O instrumento da pesquisa foi subdividido em quatro partes, dedicadas às coletas de dados de caracterização socioeconômica dos sujeitos, evocações livres a partir do termo indutor "político", respostas às perguntas do questionário semi-aberto e relatos de casos que envolvessem políticos nas entrevistas abertas. Com as evocações, procuramos determinar os prováveis elementos centrais e periféricos da representação social; com as entrevistas, verificamos relações de causalidade entre os temas mais recorrentes nos discursos.

Com a análise, as evocações indicaram um núcleo central com elementos que estão consistentemente em torno da noção de "corrupto": "ladrão", "mentiroso" e "safado". A estrutura da representação social parece, a despeito disso, revelar a possibilidade de uma visão embrionária, por parte dos sujeitos, onde os aspectos mais sociais se sobrepõe à percepção mais pessoal e individualista a respeito dos políticos. As respostas ao questionário denotaram interesse e desconhecimento sobre a atividade política, além de um pensamento marcadamente crítico em relação à questão da representatividade: os políticos são vistos como individualistas, defensores de seus próprios interesses e não acessíveis ao eleitor. As entrevistas revelaram seis temas gerais ("são corruptos", "só querem o voto", "fazem falsas promessas", "manipulam as pessoas", "somem depois das eleições" e "não resolvem os problemas") que foram organizados em uma estrutura, formada pelos seus significados articulados entre si como causa ou efeito, para descrição da representação. Esta, parte de uma condição implícita, a corrupção e o individualismo, passa pelas falsas promessas e pela manipulação das pessoas, e termina na incompetência, na não resolução dos problemas.

Palavras-chave: comunidades de baixa renda, políticos, representações sociais

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate the social representation which people from low-income communities have in relation to politicians. Moscovici's Social Representations Theory formed the basis for the study, which also made use of Abric's Structural Model, concepts from Grize's Natural Logic and basic descriptive statistical procedures for the data analysis.

The research instrument was divided into four different parts to collect the following information: data to classify the participants socioeconomically; free evocations using "politician" as the inductor term; answers to the semi-open questionnaire; and accounts of events involving politicians in open interviews. With the free evocations, we endeavored to determine the probable central and peripheral elements of the social representation; with the interviews, we identified the causal relationships among the most recurrent terms mentioned in them.

Analysis of the evocations revealed a central core with elements consistently related to the idea of a "corrupt person": "thief", "liar", and "trickster". Despite this, the structure of the social representation appears to show that the participants may have an embryonic vision of politicians in which aspects related to social issues take precedence over a more personal and individualistic perception. The answers to the questionnaire showed both interest in, and lack of familiarity with, political activities, along with markedly critical thinking in relation to the issue of representativeness: politicians are seen as individualists, driven by their own interests and inaccessible to the elector. The interviews revealed six general themes (politicians "are corrupt", "just want votes", "make false promises", "manipulate people" and "do not solve problems"), which were organized according to their meaning and the causal relationships between them to describe the social representation. This begins with an implicit condition, corruption and individualism, and extends through false promises and the manipulation of people to finish with incompetence and the inability to solve problems.

Keywords - low-income communities, politicians, social representations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquematização	105
Figura 2 - O quadro de quatro casas	131
Figura 3 - Representação social – temas e relações de causalidade	139
Figura 4 - O quadro de quatro casas	150
Figura 5 – Desenho da representação com as relações causais entre os temas	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tendências ideológicas na Câmara nas eleições de 1998, 2002 e 2006 (%)	075
Tabela 2 - Distribuição dos deputados na Câmara de acordo com profissões/ocupações e partidos nas eleições de 2002 (%)	075
Tabela 3 – Matriz de evocações livres originais – conteúdo e ordem de evocação	127
Tabela 4 – Matriz de evocações classificadas e padronizadas	129
Tabela 5 - Dados demográficos da pesquisa no Cerro Corá, na Vila Cândido e nos Guararapes – coleta em maio e junho de 2007	140
Tabela 6 – Evocações - frequência e ordem média de importância	149
Tabela 7 – Evocações com conotação negativa	151
Tabela 8 – Fragmentos, frases e depoimentos por tema	155
Tabela 9 – Pares de temas causa/efeito	158
Tabela 10 – Frequência de temas como causa e efeito	159
Tabela 11 – Frases descartadas na análise	171

4.4.1.1	Evocações livres	122
4.4.1.1.1	Descrição do modelo adotado para análise de evocações pelo quadro de quatro casas	126
4.4.1.1.1.1	Padronização das evocações originais	127
4.4.1.1.1.2	Determinação de freqüência e ordem média de importância	129
4.4.1.1.1.3	Determinação da freqüência média e da média das ordens médias de importância	130
4.4.1.1.1.4	O quadro de quatro casas	131
4.4.1.2	Entrevistas	132
4.4.1.2.1	Descrição do modelo adotado para análise de conteúdo pela lógica natural	136
4.5	Análise dos resultados	139
4.5.1	Dados demográficos	139
4.5.2	Questionário	142
4.5.2.1	Foco do questionário	142
4.5.2.2	Discussão dos resultados	143
4.5.3	Evocações	147
4.5.3.1	Padronização das evocações	147
4.5.3.2	Determinação da freqüência e da ordem média de importância	148
4.5.3.3	Cálculo da freqüência média, da média das ordens médias de importância e construção do quadro de quatro casas	149
4.5.3.4	Discussão dos resultados	150
4.5.4	Entrevistas	154
4.5.4.1	Determinação dos fragmentos, das frases e dos temas	155
4.5.4.2	Determinação das sentenças e dos pares de causalidade	158
4.5.4.3	Esquematização gráfica da representação social	159

4.5.4.4 Discussão das principais relações de causalidade entre os temas	161
4.5.4.5 Sobre a organização causal geral da representação	170
4.5.4.6 Os casos descartados da análise	170
Capítulo 5 Conclusão	173
Referências Bibliográficas	182
Anexo A Instrumento da pesquisa	186
Anexo B Relações entre variáveis das etapas do processo de esquematização e descrição de variáveis e símbolos destas relações	193
Anexo C Lista de frases	197
Anexo D Lista das sentenças originais com temas vinculados por relação de causalidade	199
Anexo E Evocações classificadas padronizadas	202
Anexo F Frequências de categorias de evocações padronizadas	205
Anexo G Respostas ao questionário	208
Anexo H Ensaio sobre possível modelo de análise para identificação das representações sociais utilizando a lógica natural	220

1 Introdução

Esta pesquisa sobre a representação social dos políticos em comunidades de baixa renda tem como tema uma das possíveis manifestações, um dos possíveis reflexos, de um fenômeno mais abrangente e mais complexo: a desigualdade. Esta, é uma realidade evidente que vivemos em nosso país e que se destaca tanto pela perenidade como pelos graves problemas associados, entre eles a exclusão social.

A desigualdade se manifesta de diversas formas em nossa sociedade nas múltiplas esferas sociais que, se combinando dinamicamente, formam um tecido marcado por profundas diferenças. Estas diferenças têm uma evolução histórica, são produto de uma sucessão de eventos que vão estabelecendo os modos de organização social e, com isso, servindo como elementos que influenciarão de forma decisiva as relações sociais. Esta influência é detectável tanto no âmbito material como no psicossocial: podemos ter no Rio de Janeiro, por exemplo, o choque causado por um bairro onde convivem a uma distância muito pequena pessoas que moram em casebres miseráveis e proprietários de mansões que valem muitos milhões de reais, como é o caso do bairro de São Conrado e da comunidade da Rocinha e, por outro lado, a presença de relações sociais que, sendo fruto de uma desagregação do laço social, revelam a fragmentação e a eliminação ou enfraquecimento do vínculo que une, ou pelo menos deveria unir, os indivíduos e grupos de nossa cidade. Assim, podemos ver um conjunto retalhado onde seguem lado a lado opulência, medo, isolamento, pobreza, revolta e violência.

Acreditamos que as diferenças entre as pessoas são elementos importantes e benéficos para a constituição de qualquer grupo social. São elas que permitirão uma multiplicidade de caminhos de organização, são elas que criarão a necessidade de diálogo e, por paradoxal que pareça, levarão à aproximação entre as pessoas em busca de seu próprio crescimento e adaptação ao mundo a partir da visão e aceitação, mesmo que parcial, do outro. No entanto, e aqui se encontra o problema, a partir de um certo limite as diferenças podem ter um efeito oposto e criar abismos intransponíveis e uma separação irremediável entre as pessoas. É a partir deste ponto que nasce a exclusão social.

Considerando que o problema da má distribuição ou concentração de renda no Brasil atinge níveis tão alarmantes, ao mesmo tempo em que se mantém através

de séculos de inércia quase total se comparado a outras transformações ocorridas em nossa sociedade, sendo provavelmente uma das principais causas da exclusão social, a escolha dos sujeitos desta pesquisa se justifica como abertura da possibilidade de uma reflexão a partir da visão daqueles que ocupam a posição menos privilegiada na distribuição e compartilhamento das riquezas, dos recursos e das oportunidades no Brasil. Já a escolha do objeto deriva da consideração de que, entre os agentes de transformação social, os representantes políticos ocupam uma posição central: a política é justamente a arena onde são tomadas as decisões de governo relativas aos programas implementados a partir das demandas sociais.

Os estudos sobre as comunidades de baixa renda vêm adquirindo importância nas últimas décadas devido à expansão exponencial dessas populações, o que fica claro pela frequência com que hoje são expostas as preocupações de diversos segmentos sobre o processo de "favelização" da cidade do Rio de Janeiro. A este processo é associado o agravamento de vários problemas sociais ligados a urbanização, saneamento, saúde, educação, segurança, entre outros temas. No entanto, são mais raras as tentativas de adoção de perspectivas mais abrangentes que considerem os habitantes dessas comunidades sob um aspecto que complemente de forma fundamental um conhecimento que queira gerar sentidos mais aprofundados: o aspecto humano e sua inerente subjetividade. Dados históricos, econômicos e sociológicos são, sem dúvida, muito importantes, mas não são suficientes para uma real compreensão e reflexão sobre o fenômeno da desigualdade. Nossa pesquisa é uma tentativa de opor às tendências de coisificação das comunidades de baixa renda e seus habitantes, que os olhando de fora levam a um reducionismo marcado por preconceitos, um movimento no sentido oposto, ao desejarmos compreender o fenômeno por dentro, a partir não de pensamentos que se originem e se expressem apenas em números e estatísticas, mas sim da visão dos próprios sujeitos. Queremos conhecer a face do fenômeno que se delinea através dos aspectos de natureza psicossocial, ou seja, como essa realidade afeta as pessoas que, vítimas da exclusão social, vão gerar seus próprios pensamentos, práticas e discursos com o objetivo de se adaptarem. Com isso, queremos abrir uma janela de onde se vislumbrem possibilidades de transformação de suas próprias vidas e relações sociais.

No contexto descrito, pretendemos investigar como a visão destes sujeitos sobre os representantes políticos se articula à condição social em que se encontram.

Para isso, vamos precisar de um referencial que situe a representação política enquanto elemento de nossa organização social, o que demanda tanto uma pesquisa sobre a história da formação do Estado no Brasil que privilegie a organização política que a fundamentou, como uma investigação sobre o papel dos políticos no desempenho de suas atividades institucionais, o que requer um olhar sobre a política em si, com seus conceitos e parâmetros mais importantes. Em outras palavras, precisamos entender o que é política, quem são os políticos, quais são suas funções e como suas ações se articularam no passado e se articulam no presente ao desenho da organização política dos indivíduos de nossa nação. Partindo da premissa de que a política desempenha um papel central na organização do Estado, incluídos aqui tanto governantes como governados, sentimos a necessidade de averiguar as condições históricas que contribuíram para gerar uma ação política que não foi capaz até hoje de resolver de forma satisfatória os graves problemas sociais que o Brasil enfrenta e que, em nossa visão, têm como componente central a desigualdade.

Como queremos focar nossa investigação nos aspectos psicossociais e subjetivos do fenômeno e considerada a natureza de formadora de realidades sociais que a política tem, ao se impor como instrumento de organização de um Estado que utiliza o diálogo como forma de negociação e expressão de interesses, sentimos a necessidade de um modelo que preconizasse a construção da realidade a partir da interação e comunicação entre as pessoas. Assim como a própria atividade política, a interação entre os seres humanos, no dia a dia, não se dá através de fórmulas científicas e modelos matemáticos previsíveis, estáticos ou bem determinados; pelo contrário, ela é dinâmica, se reorganiza de forma contínua, é incompleta e ao mesmo tempo repetitiva e redundante, se articula através do diálogo e, principalmente, se fundamenta no senso comum e nos pensamentos e valores socialmente compartilhados. Por isso, entendemos que a Teoria das Representações Sociais é uma ferramenta adequada à nossa investigação e que se ajusta aos nossos propósitos. O conceito de representação social espelha o papel da subjetividade no estabelecimento das relações e realidades sociais, além da construção do homem e de seu mundo a partir de si mesmo e de suas interações com os outros homens.

Nosso texto se divide em fundamentação teórica e pesquisa de campo.

A primeira parte inclui um capítulo que trata da formação do Estado no Brasil.

Partindo de um breve relato sobre o surgimento do Estado moderno português, na época anterior ao descobrimento, seguimos com uma pesquisa histórica sobre os períodos em que passamos por colônia, império e república. Nesse ponto, fazemos uma exposição de conceitos importantes para a descrição da organização política em um sistema representativo. Então, passamos para o período mais recente de nossa história, falando sobre o regime militar e sobre aspectos da atuação política durante o mesmo, no estado e na cidade do Rio de Janeiro. Terminamos o capítulo expondo dados partidários e socioeconômicos dos nossos políticos atuais, tomando como base a formação da câmara federal, e falamos sobre temas relevantes ligados ao nosso governo atual. No início desse mesmo capítulo, fazemos um histórico do surgimento das favelas no Rio de Janeiro, acompanhado de uma discussão sobre as condições sociais e políticas que o propiciaram e, em seguida, falamos sobre o nascimento e a história das próprias comunidades onde a pesquisa de campo foi realizada.

A primeira parte da pesquisa inclui ainda um capítulo sobre a Teoria das Representações Sociais. Começamos com uma discussão sobre possíveis relações entre a política e a Teoria das Representações Sociais e continuamos falando sobre o objeto da Psicologia Social e de sua especificidade enquanto ciência com um campo de pesquisa próprio. Analisamos as condições e o propósito do surgimento da teoria das representações sociais, descrevemos o conceito de representação social e discutimos a dinâmica intelectual de sua formação. A seguir, fazemos uma incursão nos principais conceitos da lógica natural e apresentamos as teorias complementares à teoria das representações sociais, colocando em destaque o modelo estrutural. Por fim, discutimos os processos de transformação das representações sociais e a relação das mesmas com as práticas sociais.

Na segunda parte deste trabalho, a pesquisa de campo, primeiramente descrevemos o objetivo relacionando-o ao método e ao instrumento, definimos o local e os sujeitos e detalhamos a coleta de dados. A seguir, apresentamos a metodologia e descrevemos a conexão entre ela e os conceitos dos modelos teóricos adotados. Finalmente, chegamos aos resultados e desenvolvemos uma discussão sobre eles.

Em relação à relevância de nossa pesquisa, gostaríamos de lembrar as palavras de Galileu quando afirmou que “o papel de toda ciência é aliviar o sofrimento humano”. No caso deste sábio, ele, como cientista das chamadas

ciências naturais, provavelmente estava se referindo, em primeira instância, ao fato de princípios matemáticos e experimentais possibilitarem a construção mais segura e mais agradável do nosso mundo concreto, gerando um conhecimento que, por exemplo, possibilitasse a construção de máquinas que pudessem substituir o trabalho humano pesado, assim como, num pensamento mais filosófico, sobre o poder de uma ciência determinista e experimental para aliviar temores humanos ao livrá-los de mitos, principalmente daqueles que na época sobreviviam através do respaldo religioso. No caso de nossa pesquisa, gostaríamos que ela estivesse direcionada dessa forma, que também conseguisse afirmar como objetivo uma contribuição para o alívio de males sociais. Não acreditamos que uma ciência seja realmente social se não buscar a solução dos problemas que, neste âmbito, afligem os seres humanos. Assim, considerados o volume e os custos dos problemas relacionados à desigualdade em nossa sociedade, pensamos que uma psicologia social que não estivesse comprometida com a luta pela justiça social e pelo desenvolvimento humano em nosso país seria uma produtora de letras e papéis que teriam como destino apenas encher as gavetas dos arquivos e aumentar, de forma vazia, as estatísticas de produção científica.

2 Sujeito e objeto da representação: contextualização e caracterização

2.1 Sujeito da representação social

Esta seção tem como objetivo a caracterização dos sujeitos da representação. Aqui, apresentaremos uma descrição do contexto social e político em que se inserem as favelas. Faremos um relato sobre a história do surgimento das favelas, assim como das condições sociais que propiciaram a ocorrência desse fenômeno. Por fim, serão fornecidas informações sobre a história das comunidades em foco.

2.1.1 As favelas no Rio de Janeiro

2.1.1.1 Favelas, política, desigualdade e exclusão

Um problema que acontece nos estudos sobre as favelas é o caráter generalista que os mesmos assumem, que despreza as diferenças que existem entre as próprias favelas e, além disso, dentro das mesmas. Isso se assemelha ao nosso pensamento sobre culturas distantes quando, por exemplo, são por nós chamados de "chineses" os chineses e, além deles, os malaios, os cambojanos, os vietnamitas, os coreanos, os tailandeses, etc. Considerar as favelas uma cultura distante e, por esta razão, enxergá-las como entidades indiferenciadas, tentar enquadrá-las em bloco através de esquemas socioeconômicos proibitivos ou através da força policial armada, é fechar os olhos diante de uma realidade que apresenta uma evidente diversidade. As favelas, dentro de certos limites, assim como quaisquer outras populações, podem ser categorizadas por parâmetros genéricos como, no caso das favelas, a baixa renda e os índices de pobreza, o que de qualquer maneira não significa que não abriguem uma população dotada de

complexas diferenças. Não adianta tentarmos resolver os problemas das favelas através de decretos que definam o que elas são e o que devem ser; a solução para as desigualdades sociais que se refletem no fenômeno deverá passar necessariamente pela reconstrução das relações e esta pelo conhecimento a respeito dos sujeitos envolvidos. A questão passa a ser: quem eles são? É, no fundo, uma escolha entre duas abordagens: resolver o problema das favelas ou resolver os problemas das favelas? Como veremos, é exatamente o campo limitado por estas duas opções que conterà as políticas que envolverão as favelas no decorrer dos últimos cem anos de história da cidade do Rio de Janeiro.

O reconhecimento da existência de desigualdades dentre as e dentro das próprias favelas nos leva a uma questão crucial: diante da presença da desigualdade em todas as camadas socioeconômicas, devemos pensar que a desigualdade social é "natural", é de se esperar porque as pessoas são humanamente desiguais? Temos aqui que definir um limite para esta naturalização: a desigualdade que este estudo focaliza é aquela que resulta na exclusão social. As diferenças entre as pessoas são inevitáveis, sendo produto das forças que atuam nas próprias pessoas e nos seus sistemas de relações, mas é nossa a tarefa da organização racional e justa da sociedade, o que significa o respeito à necessidade de inclusão de cada ser humano no tecido social. Para isso, nada mais apropriado do que estimular a participação e a manifestação de todos no problema, especialmente daqueles dos quais o interesse está ligado a questões da própria sobrevivência.

Problemas não se resolvem por si mesmos. Há pessoas que podem passar toda uma vida com uma crença que não as permite perceber que mudança requer atitude. Um sistema manterá seu estado enquanto estiver submetido a uma força resultante nula, onde força resultante aqui é definida, exatamente como na física, pelo somatório de todas as forças atuantes. Podemos chamar este fenômeno de "inércia do sistema social".

Observamos que a existência de uma resultante nula, na configuração de algum aspecto específico dos processos de relação e transformação social, pode ocorrer sob três circunstâncias em que as forças componentes da resultante se manifestam: são elas mesmas nulas, estão dispostas de uma forma intencional que anula umas às outras ou estão dispersas aleatoriamente configurando assim uma estrutura amorfa. No primeiro caso, não há qualquer ação detectável dos

subsistemas que venha atuar sobre o todo. No segundo, as forças provenientes dos subsistemas estão em oposição umas às outras de forma organizada e com intensidades iguais. No terceiro caso, as ações dos subsistemas são inúmeras e tão diversas, seja em intensidade ou direção/sentido, que o somatório tende a zero. Este terceiro caso, é exatamente a condição descrita pelas leis da termodinâmica como a de um sistema entrópico. A grau de entropia de um sistema define o nível de desorganização do mesmo.

Considerando aqui, para efeito de análise de acordo com o contexto acima descrito, a possibilidade de recortarmos grupos, subgrupos e indivíduos dentro do universo social humano, verificamos que a intensidade e a direção/sentido do vetor de transformação social de aspectos de alguma sociedade específica vai depender exatamente da configuração e interação destes subsistemas. Embora reconheçamos sua existência, abdicamos aqui da consideração das interações do sistema como um todo com o que, dentro de um universo mais amplo, seja externo a ele. Ou seja, estamos preocupados com os processos formadores e transformadores de um fenômeno social específico, no caso a desigualdade no Brasil, a partir do estudo de um tipo específico de conceito psicossocial, a representação social, na relação entre dois segmentos específicos de nossa sociedade, uma comunidade de baixa renda e os representantes políticos, mesmo que isso só possa ser realizado através de uma restrição teórica.

Quando falamos em falta de atitude, em inércia social, queremos dizer falta de ação política. No caso da atividade política institucionalizada, o individualismo aliado à inércia, e eventualmente à incompetência, leva à deterioração da representação política e, conseqüentemente, de sua legitimidade; além da alienação em relação ao conhecimento sobre a atividade política, especialmente daqueles que mais se mantêm à margem do processo social. No caso da ação política, institucionalizada ou não, dos cidadãos de um dado país, em sua vida cotidiana, a exacerbação do individualismo os faz ignorar a componente social de suas próprias vidas e evitar o movimento de encontro com o externo e as outras pessoas. Este é o caso do homem alemão, citado aqui como exemplo, de acordo com a interpretação de Dumont (1988) de textos de Mann. Ao opor civilização (européia, democrática, política, externa, voltada à diversidade) e “kultur” (interior, espiritual, orgânica, universal), ele cita Fischer, afirmando que:

“...a resistência mais profunda que a idéia republicana encontra na Alemanha está assentada no fato do burguês alemão, o homem alemão, nunca ter admitido o elemento político no seu conceito de “bildung” (educação de si mesmo), que na realidade isso sempre lhe faltou até o presente. A exigência da transição da interioridade para o objetivo, para a política, para aquilo que os povos da Europa chamam de liberdade, é por ele experimentada como uma intimação a corromper o seu ser, como diretamente desnacionalizante.” (apud DUMONT, 1988, p. 47)

Seja na forma materialista de outros países, como os Estados Unidos, seja na forma existencial, como na Alemanha, em que ocorre, vemos o individualismo como um componente determinante em qualquer sistema de desiguais. O individualismo em sua relação com a desigualdade é, ao mesmo tempo, causa, resultado e concepção psíquica onde ambos se fecundam e se reproduzem.

Neste sentido, acreditamos que o significado de nação é um antídoto para a doença que se concretiza na desagregação do laço social. Enquanto um país não tiver clara a noção de participação de todos, de inclusão de todos, sua tendência, enquanto organismo, será o desaparecimento ou, no mínimo, as transformações que inevitavelmente resultarão na amputação de um ou mais de seus membros. Como afirma Qathafi:

O fator social, isto é, o fator nacional é a força dirigente da história humana. O laço social que une cada grupo humano, da família, passando pela tribo até a nação, é a base da transformação da história. (...)
O nacionalismo no mundo dos homens e o instinto de grupo no mundo animal funcionam como a lei da gravidade no mundo mineral. Se, por um acaso, a massa solar se desagregasse a ponto de perder sua gravidade, gases explodiriam em todas as direções e a unidade do Sol deixaria de existir. A unidade é, portanto, a base de sua sobrevivência. Em qualquer grupo o fator da unidade é um fator social, isto é, nacional. Um grupo pugna pela sua unidade nacional porque nela reside a sua possibilidade de sobreviver. (QATHAFI, 1983, p. 75-78)

Queremos então destacar os seguintes pontos sobre a desigualdade:

- 1 – as pessoas são desiguais
- 2 – há uma inércia no sistema de desigualdade
- 3 – a desigualdade pode gerar exclusão social
- 4 – a exclusão social é, em parte, um dos reflexos de uma atividade política institucionalizada que tem uma representatividade questionável e, acreditamos, o problema é agravado pelo desconhecimento, por parte do cidadão comum, a respeito desta atividade
- 5 – é necessária a defesa da inclusão mais generalizada possível, para o bem

da sobrevivência do próprio sistema

Exclusão em que sentido? No sentido de criar um laço social que admite um espaço para pessoas que não têm acesso às condições mínimas de qualidade de vida que a sociedade pode hoje prover. Por exemplo, hoje no Brasil o pobre ainda morre por questões primárias de saúde. Este tipo de problema acontece por uma incapacidade e inadequação do sistema para proporcionar essas condições mínimas para a significativa parte da população que não compartilha a riqueza gerada. Acreditamos que por trás de conseqüências tão concretas, como pano de fundo, as condições psicossociais cimentam o estabelecimento e a manutenção desse sistema fundamentado em relações de exclusão e de enfraquecimento do laço social. O estudo dos elementos da representação social dos habitantes das comunidades sobre os políticos, que de acordo com nossa hipótese espelham essas condições, é o objetivo deste trabalho.

2.1.1.2 A favela na cidade do Rio de Janeiro

A favela é um elemento presente na cidade do Rio de Janeiro há pouco mais de um século, e sua presença tem se tornado cada vez mais significativa na configuração da cidade. A história de seu surgimento e crescimento tem um estreito vínculo com o desenvolvimento da própria cidade que, por mais de 150 anos, foi a maior e mais importante do país.

De acordo com os registros oficiais, a cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1567, como núcleo fortificado para defesa da Baía de Guanabara. Em pouco tempo, seu porto se tornou o maior escoadouro dos nossos produtos; primeiramente o açúcar e, logo depois, o ouro vindo de Minas Gerais. Ao assumir a condição de capital do Vice-Reino do Brasil, substituindo Salvador, se tornou também importante centro político. Em 1808, com a vinda da família real portuguesa, a cidade, para a qual já afluía uma grande quantidade de pessoas, tem uma rápida expansão. Nessa época, consolidada como centro político e administrativo, a capital do Império passa também à condição de importante centro econômico e financeiro devido à cultura do café, feita inicialmente nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

O intenso crescimento populacional na cidade que ocorreu na virada do século XIX para o século XX foi, de acordo com Lobo (1978, p. 469-70), devido à

migração dos escravos das áreas rurais para as urbanas, ao saneamento da cidade, ao aumento da taxa de construção de habitações populares e o conseqüente estímulo à atividade industrial.

Paralelamente, um dos fatores importantes a ser considerado é a disposição geográfica da população de acordo com a classe social, dentro do plano de desenvolvimento urbano da cidade. No início, não havia uma separação nítida, todos moravam relativamente próximos (o que definia a classe social era o tipo e a aparência da casa). A cidade ainda era relativamente pequena e não havia transporte coletivo. Com a chegada da família real portuguesa, o centro da cidade passou a ser "sede (...) de modernidades urbanísticas" (ABREU, 1997, p. 42) e, ao mesmo tempo, "mantinha (...) sua condição de residência das populações mais miseráveis" (IDEM). Devido à ausência de meios de transporte, era essencial para a classe mais pobre morar o mais próximo possível do local onde trabalhava. Foi assim que surgiram os cortiços, moradias coletivas e insalubres, que se aglomeravam no centro ou próximas ao centro da cidade.

Também é importante notar que, ao contrário do que acontece nas cidades norte-americanas, no Rio de Janeiro as classes mais ricas optaram por morar nas regiões centrais e adjacências, deixando a periferia para as classes mais baixas. Isso, de acordo com Abreu (1997, p. 17), aconteceu pois os ricos consideravam que as desvantagens da região central, "degradação edilícia, poluição e falta de segurança", eram preferíveis à "escassez de recursos (infra-estrutura urbanística, sistema de transportes, equipamento social)" da periferia. Por isso, se iniciou um processo de polarização: a divisão do espaço urbano em áreas ricas e pobres.

Com a expansão dos cortiços, devida ao aumento populacional ocorrido no fim do século XIX, ocorre uma degradação da estrutura habitacional e das condições de saúde da população neles residente. O governo tomou diversas medidas para evitar o agravamento da situação e evitar a expansão desses problemas para o resto da cidade. A lei de 9 de dezembro de 1882, que dava vantagens tributárias às empresas que se dispusessem a construir moradias populares com condições mínimas de higiene, e o decreto de 1888, que isentava de impostos sobre importação o material de construção e concedia terrenos e edifícios às empresas que construíssem tais casas populares, tinham exatamente este propósito. Além disso, a construção das ferrovias poderia facilitar a transferência da população dos cortiços para as áreas da periferia, pois o transporte permitiria o acesso dos mais

pobres ao centro da cidade.

No entanto, a falta de resultado das medidas adotadas levou o governo a iniciar um luta contra os cortiços a partir de 1892, com a demolição de muitos deles para a obra de modernização do porto e construção do cais. Mas foi a partir do início do século XX, na administração Pereira Passos (1902-1906), que o Estado deixa de ser apenas um regulador e passa a intervir diretamente na estrutura urbana. A Reforma Passos teve como principal objetivo adequar a cidade do Rio de Janeiro ao crescimento econômico do Brasil e à intensificação da atividade exportadora, aumentando o vínculo com o contexto internacional. Ela realizou o alargamento de diversas ruas (Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembléia, Uruguaiana, Carioca, entre outras), obras de embelezamento e paisagismo em diversas praças (Praça XV de Novembro, Praça São Salvador, Praça Onze de Junho, Praça Tiradentes, Passeio Público, etc), a arborização de ruas do Centro, de Botafogo e Laranjeiras, além de projetos mais suntuosos como a Vista Chinesa, o Pavilhão de São Cristóvão, o Pavilhão de Regatas e Mourisco em Botafogo e o Teatro Municipal. Além disso, houve a preocupação com a melhoria das condições de saneamento da cidade, com obras como a canalização do Rio Carioca (Laranjeiras e Flamengo), e de partes dos rios Berquó (Botafogo), Maracanã, Joana e Trapicheiro (Tijuca), além do saneamento de parte da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Para nosso estudo, entretanto, os fatos citados não são as conseqüências mais importantes da reforma urbana da cidade: a grande questão é o efeito que esta reforma causou na população da cidade. O alargamento e a abertura de ruas e avenidas levaram à desapropriação e demolição de milhares de casas e prédios. Segundo Abreu (1997, p. 63), somente para a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) foram demolidas de duas a três mil casas, muitas com famílias numerosas. Isso obrigou essa população atingida a morar com outras famílias, pagar aluguéis caros (aumentos devidos à redução da oferta de moradias, pois o governo não construiu habitações para substituir as que foram demolidas) ou se mudar para o subúrbio. Além disso, em nome da estética da cidade, foram proibidos os quiosques, o que afetou a fonte de renda de muitas pessoas. A mendicância foi proibida e mais cortiços foram demolidos, eles que por decreto já não podiam sofrer reparos desde a lei municipal de 10 de fevereiro de 1903. É aí que surgem as favelas, uma resposta das classes mais pobres à tentativa da prefeitura de estabelecer uma nova ordem social, espelhada em uma configuração urbana que

dissociasse pobres e ricos no espaço físico da cidade.

2.1.1.3 O surgimento da favela

O termo favela vem do Morro da Providência, que passou a ser conhecido como Morro da Favela a partir de 1897 ao servir de moradia a militares de baixa hierarquia que voltavam da Guerra dos Canudos. Com a destruição dos cortiços, os morros do centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros) passaram a ser rapidamente ocupados. Além disso, houve a intensificação do fluxo migratório devido à oferta de emprego na cidade. Isso também foi um fator que acelerou não só o surgimento como também o crescimento das favelas.

Em 1927, o governo Prado Junior elaborou um plano com propostas de combate à proliferação e ao crescimento das favelas: o Plano Agache. Esta foi a primeira medida pública oficial neste sentido. O objetivo principal era alterar a estrutura urbana da cidade. No que toca às favelas, a proposta era a sua completa eliminação, por se tratarem de um problema social, estético e sanitário:

"Em toda a parte existe o contraste, os morros, estes rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do commercio possuindo bellos edificios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, têm as suas costas e os seus cumes cobertos por uma multidão de horríveis barracas. São as favellas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador." (apud ABREU, 1997, p. 88)

"A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras...(A sua destruição é importante) não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthetica." (apud ABREU, 1997, p. 89)

No entanto, o Plano Agache não se limitava à eliminação das favelas, pois reconhecia também a necessidade de prover, através do poder público, habitações para as pessoas que fossem retiradas. Mas uma razão política impediu sua implementação: o governo pós-revolução de 1930 via com extrema desconfiança qualquer plano elaborado na República Velha. Além disso, sua colocação em prática foi considerada inviável, como vemos nas palavras do próprio interventor, Pedro Ernesto: "Nem em cinqüenta anos, ele (o Plano Agache) seria exeqüível." (apud

ABREU, 1997, p.86).

2.1.1.4 As tentativas de solução do problema das favelas

Dentre as políticas relativas às favelas, que oficialmente começaram a ser executadas a partir da década de 1940, podemos identificar dois grupos que apontam duas direções: remoção e urbanização. O primeiro tem como objetivo a eliminação das favelas, geralmente direcionados para a transferência desta população para áreas distantes da periferia, com a construção de conjuntos habitacionais pelo governo. O segundo busca formas de “adaptar” as favelas à configuração urbana da cidade. Infelizmente, o alcance das medidas do segundo grupo não vai além desse ponto. Embora devam ser positivamente identificados como movimento na direção de, pelo menos, reconhecer as populações carentes dentro da realidade física da cidade, os planos de urbanização das favelas não passavam de esforços individuais, nunca realizados de forma sistemática e planejada a médio e longo prazo.

A primeira grande ação do Estado em relação às favelas é o programa Parques Proletários, baseado no código de obras de 1937, que previa a eliminação das favelas e a remoção da população para conjuntos residenciais construídos pelo governo. Foram construídos três: na Gávea, no Caju e no Leblon. Havia, para os moradores que foram removidos, a promessa do retorno aos seus locais de origem, que nunca chegou a se concretizar. Estes parques proletários se transformaram em favelas.

Em 1946 foi criada a Fundação Leão XIII, uma associação entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro. A proposta era a de recuperação das favelas, colocando em prática ações pioneiras de urbanização através da tentativa de implantação de serviços básicos (água, luz, esgoto). Mas essas ações foram consideradas assistencialistas, paternalistas e agravantes da situação, como mostra uma parte do texto de uma pesquisa sobre as favelas cariocas encomendada pelo jornal O Estado de São Paulo, publicada em 1958:

“o papel das autoridades [públicas] é esse: dar apoio a essa gente, dar-lhes responsabilidade moral. Tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada São Sebastião contribuem para o aumento da ‘miserabilidade deliberada’ e

desperdiçam dinheiros públicos sem dar soluções ao problema. Mas, a grande maioria da população favelada é auto-suficiente, carecendo tão somente de orientação, apoio e boa vontade das autoridades” (BURGOS, 1998, p. 31)

O poder público volta à opção de remoção, criando as Comissões para Extinção de Favelas em 1947 e 1953. Mas nada de significativo foi realizado por elas.

Em 1955 é fundada a Cruzada São Sebastião. É a primeira experiência de alojar os favelados nas proximidades da própria favela, que visava à urbanização e melhoria nos serviços básicos da comunidade favelada. Nesta mesma direção, em 1956 é criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), o primeiro órgão oficial direcionado para a urbanização das favelas.

Assim, até 1960, políticas de remoção e urbanização alternaram-se sem que, contudo, nenhuma delas tivesse em algum momento alcançado seus objetivos.

A partir da década de 1960, o governo passa a utilizar as duas políticas opostas simultaneamente: foram criadas a COHAB – Companhia de Habitação Popular, com o objetivo de remoção, e a CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, com o objetivo de fixar os habitantes na área e promover obras de infra-estrutura. A falta de direcionamento das políticas governamentais para as necessidades reais das comunidades ficou patente com a utilização política simultânea dos dois programas opostos, comprovando o fato de que as favelas sempre eram vistas apenas como fator de sustentação política eleitoral.

Em 1968, com o endurecimento do regime militar e a conseqüente desvalorização da representação política, o governo volta à política de extermínio das favelas, criando a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio). Com ela, aconteceu “a maior operação antifavela que a cidade jamais conheceu” (VALLADARES, 1978, p.18). A partir de 1979, com a evolução do processo de abertura política, e considerados os custos políticos das ações da CHISAM, foram readotadas as políticas de urbanização. O primeiro programa, estabelecido no âmbito nacional, foi o Promorar. Neste, o Projeto Rio funcionou como piloto e foi o último projeto dirigido às favelas executado durante o regime militar.

Na primeira administração Brizola (1982-1986), foi desenvolvida uma política abrangente e voltada para os interesses dos moradores de favelas, a partir do caos nelas encontrado. Dentre os programas, o Proface (Programa de Favelas da CEDAE) foi criado para levar água e esgoto a diversas favelas do Rio, além de viabilizar a coleta de lixo. A partir de 1985, foi criado um programa de iluminação pública, chamado Cada Família um Lote, que pretendia regulamentar a propriedade do terreno nas áreas faveladas. Em relação às garantias civis, o governo Brizola obrigou as polícias militar e civil a respeitar os direitos da população que habitava as favelas.

A partir deste ponto, os programas governamentais direcionados às favelas começaram a manter sua atuação, muitas vezes ainda pontual, mas procurando, pelo menos teoricamente, uma intervenção de âmbito global. Neste caso, podemos citar o Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos Irregulares do Município do Rio de Janeiro, na administração Saturnino Braga, e o Plano Diretor da Cidade, na administração Marcello Alencar.

Em 1993, o prefeito César Maia cria o Geap (Grupo Executivo de Assentamentos Populares), que tem o Favela-Bairro como programa habitacional específico para as favelas. Seu objetivo seria o de “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade” (Geap, 1993, apud BURGOS, 1998, p. 51).

A partir do final da década de 1990, surgiu um motivo adicional para que as favelas passassem a ocupar um lugar de destaque na agenda pública: passou a ser considerada a questão da pobreza e do déficit habitacional no Brasil, devido à pressão internacional através do FMI, relacionada ao financiamento de programas que buscassem soluções para o problema.

2.1.2 As comunidades em foco

As comunidades do Cerro Corá, Vila Cândido e Guararapes são contíguas e localizam-se na fronteira entre os bairros do Cosme Velho e de Santa Teresa. Essas comunidades são praticamente uma só se considerarmos o espaço físico ocupado, e se estendem da Ladeira do Acurra até a Ladeira dos Guararapes, atingindo em sua

parte superior os limites do terreno do Hospital Silvestre e em sua parte inferior a parte mais alta da Rua Cosme Velho. Área histórica, um dos primeiros caminhos para as partes altas da cidade, acesso aos picos de Dona Marta e do Corcovado, às Paineiras, ao Sumaré, ao Alto da Boa Vista e à Floresta da Tijuca.

Com a expansão do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1970, a comunidade passou a fazer parte das chamadas “áreas de risco”. A partir da década de 1980, com a ascensão do chamado “crime organizado”, as lideranças do tráfico de drogas, antes oriundas da própria comunidade, passaram a ser ocupadas por chefes “nomeados” pela cúpula da organização criminosa que passou a dominar a área (Comando Vermelho). Aproximadamente a partir do ano de 2000, o tráfico de drogas foi praticamente extinto na comunidade. Isso se deveu, em parte, à ampliação da organização comunitária e dos serviços sociais disponibilizados. A Associação de Moradores desenvolveu uma série de projetos em conjunto com o município e o estado (guias turísticos mirins, asfaltamento e iluminação), organizações não-governamentais, a Igreja de São Judas Tadeu, o Hospital Silvestre (assistência médica gratuita) e o Colégio São Vicente de Paulo (disponibilização de vagas no ensino fundamental e médio), entre outros projetos.

2.1.2.1 Histórico

A comunidade formada pelo Cerro Corá, Vila Cândido e Guararapes localiza-se na área de uma antiga fazenda, chamada de “Fazendinha” pelos moradores. A formação atual nasceu a partir de ocupações independentes e separadas umas das outras.

O Guararapes foi a primeira comunidade a surgir. Sua ocupação foi iniciada no final do século XIX, por volta de 1890. As primeiras residências foram instaladas na altura do Largo do Vinte, às margens do rio Carioca, segundo depoimento de um morador, hoje com 67 anos de idade, nascido e criado no Guararapes. De acordo com outro morador, o Largo do Vinte possui este nome pois o número 178 da ladeira dos Guararapes se localiza neste ponto e o grupo do jogo do bicho correspondente a este número é o 20 – grupo do peru. No início da década de 1990, a Associação dos Moradores do Guararapes passou a chamar o local de Espaço Cultural Nivaldo Alves, em homenagem a um compositor e sambista do local. A creche Tia Amália,

também existente neste Largo, possui este nome em homenagem a uma moradora, parteira muito respeitada no local.

De acordo com outro morador, de 76 anos de idade, nascido e criado no Guararapes, com a enchente que aconteceu no Rio de Janeiro em 1966, o morro do Guararapes foi interditado pela prefeitura devido ao desabamento e à destruição de muitas casas. Na ocasião, alguns moradores foram transferidos para a Igreja de São Judas Tadeu, para o colégio São Vicente de Paulo e para a Igreja Cristo Redentor, até que pudessem voltar para suas casas. No entanto, como algumas residências foram totalmente perdidas, algumas dessas pessoas não tinham mais para onde voltar. Então, o Sr. Cláudio Moraes, presidente da Associação dos Moradores na época, resolveu construir um grande barracão de madeira, dividido em cômodos, para abrigá-las. Em princípio, o barracão seria provisório pois havia a promessa, por parte da prefeitura, da solução do problema em dois meses. Mas o barracão acabou existindo de 1966 até 1970, e foi apelidado de “Pombal”. Este caso inspirou Nivaldo a compor um samba que dizia “Disseram que tu eras provisório, Moraes...”, ironizando a longa permanência do presidente da Associação dos Moradores. O Pombal estava localizado no mesmo prédio que hoje abriga a creche Tia Amália, e depois foi usado como barracão do Bloco Carnavalesco do Guararapes. Quando o “Pombal” foi desocupado pelas vítimas da enchente, nele passaram a ser promovidos os bailes da comunidade. Havia um outro local onde também aconteciam os bailes: o “curral das éguas”, adjacente ao Largo do Vinte, que já não existe mais.

Antes da década de 1960, havia a Associação Pró-Melhoramento e Assistência Social do Guararapes. A Associação dos Moradores do Guararapes foi fundada em 1965, ano em que o “Grupo dos 50”, os 50 moradores com maior poder aquisitivo, comprou o terreno onde estava a comunidade, de modo a resolver a situação legal de ocupação da área pelos moradores. O terreno adquirido pelo grupo ficou em nome da Associação e os outros moradores pagaram em cotas o valor correspondente ao seu lote até 1971. Assim, os moradores se transformaram em proprietários e, como tais, passaram eles mesmos a organizar e controlar a ocupação do local: novos moradores só são admitidos se comprarem alguma residência que esteja disponível, passando, com isso, a pertencer obrigatoriamente à Associação dos Moradores.

A ocupação da Vila Cândido começou no início do século XX. De acordo com

um morador (70 anos de idade), sua mãe chegou ao local em 1917. Nesta época, a comunidade se concentrava em dois trechos: o primeiro na altura da rua Lourenço, em torno da casa do Sr. Cândido – primeiro morador da comunidade e que deu origem ao nome do local, o segundo na altura da rua Sampaio, no trecho entre a rua Vila Cândido e a Travessa Alcebíades. Nestes dois trechos existiam dois grandes casebres divididos em domicílios. De acordo com o depoimento de alguns moradores e pelas verificações de campo (estilo, disposição das construções e ruínas de pedras) efetuadas pela Teixeira de Freitas para a elaboração do Relatório de Diagnóstico da área (FREITAS, 1994), o local provavelmente abrigava uma senzala. Outro ponto de referência era o armazém no nº 153 da Ladeira dos Guararapes, de um português, que já existia na época.

Locais significativos para os moradores, o Largo do Fantasma e o Largo do Chiclete têm em seus nomes a história de seu surgimento. O nome Largo do Fantasma surgiu porque, ali, as casas começaram a surgir sempre à noite. Quando o dia amanhecia, o local já estava transformado, expandindo-se na escuridão. Quanto ao nome Largo do Chiclete, há controvérsias: uma moradora, que já foi vice-presidente da Associação de Moradores, afirma que ele é fruto do chão no local que é de barro liso e muito escorregadio; outro morador afirma que ele se deve ao fato de ali ter havido uma barraquinha que vendia goma de mascar. Este trecho da área, também conhecido como Vila Esperança, foi ocupado mais recentemente, a partir do início da década de 1980. Em 1985, para que pudessem ser beneficiados pelo programa Cada Família um Lote, adotaram a Associação dos Moradores da Vila Cândido como sua representante. Essa ocupação recente gerou conflito e tensão no local e, de acordo com o Relatório de Diagnóstico:

“Esta opção (de ocupação do local) não agradou a todos. Percebe-se nesta área um esforço para a preservação de sua homogeneidade, e os conflitos com o restante da comunidade são das mais diversas naturezas. Alguns moradores, por não aceitarem o lugar, chamam-no de ‘Favelinha’ e a seus moradores de ‘invasores’.” (FREITAS, 1994, p.22)

Outro local conhecido na Vila Cândido é a Vila Pondê, situada na parte mais baixa da área da comunidade, na Curva do Pendura-a-Saia, que fica exatamente no ponto da Ladeira dos Guararapes onde se encontra a entrada principal da comunidade. Na altura do portão do Hospital Silvestre, na parte alta do terreno, fica a Praça Arapuá, conhecida também como “Pracinha 7”, nome devido aos sete filhos

de uma antiga moradora do local, cuja casa ficava ao lado do campinho de futebol que ali existia. A rua Arapuá, que liga a Vila Cândido ao Cerro Corá, recebeu por isso o nome de Caminho do 7. A Praça Arapuá também é conhecida como Largo da Bica, que é onde os moradores da parte alta da Vila Cândido pegavam água.

Além desses locais, a Vila Cândido tinha alguns pontos de lazer que hoje não existem mais. Havia o “terreiro grande”, onde aconteciam os bailes animados pelo forró, havia o armazém Silvestre, localizado no nº 153 da Ladeira dos Guararapes, que existia há muito tempo e sempre foi local de encontro dos moradores. Outro local tradicional para diversão era o nº 127, casa do Sr. Cândido e de sua esposa Sra. Aretuza, onde os jovens se reuniam para conversar.

O Cerro Corá teve três momentos distintos na história de sua ocupação:

1- Início do século XX (por volta de 1903) – área chamada “nobre” pelos moradores da favela, onde as casas nos nºs 78 e 92 da rua João de Lery estão situadas em terrenos particulares e todos os moradores dizem possuir as escrituras dos lotes.

2- Década de 1930 – ocupação da área próxima à atual Associação dos Moradores

3- Década de 1940 – invasão do terreno de propriedade do Ministério da Fazenda por algumas famílias, situado no nº 79 da rua João de Lery

De acordo com Rose Mary Marques, presidente da Associação de Moradores em 1994, no início foi aberta uma clareira na área que foi ocupada a partir de 1930. O nome dado ao local na época foi Pau da Bandeira, devido à existência de uma bandeira naquele lugar. Em 1966, ano da fundação da Associação de Moradores, a comunidade passa a se chamar Cerro Corá.

Um morador da comunidade, que ali vive desde 1953, conta que quando chegou não havia mais do que 40 barracos. As melhorias de infra-estrutura começaram a chegar a partir da metade da década de 1960. A contribuição da Igreja, na pessoa do Monsenhor Bessa, foi extremamente importante para a implantação destas melhorias. A principal rua da comunidade, João de Lery, era um caminho de terra estreito, que só no final da década de 1980 foi ampliado e melhorado. Da Ladeira do Cerro Corá, só existia o pequeno trecho calçado com paralelepípedos que começa na esquina da Rua Cosme Velho com a Ladeira do Ascurra. O resto da Ladeira do Cerro Corá era um íngreme caminho de terra conhecido como Macumba. No início da década de 1990, este trecho foi

pavimentado até um certo ponto e, a partir do mesmo, transformado em escadaria até seu encontro com a rua João de Lery. Hoje, é possível o tráfego de carros.

Havia nesta comunidade um bica d'água, na entrada do morro (onde hoje está o coletor de lixo), onde os moradores se abasteciam de água de dois em dois dias. Segundo uma moradora do local, que ali se fixou em 1947, esta bica foi uma conquista dos moradores que aconteceu por volta de 1970. Revoltados por não terem abastecimento da CEDAE, e tendo que buscar a água na Bica das Caboclas, que até hoje existe na rua Almirante Alexandrino, eles fizeram um movimento com faixas e cartazes. No dia seguinte, a CEDAE instalou a bica. Este local transformou-se em ponto de encontro, que já não existe pois hoje todos têm água em casa.

A Igreja de São Judas Tadeu sempre teve uma participação significativa na vida da comunidade do Cerro Corá. Na enchente de 1966, os desabrigados foram acolhidos na igreja, recebendo o apoio do Monsenhor Bessa. Desde então, há um estreito vínculo entre a comunidade e a igreja, que participa ativamente no desenvolvimento de diversos projetos e programas no local.

2.1.2.2 A situação de ocupação do terreno

De acordo com o depoimento de antigos moradores, na década de 1930, dois senhores, Sr. Bouças e Sr. Mendonça, reclamavam a propriedade do terreno onde hoje se encontram o Cerro Corá e a Vila Cândido. Na época, o Sr. Cândido, primeiro morador do morro e líder comunitário, era responsável pelo recolhimento do aluguel cobrado pelo Sr. Bouças. Na mesma década, aparece uma outra pessoa reclamando a posse do terreno, Sr. Herculano, que proibiu a cobrança de aluguéis e, alegando a realização de obras, fez com que os moradores da parte baixa da comunidade se deslocassem para a parte alta. Esta pessoa desapareceu e o referido empreendimento jamais se concretizou.

Depois de “passar por diversos donos”, finalmente, na década de 1970, a área do Cerro Corá foi reclamada pela verdadeira proprietária que, apresentando a escritura do terreno, ameaçou expulsar os moradores e acionou a COMLURB para destruição dos barracos. Na ocasião, a participação da Igreja de São Judas Tadeu nas negociações, através do Monsenhor Bessa, foi determinante para a realização do negócio: em 1979, é efetivada a compra dos lotes pela Igreja. Em 1984, a Mitra

passou a escritura do terreno para o nome da Associação de Moradores do Cerro Corá. Há, no entanto, a cláusula que determina o retorno da propriedade à Mitra caso a Associação de Moradores seja desfeita.

Como já foi mencionado, a área do Cerro Corá é dividida por três ocupações diferentes, com diferentes situações de posse: a área adquirida pela Mitra e doada à Associação de Moradores, que foi ocupada a partir da década de 1930; a área particular, nºs 78 e 92 da rua João de Lery; e a área do Ministério da Fazenda, no nº 79 da rua João de Lery.

A comunidade da Vila Cândido também se formou a partir de diferentes processos de ocupação. A primeira, na década de 1930, quando é ocupado um terreno da União, vai da rua Lourenço até o nº 153 da Ladeira dos Guararapes. A segunda ocupação ocorre em 1980, em terreno particular situado na Ladeira dos Guararapes nº 161, local conhecido hoje como “Favelinha”.

A terreno onde se localiza a comunidade do Guararapes, da mesma forma que aconteceu com o Cerro Corá, também “passou por diversos donos”. Um senhor, chamado Sr. Pimenta, se dizia dono da área do Largo do Vinte e cobrava aluguel dos moradores. Em 1965, como já mencionado, os cinquenta moradores da comunidade com maior poder aquisitivo se juntaram para comprar o terreno de sua verdadeira proprietária: uma viúva sem herdeiros.

Há também evidências de conflitos com os moradores de classe alta, na rua Conselheiro Lampréia, que têm suas casas nas proximidades da favela. Consta que alguns moradores das comunidades foram obrigados a vender suas casas por preços irrisórios a pessoas influentes do bairro, cuja intenção era de eliminar a favela. Estes cidadãos, de alto ou altíssimo poder aquisitivo (por exemplo, é nesta vizinhança que se encontra a casa da família Marinho, Rede Globo, entre vários outros ilustres e poderosos), têm suas residências cercadas por guarda armada, e os pequenos conflitos com a favela são constantes. A forma de resistência encontrada pelas comunidades foi a criação das Associações de Moradores.

Finalmente, temos a percepção de que as diferenças de situação em relação à propriedade do terreno provocam uma heterogeneidade na composição das comunidades que formam o conjunto. Por exemplo, os moradores pertencentes à chamada “área nobre”, não aceitam a condição de favelados que, de acordo com eles, lhes foi imposta pelo novo plano urbanístico. Especialmente depois do programa Favela Bairro, quando a diferença se concretiza na cobrança de IPTU

destas propriedades particulares. Assim, há uma diversidade de identidades e interesses, uma divergência de valores e níveis de consciência que atinge os moradores destas comunidades.

2.2 Objeto da representação social

2.2.1 A história do Estado no Brasil

Esta seção, primeiramente, procura uma contextualização geral do objeto da representação, o político, a partir de uma revisão da história da formação do Estado no Brasil. Depois, apresenta alguns conceitos básicos de teoria política para, em seguida, fornecer informações a respeito de nossos representantes políticos atuais. Finalmente, buscamos encontrar uma interseção entre o estudo da política e, sob o ponto de vista da psicologia social, o modelo teórico preconizado pela teoria das representações sociais.

2.2.1.1 Primeiras observações

A história de nosso país espelha a distância que separa o Estado instaurado e o Brasil possível. Se considerarmos a possibilidade de existência de uma nação, uma cultura, um sistema que expresse a imensa pluralidade e defina uma identidade. Isso nos remete à questão sobre a existência ou não de um Estado realmente brasileiro. A base desta dúvida é histórica, relacionando-se com o fato de sempre termos vivido ou tentado nos organizar como sociedade através de uma ideologia importada, muitas vezes simplesmente imposta, que terá como uma constante a característica de elitização e centralização do poder: uma nação de muitos mas que apenas a poucos privilegia. Será que, social e politicamente, existe algo que possamos chamar de Brasil, algo que não seja formado apenas por limites geográficos mas que possa ser identificado como nação, como expressão de uma cultura plural, não excludente e ao mesmo tempo unificada sob uma mesma identidade?

O conceito de Estado, em sua concepção moderna, é relativamente recente se comparado à idéia da política, embora acreditemos que o surgimento dos elementos básicos daquele tenha sido concomitante ao aparecimento desta. Até os dias de hoje, Estado e política estão intimamente relacionados, sendo um criador do outro e, ao mesmo tempo, seu produto. A observação dos antecedentes históricos da formação do Estado no Brasil, acreditamos, é fundamental para a compreensão de sua evolução e configuração política atual.

Para tentarmos pesquisar hoje porque o Estado no Brasil é assim hoje, temos que voltar no tempo, à conquista pelos portugueses e às transformações que resultaram em nossa atual realidade.

Pouco se sabe do que aqui existia antes da chegada dos portugueses. O (território que hoje é conhecido como) Brasil não tinha a presença de civilizações pré-colombianas, como tinham o México, a América Central e o Peru. Havia uma enorme população de nativos, é verdade, mas dispersa. Não havia uma cultura única predominante, um núcleo que pudesse se opor unificadamente à invasão. A cultura local era "inferior". Durante muito tempo, aqueles que aqui nasceram foram considerados e tratados como inferiores, filhos de uma terra que tinha como único papel servir aos interesses da metrópole. Isto, em si, já é suficiente para forjar uma realidade psicossocial, realidade esta que estará presente em nossa sociedade até os dias de hoje, manifestando-se no complexo de inferioridade que temos de mestiços colonizados.

Na prática, durante seus primeiros 200 anos de existência, o Brasil, como colônia, não foi uma prioridade da metrópole. Portugal, no auge das conquistas marítimas, reservava muito mais recursos às expedições que, com o objetivo de exploração direta através de saques, se dirigiam para a Ásia, na região da costa do Oceano Índico e adjacências, em regiões que hoje fazem parte da Índia, da China e da Oceania. O Brasil era inóspito, não havia aqui civilizações que tivessem acumulado riqueza suficiente, em ouro e prata por exemplo, para despertar a cobiça e o interesse imediatos dos portugueses. No início, o que acontecia aqui era a exploração direta da natureza, os embarques de madeira. Rapidamente, ficou claro para a Coroa que aqui "se plantando tudo dá", mas o problema é que isso implica em plantar, o que não era bem a intenção de Portugal. Por isso, durante muitas décadas, todas as informações sobre o Brasil eram mantidas em total sigilo e, também por isso, a ocupação foi lenta e realizada com uma quantidade mínima de

peessoas. Diga-se de passagem, não exatamente o tipo de pessoa que tivesse alguma formação e viesse com a intenção de construir ou desenvolver projetos. Para se ter uma idéia da amplitude do povoamento, a fundação da cidade do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, por volta de 1565, aconteceu com a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, onde já se encontravam há mais ou menos uma década, liderados por Nicolau Durand de Villegaignon. Na batalha final, lutaram não mais do que uma ou duas centenas de homens de cada lado. A tropa portuguesa teve então menos de 30 baixas, embora entre elas o próprio Estácio de Sá. Quanto à qualidade do povoamento, naquela época, não há registros mais precisos.

O Brasil começou no (que hoje chamamos de) Nordeste. Os interesses começam a crescer a partir da cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco e, principalmente, depois da descoberta do ouro em Minas Gerais, na segunda metade do século XVII. Durante mais de cinquenta anos, o Brasil produziu mais da metade de todo o ouro produzido no mundo. Finalmente, por uma circunstância histórica, com a invasão de Portugal pela França no início do século XIX, a corte portuguesa se transfere para o Brasil, elevado à condição de Vice-Reino. Mas o país já tinha crescido e se fortalecido internamente e o status de vice-reino não era mais suficiente, o que levou ao acordo entre as elites brasileiras e portuguesas que redundou na independência do Brasil em 1922. A independência do Brasil não teve uma grande participação popular até porque, na época, a grande maioria das pessoas não gozava de direitos de cidadão. Pacífica, a “revolução iluminista” brasileira se passa entre quatro paredes, em gabinetes, longe das praças, das vilas, dos bairros que, por esse motivo, não se movimentaram muito.

Mas, se a independência formal estava declarada e tínhamos agora nossos próprios governantes, a influência dos mais de 300 anos de obscurantismo intelectual, científico e social que Portugal impôs ao Brasil perduraria para sempre, e até hoje, em nossa identidade. Os mesmos fatos que levaram Portugal a se colocar até o fim do século XX entre as nações mais pobres da Europa, levaram o Brasil à construção de uma sociedade de desigualdade, privilégios, corrupção e violência: lá, assim como aqui, não se desenvolveu um projeto de nação que incorporasse reais liberdades e oportunidades à maioria das pessoas. Pelo contrário, era importante uma certa desorganização do Estado, em sentido mais amplo, que levasse à manutenção da situação de concentração de poder e riqueza e à disseminação da falta de condições mínimas para a população em geral, o que em tese facilitaria o

controle e aumentaria a inércia do sistema. Os vetores de tensão social no Brasil sempre tiveram intensidades controláveis. O poder aqui, mesmo nas ocasiões de mudança de status político, como na de colônia para império ou na de império para república, sempre se manteve nas mãos dos mesmos poucos privilegiados.

Até hoje há paralelos em nosso país dessa perversa tendência à desorganização política da sociedade. O que se convencionou chamar de “indústria da seca”, por exemplo, exploração deliberada da miséria a partir da manutenção da mesma, é um caso particular de exploração da miséria no campo. Se fôssemos para a cidade, poderíamos falar da “indústria das favelas”, que nada mais é do que a mesma exploração deliberada, só que aqui da miséria urbana. Por sua vez, os nossos representantes políticos têm dirigido seus esforços no Rio de Janeiro, nos últimos quase 50 anos, em uma atitude assistencialista, o que, como veremos mais tarde, só reforça aspectos da desigualdade. Não é por acaso que o surgimento das favelas coincidiu com a abolição da escravatura e aconteceu na então mais rica cidade do país: a falta de condições, por parte de sociedade, para absorver de forma digna uma parcela numericamente mais do que significativa da população, obrigou estas pessoas ao êxodo do campo e do interior para a capital, onde pelo menos em parte essas condições poderiam ser encontradas. Além disso, dentro da própria cidade, os planos de urbanização tentaram evitar que isso acontecesse, a disseminação da pobreza urbana, eliminando as moradias ocupadas pelos mais pobres. É assim que as favelas começam a existir.

Mas, acreditamos que se foram forças políticas que nos levaram a um Estado tão gravemente marcado pelos problemas sociais, são estas mesmas forças a única via para transformá-lo. Por isso, defendemos a necessidade de ampliação da consciência da população sobre as instituições políticas e suas atividades, com o intuito de fundamentar uma ação mais representativa de seus agentes. Vivemos no Brasil uma democracia representativa onde, em tese, as pessoas seriam atendidas de forma numericamente proporcional às parcelas da população que compartilhassem os mesmos interesses e os expressassem através da escolha de representantes que se propusessem a defendê-los. Mas aí reside uma grande contradição: as eleições são gerais, mas a maioria numérica de votantes continua sem qualquer ou com muito pouco respaldo de suas necessidades nas ações dos políticos. De qualquer forma, concordamos com Arendt (1999) quando ela afirma que a política está entre os homens e tem o papel de organizá-los de acordo com

seus interesses e apesar de seus conflitos, que ela é a forma de mediação pacífica e democrática das forças sociais pois emerge a partir do diálogo e, por isso, é a via de avaliação e medida das necessidades, é a janela para a reconstrução da história.

2.2.1.2 A formação do Estado português

Portugal foi um menino precoce. Por circunstâncias históricas, ele foi, entre as nações européias, um dos primeiros a sair de uma realidade feudal para outra absolutista. O Estado português unificado nasceu muito cedo, mas de forma prematura. Sem nunca ter se fortalecido internamente enquanto nação, no sentido do lançamento das bases industriais, manufatureiras e da agricultura, voltou-se ao externo. Através das navegações, Portugal alcançou uma riqueza e proeminência que aparentavam uma solidez interna que não era real, nunca houve uma sociedade produtiva industrial, realmente liberal no sentido do apoio ao desenvolvimento de projetos individuais, do fortalecimento do microtecido sócio-econômico; esta riqueza e proeminência não puderam sustentar o estabelecimento de uma posição sólida e dominante de forma duradoura. Dentro de uma configuração centralizadora, militar, burguesa e mercantilista, a infra-estrutura da nação foi deixada de lado e as riquezas concentraram-se nas mãos de poucos, escorrendo como água entre os dedos, sem a geração de um projeto social de nação. É fato que estas circunstâncias históricas colocaram Portugal entre os países mais pobres da Europa durante todo o século XX.

Na passagem do Feudalismo à Idade Moderna, a Península Ibérica é terreno de guerras e disputas. Em Portugal, nasce o poder centralizado no Rei e militarizado mediante soldo pago pelo tesouro real. Após a expulsão dos árabes, renasce a organização social e política romana, utopia do Rei Deus, absoluto. A aliança com a burguesia através do mercantilismo acaba se infiltrando na vida dos camponeses e, libertando-os dos barões, retira a base de sustentação do regime feudal, que é então esmagado. Surge um rudimentar Conselho de Estado onde o poder executivo, emanando do Rei, estende-se aos ministros. À nobreza derrotada, resta voltar à corte como funcionários. É o início da Idade Moderna, quando surge a idéia de Estado, como realidade acima das classes e que lhes determina a posição. Por outro lado, a monetarização da economia, a troca de mercadorias por dinheiro, marca a

transformação da aldeia em cidade, que se transforma em sede dos negócios. É o surgimento do capitalismo comercial, que dá suporte econômico e social ao Estado moderno. Mas, neste primeiro estágio, o que se vê é um modelo patriarcal - "os reis portugueses governavam o reino como se fosse sua própria casa, não distinguindo o tesouro real do patrimônio público" (FAORO, 1981, p. 17). Mas esse regime patrimonial-patriarcal é em seguida substituído, quando da passagem da primeira etapa predominantemente agrária para uma segunda de natureza monetária. É criado um Estado Maior de Governo que se transforma em órgão de domínio. Porém, insensível à criação de mercados enquanto principal objetivo, o Rei abandona a política exclusivamente agrária e começa a buscar renda em atividades pessoais lucrativas. Ele passa a ser o principal empresário e, ao mesmo tempo, mantém a posição monopolista. Assim, o capitalismo português cresce à sombra da casa real, tornando-se mero apêndice do Estado. Logo de início, é frustrada a possibilidade de uma economia racional, de mercado, pecado original que até hoje influencia fortemente a economia do Brasil. O capitalismo, impedido de se manifestar plena e livremente, se desvirtuou ao vincular-se àquela forma de política.

2.2.1.2.1 A revolução portuguesa - o Mestre de Avis

D. Fernando é o primeiro rei que, abandonando a base agrária, inclina-se na direção da burguesia comercial. O dinheiro que ele ganhava com o comércio começou a significar a parte mais importante de suas receitas. Embora, no fim de tudo, tenha deixado como herança um reino empobrecido pelas guerras, dividido e atormentado por problemas sociais.

É o ano de 1385. Inicia-se então o violento processo sucessório. É a revolução. De um lado, camponeses e artesãos comandados pelos ricos burgueses ligados ao comércio marítimo, do outro, os aristocratas. Cada grupo tinha a sua liderança; os aristocratas se aliam às lideranças nobres,

à rainha viúva D. Leonor Teles, aliada ao rei de Castela, sob a liderança de seu amante, o fidalgo João Fernandes, elevado por D. Fernando a Conde de Andeiro (FAORO, 1981, p. 19).

Seus opositores, nacionalistas, têm Álvaro Pais como líder. Rico armador,

manobrava a plebe urbana, tendo criado “a lenda do Mestre de Avis, (que seria) irmão bastardo do rei D. Fernando, transformando-o em Messias” (FAORO, 1981, p. 20). Após uma fase de governo dual, onde o Mestre reinava nas cidades e D. Leonor no interior, em Aljubarrota a infantaria portuguesa impõe decisiva derrota à cavalaria castelhana, e o Mestre instaura a nova dinastia de reis portugueses, como D. João I.

A nova aristocracia togada - formada de militares e juristas - assomava ao poder, apoiada no comércio e fortalecida pela plebe, que amava, ébria de fé, seu Portugal e seu Rei (FAORO, 1981, p. 21).

A vontade do soberano passa a ser absoluta e divina. Nesta época, o rei eleva diversos plebeus à condição de nobres. Gente comum passa a possuir a mais alta dignidade. Sob a direção livre e arbitrária do rei, é estabelecido o estamento. O patrimonialismo patriarcal cede ao chamado estamental, de natureza burocrática. Segundo Hans Freyer, a estratificação estamental começa de cima para baixo, enquanto que a estratificação de classes se projeta de baixo para cima. Este conceito é importante já que permite a distinção entre as pessoas sem que haja necessidade de diferenciação do status legal, pois todos deveriam permanecer iguais perante a lei. Segundo Weber, a classe é produto de interesses vinculados ao mercado, com categorias fundamentais que se baseiam na propriedade, enquanto o estamento estrutura-se de acordo com a noção de honra (proeminência social) e segundo o modo de vida que esteja dentro de uma maneira de concepção de mundo.

Enquanto as classes nascem no solo da economia de mercado, e são produto das condições criadas por ele, os estamentos buscam o leito da economia de consumo litúrgico-monopolista, feudal e, sobretudo, da economia patrimonial.

O estamento português de domínio político tem suas origens na tradição romano-visigótica, e tomou consistência, na época moderna, com a dinastia de Avis. Subiu ao poder, dentro da ordem patrimonial longamente instalada e aperfeiçoada, na pessoa dos letrados, juristas e militares. A nova nobreza dourou-se com os apelidos antigos, devolutos pela vacância e esquecimento (FAORO, 1981, p. 25-26).

O que ocorreu em Portugal foi o bloqueio do desenvolvimento do livre mercado, da livre empresa, de uma sociedade racionalmente organizada que permitisse um desenvolvimento que, hoje, chamaríamos de “sustentável”. O

estamento burocrático-jurídico-militar deteve os poderes de Estado. O quadro administrativo adquiriu rígida solidez. Sob o comando desta burocracia, Portugal volta-se para a missão de controle e regulação da economia: a aliança rei-burguesia empenha-se na expansão dos negócios, nas navegações, como fonte de receitas. O estamento é racionalizado em prol de sua própria sobrevivência: os tributos passam a ser fixados, permitindo a previsão e eliminando a arbitrariedade, e os monopólios são limitados. No entanto, esta racionalização é superficial pois é “de cima para baixo”, impregnada da presença do rei nos negócios. O comércio é fortalecido mas a empresa racional, de mercado, suporte da atividade industrial, é bloqueada. Dentro deste quadro, a nobreza fazia cada vez mais crescer seus lucros, transgredindo a proibição de comerciar. Assim, segundo Faoro (1981), nem mesmo o altivo Afonso de Albuquerque

escapou da increpação, apoiada em fatos, de ter-se servido de bens públicos, confundindo a gestão dos negócios do rei com os seus próprios (FAORO, 1981, p. 31).

Como fator determinante no estabelecimento desta nova ordem, encontra-se a ascensão do direito romano. Só que, em Portugal, em vez do direito burguês (racional), impõe-se o direito burocrático, que é formal e objetivo apenas em sua aparência. Em sua aplicação, ele é concreto, casuístico e irracional.

A interpretação é empírica e pode ser alterada pelo arbítrio real. Só quando surge o capitalismo industrial, o direito racional assume o comando, com a fixação dos direitos fundamentais e a divisão de poderes.

A classe comercial, que corporifica o único capitalismo compatível com a organização estamental burocrática, opõe-se à racionalização do direito. Interessa-lhe a permanência do arbitrário poder patrimonial do Rei frente aos senhores feudais e, também, frente à classe dos industriais. E tem tal interesse porque busca seus lucros nos privilégios, monopólios, e negócios que o príncipe lhe concede, os quais, se vingasse a plena objetividade jurídica, propiciariam a concorrência livre, que viria ameaçar sua posição. Ensejaria, outrossim, esse regime, a livre empresa industrial e comercial, sem vínculos com o tesouro, o que lhe cortaria a probabilidade de favores especiais (FAORO, 1981, p. 34-35).

Com a Revolução de 1385 (Avis), Portugal é precoce não apenas na entrada em um Estado absolutista como, além disso, no estabelecimento de conceitos que antecipam o Renascimento: a igualdade dos homens perante a lei, a denúncia da

perversão do poder por uma oligarquia (levantada contra o feudalismo), o interesse comunal (corporificado nos municípios) superior aos interesses e privilégios de grupos e a legitimidade do Rei. Com este avanço, somado a outras condições históricas, Portugal conheceu grande prosperidade e se lançou às conquistas ultramarinas.

O problema é que esta monarquia permaneceu paralisada diante de avanços que ocorriam em outros países da Europa. Este imobilismo ficou patente pela falta de desenvolvimento na área industrial e na agricultura, no atrelamento do rei, do Estado e de uma burguesia puramente mercantilista ao lucro fácil da exploração das colônias que, em breve tempo, esgotou-se no fausto da corte e, além disso, na preponderância da influência do clero. Como uma estrela cadente, incandescente num breve momento para depois desaparecer, o reino português jamais conseguiu se recuperar.

2.2.1.3 A formação do Estado no Brasil

2.2.1.3.1 A Colônia

O pensamento político brasileiro, em sua origem, é o pensamento político português. A colônia é um prolongamento da metrópole. A debilidade do Renascimento português que, precoce mas permanecendo intelectualmente prisioneiro dos conceitos escolásticos, acabou por não incorporar os desenvolvimentos teóricos, filosóficos e científicos que surgiram em outros países europeus, com conceitos como liberdade e nacionalismo, e submeter também o Brasil a uma quarentena que acabou durando quase três séculos. Quase trezentos anos de exploração desenfreada, obscurantismo intelectual, despotismo, privilégios e favorecimentos. Começa também nesta época o isolamento de Portugal em relação aos outros países da Europa, isolamento que o colocaria para sempre em posição de inferioridade. Nascido em contraposição à religião, o pensamento político português, isolado, foi marcado pela contradição, surgindo entre o espaço antes ocupado pela Companhia de Jesus (1540) e o ainda não dominado pelo Concílio de Trento (1545), antes da Contra-Reforma e da Reforma Católica, movimentos estes

que se opunham à Reforma (protestante). De acordo com diversos pensadores, entre eles Teófilo Braga e Antero de Quental, o pensamento português nunca chegou a se emancipar da Idade Média.

O rei D. Sebastião, pela lei de 1571, com o fim de “impedir as astúcias que o demônio usa para perverter o entendimento dos católicos”, proíbe imprimir, importar, vender, emprestar e ter em casa livros “luteranos, heréticos e reprovados”. A pena é a morte natural, com perdimento dos bens. A proibição alcança também os livros proibidos pelos “Santos Padres e pelo Santo Ofício da Inquisição”, por motivo de proteção da fé, os quais só se podiam ter como licença dos inquisidores e prelados ordinários (FAORO, 1988, p. 30).

No Brasil, a organização econômica e produtiva colonial concentrava-se nas grandes propriedades, nos grandes senhores de terra e escravos. Como não havia atividade industrial e, com isso, burguesia local e, em última instância, o desenvolvimento urbano, a vida nestas grandes fazendas era como uma vida em ilhas. Elas eram auto-suficientes em praticamente tudo que necessitavam, configurando uma estrutura social muito próxima da feudal.

É evidente que aconteciam manifestações nesta época, muitas vezes sob forma de poesia e sátira, na literatura local no Brasil. É o caso de Gregório de Matos (1633-1696), e de uma seqüência de protestos que culminará com as “Cartas Chilenas” na segunda metade do século XVIII. A correspondência jesuítica será outra área de insubordinação, em manifestações que incluem desde “As Cartas” de Nóbrega até a “Cultura e opulência do Brasil”, de Antonil (1649-1716). Outra manifestação de consciência colonial, às vezes inconformada com a administração e a metrópole, é o sermão; do qual o padre Antônio Vieira (1608-1697) será o expoente.

Fatores fundamentais na organização social da época, a catequese e a conversão permitiram a “entrada do gentio na civilização” (FAORO, 1988, p. 33). Os índios foram incorporados, colocados em aldeias e aprendiam a doutrina e os costumes portugueses. Embora esta convivência sempre tenha sido problemática em relação aos colonos, especialmente quando se tratava de questões ligadas à terra.

O conflito entre colonos e padres, os últimos aliados à autoridade civil, teve efeitos profundos no pensamento político. No sul, com os bandeirantes, chegou a separar a sociedade do Estado, num hiato em que se projetaria,

ainda que larvarmente, uma nota de rebeldia nativista (FAORO, 1988, p. 34).

Já era visível que os colonos haviam adquirido a consciência de que, sem ajuda da metrópole, haviam consolidado a posse territorial (organização da resistência às invasões holandesas e francesas e ocupação do território a oeste do meridiano de Tordesilhas). A fidelidade à Coroa, a partir deste momento, passou a ser condicional e formada por um vínculo contratual - com a concessão de largos créditos à “nobreza da terra”. Todos os elementos dispersos, o conflito pelo índio e pela terra, a resistência ao fisco, o imaginário nativista, em um dado momento, iriam se conjugar para o ajuste de contas com o sistema colonial.

Enquanto isso, em Portugal, acontece a Revolução Pombalina (Sebastião José de Carvalho e Melo, 1699-1782, o Marquês de Pombal). Essa revolução é uma tentativa de reencontro com a Europa, uma tentativa de resgatar o tempo perdido. Mas esta mudança não prescindiu da força absolutista, sendo a onda de liberalismo imposta pelo próprio Estado na pessoa do rei. Os impedimentos culturais removeram-se a partir da expulsão dos jesuítas (1759), com a renovação do ensino e do modelo universitário. Mas, pela sua própria origem, essa nova ideologia orientada pelo poder público subordina o pensamento político, impedindo a abertura de um espaço verdadeiramente liberal. Ou seja, o absolutismo não permitia a extinção dos principais instrumentos de repressão ideológica, a censura e a Inquisição, “remodelados e postos sob direta dependência do trono, que governa de ciência certa e vontade esclarecida” (FAORO, 1988, p. 41). É verdade que o resto da Europa também não estava liberto da censura, a diferença aqui está na ausência, em Portugal, de condições intelectuais que a minimizem ou mesmo criem a possibilidade de rompimento.

Locke continuaria confinado, como banida ficaria a filosofia política europeia, permitindo, no máximo, a tradução, em 1768, dos Elementos de Direito Natural, de Burlamaqui. O estudo do direito natural, modernizado de seu ranço absolutista, será, em Portugal, a fonte do liberalismo (FAORO, 1988, p. 42).

A Revolução Pombalina rearticulou parcialmente o Estado, aproximando-o de novos setores e rompendo a hegemonia eclesiástica, num acordo com a burguesia mercantil que enfraquecia o setor mais conservador da aristocracia. Assim entraria em Portugal o liberalismo, com a Revolução de 1820, e por aí se fixaria o modelo

liberal do Brasil, oficial e imposto de cima para baixo, como um apêndice do Estado.

Liberalismo esse, já em sua origem, irrealizável, senão através da condição, historicamente impossível, de desarticular o aparelho estatal para convertê-lo em guarda dos direitos individuais (FAORO, 1988, p. 48).

2.2.1.3.2 O Império

Em seu período colonial, a economia, não só do Brasil mas de toda América Latina, era voltada para a produção agrícola e a extração mineral, não diversificada e vulnerável devido à total dependência em relação às constantes oscilações econômicas na Europa. Cada ajuste fazia estremecer os vínculos ao mundo europeu e as economias latino-americanas regredirem a níveis ainda mais primitivos. No Brasil, na época da economia do açúcar, o que acontecia nos períodos de recessão eram as clássicas reduções dos recursos disponíveis à sociedade, diminuição do padrão de vida da população e um movimento de retorno à economia agrícola de subsistência. Depois, nos cinquenta anos que antecedem os movimentos de independência, o Brasil sofre outro período de crise econômica pois os ricos filões de ouro de Minas Gerais, após irrefreada exploração por quase cem anos, estavam se esgotando. Isso levaria o Brasil a um segundo período de recessão que duraria até 1840.

Por outro lado, nesta época, a sociedade brasileira já havia mudado um pouco, e o sistema de estratificação social internacional havia mudado muito. O perfil político e econômico do mundo burguês em ascensão estava, no final do século XVIII, quase completamente delineado. Nos cinquenta anos que antecederam a Independência do Brasil, parte de nossa elite intelectual e política foi exposta a idéias que estavam revolucionando o mundo. Isso também quer dizer que esta ala mais sofisticada da elite brasileira sabia, na segunda metade do século XVIII, que Portugal era um poder decadente e uma nação estagnada. Na Inglaterra, o absolutismo havia perdido suas bases de legitimidade, desde o início do século XVII, e a comunidade política inglesa acreditava, agora, que o poder político emanava da soberania do povo através dos recém-surgidos conceitos de *delegação* e *representação*. Era necessário que pelo menos uma parcela da elite colonial percebesse que havia uma alternativa viável ao status colonial e, além disso, que

conseguisse formular esta alternativa de modo a impedir que o caos se estabelecesse após o rompimento das correntes e algemas coloniais.

Na Inglaterra, a vanguarda econômica baseava-se nas idéias de Adam Smith. Para que o novo sistema funcionasse a plena potência e eficientemente, era necessária uma estrutura social sem freios ou obstáculos à mobilidade geográfica ou profissional da força de trabalho, nenhum impedimento legal ou moral à livre circulação e ao uso do dinheiro, e nenhuma intervenção, de qualquer espécie, nos direitos das pessoas de participar em qualquer tipo de contrato que os interessados julgassem conveniente. A versão francesa de oposição ao absolutismo deriva das idéias de Rousseau que, no entanto, por jamais ter confiado em qualquer pacto político, nunca acreditou no conceito de representação política. De acordo com ele, a soberania do povo jamais poderia ser delegada sem prejuízos. A natureza do poder político exige, para que seja legitimada, a consulta a todos os membros do corpo político. Somente dessa forma as regras exprimiriam a vontade geral, mesmo que ocasionalmente não unânime.

Assim, aos olhos da elite brasileira, as idéias de Rousseau, que levavam a França à posição de grande nação progressista, foram um ataque devastador ao absolutismo. A alternativa ao colonialismo estava delineada: ela consistia no liberalismo, que representava a liberdade, o progresso, a modernização e a civilização. Para traduzir na prática as diretrizes ideológicas básicas e para dar ao movimento de independência uma natureza liberal, era necessário elaborar uma forma de governo republicano, como aconteceu nos outros países latino-americanos, ou de monarquia constitucional, com base nas fantasias plebiscitárias de Rousseau ou no esquema de representação de Locke, e abolir a escravidão. Os movimentos que aconteceram em Minas Gerais e na Bahia no final do século XVIII, e em Pernambuco em 1817, eram de republicanos federalistas que, após a independência, opuseram-se à escravidão.

No entanto, parte das elites intelectual e política brasileiras observava com muita atenção e cuidado o desenrolar do processo de independência no resto da América Latina. O que eles viam era a fragmentação das nações que, tendo abolido qualquer tipo de oposição antiliberal através das armas e de bem redigidas constituições, enfrentavam enormes dificuldades no período pós-colonial. A elite brasileira estava determinada não somente a ser a libertadora de uma colônia, queria principalmente edificar um Estado e uma nação. O grande problema era: o

que fazer com a liberdade após a Independência? As estratégias liberais teriam que ser reconsideradas a partir de suas conseqüências políticas reais.

Havia aqueles, entretanto, como por exemplo José Bonifácio, que achavam que o Brasil antes de tornar-se independente deveria lutar por uma liberalização do Estado português. Não seria difícil descobrir um papel para o Brasil no amplo Império Português e a independência tornar-se-ia desnecessária, contanto que Portugal estivesse preparado para sofrer mudanças profundas não somente em seu relacionamento com a antiga colônia mas também nas suas próprias concepções em relação à maneira de dirigir um Estado moderno e ao modo como ativar o nascimento de uma economia dinâmica. De qualquer forma, a elite portuguesa rejeitou as propostas brasileiras e começou a promulgar leis e regulamentos com o objetivo de rebaixar o recém-adquirido status (Reino Unido), revertendo o país à sua antiga posição de colônia. A partir deste momento, os fatos sucederam-se rapidamente e, em 1822, o Brasil se declarou independente de Portugal, solicitando o reconhecimento desse seu novo status a todas as outras nações do mundo.

Mas o Brasil não pretendia tornar-se uma república e nem tinha a intenção de construir uma sociedade “rousseauiana”, com base na premissa de que todos os homens são política e socialmente iguais. Em primeiro lugar, em relação às origens do poder, o pacto constitucional monárquico, que finalmente obteve a adesão da maioria da elite brasileira, estabeleceu que o poder Imperial antecedia a criação da própria sociedade. Foi o Príncipe (Pedro I) que rompeu os vínculos coloniais dando origem à sociedade brasileira autônoma e, sendo o Príncipe anterior à sociedade, possuía uma dimensão autônoma em relação a ela, ao pacto constitucional que a estava constituindo e, também e principalmente, em relação à representação política, cujo poder origina-se na comunidade. Este papel político era conhecido como Poder Moderador, e era prerrogativa exclusiva do Imperador.

Surge então a questão de saber quem pertence à comunidade política - os primórdios do conceito de cidadania no Brasil. Rapidamente, a idéia de que o pacto político deveria exprimir as igualdades e desigualdades (ambas naturais por pressuposto) foi definida, e a sociedade política deveria ser composta por aqueles que eram responsáveis pela criação da riqueza do país. Esta política foi “instrumentalizada pelo critério censitário (de renda) de distribuição dos direitos de voto” (SANTOS,.1994,.p. 59).

A partir de 1824, começaram as reações contra a centralização do sistema

político, exigindo a reorganização do sistema em moldes republicanos e a abolição da escravatura. O grito de guerra na época era o federalismo, o que significava a concessão de autonomia às províncias e, nas mesmas, aos municípios, a diminuição do poder monárquico e o aumento do poder do parlamento.

Mas a agenda liberal foi reinterpretada. Ela deveria incorporar a meta principal de unidade política. A elite central acreditava que república, descentralização política e autonomia de províncias e municípios levariam à fragmentação nacional. Para que se tivesse um Estado liberal era necessário que houvesse primeiro um Estado nacional. A criação deste Estado nacional seria o critério para legitimar ou deslegitimar qualquer ação governamental a partir de então. Devido às pressões políticas advindas de conflitos dentro das elites, foram emitidos regulamentos pelo governo central, em 1832 e 1834, que concediam autonomia política às províncias, que escolheriam seus próprios presidentes de acordo com seus próprios sistemas eleitorais, além dos representantes que ocupariam os postos judiciários e policiais. Mas, em 1837, é criada a Guarda Nacional, fiel ao governo central, para contrabalançar as milícias privadas que os poderes municipais porventura fossem capazes de manter. Mas esse sistema não demorou muito a implodir. A reação centralizadora surgiu no início dos anos 1840. Uma elite conservadora e unida, em oposição aos liberais, assumiu o governo central declarando o príncipe herdeiro (Pedro II) capaz de reinar. Em contrapartida, esta mesma elite conservadora seria recrutada pelo novo rei para formar e dirigir o governo. Começava o Segundo Império.

Qual seria agora a agenda liberal, uma vez que o republicanismo e a abolição da escravatura tinham sido excluídos? Os liberais do Segundo Império concentraram seus ataques contra dois elementos principais: o poder moderador do Imperador e o sistema eleitoral, exigindo sua reforma. Eles lutaram por eleições honestas e pela ampliação do direito de voto, através da diminuição dos níveis de renda exigidos para exercê-lo. A partir de um certo momento, começaram a exigir o fim do sistema eleitoral por censo econômico e que todo brasileiro adulto, alfabetizado, do sexo masculino e em seu juízo perfeito tivesse direito a voto. Esse movimento visando à ampliação do conjunto de cidadãos participantes no processo político nunca cessou durante o Segundo Império, sendo rebocado com atraso pelos progressos dos ingleses.

Em 1850, a elite política brasileira, depois de resistir durante anos às

pressões inglesas, finalmente aboliu de modo definitivo a importação de escravos. A economia escravocrata estava condenada, a partir deste momento, a um lento ritmo de crescimento, dependendo da reprodução biológica da população escrava. Pela primeira vez na história do país, a atividade econômica teria que se basear em mão-de-obra livre. Não havia outra solução senão apoiar e estimular a imigração de trabalhadores livres. No entanto, as condições de trabalho que foram impostas a estes imigrantes eram muito próximas às condições da escravidão, pois o trabalhador era totalmente dependente do senhor das terras. Os governos da Itália e da Alemanha reagiram contra este “comércio de semi-escravos”, e a intervenção estatal foi novamente necessária para que o sistema liberal funcionasse de acordo com as suas normas. Esta é a eterna contradição de nosso sistema político.

Mas, para melhor entendermos as questões da descentralização, da abolição da escravatura, do protecionismo e da ampliação da cidadania política, temos que observar as mudanças intelectuais que estavam ocorrendo.

Segundo Stuart Mill, nenhuma posição social é tão privilegiada que possa permitir total compreensão de qualquer problema social ou a total apreensão de sua verdade. Assim, a maior garantia de que a maioria dos aspectos de qualquer problema social será considerada só pode ser alcançada se trouxermos para o processo de tomada de decisão o maior número possível de participantes. Uma decisão tomada de acordo com este critério deverá necessariamente ser mais justa. Há também que se proteger as minorias, pois teoricamente poderão vir delas as melhores opções de desenvolvimento social. De acordo com Mill, “a vontade da maioria - que é em princípio uma medida de precaução contra decisões não representativas - reconcilia-se com os direitos das minorias - que constituem perene fonte de progresso social” (apud SANTOS, 1994, p. 84). Mas Mill nunca fez muito sucesso no Brasil. A linha filosófica européia adotada pela elite intelectual brasileira foi o Positivismo. Mas o Brasil, em termos positivistas, permanecia em estágio anterior ao período de maturidade histórica esperado. O Brasil ainda não tinha deixado o estágio metafísico do desenvolvimento social e precisava destruir o princípio monárquico de organização política e o sistema escravocrata para poder ingressar no estágio científico, caracterizado pela modernização da economia e criação de um sistema industrial, sob a liderança de um despotismo iluminado. O argumento a favor do desenvolvimento econômico, e contra a escravidão, foi assim acoplado a um argumento contra o liberalismo político, em face do caráter científico

que qualquer decisão política pode e deve ter.

Em 1869, surge o Manifesto Liberal. O grupo exigia amplas reformas eleitorais, eleições diretas em todos os níveis, responsabilidade ministerial perante o parlamento, total liberdade religiosa, descentralização da autoridade e a abolição da escravatura. Mas não exigia a reforma republicana. Em 1870 é publicado o Manifesto Republicano e o Partido Republicano se organiza. De um lado, os radicais liberais ajudados pela imprensa e pelos intelectuais progressistas lutavam pela emancipação dos escravos sem, no entanto, citar a questão republicana. De outro, o Partido Republicano exigia o fim do sistema imperial, a implementação de ampla descentralização política, a mudança da base de legitimação do governo, colocando a fonte de poder legal nas mãos da sociedade, mas nunca mencionou a questão da escravidão. Havia dois poderes predominantes, o central e aquele que emanava dos proprietários de terra e de escravos. Cada grupo atacou um destes poderes e foi condescendente com o outro. Em 1888, o sistema imperial sob liderança conservadora aboliu a escravatura. No ano seguinte, o exército, cuja nova geração formara-se sob profunda influência positivista, derrubou o sistema imperial.

Aparentemente, a história beneficiava com evidências tanto as doutrinas de Marx quanto as de Adam Smith, para as quais o desenvolvimento do Estado liberal era inevitável: para Adam Smith, por ser a forma natural de se organizar o poder e a produção econômica, enquanto que para Marx, por tratar-se de estágio preparatório necessário à maturação do comunismo (SANTOS, 1994, p. 91).

2.2.1.3.3 A República

Após cinco anos de governo militar, de 1889 a 1894, Prudente José de Morais e Barros, o primeiro presidente civil, assumiu o poder, sob a nova constituição de 1891, constituição esta completamente liberal tanto nas idéias como no conteúdo explícito. O poder foi passado aos estados e municípios, caracterizando o Brasil como federação. Mas o sistema econômico apresentava diversos problemas: inflação crescente, desordem financeira, aumento na dívida externa e um sistema tributário que, sendo exercido de maneira predatória sobre o comércio interno, não permitia o desenvolvimento de um mercado nacional.

Campos Sales foi o primeiro presidente a executar um programa econômico e

financeiro de saneamento monetário, redução do débito externo e restrição dos gastos governamentais em todos os níveis. Para conseguir seu intento, teve que criar um instrumento de controle da representação política, o chamado Comitê de Credenciais que realizava a revisão dos resultados eleitorais e dava o reconhecimento oficial aos eleitos. Campos Sales não poderia ter sido mais liberal no que diz respeito à economia, tentando criar "um mercado livre de distorções que se originassem, por exemplo, da proteção do governo à indústria nacional ou da intervenção indevida do Estado no comércio" (SANTOS, 1994, p. 92), mas tirou da política qualquer natureza liberal relevante que pudesse ter. Dentro desta realidade, maiorias conformadas eram produzidas em todas as eleições realizadas até 1930, de forma semelhante, aliás, às maiorias que os ministérios imperiais sempre obtiveram no parlamento da monarquia.

Até 1930, a agenda de todos os presidentes priorizou o chamado saneamento político. A Constituição era perfeita em seu conteúdo e natureza liberal, mas a prática política, marcada pela corrupção, coerção e irresponsabilidade, colocava o problema não sobre a legislação, mas sobre a pessoa do político. Ou seja, para que o desempenho do Estado liberal fosse satisfatório era necessário e suficiente varrer os políticos corruptos do sistema.

Em 1920, Oliveira Vianna expressou o dilema do liberalismo no Brasil. Um sistema político liberal só pode existir em uma sociedade liberal, mas no Brasil, de acordo com ele, o que existia era uma sociedade parental, clânica e autoritária. Sendo assim, o sistema político liberal jamais poderia atingir um desempenho satisfatório nesta conjuntura. Além disso, não haveria um caminho natural para que a sociedade brasileira pudesse progredir até o estágio liberal. Ou seja, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. De acordo com Santos (SANTOS, 1994, p. 93), este diagnóstico é uma base para a consideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro contemporâneo: o liberalismo doutrinário e o autoritarismo instrumental.

Mas havia um grupo de políticos e analistas sociais que pensava de modo diverso. De acordo com eles, duas razões principais seriam responsáveis pelo fracasso operacional do Estado republicano liberal brasileiro. A primeira é a de que a qualidade do sistema político depende diretamente da qualidade moral de seus agentes. A segunda, afirma que, no Brasil, "a licenciosidade demonstrada pelos

portugueses e seus descendentes quanto a relações sexuais entre negros e brancos" (SANTOS, 1994, p. 95) seria a causa histórica para a disseminação de uma população com baixo nível médio de formação moral; afinal, éramos uma sociedade de mestiços. Mesmo aqueles que não subscreviam o argumento racial, aderiram à hipótese de que a formação moral é uma característica natural e determinante da humanidade. O grande erro deste argumento, no entanto, não é o "pecado" racista dos analistas brasileiros, mas sim a crença individualista, ingenuamente aceita, de que o comportamento político retira seus impulsos dos valores morais que orientam as pessoas. Assim, o comportamento político corrupto seria um indicador de costumes corrompidos. O Estado liberal brasileiro ofereceria pobres resultados por conta da monopolização do poder político por pessoas de baixa qualidade moral.

Mas essa não era uma questão de comportamento e sim institucional. Embora seja impossível alterar os costumes dos indivíduos, o mesmo não ocorre em relação às instituições políticas. Assim a estratégia dos liberais dirigiu-se para a linha de reforma institucional. O problema político central consistia agora na purificação das instituições que haviam permitido à corrupção viciar o processo político brasileiro. Os métodos de votação deveriam ser alterados para que as pessoas pudessem votar sem medo: o voto secreto teria que ser adotado. Além disso, a apuração e os resultados eleitorais deveriam ficar sob responsabilidade de um corpo especial de juizes sem qualquer dependência do sistema político. As minorias deveriam ser protegidas através da garantia da manifestação das oposições. O aparelho estatal deveria ser mantido fora da política, e da economia, para que os recursos governamentais não fossem utilizados com parcialidade em relação às facções políticas. Ou seja, deveriam acabar as nomeações paternalistas, deveria ser instituída a carreira do servidor público e, mais do que qualquer outra, a instituição pública deveria adaptar-se aos padrões do sistema de mérito. A revolução de 1930 tinha uma plataforma que reiterava as reformas advogadas pelos liberais.

Ironicamente, este movimento foi engendrado e vitoriosamente executado por parte da liderança do antigo regime, isto é, pelos políticos pertencentes ao lado corrupto do grupo de representantes políticos brasileiros (SANTOS, 1994, p. 96).

Mas em 1937, alguns líderes da revolução, num ato de "traição" aos objetivos

liberais do movimento, recusaram-se a executar a plataforma original e instauraram um regime autoritário. De acordo com as principais correntes de oposição liberal da República Velha, parte das quais originou uma ala de oposição a Getúlio Vargas, o comportamento político dos homens está de fato enraizado em seus valores morais. Daí a tentativa de compreender todos os acontecimentos políticos que aconteceram na era Vargas, de 1930 a 1954, a partir de seu caráter pessoal, caracterizado pela ambição de poder, astúcia e malícia política.

O liberalismo brasileiro pós 1945 brotou da indignação que o governo de Vargas despertou nos liberais pré 1930.

Vargas repudiara todas as reformas propostas pela ala política do movimento, preferindo seguir o caminho centralizador e autoritário que os jovens tenentes estavam desbravando (SANTOS, 1994, p. 97).

Segundo Santos (1994), Vargas absorveu a experiência obtida pela ação dos tenentes,

que almejavam uma representação política autêntica mas logo se conscientizaram de que apenas reformas legais no sistema eleitoral ou nos métodos de votação não seriam suficientes, e por isso começaram a assumir o comando dos postos políticos e a ação executiva que não poderia estar subordinada ao congresso (SANTOS, 1994, p. 97).

Desta forma, Vargas chegou à conclusão de que medidas liberais não seriam nunca tomadas caso ele permitisse que o antigo sistema oligárquico reconquistasse a hegemonia política. Esse foi o primeiro passo em direção à "traição" doutrinária pela qual os liberais o responsabilizariam para sempre. Depois da queda de Vargas, em 1945, todos os políticos que se diziam liberais reuniram-se sob uma mesma bandeira, a da União Democrática Nacional (UDN). O programa prático implicava, antes de tudo, que qualquer governo liberal, seja no sentido político ou econômico, deveria apagar todos os vestígios das políticas iniciadas por Vargas. Entre elas, a política trabalhista. Mas a causa fundamental dos problemas políticos continuava a ser a mesma, isto é, os privilégios concedidos aos políticos corruptos por um sistema enraizado em um passado de autoritarismo, corrupção e ilegalidade. Havia no entanto a ocorrência de uma mudança fundamental neste novo grupo de liberais. Enquanto os liberais do período anterior a 1930 apegavam-se ferrenhamente à ideologia (doutrinários), este novo grupo tinha a firme crença de que não havia esperança de atingir o poder em um sistema como este que estava instaurado a não

ser pelo rompimento do compromisso de submissão aos métodos legais. Em outras palavras, podemos dizer que a UDN institucionalizou a corrupção e a subversão na atividade política.

Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto a sua perspectiva social e econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 até 1964, quando os liberais doutrinários julgaram, para logo sentir o gosto do arrependimento, que haviam finalmente chegado ao poder. Acredito que a UDN foi levada inexoravelmente a assumir esta posição, entre outras coisas, porque sua liderança só conseguiu raciocinar em termos de destruir, a qualquer preço, o sistema herdado de Vargas. Apesar de seu programa liberal, o partido só conseguia atingir uma razoável unidade quando se tratava do combate ao Varguismo. De 1945 até 1964, a UDN e seus aliados doutrinários, o Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP), tentaram evitar que todos os presidentes eleitos assumissem o poder. Quando não conseguiam, tentavam forçar a intervenção militar para que os presidentes fossem derrubados. Era, portanto, um partido subversivo, cuja liderança conspirava o tempo todo, e que não considerou impróprio participar de um governo militar, como aconteceu após o golpe de 1964 (SANTOS, 1994, p. 99-100).

Os liberais doutrinários sempre acreditaram que o desenvolvimento de um sistema capaz de produzir, naturalmente, resultados justos de forma permanente, necessitava apenas de regras que eliminassem os obstáculos para seu funcionamento de forma liberal. Esta é a principal premissa que é negada por um outro grupo de políticos e analistas, os "*autoritários instrumentais*".

A concepção de que a participação política requer habilidades e capacidades específicas, que não são iguais em todos os homens, tem sido usada constantemente para justificar a diferenciação dos direitos políticos. A sociedade, de acordo com esse ponto de vista, deveria estar preparada para aceitar que o acesso a posições de comando na política deve estar subordinado à capacidade do bom exercício desta autoridade. A literatura Integralista propagou esta idéia sistematicamente, e a introdução de um toque de "naturalismo" ao pensamento autoritário brasileiro deve-se, basicamente, ao Integralismo. Houve, no entanto, um outro grupo que tentou legitimar o domínio autoritário de maneira diferente. De acordo com Azevedo Amaral, o autoritarismo moderno é produto dos custos do conflito social estimulado pela escala da produção econômica contemporânea. Seria uma ameaça muito grande deixar às entidades privadas o papel de regular conflitos sociais que são uma ameaça à sobrevivência de toda a sociedade. Ou seja, o autoritarismo moderno seria o regulador necessário das sociedades de massa.

Sistemas autoritários, livres da necessidade de consentimento da população, ou de seus representantes, para suas iniciativas, seriam suficientemente ágeis para enfrentar os desafios que surgem continuamente nas sociedades industriais de massa. Os sistemas autoritários não seriam, portanto, de acordo com essa linha de pensamento autoritário, naturalmente legítimos, mas apenas na medida em que evitem que conflitos generalizados destruam completamente a estrutura social e sejam capazes de distribuir, a cada parte envolvida nos conflitos, seu justo ganho (SANTOS, 1994, p. 102).

De qualquer forma, estes grupos acreditam que o autoritarismo não é uma forma de governo transitória devida a circunstâncias e condições conjunturais, mas sim que ele se torna cada vez mais necessário à medida que as sociedades progredem. É exatamente neste argumento que está a diferença entre este grupo e aquele dos autoritários instrumentais. Estes últimos acreditam que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento, mas que seguem os caminhos definidos por aqueles que tomam as decisões. Assim, torna-se necessária a intervenção do Estado nos assuntos da sociedade para assegurar que as metas decididas pelos representantes desta sociedade sejam alcançadas. Dessa forma, o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se criar uma sociedade liberal.

A percepção do autoritarismo como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não-democráticas (SANTOS, 1994, p. 103).

O Estado Novo, instituído em 1937, criou o Estado forte preconizado pelos autoritários instrumentais, mas não parecia atraído pela concepção de "autoritarismo transitório" e nem tomou as medidas que levariam à liberalização da sociedade. Não houve reforma agrária e não houve ruptura com o sistema tradicional de agricultura. Os trabalhadores urbanos foram reconhecidos como membros plenos da sociedade civil, mas isso teve de acontecer através de canais de articulação autorizados pelo governo. O Estado Novo foi uma mistura paradoxal de medidas econômicas liberalizantes, associadas ao aumento da intervenção reguladora das relações sociais e complementadas por ocasionais políticas de redistribuição de renda. Nem os autoritários instrumentais nem os liberais doutrinários conseguiam explicar o comportamento altamente heterodoxo e ambíguo do novo sistema.

O autoritarismo instrumental desapareceu durante muito tempo do cenário ideológico brasileiro. Somente após a crise motivada pela renúncia de Jânio

Quadros, com João Goulart já no poder, é que uma espécie de autoritarismo instrumental tentou se firmar em nosso cenário político. Mas a meta não era a liberalização da sociedade ou da economia mas, pelo contrário, o aumento da intervenção do Estado, o nacionalismo e o maior avanço possível em direção ao socialismo.

Depois disso, o golpe de 1964 acabou com o período de democracia limitada no Brasil e assumiu a agenda dos autoritários instrumentais dos anos 1930. A ideologia econômica definida então seria liberal, e o fechamento do sistema político seria um estágio transitório que permaneceria até a completa democratização da economia. No entanto, o controle estatal da economia ficou ainda mais forte, todos os setores estratégicos – petróleo, mineração, energia elétrica, telecomunicações – foram monopolizados pelo Estado que, além disso, era o responsável pela maior parte da taxa anual de investimentos.

2.2.2 Conceitos de teoria política

2.2.2.1 A delegação de poder e os limites para seu exercício

A delegação de poder, que acontece no que chamamos de democracia representativa, é realizada através da formação de duas entidades fundamentais: Estado e governo. A primeira é a base da organização de todos os indivíduos, é o pacto constitucional, a segunda é a que define as posições necessárias e o poder que a elas é atribuído para a operacionalização deste Estado: são os poderes políticos. Em teoria, estes poderes políticos devem estar subordinados à organização do próprio Estado, eles e suas condições de atuação. O momento decisivo, o que estabelece a delegação, é aquele em que o representado ao votar transfere poder a um representante, cujas decisões ele terá que acatar.

Surge então a questão: como controlar esta delegação de poder? De acordo com Couto:

Solução óbvia das democracias é a criação de mecanismos verticais de controle dos governados sobre os governantes, reduzindo a assimetria de poder existente entre ambos (Held, 1991, p. 146), evitando o abuso por

parte dos últimos – nos termos de Sartori (1994, p. 289-90), reduzindo o risco decorrente da própria separação entre governantes e governados. (COUTO, 2001, p. 2)

O desafio dos sistemas de decisões coletivizadas como, por exemplo, a democracia, é aumentar os resultados positivos e diminuir os negativos. Dentro de uma comunidade formada por milhões de pessoas é impossível que se assegure uma eficácia de 100% e, por isso, resultados mesmo que apenas parcialmente positivos são sempre bem-vindos. De acordo com Sartori (1994, p. 289-90), os processos decisórios sempre acarretam:

1 – Custos internos – custos das tomadas de decisões para aqueles que decidem, os governantes (ficarão mais populares ou menos populares por causa delas?)

2 – Riscos externos – riscos para aqueles que se submetem às decisões. Alguns dos maiores riscos, no caso da ação estatal, são os de opressão, incompetência e corrupção

As eleições são o mais importante mecanismo de redução dos riscos: devido à rotatividade por ela imposta, os governantes deveriam ter o maior interesse em, na medida do possível, agir de acordo com a vontade dos governados. É importante destacar, entretanto, que embora a escolha dos governantes seja uma prerrogativa e decisão de fato do governado, isso já não acontece em relação às políticas que os governantes colocarão ou não em prática. Este tipo de ação, o das *policies*, será definido estritamente dentro do âmbito político institucional propriamente dito como, de resto, praticamente todas as outras ações do universo político. Por paradoxal que possa parecer, partindo da premissa de que os sistemas representativos tenham como objetivo a maior participação possível do maior número possível de pessoas, eles, os sistemas representativos, interditam a participação direta do cidadão nas decisões políticas.

A importância do Estado, do pacto constitucional, está não só no estabelecimento das regras que controlarão as relações entre governantes e governados, mas também daquelas que estruturarão as relações de todos os cidadãos e dos governantes entre si. A Constituição, que rege de forma geral a organização política de uma sociedade, estabelece as condições e as restrições ao exercício do poder, além das obrigações e dos recursos do governo. Estas restrições são impostas através de duas formas distintas no texto:

1 – Por omissão – não incluindo certos temas nas suas atribuições

2 – Por proibição – interditando certas questões ao governo

Tomando como exemplo o caso da constituição dos Estados Unidos, verificamos que a delegação de poder reconhece dois limites distintos, oriundo um deles do pensamento federalista e o outro do pensamento antifederalista: o primeiro parte do princípio de que nada que não tenha sido explicitamente atribuído (como forma de poder) pode ser usado como prerrogativa (para o exercício do poder), o segundo prioriza a definição dos direitos individuais; determinando, com isso, até onde o governo pode ir (isto é, a partir de onde ele não pode ir).

Ambas as concepções foram previstas pela Constituição dos Estados Unidos: a dos Federalistas no texto base, aprovado na Convenção da Filadélfia, e a dos Antifederalistas nas dez primeiras emendas, a Bill of Rights. (COUTO, 2001, p. 3)

Ou seja, no primeiro caso a atribuição de poder é feita de forma positiva (o que pode ser feito) e no segundo caso de forma negativa (o que não pode ser feito). Embora isso possa parecer contraditório, e é, a realidade justifica a contradição: a justaposição de princípios conflitantes, deixando de lado a consistência teórica, visa a factibilidade política.

Além dos mecanismos verticais de controle das relações entre governantes e governados, há os mecanismos horizontais de controle dos governantes entre si e estes derivam basicamente de uma questão: a forma pela qual o governo decide. Assim, o controle é realizado através da divisão dos poderes. Ou seja, os limites impostos ao poder de governo não vêm apenas do fato de os governantes receberem uma delegação popular limitada, tendo que, periodicamente, prestar contas a estes governados e passar pelo crivo das eleições, mas também pela atribuição de poderes restritos para o desempenho de funções específicas que, por si só, não são suficientes para operacionalizar o governo como um todo. A ação governamental plena se efetiva pela conjugação destas funções específicas que, isoladamente, são incapazes do exercício do poder em todos os seus aspectos necessários. Assim, pela simples divisão de tarefas, o poder de um agente político é restrito. Além disso, são criados mecanismos de controle recíprocos quando, para viabilizar o exercício do governo em sua plenitude, manifesto por exemplo em uma tomada de decisão de governo, os políticos partilham parcelas de seus poderes

entre si, tornando necessários os acordos políticos para a execução das tarefas de forma eficaz.

A questão do controle que os poderes exercem entre si leva a outro ponto a ser considerado: a hierarquia para a tomada de uma decisão. O que ocorre é a multiplicação das instâncias, por onde um processo decisório tem que passar, de forma diretamente proporcional ao peso de tal decisão. Como afirma Couto (2001):

Quanto maior a importância potencial de uma decisão e os efeitos possíveis dela sobre os atores envolvidos, mais complexo seu trâmite, requerendo mais negociação e mais discussão – inclusive num maior número de instâncias – antes que se conclua a deliberação, gerando enfim uma decisão de governo.

2.2.2.2 Governo e hierarquia

As decisões estatais diferem entre si em dois aspectos: sua importância em relação à operação do Estado e a complexidade do processo decisório que ela envolve. A importância de uma decisão corresponde ao alcance da mesma. As mais importantes são as *constitucionais* pois, estabelecendo as regras para a tomada de outras decisões e estipulando os limites para o conteúdo das mesmas, elas têm uma ação definidora no nível *estrutural* do Estado. As decisões constitucionais estruturam a *organização política* em si, a **polity**. É ela, a estrutura constitucional do Estado, a polity, que define as condições do *jogo político*, da **politics**. Mas a constituição define apenas os princípios, e não as *decisões efetivamente tomadas*, os resultados do jogo político, as **policies**.

De acordo com Buchanam e Tullock (apud COUTO, 2001, p. 4), as regras que regulam a tomada de decisões são uma decisão constitucional. A Constituição em si é produto das decisões constitucionais, é o estabelecimento das regras, e estas conjugam dois objetivos que se contrabalançam:

1 – Redução dos custos esperados das decisões coletivas:

- Quanto maior o número de atores necessário para o acordo, mais amplo e estável ele será, reduzindo o custo esperado das futuras decisões. Mas, à medida que este número cresce, aumenta a necessidade de concordância de uma maior quantidade de atores e, proporcionalmente, o seu poder

individual de barganha. O limite, neste caso, é a (necessidade de) unanimidade.

2 – Redução dos custos dos processos decisórios:

- Quanto menor o número de atores necessário para o acordo, menor é o poder de barganha individual (não é necessário que todos concordem) e há uma redução no custo da tomada de decisão. No entanto, as tomadas de decisão que não necessitam de grandes acordos apresentam maior risco nas virtuais decisões a serem tomadas, ou seja, aumentam o custo esperado da decisão.

Podemos então dizer que os custos esperados das decisões são inversamente proporcionais aos custos dos processos decisórios. Em outras palavras, grandes decisões demandam um grande esforço mas são estáveis e, por isso, econômicas. Já as pequenas decisões são mais fáceis de serem tomadas, mas seus resultados estarão sujeitos a instabilidades.

A polity, a politics e as policies estão em três níveis, no que concerne ao Estado:

1 – *Polity*: Estrutura -> refere-se às regras que controlam as relações e às instituições onde estas relações acontecem

2 – *Politics*: Funcionamento -> refere-se à atividade política

3 – *Policies*: Resultado -> refere-se aos produtos que o Estado gera, seja para se auto-administrar ou para administrar as demandas sociais, que são filtradas e interpretadas de acordo com as condições do jogo político

Verificamos, então, que há uma hierarquia entre estes três níveis: as regras institucionais condicionam o jogo político que, por sua vez, condiciona o conteúdo das políticas.

Não é impossível que, em um sentido inverso, as *policies* exerçam influência sobre a *politics* quando o sistema político é competitivo e permeável às demandas sociais. Qualquer ator poderá ser um canal para uma demanda, que será ou não consumada de acordo com o próprio jogo político, que deverá estar aberto à apresentação dessa demanda. No entanto, é pouco provável a influência das *policies* sobre a *polity*: as mudanças nas regras constitucionais vêm da visão, por parte dos atores políticos, de algum entrave ao pleno funcionamento da *politics*, mas não da insatisfação em relação aos resultados do jogo político, aos conteúdos das

policies. Se estas se apresentam de modo insatisfatório por eventuais debilidades no sistema constitucional, é porque este último não está sendo capaz de ordenar o jogo político (a *politics*) e não por uma influência direta do mesmo (da *polity*) sobre seus resultados (as *policies*).

Neste tipo de organização, a *polity* tende a ser muito mais estável do que a *politics* ou as *policies*. Fato importante, pois as regras estáveis reduzem as incertezas tanto em relação ao jogo político como aos seus resultados: a competição é respeitada, as definições de vitória e derrota são claras e as estratégias têm mais solidez devido à permanência de seus significados. Mas, para que as regras constitucionais atinjam o grau exigido de estabilidade, é necessário que:

1 – Elas sejam genéricas – Caso contrário, em vez de apenas parametrizar os processos, elas acabam definindo resultados. Não se pode deixar de definir os parâmetros gerais de funcionamento do Estado para, descendo aos detalhes, criar instrumentos para administrar particularidades.

2 – Elas tenham inércia – Se não for assim, se não forem difíceis de se alterar, elas se tornarão objeto de discussões e decisões freqüentes, o que ocasionaria um enorme custo político. Esta característica deriva da existência de normas que extrapolam as regras constitucionais: são aquelas que definirão a formulação das próprias regras constitucionais, normas que poderíamos chamar de metaconstitucionais. Uma delas é a que impõe exigências severas para que as regras constitucionais sejam alteradas.

Como já dissemos, quanto mais importante uma decisão maior é a necessidade de um consenso amplo, um consenso de muitos atores. Assim, as decisões sobre as regras constitucionais são aquelas que mais necessitam de unanimidade. Quando a implementação está no nível das *policies*, há mais facilidade nos processos de tomada de decisão. Podemos dizer que, enquanto a *polity* refere-se à *estrutura* do funcionamento do aparelho do Estado, as *policies* estão relacionadas ao funcionamento no nível da *conjuntura*. Couto (2001), define que “decisões relativas à *polity* são de caráter soberano, enquanto as decisões relativas às *policies* são de caráter governamental.” Assim, quanto mais conjuntural uma decisão for, mais simples serão as condições de tomada desta decisão; a rapidez do processo corresponderá ao imediatismo do assunto em questão. Além de restritas no âmbito temporal, são de curto prazo, as decisões conjunturais são circunstanciais, ou seja, também são restritas em termos de alcance.

As decisões que estão no âmbito constitucional, estruturais e soberanas, nunca podem ser impostas e necessitam da aprovação de um grande número de atores. No entanto, na prática, não se pode exigir a unanimidade: se fosse assim, um, e apenas um, ator teria poder para bloquear decisões gerais. Por isso, são definidas normas que estipulam maiorias qualificadas, quando se trata de decisões neste âmbito.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de dezembro de 1988 foi escrita a partir do pacto constituinte realizado após a retomada do estado de direito em nosso país. Conforme descrito nos trechos dos artigos constitucionais abaixo, foram definidos como objetivos e direitos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 14º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(Constituição da República Federativa do Brasil – 1988)

Pelo novo texto, o direito de voto foi estendido aos analfabetos, o que amplia o alcance das eleições a toda a população acima de 16 anos de idade. No que tange ao nosso estudo sobre a desigualdade, ficou definida como obrigação do Estado a garantia de condições justas e dignas de vida a todos os cidadãos. Isso significa que

no nível estrutural um acordo amplo já foi realizado. Mas, diante da realidade social de nosso país, vemos que as premissas desse acordo ainda não foram satisfatoriamente colocadas em prática, em particular no que diz respeito às políticas sociais a serem implementadas com o objetivo de redução das desigualdades.

No âmbito das *policies*, o que ocorre é o jogo político em si, que se concretiza na tomada de decisões conjunturais, que dizem respeito não à auto-organização ou auto-administração do Estado e do governo mas sim às políticas que respondem às demandas da sociedade. Na atividade política, é aqui, no processo de tomada de decisões destas políticas conjunturais, que podem ocorrer imposições majoritárias, pois não há a necessidade da participação maciça dos atores nem do estabelecimento de pactos amplos, que só são necessários para a efetivação de acordos mais abrangentes. A força de imposição majoritária é inversamente proporcional ao peso político das minorias.

A forma de controlar uma possível “ditadura da maioria” é definir formalmente, dentro da normatividade constitucional, regras sobre os processos decisórios que garantam mais peso aos grupos minoritários nas decisões que estejam no âmbito das *policies*: isso é obtido através da introdução, no texto constitucional, de limites a certas *policies*. Então, o processo decisório relativo a elas fica restrito por mais exigências relativas às tomadas de decisão, como acontece no âmbito constitucional. Quanto maior a frequência de normas que objetivem resguardar as minorias, maior o consociativismo do sistema e, por isso, maior a necessidade de negociação. Por outro lado, quanto menor o consociativismo, maior o majoritarismo, onde o poder de decisão da maioria se amplia pois são necessárias maiorias menores ou menos restritas em certos aspectos.

De acordo com Tsebelis (apud, COUTO, 2001, p. 6) a demasiada “*estabilidade das políticas*”, diretamente proporcional ao grau de consociativismo do sistema, é perigosa pois pode levar a um bloqueio da capacidade de tomada de decisões no âmbito das *policies*; ao contrário da *polity*, onde a estabilidade é uma condição necessária para seu bom funcionamento. Assim, com o objetivo de evitar os possíveis bloqueios, é natural um maior majoritarismo quando se trata de decisões conjunturais. Disso depende a chamada governabilidade, a “capacidade para a produção de *policies* e não para a mudança da *polity*” (COUTO, 2001, p. 7).

A definição do que é *polity* e do que é *policy* é, no entanto, produto da sociedade em que o sistema político está inserido. O que se transforma em norma

constituinte ou ordinária dependerá dos próprios atores, de suas disputas e de seus conflitos. Esta decisão é uma escolha política, dependente de fatores como o momento histórico, que afeta a estrutura do Estado, a ação no jogo político e os processos de tomada de decisão. Por isso, há a possibilidade de inversão no julgamento, dos atores envolvidos, sobre a natureza da decisão a ser tomada:

1 – Temas claramente constitucionais podem ser tratados por burocratas ou decididos por maiorias oscilantes eventuais;

2 – Temas evidentemente conjunturais podem assumir alcance e estabilidade muito maiores do que seria razoável ou esperado, impondo limites de governabilidade ao cristalizar certas políticas.

De acordo com Couto (2001, p. 7), “No primeiro caso, a consequência provável é a grande instabilidade das regras do jogo político, no segundo, a maior dificuldade governativa dos eleitos.”

2.2.3 Os representantes políticos no Brasil

Para que fosse possível identificar traços cíclicos e evolutivos de formação dos representantes políticos de algum país, seria necessária uma análise histórica, no mínimo secular, das mudanças que atingem a base de sua formação. Não é muito fácil identificarmos traços inequívocos de mudança se analisarmos os representantes políticos do governo imediatamente anterior em comparação aos representantes políticos do governo atual. No caso do Brasil e, acreditamos, da maioria dos países. Mas, aumentando o raio de análise, se por exemplo considerarmos os representantes políticos do tempo do Império, com certeza veremos surgir diferenças claras em relação ao tempo atual. Por exemplo, na época do Império o grupo de representantes políticos era formado por cidadãos brancos de classe social superior, quanto a projeção social, riqueza e formação acadêmica; hoje, temos a possibilidade de eleger legisladores negros ou mestiços, de classe social e formação acadêmica inferiores.

Em um dos fatos sociais mais marcantes e recentes de nossa história, nós, brasileiros, passamos por um momento importante durante a ditadura militar: importante por seu obscurantismo, como lição sobre o que deve ser evitado; momento em que questões políticas e sociais relevantes e de âmbito estrutural, que

deveriam ser resolvidas, foram proibidas. Naquele tempo, foram colocadas de lado questões políticas vinculadas a nossa convivência enquanto cidadãos formadores de uma mesma e única nação. Era a promoção do individualismo através do silêncio, da separação, da força e da arbitrariedade. Aconteceu, então, o desmantelamento de toda e qualquer manifestação social que não estivesse de acordo com as restrições ideológicas impostas.

Para entendermos os representantes políticos brasileiros contemporâneos é crucial que consideremos os 20 anos de regime de exceção pelos quais passamos. Que levemos em conta a implosão de todas organizações políticas civis (partidos, sindicatos, estudantes, associações, etc), o exílio e o impedimento político; isso sem falarmos da violência, das torturas e dos desaparecimentos, dos assassinatos cometidos por grupos de extrema direita sob a tutela do exército, em especial, e das forças armadas brasileiras em geral. Com conivência e subordinação absolutas das polícias (federal, civil e militar). Perdemos todas as lideranças, a estrutura partidária foi dissolvida e a organização social desarticulada. O congresso resumia-se a um teatro vazio de verdade, emoção e público.

2.2.3.1 A mudança do foco na atuação dos políticos após o golpe militar: o chaguismo no Rio de Janeiro

De acordo com Versiani (VERSIANI, 2007), o golpe militar resultou em uma mudança de perspectiva por parte dos políticos no Rio de Janeiro. Em sua investigação, a autora escolheu dois grupos distintos para análise: os eleitos em 1962 antes do golpe militar e os eleitos em 1970, época em que o AI5 já estava em vigor. O conteúdo dos discursos proferidos pelos políticos dos dois grupos foi a matéria-prima da investigação. Além disso, foram analisadas as bases e as articulações políticas e sociais que propiciaram o acesso à câmara e as estratégias adotadas pelos representantes políticos.

A primeira e principal constatação é a de que antes do golpe militar os discursos e as preocupações que surgiam entre nossos representantes direcionavam-se para questões políticas mais gerais e estruturais, enquanto os representantes políticos pós-golpe tornaram-se mais clientelistas; no caso de sua relação com os habitantes de comunidades de baixa renda, mais assistencialistas,

assumindo uma linha de ação localizada, restrita e imediatista. Temas políticos gerais dizem respeito aos problemas estruturais e históricos da sociedade. Nesta mesma classe também se encontram questões individuais fundamentais como a garantia dos direitos civis e o desenvolvimento humano em seu contexto mais abrangente.

Com o golpe, as funções políticas se enfraqueceram. O regime militar efetuou cassações, prisões, torturas e assassinatos, destruindo instituições e lideranças políticas da época. O antigo estado da Guanabara foi o que sofreu o maior número de intervenções nesse sentido. Além disso, a estrutura partidária então vigente, que tinha como principais componentes os históricos partidos PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional), foi anulada. Foi instituído o bipartidarismo com a criação da ARENA (Aliança Revolucionária Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o primeiro partido representando a situação e o segundo a oposição.

Com a ajuda dessa desarticulação política, que resultou no desaparecimento de líderes importantes, em 1969 Chagas Freitas elegeu o diretório regional do MDB e, logo depois, em 1970, a bancada chaguista já ocupava mais de 50% das cadeiras na câmara de deputados estaduais. Nesta mesma época, Chagas é eleito governador. Entre os fatores importantes que ajudaram a ascensão, está o controle da mídia, com a utilização de diários populares de sua propriedade (O Dia e A Notícia) em benefício político próprio. Com o poder que o controle do diretório regional do MDB lhe conferia, Chagas manipulava as adesões e a formação de chapas no partido. O chaguismo se ampliava cada vez mais e acabou se expandindo também para a câmara federal.

O chaguismo era ingrediente importante, no contexto partidário, para a manutenção de um Estado pseudodemocrático, onde as instituições políticas existiam e aparentemente funcionavam, mas as reais possibilidades e ações eram arbitrariamente restritas. Vale lembrar que, na época, a Guanabara era o único estado do Brasil governado pelo MDB; todos os outros tinham o partido da situação, ARENA, no governo. Assim, Chagas Freitas era a oposição perfeita para os militares. Aqui, a palavra “para” se bifurca nos sentidos “na opinião dos militares” e “na relação política com os militares”. Chagas, como oposição no poder na Guanabara, era a união de dois lados que nunca deixaram de ser um. Ou seja, o governo Chagas Freitas era um ótimo argumento para os militares defenderem,

especialmente perante outros países, a idéia de que no Brasil vivíamos em um Estado democrático (com o partido de oposição funcionando livremente) e, ao mesmo tempo, era a garantia da ausência de um verdadeiro questionamento político em relação ao Estado e ao regime instaurado por parte de um partido teoricamente de oposição.

A atuação política no chaguismo é, como afirma Versiani (VERSIANI, 2007), marcada pelo direcionamento a segmentos específicos, os eleitores transformam-se em espécies de clientes que eventualmente obtêm vantagens pessoais pelo fornecimento de apoio político-eleitoral. No caso de sua aproximação com as comunidades de baixa renda, o assistencialismo é adotado como forma de clientelismo. Os deputados federais chaguistas discursavam sobre datas religiosas, questões de categorias profissionais específicas, problemas locais de urbanização, etc. Nunca, em seus discursos, emergiam quaisquer questões nacionais mais amplas, temas que teoricamente deveriam estar em sua pauta de atividades no congresso. Para eles, o fato de se elegerem era um ato vazio de conotações políticas e voltado para votos e cargos. Estes, eram distribuídos de acordo com os interesses pessoais daqueles que mantinham as posições de poder. Assim, segundo a autora, o chaguismo se instala como um sistema centralizado de distribuição de vantagens onde a ideologia não importa.

Em relação à sua posição como opositor, Chagas sempre teve ótima convivência com o governo federal militar. Com isso, fortalecia politicamente sua posição, o que o legitimava como líder e possibilitava o acesso a esferas mais altas do poder. Isso também era um importante fator que contribuía para sua manutenção no governo, tendo ele sido em 1978 reeleito indiretamente governador do estado.

Fato gravíssimo, as práticas clientelistas, conjugadas ao abuso de poder, favoreceram a divisão do aparelho estatal e dos serviços públicos em áreas de influência. Dessa forma, até mesmo o que em princípio é propriedade de todos passou a ser dividido e compartilhado apenas com os aliados. É o que Versiani (VERSIANI, 2007, pág. 219-220) chama de “mediação privatizadora do acesso aos serviços públicos” e “apoderamento da coisa pública”.

[A fidelidade ao chaguismo] não tem raízes profundas, pois não há uma ideologia comum. Não existe um programa comum. O que existe é a divisão do poder. (...). O esquema de poder está nas mãos do governador Chagas Freitas e ele distribui as benesses do poder. Enquanto isso existir, os chaguistas estarão ligados a ele. A corrente não tem um perfil ideológico. [O

que existe] é essa adesão pelas vantagens. (...). O que há é um fio de interesses que se criaram em torno da distribuição de poder, de cargos, de vantagens e que se articulam em torno da figura de Chagas Freitas, um grande empresário. O MDB chaguista é como se fosse uma grande empresa. (...). Sim, um patrimônio, um pecúlio imenso que essas pessoas dividem entre si, como uma firma. (...). E a fidelidade dessas pessoas ao Dr. Chagas advém do fato de ser ele o grande dirigente da empresa, o hábil dirigente da empresa, o inteligente administrador de uma empresa em pleno êxito e da qual, se eles se desgarrarem, são homens desempregados e não eleitos. (Versiani, 2007, pág. 217)

Após essas reflexões, a autora chega a uma conclusão muito importante: as práticas clientelistas, além de pequenas no sentido de seu alcance e objetivos políticos, são socialmente desagregadoras pois institucionalizam a diferença e os privilégios. Acreditamos que este seja um processo típico de exclusão social. Por isso, o chaguismo e toda sua herança política que perdura até hoje no estado tem um caráter desagregador que reforça as desigualdades sociais.

2.2.3.2 A ditadura militar e o seu fim

O golpe militar teve causas conjunturais. Ele nunca teve um caráter estrutural e, por isso, nunca vingou o nome de revolução. A sociedade brasileira tinha passado por um processo de alteração, tinha se urbanizado. A economia não ia bem, perdida em seu atraso secular. A pressão de massas sociais aglomeradas nas cidades começava a crescer e, no auge da guerra fria, se fortalece a idéia de construirmos um país com um mínimo de justiça social e soberania. Isso desagradou a várias forças presentes no contexto político. A idéia de soberania não era vista com bons olhos pelo Estado norte-americano, o mais forte componente externo, a idéia de justiça social, pelo menos nos termos em que foi definida, também não foi bem vista pelos grandes empresários em geral, por grande parte dos militares, pela Igreja Católica quase como um todo, por uma parte da classe média e por várias outras instituições conservadoras, que viam naquele movimento uma conseqüência muito ruim que eles denominaram “comunismo”, personificando aí o inimigo comum. O golpe foi, no imaginário dos setores mais conservadores de nossa sociedade, um contragolpe.

Eram tempos de muita tensão. Diversas reformas (agrária, urbana, etc) eram discutidas mas a ação era quase nula, todas as alternativas de mudança eram

envoltas numa capa de irrealidade e impossibilidade. Além disso, o governo tinha uma base de sustentação política muito frágil. As forças que se opunham a ele eram muito mais sólidas. Isso criou um clima insustentável. O Congresso parou. A interação executivo-legislativo foi interrompida e os processos e decisões paralisados. Em pleno tempo de guerra fria, o que houve foi uma polarização ideológica e o entendimento político foi por água abaixo. Era o ambiente apropriado para um golpe.

Os militares assumiram o poder com a promessa de um governo transitório. Queriam ficar lá apenas o tempo suficiente para “arrumar a casa”. O problema é que, sob a nova organização, novos interesses foram se estabelecendo; os militares perceberam aquilo como um retorno à situação “caótica” anterior e resolveram endurecer: veio o golpe dentro do golpe. Em 13 de dezembro de 1968, entra em vigor o Ato Institucional nº 5 (AI5). Com ele, estava instaurado o regime de exceção, a ditadura.

Na década de 1970, houve uma época de grande desenvolvimento econômico na conjuntura mundial e o Brasil passou pelo que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. A economia do nosso país vivia um momento de grande expansão, ilusória pois era alimentada por um fluxo de capitais voláteis dos países desenvolvidos, com grande excesso de caixa na época, remunerados a altas taxas de juros e, resultado, agravante da dependência da economia brasileira às nuances da economia mundial. É interessante notarmos a semelhança entre as relações econômicas internacionais de Portugal do século XVI em diante, quando se apodera de uma riqueza que não é sua (saques na Ásia e exploração na América) mas faz mal uso da mesma, não a aproveitando para seu próprio desenvolvimento e benefício, naquela época em que, sem falarmos da Índia e da China, explorava o Brasil e viveu um apogeu a partir de uma riqueza esgotável, com a economia internacional e a relação do Brasil, coincidentemente com os mesmos países, na época atual, a mesma estrutura; só que agora, por não ter uma colônia a ser explorada, o país vende-se a si mesmo. O posicionamento inferior na conjuntura econômica internacional é uma herança que mantivemos de nossa ex-metrópole. Um dos resultados negativos do sonho do milagre brasileiro, que surgiu com toda força nas décadas de 1980 e 1990, foi a atribuição de um enorme peso no cenário político e econômico à dívida externa e à inflação.

Mas, se por um lado vivíamos um “milagre econômico”, mesmo que discutível,

pelo outro vivíamos um dos mais obscuros períodos políticos de nossa história, quando a violência oriunda do Estado toma conta do cenário, promovendo o medo, o terror e o espanto. Uma situação social baseada na coação direta pela violência, obscuro período do autoritarismo.

Quando, em 1980, o militarismo perdeu sua base de sustentação ideológico-social, com o fim da guerra fria e a decepção da classe média brasileira que nunca viu seus sonhos de milagres se realizarem, os militares começaram a perceber que já era hora de sair. Ainda assim, conseguiram uma última grande vitória: a lei de anistia ampla, geral e irrestrita. Ela legalizava a volta dos que ainda estavam no exílio, que inevitavelmente e a qualquer momento teriam que voltar, mas, antes de tudo, impedia a punição dos militares, e dos grupos paramilitares, responsáveis por mais de dez anos de perseguições, assassinatos e torturas; ao contrário do que aconteceu em outros países sul-americanos que também passaram por regimes militares de exceção, como a Argentina e o Chile. Os representantes políticos que, se não considerarmos certas exceções honrosas, assistiram a tudo de uma distância segura, sempre estiveram muito atentos, embora, infelizmente, com a grande parte dos atores buscando apenas vantagens pessoais, esperando o momento em que pudessem ascender.

Naquele ano, 1980, nasceu o Partido dos Trabalhadores. Lula, representante de um sindicalismo autêntico, porta-voz dos desejos da classe operária, veio juntar-se ao coro dos que pediam o fim do regime autoritário e corporificaram esse objetivo na luta pelas eleições diretas para Presidente da República no Brasil. A partir de 1982, a sociedade brasileira parecia reorganizar-se sob a bandeira da reinstauração de um estado de direito.

Hoje, vinte e quatro anos depois do fim da ditadura militar, alguns atores políticos permanecem, embora eles mesmos modificados pelos novos tempos. A sociedade civil se fortaleceu, o debate voltou à tona. Ressurge em suas formas manifestas o desejo por uma sociedade politicamente organizada e, dessa vez, com uma força numérica avassaladora, fruto do aumento da população do país e do nível de difusão e democratização das informações, que colocou uma grande parte da população a par dos acontecimentos políticos e econômicos. O povo mudou muito. No entanto, até agora parece faltar aos representantes políticos os meios de acompanhar essa mudança de forma articulada a uma ação que possa ser considerada fruto de uma representatividade legítima. Em outras palavras, o poder

parece ainda estar distante dos interesses daqueles de onde, em tese, ele emana.

2.2.3.3 De onde vêm os políticos atuais

De acordo com Rodrigues (2002), nos últimos anos a experiência partidária tem sido um dos campos de estudo mais explorados na ciência política brasileira. Apesar de existir há pouco mais de 20 anos, o atual sistema partidário brasileiro já foi objeto de diversos estudos e alvo de um controverso debate acadêmico a respeito de suas fragilidades e virtudes. Ao contrário do que aconteceu com o sistema partidário no período de 1945 a 1964, cujo estudo só se tornou relevante após sua derrocada, o sistema atual já foi objeto de teses significativas antes mesmo de ter sua configuração definida.

Este renovado interesse pelo conhecimento da questão partidária é, sem dúvida, indicativo de uma maior valorização das instituições típicas da democracia representativa. É indicativo também da institucionalização da ciência política no Brasil como um ramo distinto das ciências sociais. Trata-se de uma área de conhecimento dos fenômenos políticos considerados não como mero reflexo dos processos sociais e econômicos, mas como produto da dinâmica do próprio sistema político, de instituições e atores que influenciam a ação política e o jogo de poder. De acordo com Rodrigues (2002), talvez seja também por isso, pela maior ênfase no contexto estritamente político, que os estudos recentes sobre a problemática partidária tenham deixado para segundo plano um dos aspectos fundamentais da análise: o exame das bases sociais da ação política. Embora o sistema político possua uma dinâmica própria, que envolve agentes individuais e coletivos, organizados e não-organizados, atuando de acordo com determinadas regras, ele está inserido no jogo de interesses sociais que, de alguma forma, ganham expressão por meio dos canais de representação política. Ou seja, além de analisarmos ideologias e esquemas macro de nossa organização política é importante também que coloquemos o foco sobre o político, enquanto agente (humano), e por isso socialmente qualificável, deste sistema.

O estudo dos partidos e do sistema partidário não pode prescindir das análises direcionadas ao componente social, no que diz respeito tanto aos eleitores como aos políticos em si. Rodrigues (2002) examinou a problemática partidária sob

um ângulo pouco explorado pelos estudos recentes, isto é, as bases sociais do recrutamento político no atual sistema partidário. Seu intuito foi definir os parâmetros em torno dos quais sua análise deveria ser feita. Entre os mais importantes está a constatação de que o sistema partidário brasileiro está se consolidando de acordo com alguns padrões definidos e, em segundo lugar, de que a composição socioprofissional da representação político-partidária é uma variável relevante na caracterização dos partidos, distinguindo-os especialmente quanto ao seu posicionamento no eixo direita-esquerda.

Assim, o estudo de Rodrigues quer demonstrar que o sistema partidário brasileiro está em processo de estruturação, o que se observa não apenas através da análise dos padrões de apoio eleitoral aos partidos - apoio dependente dos contextos regionais - mas, principalmente, através da análise do tipo de recrutamento social dos representantes partidários, ou seja, os políticos. Trata-se de mostrar que o recrutamento das lideranças partidárias segue um padrão que está relacionado a características sociocupacionais e ideológicas, significativas o suficiente para diferenciar os partidos tanto em termos ideológicos como em relação ao perfil social dominante de seus representantes no Legislativo.

Para desenvolver essa análise, além dos resultados das eleições de 1994, 1998 e 2002 para a Câmara dos Deputados, Rodrigues (2002) utiliza dados biográficos dos deputados eleitos em 1998 compilados pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, bem como os dados patrimoniais dos deputados segundo sua Declaração de Bens à Receita Federal. É importante destacar a relevância da utilização desses dados não só por possibilitar uma definição detalhada da composição social das lideranças partidárias, oferecendo inclusive uma classificação das profissões bastante útil para posteriores pesquisas, mas também por abrir uma linha de pesquisa inexplorada: o exame da documentação que os candidatos apresentam à Justiça Eleitoral na ocasião do registro de suas candidaturas.

2.2.3.3.1 Dados partidários e socioeconômicos dos políticos brasileiros atuais

A eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva para seu primeiro mandato,

em 2002, foi acompanhada por uma mudança significativa na composição do grupo de representantes políticos na Câmara dos Deputados. A principal diferença em relação ao perfil do Legislativo no governo Fernando Henrique Cardoso foi a redução do número de parlamentares que têm origem entre empresários e o aumento do número de cadeiras ocupadas por políticos recrutados na classe média e na classe trabalhadora. Segundo os dados coletados e analisados por Rodrigues (2002), após as eleições de 2002 a bancada parlamentar composta por sindicalistas saltou de 44 para 66. O número de (ex-) sindicalistas com postos importantes no Executivo também aumentou. Além do próprio Presidente da República, pelo menos 65 deles ocuparam cargos na Esplanada dos Ministérios. Desse total, 33% estavam no Ministério da Saúde e 13% no Ministério do Trabalho. Isso deixa evidente que, na primeira atuação do PT como protagonista do cenário político nacional, a atividade sindical tornou-se uma via de acesso para a representação política e, posteriormente, para posições de poder.

A maioria dos ministros do Presidente Lula no primeiro mandato era de classe média com formação universitária. Alguns, como a ex-ministra Benedita da Silva (Assistência e Promoção Social) e a ex-ministra Marina Silva (Meio Ambiente), vieram das camadas mais pobres e chegaram ao poder devido à sua experiência anterior de atuação no governo ou no congresso. A maioria - especialmente aqueles que tiveram passagem pelo movimento estudantil - esteve exilada e militou em organizações clandestinas. Alguns deles estiveram presos por longos períodos, como é o caso da ex-ministra das Minas e Energia, atual ministra da Casa Civil (Dilma Rousseff). É possível falar em uma popularização dos representantes políticos, fenômeno ligado à massificação da política brasileira e à extensão do direito de voto a todos os cidadãos.

As eleições de 2002 também aumentaram em mais de 10% a representação dos partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PC do B, PPS, PMN e PV) em relação à legislatura anterior. O número de deputados ligados a partidos de centro (PMDB, PSDB, PTB e PL) reduziu-se em 5,3%, e o dos vinculados a partidos de direita (PFL, PPB, PSC, Prona, PSL, PSDT e PSDC) caiu 4,9%. Nas eleições de 2006, o centro permaneceu estável, mantendo-se em primeiro lugar com 38,8% do total, enquanto a esquerda subiu (4,2%) praticamente o mesmo tanto que a direita desceu (4,6%). Hoje, em 2008, a representação da esquerda é um pouco maior do que uma vez e meia a representação da direita. Veja tabela a seguir:

Tabela 1 Tendências ideológicas na Câmara nas eleições de 1998, 2002 e 2006 (%)

Ideologia	1998	2002	%	2006	%
Direita	33,9	29,0	-4,9	24,4	-4,6
Centro	43,7	38,4	-5,3	38,8	+0,4
Esquerda	22,4	32,6	+10,2	36,8	+4,2
	100,0	100,0		100,0	

Fonte: Rodrigues, 2002 e Website da Câmara Federal, 2007

Na passagem de 1998 para 2002, avaliando a distribuição das ocupações e profissões na Câmara, Rodrigues (2002) constatou que os diversos partidos tinham perfis socioeconômicos diferenciados. Os empresários, em geral, estavam nos partidos de direita, enquanto os ex-sindicalistas, professores e trabalhadores estavam nos partidos de esquerda. Nos partidos de centro havia uma diversificação maior do ponto de vista da classe social. Comparando mais uma vez a composição socioeconômica da Câmara no período do primeiro mandato do Presidente Lula com aquela do período de Fernando Henrique Cardoso, verificou-se um aumento do número de pastores e padres, que cresceu de 12 para 21; embora se estime que a bancada dita evangélica, na época, fosse composta por cerca de 50 deputados.

Também é necessário fazer uma pesquisa sobre trocas de legenda, embora, nestes casos, a maior parte das mudanças envolva deputados dos setores profissionais, dos quais não se espera um grau elevado de fidelidade a um setor social ou a um segmento específico do eleitorado. Esses parlamentares, na maioria das vezes, foram eleitos por partidos de perfil ideológico e programático não muito definido. Já os trabalhadores e sindicalistas, assim como os empresários, têm mais dificuldade para mudar de legenda pois estão ideologicamente atrelados aos partidos.

Segundo Rodrigues (2002), os partidos nunca recrutam seus membros e simpatizantes exclusivamente em um único meio sociocupacional. Existem outras variáveis que afetam as escolhas políticas, como religião e nível educacional. Os políticos e candidatos a políticos, por seu lado, sempre avaliam as chances de vitória que cada legenda oferece no momento de se candidatarem a algum posto eletivo.

Tabela 2 Distribuição dos deputados na Câmara de acordo com profissões/ocupações e partidos nas eleições de 2002 (%)

Partidos	Profissionais liberais	Empresários	Professores	Servidores públicos	Outras profissões	Número absoluto
-----------------	-------------------------------	--------------------	--------------------	----------------------------	--------------------------	------------------------

PT	36,3	0	22,0	2,2	39,5	91
PFL	39,3	35,7	3,6	2,4	19,0	84
PSDB	46,5	15,5	5,6	5,6	26,8	71
PMDB	41,9	27,0	5,4	6,8	18,9	74
PPB	34,7	38,8	6,1	2,0	18,4	49
PTB	34,6	34,6	3,8	7,7	19,3	26
PDT	66,6	4,8	4,8	4,8	19,0	21
PSB	40,9	9,1	9,1	0	40,9	22
PL	23,1	23,1	3,8	3,8	46,2	26
PC do B	25,0	8,3	16,7	16,7	33,3	12
PPS	60,0	13,3	0	0	26,7	15
Outros	36,4	13,6	9,1	4,5	36,4	22
Total	39,9	20,3	8,4	4,1	27,3	513

Fonte: Rodrigues, 2002

Além disso, em relação à fragilidade de nosso sistema político-partidário recentemente estabelecido, devida à proliferação de partidos e à baixa coesão ideológica interna dos mesmos, se do ponto de vista da governabilidade a fragmentação partidária pode representar um sério problema, por outro lado, de acordo com Rodrigues (2002), a exacerbação do multipartidarismo tem a vantagem de reduzir as chances de radicalismo no campo político e ideológico pois, não sendo suficiente o apoio das legendas que o elegeram, o presidente tem que, necessariamente, buscar apoio entre os “inimigos”, o que pode estimular uma busca de consenso.

2.2.3.4 O governo atual

Passado o primeiro momento, quando esperanças de grandes reformas sociais no Brasil surgiram a partir da chegada do PT ao poder, a sociedade brasileira viu acontecer uma inesperada reviravolta: o Partido dos Trabalhadores não só não realizou as grandes reformas estruturais esperadas como, na arena econômica e política, assumiu um comportamento próximo ao governo anterior. O jogo político se manteve da mesma forma e as políticas implementadas, os resultados, não pareciam refletir o esperado compromisso com o social. Ao chegar ao poder, o PT teve que se afastar das antigas reivindicações.

Um partido é uma organização que quanto mais cresce mais complexa fica, se institucionaliza e começa a colocar seus interesses acima dos interesses dos eleitores. Torna-se burocrático, ocorre a especialização das funções e a

multiplicação dos postos. Quando surgem as vantagens do poder, mordomias, posições de comando e bens materiais que passam a ser usufruídos, emergem várias questões. Por que fazer a revolução? Por que mudar? Por que arriscar tudo isso que conseguimos?

Como afirma Rodrigues (2002), até a Segunda Guerra Mundial a política era profundamente permeada pelas diferenças ideológicas. Por exemplo, o operário inglês votava no Partido Trabalhista, que representava sua classe. Após o conflito, houve uma redução do peso da ideologia na política, qualquer que fosse essa ideologia, com um avanço do pragmatismo para atender às demandas de uma sociedade de consumo. Como já não existe a possibilidade de tomar o poder de assalto, os partidos políticos têm que “jogar o jogo” eleitoral, que é caro e no qual ninguém entra para perder. Os partidos, então, tiveram de começar a oferecer propostas que atraíssem as pessoas de outras classes sociais. Tiveram de concorrer para conquistar todos os tipos de eleitores (que se transformaram em espécies de clientes) e, por isso, o apelo ideológico se enfraqueceu muito. O marketing nas eleições passou a ser de suma importância. Os partidos diminuíram suas diferenças ideológicas: o que eles querem agora é conquistar eleitores. Isso é um fenômeno mundial, não ocorre somente no Brasil. A tendência agora é que os partidos busquem uma posição mais de centro. Se o PT insistisse em sua identidade de partido dos trabalhadores, ele perderia votos pois a classe operária empobreceu e se reduziu. O PT conseguiu a presidência por dois mandatos em uma situação onde não tinha maioria e teve de fazer aliança com a direita. Já o relacionamento com os partidos de esquerda se modificou pois, precisando governar, o partido teve que dividir as vantagens do poder. Em vários escalões de poder há uma distribuição de benefícios, que é comum a todos os partidos que atingem o comando. A diferença em relação aos outros está no fato do petista ser mais fiel à configuração ideológica do partido. O PT veio de uma posição inferior, o que, de acordo com Rodrigues (2002) redundou em uma maior voracidade de seus membros. Com o PT, parece que a relação entre política e poder não mudou muito. Reforma e justiça social, programas e planejamentos estruturais, ainda andam escassos e/ou caminham contra diversos entraves. É bastante óbvio que a educação é um caminho por onde necessariamente passa a construção de uma sociedade mais justa, é praticamente um consenso. Mas mesmo neste item não há uma melhora aparente ou, sequer, uma intenção política mais incisiva. Uma política essencialmente monetarista se

instaurou, com a aprovação das instituições financeiras nacionais, internacionais e do FMI. A almejada estabilidade econômica parece ter sido atingida mas os problemas sociais continuam presentes, destacando-se entre eles a desigualdade.

A partir da segunda metade do primeiro mandato do Presidente Lula, quando veio à tona uma série de denúncias sobre corrupção dentro do governo, se instaurou uma grave crise política. Esquemas de corrupção e tráfico de influência, o “valerioduto”, herança do governo Fernando Henrique, foram revelados, deixando a presidência da república, por diversas vezes, em uma situação bastante difícil, com a queda de diversos ministros que desempenhavam funções chave no governo. No entanto, é público e notório que os fundamentos das práticas denunciadas estão presentes em nosso país há muito tempo, sendo certamente mais antigos do que a própria república. Mas como a defesa da ética na política sempre foi uma das principais bandeiras do PT, a decepção da sociedade com o governo foi maior do que a de costume. Também não podemos nos esquecer de que a publicidade dada aos fatos, tanto em volume quanto em forma e conteúdo, expandiu ainda mais a crise. Hoje, está mais claro do que nunca o vínculo da mídia com o poder; parte da imprensa não hesitou em crucificar aqueles que ela considerava seus inimigos, mesmo tendo que, para isso, distorcer, criar ou esconder fatos de acordo com seus interesses.

Com sua eleição para o segundo mandato, o Presidente Lula veio reafirmar sua posição de prestígio frente à população brasileira. O fato mais interessante nesta última eleição talvez tenha sido a clara divisão dos votos de acordo com o nível socioeconômico dos eleitores: ficou evidente o apoio das camadas mais ricas da população ao candidato opositor ao presidente e das camadas mais pobres ao presidente. Um indício significativo se o considerarmos um sinal do desenvolvimento de uma consciência política mais organizada do povo brasileiro nos últimos anos, que se articulou e se apresentou unida na crença de que o governo federal brasileiro atual é, ou pelo menos está tentando ser, um governo popular e voltado para os interesses da maioria.

Dentro da perspectiva deste trabalho, as soluções para os problemas sociais no Brasil não poderão vir de uma análise simplista, superficial ou apenas numérica. Pensamos que a redução da desigualdade a aspectos socioeconômicos não gera os parâmetros que tenham a abrangência necessária para a compreensão de um problema dotado de tal complexidade: acreditamos que, além do ponto de vista

socioeconômico, uma abordagem psicossocial define uma instância que é, ao mesmo tempo, determinante e pesquisável do fenômeno. A desigualdade pode, como já discutido anteriormente, ser abordada a partir de diversos aspectos e, dentre eles, acreditamos, a relação entre as camadas menos favorecidas e o sistema político se configura como um dos mais importantes. Assim, o estudo da representação social que uma comunidade de baixa renda tem em relação aos políticos, ampliada por dados sobre a representatividade e a atividade política, na concepção dos sujeitos da representação, pode fornecer informações sobre a forma de adaptação destes sujeitos à sua situação na sociedade.

A Teoria das Representações Sociais é um instrumento que, ao se contrapor às abordagens que separam individual e social e basear seu campo de estudo em um conceito vinculado à interação entre grupos sociais, surge para estudar dimensões do conhecimento que não fazem parte do campo da psicologia social que manteve a hegemonia durante décadas, psicologia social de cunho individualista. O conceito de representação social deseja ampliar o horizonte de pesquisa até o ponto onde indivíduo e sociedade se encontram, se interpenetram e, ainda assim, produzem padrões visíveis e verificáveis que possibilitam tanto a distinção entre os homens como a verificação do que de comum acordo existe. O que, enquanto conceito, o coloca em posição privilegiada para o estudo das relações políticas dentro da sociedade.

2.2.4 Representações sociais e política: implicações

A palavra “política” tem como raiz a palavra “polis”; a política nasce na Grécia antiga. A ocorrência de um determinado momento cultural propiciou o florescer de um pensamento e uma relação dotados de uma abrangência e profundidade inéditas na articulação social de grupos humanos, que está na origem da chamada organização política. Sendo derivada da necessidade de se estabelecer uma ordem harmônica para a vida em sociedade, a “política baseia-se na pluralidade dos homens” (ARENDR, 1999, p.21). A política trata da convivência de indivíduos diferentes a partir do caos absoluto, de acordo com os interesses comuns e em contrapartida às diferenças. Para esta autora, a política nunca teve a profundidade da filosofia porque ela não está no homem, ao contrário do que pensava Aristóteles,

mas sim entre os homens. A atividade política se instaura a partir do discurso, permitindo que através da comunicação coloquemos em questão a necessidade, criando uma chance para a contínua reconstrução da história. Na organização social, os preconceitos, as “verdades” estabelecidas, são importantes pois nos proporcionam uma estabilidade, uma identidade. No entanto, devemos ser cuidadosos com a rigidez dessas verdades. O preconceito contra a própria política, o bloqueio do movimento de atualização da organização social, é a porta aberta para o estabelecimento de Estados burocráticos e/ou totalitários. O sentido da política é a liberdade, a eterna possibilidade.

As representações sociais nascem da interação entre os indivíduos através da comunicação, são dependentes do contexto social em que emergem e o fazem sempre com alguma finalidade específica, relacionada à nossa permanente necessidade de adaptação ao mundo. As representações sociais são um tipo de conhecimento socialmente adquirido e compartilhado que nasce do senso comum, a partir de um tipo de pensamento, pesquisado por Moscovici através da análise do discurso de grupos da população da França, um pensamento essencialmente relacionado à conversação, que ele denomina natural. O pensamento natural tem características próprias e define-se, na tese de Moscovici, em oposição ao pensamento científico, gerador este de um outro tipo de conhecimento e com um objeto diferente.

A partir do que foi dito acima, podemos considerar que política e representações sociais definem objetos de estudo relacionados tanto em termos de meios, a comunicação, como de finalidade, a organização social, e de natureza, consensual e não necessariamente científica. Embora a política seja uma atividade de tal importância que é institucionalizada e possua modelos específicos, ela, considerando o aspecto que a assemelha às representações sociais, tem também um lado que permeia de modo intrínseco o pensamento e comportamento humano em todo e qualquer contexto, institucional ou não; algo que, de certa forma, também participa na construção cotidiana da realidade. Ideologia e representação social são conceitos cuja relação tem sido investigada. De acordo com Xavier (XAVIER, 2002, p. 18), eles podem ser articulados, desde que o conceito de representação social possa ser ampliado em seu caráter cognitivo e psicossocial e o conceito de ideologia seja revisto em seu essencialismo e determinismo sociológico: a ponte entre eles é feita através das noções de “ideologia geral”, de Althusser, e das “teorias do senso

comum”, de Gramsci. O estudo das representações sociais sobre a política e seus agentes, assim como sua utilização na investigação do comportamento político, é adequado no sentido de visar um campo de relações entre ciências de natureza semelhante: um conhecimento que quer explicar a construção que os indivíduos fazem de si mesmos, de seus conhecimentos, de suas práticas e de seu próprio mundo a partir da comunicação dentro de sua realidade social tem muito a ganhar com o conhecimento da política - ambos são instrumentos de reconstrução da realidade.

O estudo das representações sociais que uma comunidade de baixa renda tem em relação aos políticos tem como motivação básica a desigualdade, o abismo social que existe entre os indivíduos pertencentes à população do nosso país. A escolha do sujeito vem do nosso interesse nas representações daqueles que ocupam justamente o lugar dos menos favorecidos dentro do sistema ultrapolarizado. A escolha do objeto deriva do reconhecimento do papel potencial dos agentes políticos nas reformas socioeconômicas estruturais que possam transformar o Estado.

Acreditamos que o estudo dessas representações seja apenas um ponto de partida para pesquisas que objetivem contribuir para a abertura de possibilidades de transformação social, a partir da publicidade de dados que se integrem em prol de uma ação política fundamentada no referencial dos que mais necessitam dessas transformações. Diante do fato da desigualdade ser um fenômeno tão naturalizado em nossa organização social, que, ao mesmo tempo em que envolve profundamente os aspectos simbólicos de apropriação dessa realidade, também conduz a resultados tão concretos que geram limites intransponíveis na divisão de nossa sociedade, é inevitável reconhecermos que sua complexidade não permite que ela, a desigualdade, seja abordada como um objeto em si. Acreditamos que só é possível abordar um fenômeno de tal complexidade limitando a investigação a aspectos específicos que, por sua vez, deverão ter bem definidas suas articulações com o fenômeno, deverão ser coerentes com o propósito de pesquisa das possibilidades de transformação e deverão utilizar uma metodologia consistente com um modelo teórico estabelecido.

Pensamos que um contexto possível para a articulação dos resultados desta pesquisa incluiria alguns estudos complementares. Em primeiro lugar, seria importante verificarmos como a população, que denominamos carente, vê-se a si

mesma dentro do contexto de desigualdade. Uma representação diferente por parte desse grupo a respeito de sua situação social, que não denotasse a desigualdade como um fenômeno que afete negativamente suas vidas, seria um primeiro obstáculo que provavelmente impediria esta investigação, pois ela se tornaria vazia. Assumindo que esta consciência, de que a desigualdade tenha presença marcante e importância fundamental, exista nestes indivíduos, devemos então pesquisar em que medida a representação social que eles fazem dos políticos reflete até onde e de que forma eles, os representantes políticos, estão implicados na manutenção desta realidade. A outra face deste estudo deveria incluir a investigação da representação social que os representantes políticos têm sobre as faixas mais carentes da população e de que forma estas representações afetam a prática de suas atividades políticas. Evidentemente, o estudo deste último aspecto deverá se fundamentar, em sua parte teórica, no estudo sobre a autonomia e mobilidade da atividade política dentro de sua prática institucionalizada.

Dentre os aspectos que este estudo aborda, consideramos dois deles particularmente importantes:

1 – A atividade política – Ela tem seus limites institucionais e suas formas próprias de organização e ação. O desconhecimento destes limites e destas formas impede que um cidadão possa compreender a atividade política em si e se colocar em relação a ela e seus agentes, seus posicionamentos, decisões e disputas, de forma coerente. Ou seja, acreditamos que a forma com que um cidadão se coloca em relação aos políticos depende tanto daquilo em que ele acredita (valores que identifica como presentes ou não no discurso e na atitude do político) como do conhecimento que este cidadão possui a respeito do funcionamento das instituições políticas e, com isso, do sentido das ações dos agentes políticos. Por isso, é importante identificarmos estes elementos na representação do favelado em relação à atividade política, principalmente no que tange a ele mesmo enquanto sujeito da desigualdade e ao papel que o político desempenha na estrutura social.

2 – A representatividade política – Há um paradoxo na organização política brasileira que possui reflexos profundos na organização social e econômica de nossa sociedade. Por um lado, temos um sistema representativo que teoricamente deveria permitir que todas as camadas da população tivessem suas visões e interesses representados pelo poder político institucionalizado,

as eleições são livres e gerais; por outro lado, não é possível identificar claramente uma ação sistemática e eficaz dos políticos para a resolução dos problemas de um percentual significativo da população brasileira, que continua à margem dos processos sociais e sofre a exclusão. Ou seja, temos uma parcela significativa em relação ao número total de eleitores que, embora possua e exerça o direito de voto, continua excluída socialmente, sem que contra isso vejamos qualquer ação sistemática e efetiva dos representantes políticos, na concretização de programas e projetos que combatam essa situação. Representantes estes, repetimos, por eles eleitos. Por isso, é importante pesquisarmos elementos da representação que os excluídos possuem em relação aos políticos e sua representatividade.

Rouquette (2005), ao partir do princípio de que o objeto da psicologia política é o cidadão, diferentemente da psicologia que tem como objeto o sujeito, privilegia o caráter social da questão. Para ele, o cidadão pode ser observado sob três aspectos: pensante, ator e pensado. O primeiro, diz respeito à observação das representações que o próprio cidadão possui. O segundo, à possibilidade que o cidadão tem de atuar, eventualmente alterando o esquema de poder vigente. O terceiro, se relaciona à forma como o cidadão é representado pelo próprio poder, como é instituído por ele.

Para este autor, ocorrem processos em que as representações do cidadão pensante aliadas às suas ações (cidadão ator) podem modificar as representações do cidadão pensado. É o que ele chama de representações minoritárias ativas, exemplificando com ações de grupos feministas, ecológicos, etc, que resultaram na alteração e/ou criação de leis. O autor também cita o caso das representações minoritárias contemplativas, exemplificando com a representação que se tem de certos políticos. Neste caso, o cidadão ator não é acionado e as representações do cidadão pensante não alteram aquelas do cidadão pensado. Há aqui uma observação importante. Acreditamos que a afirmação de que a representação dos políticos seja contemplativa é discutível ou talvez apenas parcialmente válida, no sentido da inequívoca relação da mesma com as práticas de escolha eleitoral que, agindo sobre a composição individual, partidária, política e ideológica do congresso, necessariamente terão influência sobre os rumos legislativos, estando assim a alterar as representações do cidadão pensado.

Por fim, Rouquette (2005) elabora um esquema onde divide os processos

sociais, sob a lente da psicologia política, em dois tipos inversos: os minoritários e os de conformidade. No processo minoritário, como exemplificado acima através das representações minoritárias ativas, temos o esquema:

Cidadão pensante => cidadão ator => cidadão pensado

Já no processo de conformidade, o que acontece é a conformação da ação do cidadão pensante às representações do cidadão pensado. Neste caso, o cidadão é e age de acordo com o que o sistema quer que ele seja ou faça. Podemos representá-lo da forma abaixo:

Cidadão pensado => cidadão pensante => cidadão ator

Nosso estudo, dentro da concepção de Rouquette descrita acima, deseja investigar o primeiro tipo de processo, sem deixar de considerar, dentro de uma perspectiva histórica, o segundo tipo.

Como já dissemos, no Brasil o estudo das representações sociais que as camadas menos privilegiadas da população têm em relação aos políticos assume importância face à extrema desigualdade social em que vivemos. Uma função importante desse estudo é tornar públicas informações que multipliquem as possibilidades de repensar essa realidade, dados sobre o estado atual dessas representações, que poderia ser então delineada a partir do referencial de um dos extremos dessa relação entre desiguais. Partimos da premissa de que os agentes políticos são potencialmente responsáveis tanto pela disposição da estrutura social e econômica como pela sua transformação e atualização. Através desta investigação, queremos olhar para as formas pelas quais estes indivíduos das faixas carentes representam aqueles que seriam seus pretensos representantes e, pelo menos em alguma parte, responsáveis pela manutenção das condições históricas em que permanecem, às vezes elas próprias usadas como justificativa para a situação de desigualdade, assim naturalizada.

Em uma democracia representativa, organização política de nosso país, o cidadão não tem a possibilidade de ação direta sobre os centros de decisão. A forma de ação direta do cidadão sobre a organização política que é legitimada pelo sistema é o voto, embora ela em si seja uma forma indireta de atuar sobre os centros de decisão, já que o máximo que se pode fazer é escolher (votar em) pessoas com as quais compartilhamos certos pontos de vista e esperar que elas tenham um certo tipo de conduta, dentro de um sistema institucional desconhecido pela maioria da população e povoado por condutas nem sempre muito claras e

interesses muito menos ainda. Teoricamente, a partir do voto todos os cidadãos teriam a oportunidade de terem suas idéias representadas de uma forma que seria numericamente proporcional à quantidade de indivíduos que compartilham esta ou aquela posição. No entanto, na prática não é assim que acontece – principalmente se levarmos em conta a proporção numérica em relação à população total do país de pessoas com condições de vida precárias e que votam. A não ser que elas mesmas não pensem que as condições de suas vidas sejam precárias. A ausência de representatividade dos políticos em relação aos interesses das classes menos privilegiadas é, sem dúvida, uma das razões para a imensa desigualdade. Ao mesmo tempo, a investigação do conhecimento que os sujeitos da representação têm em relação à atividade política é importante por ser um elemento constituinte da representação social. Não estamos aqui colocando em foco a discussão sobre o sistema político brasileiro, mas abrindo uma possibilidade de escuta, uma oportunidade de conhecer o pensamento, conhecer a face resistente e a transformadora da consciência que os menos favorecidos têm em relação à sua realidade. Escuta esta que será analisada de acordo com a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, o Modelo Estrutural, de Abric, e a análise de conteúdo nas manifestações discursivas através da Esquematização, na forma definida por Grize em sua Lógica Natural.

3 A Teoria das Representações Sociais como modelo de pesquisa

3.1 Sobre o objeto da Psicologia Social

Os temas da psicologia social são muito antigos. O que é relativamente recente é a tentativa da definição desta ciência como campo de estudo específico. Esses temas gravitam em torno das reflexões sobre o homem em suas relações com o que é externo, particularmente suas relações com os outros homens. Essa característica interacional da psicologia social a posiciona na fronteira entre outras duas ciências, a psicologia e a sociologia. Esse caráter duplo é, ainda hoje, tema de inúmeras discussões; o que comprova que os limites do campo ainda estão sendo definidos.

O grande problema que esta definição suscita aparece de imediato: na análise das relações entre homem e meio externo, como cada um pode ser identificado? Até onde identidade, com todos seus aspectos simbólicos, pode ser definida de forma individual, desprezando-se a componente que o externo tem sobre sua construção? Em outras palavras, onde está a fronteira, como definir parâmetros que possam lidar com essas grandezas? Este gravíssimo problema epistêmico implica numa questão prática, com a qual qualquer campo de conhecimento que queira adquirir o status de ciência terá que se deparar, que é a da definição de seu objeto de estudo. Não podemos esquecer que é justamente o objeto/campo de estudo de uma ciência que cria o espaço para a construção de teorias que, por sua vez, permitem a concretização de pesquisas que venham gerar conhecimento, pois afinal este é o objetivo.

Em sua história, podemos afirmar que a psicologia social foi, primeiramente, definida como um tipo de psicologia diferente, separado daquele que estudaria apenas os aspectos individuais no homem. Ao realizar seus experimentos em Leipzig, Wundt tratava de um campo que ele mesmo denominou psicologia fisiológica, que se limita aos aspectos individuais e só pode servir para explicar os processos psicológicos mais primários, estando enquadrada dentro do grupo das chamadas ciências naturais. Para ele, os processos psíquicos mais complexos não

poderiam ser tratados da mesma forma. Neste caso, os aspectos interacionais/sociais deveriam ser levados em conta e estudados a partir de uma perspectiva histórica. Era o que ele chamava de *Völkerpsychologie* (“Psicologia dos Povos”). Para Wundt, estas duas formas da psicologia seriam diferentes tanto em relação ao objeto de estudo como à metodologia. Essa dupla natureza, ao mesmo tempo ciência natural e social, seria uma questão central, a partir daí, para o desenvolvimento tanto da psicologia como da psicologia social.

Há aqui um ponto importante que desejamos ressaltar em relação à real dimensão do trabalho de Wundt no desenvolvimento da psicologia e da psicologia social pois, em seus aspectos epistemológicos e metodológicos, elas são até hoje profundamente marcadas pelas mesmas questões que direcionaram o trabalho deste autor.

Wundt tentou desde o início tomar a física como modelo de ciência para a psicologia. Na física, ele reconhece um sistema em que a teoria conseguiu chegar aos parâmetros gerais e específicos, necessários e suficientes para dar conta dos fenômenos observados, dentro do recorte conceitual a que ele se propunha, dentro das dimensões específicas a que se destina esse campo do conhecimento. O complexo e preciso grau de articulação que encontramos na física em relação ao vínculo entre conceitos, leis, variáveis, métodos e instrumentos, o que resulta em experimentos que produzem resultados precisos e confiáveis, em modelos estáveis, gerais e com grande capacidade de antecipação, é o modelo que Wundt adota para conceber a psicologia como ciência. E não é sem razão.

Só para se ter uma idéia de como a ciência da física pode evoluir através de precisos e sofisticados sistemas conceituais, citaremos o exemplo de Galileu, tentando dar uma breve idéia do alcance e da importância de suas descobertas, inclusive a principal que é de uma sutileza ímpar.

Na época de Galileu, a cosmologia, disciplina da Astronomia que estuda a gênese e a evolução do universo, era aristotélica. A Terra ocupava o centro do universo, tudo girava em torno de nós e, diante da observação do que pareciam ser evidências físicas, mas que eram apenas pseudo-evidências sensoriais, o mundo estava dividido em duas partes: a sublunar e a supralunar. A supralunar, como o próprio nome diz, compreendia tudo que estivesse “acima” da (mais longe do que a) Lua, o que incluía o Sol, os planetas e as estrelas. O mundo sublunar era o espaço entre a Lua e a Terra. Cabe dizer que o mundo supralunar era perfeito, imutável,

eterno e circular; o círculo era a imagem da perfeição e da eternidade. O mundo sublunar era imperfeito, mutável, efêmero/perecível e compreendia infinitas formas. Havia uma física para o céu e outra para a Terra.

Dentro da concepção antiga, que tinha a Terra como centro do universo, a lei determinante do movimento geral afirmava que o “estado natural” dos corpos era “parado”, e que todos os corpos tendiam ao centro da Terra (leia-se centro do universo). Dentro desta concepção, um corpo só poderia manter-se em movimento a partir do momento em que uma força estivesse atuando sobre ele. Ou seja, havia uma relação direta entre força e velocidade (variação de posição no tempo). O que Galileu fez ao lançar uma esfera de madeira e outra de ferro, verificando que ambas chegavam ao mesmo tempo no chão, foi derrubar o mito de que força e velocidade estavam diretamente relacionadas (enquanto variáveis). O peso (peso é força) é totalmente diferente, a bola de ferro pesa muito mais do que a bola de madeira, no entanto, ambas adquirem a mesma velocidade na queda. A força não é diretamente proporcional (tendo a massa como constante de proporcionalidade) à velocidade mas sim à aceleração (que é a variação da velocidade no tempo). E, a despeito da diferença na massa, a aceleração a que ambas esferas estavam submetidas era a mesma (a aceleração da gravidade).

Isso, algumas décadas mais tarde, seria matematicamente formalizado e se transformaria na equação que é a base de toda a física moderna: $F=ma$ (força é igual a massa vezes aceleração – 2ª Lei de Newton). A contribuição de Galileu que realmente revolucionou todo o conhecimento e criou a ciência moderna não foram as suas descobertas experimentais e observações, as manchas solares, as crateras da Lua, os anéis de Saturno, os satélites de Júpiter, os canais de Marte, isso é um mal entendido que se parece com aquele que atingiu Wundt quando avaliaram sua obra pelas contribuições experimentais e deixaram de lado todo seu impacto sobre a filosofia da ciência: ao descobrir uma nova relação entre força e velocidade, Galileu conclui que um corpo em movimento, sobre o qual atue uma força resultante igual a zero, tenderá a manter-se em movimento até o infinito. Ou seja, todo corpo que possui massa tende a manter seu movimento até que alguma força atue sobre ele, modificando este movimento. É, em um certo sentido, o oposto do que Aristóteles afirma. Esta propriedade dos corpos massivos, Galileu denomina “inércia”. O princípio acima enunciado é conhecido como “Princípio da Inércia”. A partir disso, o movimento passava a ser um “estado natural”.

Enfim, a partir de Galileu, a Terra já não era mais considerada o centro do universo (autores anteriores a Galileu já haviam observado que era a Terra que girava em torno do Sol, vide Copérnico), as coisas no céu não eram tão circulares e perfeitas como pareciam (manchas solares e crateras lunares), havia muitas coisas que estavam escondidas dos olhos humanos desprovidos de instrumentos (anéis de Saturno e satélites de Júpiter) e, principalmente, “parado” não era o “estado natural” dos corpos. Pelo contrário, todo o universo encontra-se em movimento e todos os corpos estão sujeitos às mesmas leis físicas independentemente de sua localização no espaço (sublunar ou supralunar).

Há algo que chama a atenção nesta trajetória de Galileu que realmente pode lançar uma luz sobre a base do pensamento de Wundt. O que está por trás das aparências é o verdadeiro objeto da ciência. A ciência deve basear-se em modelos teóricos que definirão as grandezas a serem analisadas (variáveis), definirão qualitativa e quantitativamente as relações entre essas grandezas, indicarão as questões e construirão os experimentos adequados para fornecer respostas a estas questões. Uma articulação conceitual da mecânica no século XV permitiu que o lançamento de duas esferas, uma de madeira e outra de ferro, viesse alterar toda a concepção humana sobre o universo. E Galileu só precisou medir a velocidade! Veremos, a seguir, como tudo isso era importante para Wundt.

Como modelo de ciência, Wundt usa a mecânica. Ela, a mecânica, não nasceu da experiência, mas sim como uma demanda lógica do pensamento (de entender o movimento). Assim, no desenvolvimento dos conceitos, são os motivos lógicos (que surgem a partir de nosso pensamento sobre o movimento, no caso da mecânica) que deverão servir como base tanto para a aquisição (planejamento do experimento dentro de um modelo teórico) como para a interpretação (aquisição de novos conceitos, sempre a partir da lógica inerente ao modelo teórico) dos dados experimentais. Wundt descarta como mito a idéia de que Bacon tenha sido o fundador do método científico e de que a indução seja o instrumento lógico da pesquisa científica. Pelo contrário, a origem da ciência moderna não envolvia a renúncia à especulação, mas sim as pressuposições especulativas de homens como Galileu. Para Galileu, o conteúdo sensorial era uma mera aparência subjetiva, por trás da qual se escondiam as relações geométricas e mecânicas que explicavam o fenômeno.

As pressuposições (teóricas) devem seguir à frente da pesquisa, para que

possam ser estendidas e corrigidas por ela. Este posicionamento coloca Wundt em confronto direto com o Positivismo. Para ele, o Positivismo errou quando supôs que a principal motivação na evolução da ciência moderna era o desejo de estabelecer regularidades empíricas com o propósito de prever e controlar. Para Wundt, esta motivação era o desejo de entendimento teórico a respeito da coerência entre os eventos. O motivo básico de toda pesquisa científica é o postulado da conexão não-contraditória entre os fatos. Em outras palavras, a natureza científica de qualquer pressuposição deverá subordiná-la a um princípio de causalidade específico. Wundt contrapõe seu princípio da causalidade ao princípio positivista da economia de pensamento. Para Mach, a base para a observação empírica está na busca do resumo mais econômico possível das regularidades observadas, busca orientada por questões práticas. Mas Wundt acredita que isso é substituição de ciência por mera tecnologia. Ele acreditava que a ciência deve buscar as conexões causais entre os eventos. Mas estas relações causais não eram meras relações funcionais, como propunha Mach. O Positivismo queria reduzir o estudo das relações causais ao estudo de funções, mas, objetava Wundt, havia relações causais que não podiam ser expressas em termos de funções matemáticas. Era necessária a consideração de formas essencialmente qualitativas (conceituais) da conexão causal, a causalidade psíquica.

Para Wundt, a existência do campo da psicologia era uma consequência direta da definição do campo da física. A distinção que Galileu fez entre qualidades primárias e secundárias (subjetividade da percepção) e a restrição do objeto da física ao movimento da matéria, deixaram o resto da experiência para ser pesquisado em outros termos (os termos psicológicos).

“Como o movimento no espaço tornou-se o único conteúdo de experiência objetiva não-contraditório para ela, a física moderna jamais se preocupou com questões sobre a natureza e as relações entre elementos subjetivos da percepção. Dessa forma, estes últimos foram atribuídos a uma outra ciência que era especificamente diferente da física, embora pudesse complementá-la na investigação do conteúdo total da experiência. Essa outra ciência é a psicologia.” (DANZIGER, p. 112)

Essas questões nos levam a uma reflexão importante sobre a teoria e o método no campo da psicologia social. Em relação à teoria, torna-se necessário um enquadramento preciso e a construção de modelos que privilegiem uma causalidade específica do campo. Isso nada mais é do que a definição do objeto da psicologia

social. Em relação ao método, devemos nos questionar a respeito da utilização de dados individuais de forma agregada nas pesquisas. Essa questão atinge diretamente a chamada psicologia social norte-americana. Ou seja, o mero agrupamento de dados individuais, sem a consideração da relação dinâmica entre eles, não garante que os resultados expressem grandezas grupais ou sociais. A face social do fenômeno não está apenas nos conteúdos, necessariamente individuais se considerarmos a forma como os dados são obtidos, mas, principalmente, em como eles se organizam, a forma como estão dispostos e seus movimentos e transformações, o que se manifesta nos discursos, conhecimentos e relações socialmente compartilhados através da comunicação. E isso nos leva a outra questão: a mera coleta de dados individuais e seu tratamento estatístico não poderão, por si, gerar modelos teóricos bem articulados ao viés social. A tendência empirista, indutivista, não poderá fornecer a base para uma compreensão de acordo com uma causalidade realmente específica da psicologia social, uma vez que carece de um objeto que pertença a essa dimensão e da fundamentação teórica correspondente.

Atualmente, podemos identificar duas correntes predominantes na psicologia social. Uma, a norte-americana, positivista, historicamente hegemônica, em especial após a segunda guerra mundial, quando se espalhou juntamente com a influência militar, cultural e científica que os Estados Unidos exerceram e exercem até hoje em todo o mundo, e que privilegia os aspectos individuais e cognitivos. A outra, de índole mais “sociológica”, é a que fundamenta seus estudos na perspectiva da Teoria das Representações Sociais. Nascida na França, em 1961, a partir da pesquisa realizada por Serge Moscovici, esta teoria tem tido grande receptividade na Europa e na América Latina, onde importantes estudos têm sido realizados nas duas últimas décadas, a partir dessa abordagem que ressalta os aspectos interativos entre sujeito e meio relacionados à comunicação.

3.2 Razões para o aparecimento da Teoria das Representações Sociais e reflexões sobre sua natureza enquanto campo de estudo

A Teoria das Representações Sociais surge em 1961, com Moscovici. De acordo com ele, até aquela época a psicologia social não tinha conseguido ir muito além dos sistemas de investigação que partiam de duas posições antagônicas. Uns priorizavam os aspectos sociais e tinham nos aspectos individuais apenas uma dificuldade a ser ultrapassada para a obtenção de uma explicação científica dos fenômenos de comportamento - o individual, o subjetivo, para eles nada mais era do que uma variável indesejável ou, melhor ainda, inequacionável na análise teórica dos fenômenos observados. Outros, fazendo a contrapartida deste movimento pendular, priorizavam as explicações de cunho psicológico, sob as quais o comportamento e a aquisição de novos conhecimentos eram analisados a partir de uma perspectiva individual e baseada em processos internos ao indivíduo, os ditos processos cognitivos. A intenção de Moscovici ao criar o conceito de representações sociais é a de estabelecer um novo campo, onde as relações sujeito-meio deixem de ser consideradas de forma unilateral.

Uma vez que os problemas devidos ao antagonismo entre os aspectos psicológicos e sociológicos fazem parte da própria história da psicologia social, concentrando-se aí discussões sobre sua identidade, sua abrangência e seu campo de estudo, o conceito de representações sociais quer estabelecer um objeto que possa definir seu campo de pesquisa de forma mais completa, abrangente e, principalmente, específica – diferenciada em relação aos campos de outras ciências.

O conceito de representação social tem como componente fundamental de sua especificidade a não priorização da fronteira entre o social e o individual. As representações sociais se engendram como conteúdo simbólico na elaboração de uma nova realidade, contribuindo para a formação da prática a ela associada, e, ao mesmo tempo, têm esta prática como fator determinante na produção deste conteúdo. Segundo Moscovici, o conceito de representação social é de difícil definição devido à “sua posição 'mista': na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos” (MOSCOVICI, 1978, p. 41). Seu estudo deve se fundamentar na perspectiva de uma natureza dialética, que aqui se aplica à relação de construção recíproca entre sujeito e meio. No caso das representações sociais, os elementos conceituais que se integram apresentam uma essência multifacetada, dentro do contexto atual de definição epistemológica do campo das diversas ciências sociais, onde coexistem conceitos da psicologia, sociologia, antropologia, história e outras ciências.

Outro dado importante a ser observado, que espelha a complexidade do estudo das representações sociais, é a justaposição de dois níveis de análise sobre uma mesma entidade, o conhecimento, em duas de suas formas de manifestação – científica e consensual. Em um dos níveis de análise, nos referimos ao estudo das representações sociais enquanto conceito básico e objeto central da psicologia social, que passa a se articular ao conjunto das ciências sociais a partir justamente do fato de ser considerada como campo definido por este objeto específico. No outro, nos referimos ao estudo das representações sociais como investigação de um processo específico de aquisição e/ou produção de conhecimento vinculado ao senso comum. Neste segundo caso, o foco se desloca para a construção de conhecimento pelo indivíduo ou grupo de indivíduos em sua relação com a realidade externa, a partir da comunicação. Assim, estudar as representações sociais é buscar o conhecimento (científico) sobre uma forma de aquisição de conhecimento (não científico).

Os processos de criação das representações sociais e transformação das já existentes ocorrem de acordo com a introdução seletiva de novos elementos às representações prévias relacionadas à nova realidade que se apresenta e, a partir disso, ajustamos nosso universo simbólico e nossas práticas. Isso limita as possibilidades de construção do objeto. Ou seja, a maneira pela qual percebemos alguma coisa já está até certo ponto predefinida, acontece de uma forma que já era esperada. As representações sociais tornam um conjunto de imagens estáticas em um sistema dinâmico; sendo um fenômeno vinculado à percepção da realidade externa, dependem não só desta realidade mas também de como nos posicionamos frente a ela. Assim, percepções são balizadas pelas representações sociais e reinterpretadas para que se ajustem à visão de mundo adquirida ao longo da história. As representações sociais tornam indissociáveis os aspectos internos e externos aos indivíduos.

O fato de ser um fenômeno relacionado à percepção de uma realidade específica significa, entre outras coisas, que só há sentido em se falar em representação social se limitarmos sua ocorrência a um grupo que tenha uma identidade definida e uma forma particular de apropriação dentro de uma mesma realidade. Poderíamos dizer que representações específicas existem dentro de grupos específicos que, por sua vez, têm sua especificidade, sua identidade, definida pelo próprio conjunto de representações que possuem.

3.3 Considerações históricas sobre a especificidade do conceito de representação social

A definição do conceito de representação social, devido à sua dimensão que a princípio se mostrava comum, sofreu inicialmente diversas críticas e questionamentos, especialmente em relação à sua cientificidade e, em consequência, à sua própria utilidade quanto à construção de conhecimento. Mas Moscovici, em relação a estas críticas, faz a objeção de que nenhum conhecimento, mesmo o científico, prescinde de uma apropriação que passará necessariamente pelo senso comum, pelo pensamento usual das pessoas.

Um ponto chave na definição da especificidade do conceito de representação social: ela se apresenta tanto como substância simbólica que faz parte da elaboração de uma realidade quanto como prática que estará relacionada a esta apropriação simbólica. Ela está presente tanto no pensamento como no comportamento dos indivíduos. Mas, para Moscovici, a definição conceitual não dicotômica das representações sociais é difícil pois elas encontram-se na interseção entre conceitos sociais e psicológicos. No entanto, ele afirma, elas “constituem uma organização psicológica, uma forma de conhecimento particular de nossa sociedade e irreduzível a qualquer outra” (MOSCOVICI, 1978, p. 45-46).

Partindo da consideração do pensamento de Durkheim, que afirma que a única forma de se pensar conceitualmente é não deixar que nossas idéias sejam guiadas pelo subjetivo, e que o variável deve ser subordinado ao permanente, o individual ao social, Moscovici constrói a crítica a esta idéia, afirmando a especificidade da psicologia social como campo de estudos sobre a mediação entre o indivíduo e o meio. Ele contrapõe as explicações sociais de Durkheim às explicações de cunho cognitivo da psicologia (Piaget) e afirma que alguns pensadores priorizavam o caráter coletivo das representações enquanto outros seu caráter simplesmente psicológico, em detrimento de seu conteúdo e sua dinâmica. Ele tem o desejo de criar uma nova dimensão de conhecimento em relação aos fenômenos de pensamento e comportamento. De acordo com Moscovici (1978), ciências como a sociologia, antropologia, psicologia e psicologia social tentaram compreender as “condutas irracionais” (ou irracionalizáveis) - mas os resultados são

fragmentados pois cada uma destas ciências se fechou em seu domínio específico. Assim, seja subordinando o individual ao social ou priorizando sua natureza psicológica, elas não conseguem dar conta da pluralidade dos pensamentos e comportamentos. De uma certa forma, elas abandonaram a idéia de unificação do coletivo ao individual.

Moscovici reúne alguns conceitos já existentes, tanto na psicologia social como em outras ciências, para compará-los ao de representação social, no intuito de precisar a especificidade deste último. Ele não concorda, por exemplo, com a redução das representações sociais ao conceito de *mito*. Ao analisar o significado da palavra mito, ele o define pelo fato de ser reconhecido como um mecanismo que regula o comportamento e as comunicações em sociedades primitivas. O mito, então, seria o instrumento utilizado por grupos que só podem explicar, entender e conviver com certos fenômenos a partir de uma perspectiva de certa forma ingênua. À ciência, caberia o papel de estudar e explicar estes mitos - que ficariam como, digamos, objetos do acervo de um museu exótico. Por sua vez, afirma Moscovici, as representações sociais estão relacionadas ao cotidiano do homem moderno ou, melhor ainda, do homem de qualquer época. É uma dimensão humana que participa da passagem dos tipos de conhecimento aos diversos níveis de consciência possíveis. Em outras palavras, a representação social é a forma pela qual o homem transforma qualquer informação ou percepção em algo que, a partir do momento em que esteja totalmente integrado ao seu sistema cognitivo, seja para ele perfeitamente inteligível e passe a fazer parte de sua realidade. A representação social se constitui em “uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas conseqüências” (MOSCOVICI, 1978, P. 44). Ou seja, as representações sociais não só balizam a simbologia associada ao mundo do indivíduo (ou do grupo) como se refletem no comportamento deste indivíduo, no feedback, naquilo que ele vai devolver àquele mesmo meio que estimulou sua percepção, representação e ação. A representação social significa um aspecto essencial da realidade para os seres humanos, na medida em que direciona a relação eu-mundo. As representações sociais, além de possuírem um contexto psicológico autônomo, pertencem à sociedade e à cultura onde o grupo se insere.

Além do mito, Moscovici também contrapõe o conceito de representação social ao de *opinião*. Segundo Durkheim (apud MOSCOVICI, 1978, p. 45):

O valor que atribuímos à ciência depende, em suma, da idéia que fazemos coletivamente da sua natureza e do seu papel na vida; quer dizer, ela exprime um estado de opinião. É que, de fato, tudo na vida social, inclusive a própria ciência, está assentado na opinião.

Embora concorde com esta afirmação, Moscovici (1978) objeta que, pelo que verificamos no decorrer da história, o conceito de opinião cada vez mais se distancia do arcabouço dito científico de nosso conhecimento, desempenhando um papel cada vez menor nas nossas investigações que mais e mais voltam suas bases para o experimental. Enquanto isso, as representações sociais, embora se mantenham fora do grupo das ciências puramente deterministas, se engendram por meio de observações e análises consistentes com estas mesmas ciências, baseadas estruturalmente na linguagem, incorporando conceitos tanto da ciência como da filosofia. Além do mais, e este talvez seja o ponto fundamental que diferencia a representação social da opinião, esta última tem como característica a pouca estabilidade, sendo baseada em casos particulares e é, portanto, limitada; enquanto as representações sociais têm como característica observável a sua permanência relativa no tempo, sua abrangência nos grupos, sua natureza histórica e social. Por ser uma reação dos indivíduos a um objeto externo, acabado e independente do sujeito, e ter um vínculo direto com o comportamento, a opinião assume dois aspectos básicos: é um processo que se passa única e exclusivamente no sujeito, não envolvendo a construção do objeto em si, e tem valor preditivo, uma “preparação para a ação”. Mas as representações sociais, por sua vez, dizem respeito a algo que se apresenta simultaneamente à percepção do objeto e sua adaptação ao conjunto de conhecimentos previamente existentes, construindo-se, transformando-se e recriando-se no momento em que tal objeto se apresenta.

Outro conceito importante, que é investigado por Moscovici antes dele afirmar teoricamente uma reconsideração epistemológica do conceito de Representação Coletiva de Durkheim, é o de *imagem*. Na concepção de Boulding, considerada insatisfatória por Moscovici como provedora de uma base conceitual para o estudo a que se destina na psicologia social, a imagem é um reflexo interno de uma realidade externa objetiva, como se fosse uma cópia que guardamos. Assim, segundo Moscovici, não passa de uma reprodução passiva de um dado imediato. Já as representações sociais, afirma Moscovici, são, em primeiro lugar, um conceito fundamentado em uma hipótese que não está sendo considerada aqui: para ele, não

existe fronteira entre o mundo exterior e interior, isto é, sujeito e objeto são indissociáveis, e a formação e a dinâmica das representações sociais estão estruturalmente vinculadas a esta relação dialética entre ambos.

É importante destacar mais uma vez que uma representação social está intrinsecamente vinculada em sua forma ao observador e ao observado, simultaneamente. A representação social cria um conjunto de valores que será a base simbólica da constituição do sujeito e, ao mesmo tempo, limita e dirige as possibilidades de ser de qualquer objeto que seja representado. Assim, de acordo com Moscovici (1978):

Não reconhecer o poder criador de objetos, de eventos, de nossa atividade representativa, equivale a acreditar na inexistência de relações entre o nosso reservatório de imagens e a nossa capacidade de combiná-las, de engendrar novas e surpreendentes combinações.

o sujeito constitui-se ao mesmo tempo. Pois, segundo a organização que ele se dê ou aceite do real, o sujeito situa-se no universo social e material. Há uma comunidade de gênese e cumplicidade entre a sua própria definição e a definição do que não é ele - logo, do que é não-sujeito ou um outro sujeito (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

Concluimos que há na formação da representação social uma dinâmica que abarca o sujeito e o objeto no fenômeno. Ou seja, a resposta que damos a uma situação será influenciada por uma representação que se constrói ao mesmo tempo em que surge o estímulo que esta situação nos fornece. Isso é a indicação de que as representações sociais reestruturam ou recriam o objeto na própria origem de sua percepção e, ao lançarmos mão deste conceito, fazemos com que deixe de existir a dicotomia entre interno e externo, a separação entre sujeito e objeto. Nesta perspectiva, ambos são indissociáveis. Assim, as representações são anteriores às imagens e às opiniões que formamos na elaboração simbólica deste objeto. Elas (as representações sociais) são, então,

uma preparação para a ação, e não somente na medida em que guiam o comportamento mas, sobretudo, na medida em que remodelam e reconstituem os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. Elas conseguem incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que estão vinculadas ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam estas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

As representações sociais nascem das interações, mediadas pela comunicação, e suas variações nos diferentes contextos possíveis para uma mesma interação não significam que elas não sejam autênticas. Segundo Heider,

O problema da consciência, da abertura para o mundo, ou, se preferirem, da representação, recebe um significado particular se considerarmos as relações e a interação entre as pessoas.

Os conceitos de imagem, opinião e de atitude não levam em conta esses vínculos, a abertura que os acompanha. Os grupos (dentro destas definições) são encarados a posteriori de maneira estática, não na medida em que criam e se comunicam, mas enquanto utilizam e selecionam uma informação que circula na sociedade. Em contrapartida, as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma (simples) reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior. (apud MOSCOVICI, 1978, p. 50)

Alguns outros autores sublinham estas considerações de Moscovici, elaborando considerações teóricas que corroboram esta singularidade na especificidade do conceito de representações sociais. A partir das análises de Moscovici, concluem que o social só pode existir a partir da existência do sujeito que, por sua vez, só pode existir inserido no social: a relação dialética entre ambos é o ponto de partida para a elaboração da Teoria das Representações Sociais. E o que interessa é estudar a interface da relação indivíduo-grupo. As representações sociais incorporam o movimento de interação entre pessoas dentro de uma sociedade e desdobram-se em figura e sentido (imagem e símbolo). Além disso, concluem, as representações sociais têm papel preponderante na geração e na aceitação de novos conhecimentos, que são ao mesmo tempo produto e processo de construção do homem. Para Jodelet, “As representações sociais estão ligadas ao modo como apreendemos o cotidiano. São um conjunto de imagens, dotado de um sistema de referência, que permite ao indivíduo interpretar e dar sentido à sua vida.” (apud COSTA & ALMEIDA, 1999, p. 27)

3.4 A formação das representações sociais

A representação social é produto de um movimento de interação entre as

peças e está intimamente ligada a geração e aceitação de novos conhecimentos. No contexto dos especialistas (cientistas), o surgimento desses novos conhecimentos está vinculado a pressupostos teóricos e metodológicos, enquanto que no âmbito do público leigo está vinculado a critérios culturais. De acordo com Moscovici, podemos dizer que este conhecimento é a resultante, dentro dos limites de um mesmo grupo, de uma função de três variáveis independentes: a difusão, a propaganda e a propagação. Sendo um conhecimento (re)criado a partir de sistemas próprios de valores, a representação social fundamenta-se no senso comum e nas experiências cotidianas. Para Jodelet, "(A representação social) é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum e um conjunto social" (apud ABRIC, 2000, p. 24).

Para Abric, as representações sociais são função do tipo de experiência com o objeto, das comunicações relativas ao objeto às quais os indivíduos são expostos e das crenças particulares. São funções de elementos cognitivos de base: estereótipos, protótipos e scripts. Os estereótipos são um conjunto de características atribuídas aos membros de uma categoria por uma grande parte dos membros de uma outra categoria. Os protótipos são um conjunto de descrições, formado por uma categoria de objetos com dimensões equivalentes. E os scripts são condutas diante de situações que direcionam comportamentos. Além disso, para este mesmo autor, a emergência de uma representação social está diretamente condicionada à existência de um objeto polimorfo que tenha um determinado valor de enjeto para um certo grupo que, por sua vez, está em constante interação com outros grupos e pressupõe a inexistência de um sistema ortodoxo. Os objetos polimorfos são aqueles que, apresentando-se de uma forma diferente do que era esperado pelo sistema preexistente, criam a necessidade de representação. O valor de enjeto é algo sobre o qual os grupos se apóiam para garantir sua identidade e coesão. Um sistema ortodoxo é aquele que está sujeito a condições restritivas específicas que implicam em elaborações científicas (neste caso, as representações não têm força suficiente para emergir).

Existem dois processos principais na formação das representações sociais: a *objetivação* e a *ancoragem*.

A objetivação está vinculada ao processo de construção de conhecimento pelo indivíduo e, em si, é função de três outros processos:

- seleção e descontextualização: diferentes grupos têm diferentes formas de acesso à informação, que é apreendida pelo público de forma fragmentada e distorcida, de acordo com a posição do grupo em questão no contexto social onde esteja inserido.
- formação do núcleo figurativo: processo psíquico através do qual o indivíduo procura tornar um fato/conhecimento novo em algo coerente com seu próprio sistema de referência. O núcleo figurativo é um núcleo simbólico que permite ao indivíduo inserir em seu mundo um novo conhecimento.
- naturalização: a partir do núcleo figurativo, ela permite ao indivíduo articular seus esquemas conceituais em elementos da sua realidade baseada no senso comum.

O conjunto de conhecimentos elaborado a partir das representações sociais elimina o conflito cognitivo, vinculando-se aos elementos mais arraigados da cultura e da tradição. Relacionada a este movimento, a ancoragem é o processo que assegura o elo entre a função cognitiva de base da representação e sua funcionalidade no âmbito social. Ela é função de três variáveis: a dimensão cognitiva de integração do que é novo, a interpretação da realidade e a orientação dos comportamentos e das relações sociais. A ancoragem apresenta-se sob duas formas:

- enquanto consignação de sentido: é a expansão dos significados da realidade que incidem sobre as relações estabelecidas entre os diferentes elementos da representação.
- enquanto instrumento do saber: é a que transforma a representação social em uma referência de conhecimento, representação a partir da qual os elementos exprimem e ajudam a construir as relações sociais.

A análise da relação indivíduo-meio se faz pelo elo existente entre a objetivação e a ancoragem. Assim, a comunicação de seus próprios pontos de vista em relação à realidade torna-se tão intrínseca aos sujeitos de um mesmo grupo, que todos eles são levados a se comportar segundo as representações atribuídas pelo grupo àquele objeto. Mas, ao mesmo tempo, é de se esperar que cada indivíduo dê um toque singular, pessoal, à sua representação de um dado objeto. Assim, cada indivíduo cria um sistema de pensamento diferenciado e, ao mesmo tempo, coerente com o sistema de pensamento do grupo ao qual pertence.

3.4.1 O pensamento natural: a dinâmica intelectual da formação das representações sociais

Em seu estudo, Moscovici identifica a existência de um tipo de pensamento através do qual se processa a transformação de um saber científico em um saber consensual: o pensamento natural. Dotado de características próprias, é a partir deste tipo de pensamento que as representações sociais irão se formar. Por isso, o estudo do pensamento natural fornecerá elementos chave para a compreensão da dinâmica das representações sociais e de sua formação.

As representações sociais são definidas como um conhecimento autônomo dotado de especificidade e seu estudo se fundamenta na exploração fenomenológica do discurso das pessoas. Embora isso possa não levar a conclusões seguras nem precisas, Moscovici afirma que é um tipo de conhecimento inexplorado, uma tentativa de conhecer um domínio desconhecido e normalmente relegado ao esquecimento: o pensamento concreto dos indivíduos a respeito de um objeto social. Ele argumenta que a ausência de uma lógica formal na fala humana não implica que seu estudo não tenha valor tanto em termos de conhecimento como de objetividade. Se a fala não obedece aos modelos científicos mais ortodoxos que priorizam o determinismo, o papel da psicologia social não é o de tentar conformar o estudo das representações sociais a este enquadramento mas sim tentar revelar padrões próprios dos fenômenos observados. Se considerarmos que o pensamento natural, expresso através da fala, é pseudológico e tomarmos o pensamento científico como modelo ideal, estaremos transformando uma lacuna de nosso conhecimento em uma lacuna da realidade. Em outras palavras, estaremos ignorando uma coisa por não poder explicá-la. Assim, a Psicologia Social deve abandonar as oposições “lógico X ilógico” ou “social X individual”, levar em consideração a pluralidade dos sistemas cognitivos e de situações sociais entre os quais haja uma relação de adequação, articulação ou imbricação, sabendo que o contexto onde as ciências se desenvolvem é inevitavelmente regido por condições sociais.

O ponto de partida para o estudo das representações sociais é a investigação dos diversos fatores que determinam as condições em que elas são construídas. Moscovici define três condições para a construção das representações sociais:

- 1 – Dispersão de Informação – Uma vez que as informações chegam

quantitativa e qualitativamente de forma diversa para as pessoas, a defasagem entre a informação disponível e aquela que teria sido necessária para dominar toda a seqüência de raciocínio é um fato constitutivo e não há como determinar uma causalidade de forma inequívoca, o tipo de relação que se estabelece dependerá das zonas de interesse do sujeito. Os obstáculos à transmissão da informação, as barreiras educacionais, reforçam esta flutuação e, no fim, o que se faz é escolher. A multiplicidade e desigualdade das fontes de informação tornam precários os laços entre os julgamentos dos diversos sujeitos e este tipo de reflexão é o mesmo tanto para sujeitos cultos como para incultos.

- 2 – Focalização dos sujeitos – A distância e o grau de implicação do sujeito em relação a um determinado objeto social são variáveis e têm necessariamente um impacto sobre o estilo de reflexão de cada um. A focalização de uma pessoa ou grupo é resultado dos efeitos de seus valores e opiniões em suas interações.
- 3 – Pressão para inferência – As relações sociais exigem que, a cada momento, um sujeito ou grupo seja capaz de responder a uma determinada situação. Ele deve optar entre diferentes alternativas, tornar estáveis opiniões nem sempre seguras, vincular premissas a conclusões, tudo isso para construir um código comum e estável. O diálogo visa justamente à adaptação das mensagens dos sujeitos a este código comum e o conhecimento das atitudes do interlocutor favorece respostas esperadas. Ou seja, a intensidade da pressão para inferência é função de nossa natureza de receptores dotados de um interesse e da percepção de que, enquanto emissores, contamos com uma audiência conhecida.

Enquanto o pensamento científico é formal e escrito e visa a apreensão de categorias, o pensamento natural é oral e visa à comunicação de idéias. O pensamento subjacente à fala não visa à produção de conhecimento: ele é um fim em si mesmo. O processo cognitivo é dominado por um jogo de perguntas e respostas, tendendo à concordância ou discordância, ao sim ou ao não, à binariedade.

Tanto o pensamento científico como o pensamento natural possuem um sistema operatório (absorção de informações) semelhante, que funciona com base em processos de associação, inclusão e discriminação. Já o metassistema,

responsável pelo controle, verificação e seleção (das informações), é diferente para cada um dos tipos de pensamento: no científico, ele funciona de acordo com regras oriundas de teorias e modelos científicos, no natural, ele funciona de acordo com princípios normativos e valores. O pensamento natural, manifesto no diálogo, ocorre em um contexto hierarquizado, com tendências para modos de reflexão e de significações estáveis que indicam as combinações permitidas (pertencem ao grupo social onde o sujeito se insere) e as proibidas (pertencem a outro grupo).

O pensamento natural manifesto no discurso das pessoas é dotado do que Moscovici denomina “formalismo espontâneo”, que surge da articulação do emprego de lugares-comuns e juízos consagrados com o encadeamento discursivo próprio do indivíduo. O fenômeno observado é a repetição de fórmulas consagradas de maneira abreviada: o pensamento e a comunicação se desenrolam de forma econômica. As palavras tendem à linguagem convencional do grupo com as conotações usuais, referências comuns e descontinuidades que revelam áreas de “pseudo-reflexão”. Há um tipo de infracomunicação, onde o diálogo ocorre através de meias palavras ou subentendidos: pensar e falar se identificam. No entanto, a importância da repetição não está apenas no fato de ser econômica, mas também porque ela é uma organizadora do pensamento e dos julgamentos; como se fosse um “lastro lógico” da fala.

No pensamento natural, o vínculo entre os argumentos se estabelece em dois níveis de causalidade. O primeiro, que também acontece no pensamento científico, diz respeito a um encadeamento lógico onde se estabelece a conexão entre uma causa bem conhecida e um efeito bem previsível: a causalidade eficiente. No segundo, próprio apenas do pensamento natural, a intenção desempenha um papel na estruturação do universo e na representação do sujeito: é a causalidade fenomenal ou antropomórfica. Este segundo nível de causalidade reflete o fato de que “um objeto social é sempre apreendido como algo associado a um grupo e à sua finalidade”. (MOSCOVICI ..P.261)

Finalmente, no pensamento natural não é o encadeamento lógico que determina a orientação do julgamento, é a orientação do julgamento que determina o encadeamento lógico: a conclusão é conhecida antes da premissa. Todas as partes lógicas do discurso passam a trabalhar para confirmar as conclusões: a seqüência de opiniões e julgamentos vem para traduzir e demonstrar o que já estava formulado.

3.5 A lógica natural no estudo das representações sociais

O texto transcrito das entrevistas gravadas nesta pesquisa foi submetido a uma análise de conteúdo com base em parâmetros da lógica natural que são utilizados para a análise de discurso na forma definida por Grize (2001). Uma investigação realizada de acordo com o modelo preconizado pela lógica natural é coerente com o propósito de estudo fundamentado na teoria das representações sociais, uma vez que os conceitos do modelo são interconectáveis aos da teoria.

A proposta de Grize é estudar as manifestações puramente discursivas do conhecimento. O problema que se coloca é o seguinte: como o que alguém diz pode informar ao observador sobre as representações que este alguém tem ou constrói dos fenômenos sobre os quais ele fala? Por definição, toda representação é representação de alguma coisa e, para o sujeito, a natureza desta coisa não é independente da sua representação. Enquanto o campo dos saberes ditos científicos trata das estruturas de formação destes saberes, visando assegurar a coerência desses conhecimentos em relação aos seus modelos teóricos, e não dos conteúdos propriamente ditos dos mesmos, o campo das representações estuda tanto o conteúdo como a organização dos conhecimentos originários do senso comum. Em resumo, o objetivo central, no segundo caso, é o estudo do conteúdo e da organização do conhecimento, fruto do senso comum, pela aplicação da lógica natural à análise do conteúdo dos discursos. De acordo com Moscovici (1978), como vimos anteriormente, a conversação se desenrola sob um tipo de organização do pensamento, que ele denomina “natural”. Assumindo o pensamento natural como campo ou estrutura mental que abriga as condições e os modos de manifestação verbal, nos estudos dos processos inerentes ao pensamento na produção do discurso Grize (2001) estabelece a noção de esquematização.

Abaixo, uma representação gráfica desta noção (consulte o Anexo B – Relações entre as variáveis das etapas do processo de esquematização e descrição de variáveis e símbolos dessas relações):

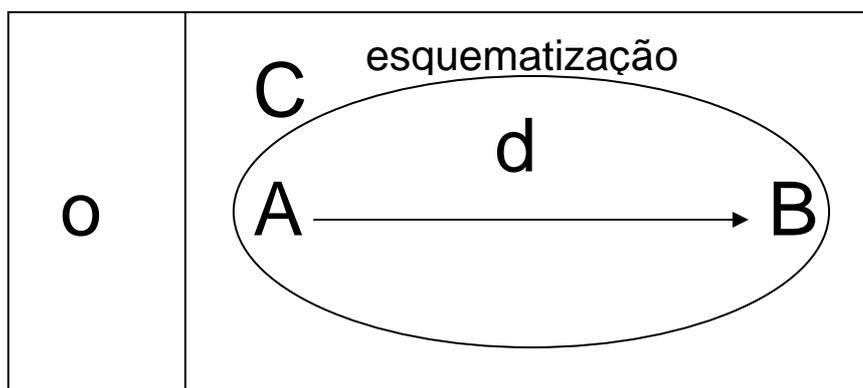


Figura 1 Esquemáticação

Em uma situação de pesquisa, “O” e “B” podem ser a mesma pessoa.

3.5.1 Esquemáticação: descrição das 5 etapas do processo

Na divisão do processo de esquematização em cinco etapas emergem variáveis utilizadas na análise dos discursos. É possível definir funções genéricas (expressam relações, mesmo que de forma indeterminada) que descrevam um grau de dependência entre essas variáveis. No Anexo B, apresentamos os quadros onde fazemos uma tentativa de sintetizar as variáveis de cada etapa do processo de esquematização, estabelecendo através de funções genéricas as possíveis relações entre elas. O objetivo neste caso foi apresentar de forma resumida essas relações de dependência, destacando as possibilidades de conexão entre as variáveis envolvidas.

De acordo com Grize (2001), o processo de esquematização pode ser dividido em cinco etapas:

- 1 - Colocar em discurso é exprimir verbalmente ou por escrito em uma linguagem natural. Ao realizar o discurso, o locutor sempre se coloca em sua própria posição, de acordo com o ponto de vista que tenha em relação à realidade ou fenômeno a que se refere. Mas o autor alerta que o discurso é algo que faz sentido, tem uma lógica intrínseca, mas nem sempre é imediatamente decodificável. Para que se possa compreender

corretamente (decodificar) um discurso é necessário o conhecimento dos *pré-constructos culturais* (elementos do contexto cultural onde o discurso é produzido) que atribuem um significado ao conteúdo do discurso. De acordo com Grize (2001), é exatamente a noção de pré-constructo cultural que permitirá estabelecer um vínculo entre o discurso e a representação social. Além do pré-constructo, outros dois fatores determinantes deste vínculo são os chamados *discursos circulantes* (expressões usuais para aquele grupo) e os *pressupostos* (características lingüísticas do idioma que imprimem significados ao discurso).

- 2 - Nos discursos cotidianos, ao contrário do que acontece nos discursos científicos, o locutor se coloca sempre em seu próprio ponto de vista. Por isso, ele expõe tanto o modo como ele vê o mundo como a si mesmo. Os mecanismos lógico-discursivos que permitem ao observador "O" fazer uma imagem do locutor "A" incluem os "modos de falar" (de "A") que indicam a atitude (de "A") em relação a uma dada realidade "R".
- 3 - Em seu discurso, o locutor se coloca em seu ponto de vista em relação a uma dada realidade. O problema é que, embora não possamos questionar a existência de uma realidade a priori, uma esquematização é um signo daquilo que se chama realidade. Ou seja, existe um fato (real do cotidiano) e fala-se dele (cria-se uma simbolização). Desta forma, o problema que se apresenta à lógica natural é a construção do objeto de discurso. Para Grize (2001), o pensamento se desenrola no tempo, organiza e transforma seus objetos no contexto de uma tarefa em função de um objetivo. Assim, a tarefa da lógica natural é evidenciar o modo como a atividade de esquematização transforma os objetos de pensamento e a imagem final que ela propõe. Esta transformação se evidenciará na construção de classes-objeto, que são como categorias que o sujeito cria para organizar os elementos de seu pensamento. Em geral, estas classes-objeto são menos ricas que os objetos em si pois são fruto de uma limitação vinculada ao sujeito que a expressa/constrói, mas não podemos dizer que elas sejam menos reais. As classes-objeto são categorias criadas para organizar o pensamento. Elas são alimentadas ou povoadas pelos objetos de discurso, simbolizações discursivas de objetos da realidade, que são direcionados (categorizados) de acordo com os valores e as representações do sujeito.

É justamente a forma como esta transformação, direcionamento, ocorre que pode fornecer informações sobre a representação.

- 4 - Todo discurso é produzido para obter um efeito sobre o interlocutor. Há duas condições para que isso aconteça: o interlocutor tem que *compreender* o que está sendo dito e *aceitar*, o que depende dele não considerar que o que está sendo dito é falso ou incoerente.
- 5 - Todo discurso é produzido dentro de uma situação de interlocução que o influencia.

3.6 As abordagens complementares da Teoria das Representações Sociais

Como já mencionamos, a Teoria das Representações Sociais surge a partir da pesquisa sobre as representações sociais de vários grupos pertencentes à população da França em relação à psicanálise, realizada por Moscovici no final da década de 1950 e início da década de 1960. Seu ponto de partida era a investigação dos processos de transformação de um conhecimento científico em um conhecimento fundamentado no senso comum. Esta teoria nasce com o objetivo geral de localizar a psicologia social como uma ciência social, como a antropologia, a história e a sociologia, em contraponto à tendência até então predominantemente cognitivista e individualista. A Teoria das Representações Sociais nasce com o objetivo de definir conceitos de base sobre uma dinâmica específica que deveria guiar os pesquisadores dentro de um novo campo. Por isso, a teoria na forma colocada por Moscovici foi chamada de “Grande Teoria”: definidora de um novo paradigma descrito por parâmetros gerais, que visava construir sua identidade como ciência.

De acordo com o pensamento de Sá (SÁ, 1996), devido à sua riqueza e complexidade, esta grande teoria deu origem a diferentes abordagens complementares que surgiram com a finalidade de articular seus novos paradigmas à pesquisa. Este fato terá influência direta sobre a diferenciação destas teorias complementares, tanto pela dimensão teórica diferenciada que privilegia diferentes aspectos como pela adoção de metodologias diversas.

Ainda segundo Sá (SÁ, 1996), dentre as abordagens complementares se destacam a processual, de Denise Jodelet, a relacional, de Willem Doise, e a estrutural, de Jean-Claude Abric.

A abordagem processual é a que está mais próxima da concepção original de Moscovici e privilegia uma metodologia histórico-etnográfica. Sua maior preocupação se coloca sobre os processos de constituição das representações sociais.

A abordagem relacional adota uma perspectiva mais sociológica, enfatizando as relações sociais que originam as representações e privilegiando uma metodologia estatística, semelhante à que se utiliza em sociologia.

A abordagem estrutural é a que mais se preocupa com aspectos individuais e cognitivos, tratando também dos processos de transformação das representações a partir das práticas. Desenha uma estrutura interna para as representações e, em vez de colocar o foco sobre as condições históricas de formação das mesmas, visa à verificação de seu estado atual. Ou seja, está mais vinculada aos aspectos constituídos do que aos constituintes das representações. Esta abordagem privilegia uma metodologia experimental.

Neste estudo, utilizamos os conceitos do Modelo Estrutural para a análise das evocações livres.

3.6.1 Estrutura das representações sociais: a Teoria do Núcleo Central

As representações sociais têm uma característica que à primeira vista parece paradoxal: elas são ao mesmo tempo rígidas e flexíveis, estáveis e mutantes, constantes e variáveis, coletivas e individuais. Como explicar que, para uma dada população, na análise sempre existirão sujeitos no grupo que aparentemente não compartilham a mesma representação? A Teoria do Núcleo Central tenta responder essa questão através de uma abordagem estrutural das representações sociais, onde os sistemas estruturantes das mesmas, central e periférico, dão conta dessa natureza dual.

Através da chamada Abordagem Estrutural, após pesquisas realizadas por Abric e outros a respeito das relações representações-comportamentos, chegou-se à

conclusão de que o comportamento ocorre em função de uma configuração prévia conjugada à situação objetiva em si. Quando o sujeito percebe o objeto, já tendo sobre ele uma representação formada, objeto e representação prévia, no processo contínuo de reconstrução da representação, estarão juntos na origem da resposta (deixa de existir a dicotomia da perspectiva tradicional sobre o conjunto estímulo-resposta), ambos irão interagir no processo de percepção e de geração do comportamento resultante. Em todos os fenômenos de relações intergrupais estudados em situações controladas de laboratório, o mesmo fenômeno se delinea. Assim, antes mesmo de qualquer interação, já existe uma predisposição para um comportamento (de um grupo ou indivíduo) devida à representação associada de antemão. Isto é, existe uma tendência à prévia atribuição de significado e, por isso, de predefinição de resposta enquanto comportamento.

Nós propomos que não existe uma realidade objetiva a priori, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca (ABRIC, 2000, p. 27).

Ao afirmar a inexistência de uma realidade externa independente, Abric faz das representações sociais um ataque contundente à linha behaviorista. Para ele, não existe limite entre sujeito e objeto na representação social, entre os universos interno e externo ao indivíduo. Assim, o sistema estímulo-resposta, básico da abordagem comportamental, deixa de fazer sentido pois é definido por elementos teoricamente separados dentro de uma realidade objetiva.

De acordo com Abric, as representações sociais apresentam quatro funções básicas: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora.

A primeira delas, função de saber, permite a compreensão e a explicação da realidade. Na prática. É através desta função que os fatos percebidos na realidade são assimilados. Ou seja, nós temos uma história que, teoricamente, assegura que possamos ser chamados por um nome, termos uma identidade. Tudo que tente “entrar” nesta realidade terá que passar necessariamente pelo crivo daquilo que esta realidade suporta ou admite. Muitas coisas não são suportadas: simplesmente passam despercebidas ou são percebidas como inaceitáveis. Enfim, dentro de todos os limites impostos não só pela realidade como pelos mecanismos internos da

pessoa, lugar para onde o perceptível converge, é a Função de Saber que integra os (novos) conhecimentos em um quadro assimilável e compreensível pelos sujeitos.

Ainda mais importante, ela é a função que permite a comunicação. Ela é aquela estrutura que define uma referência comum (entre indivíduos e grupos) que possibilita as trocas entre todos os sistemas (sociais) e, em última análise, a convivência.

A segunda, função identitária, define a identidade, mantendo e protegendo a especificidade dos grupos. É aquela que dá estabilidade. As representações sociais não apenas permitem que o sujeito compreenda e situe os (novos) conhecimentos dentro de seu sistema pré-definido como também fornecem um referencial, uma identidade para o sistema. Essa identidade é que vai permitir as comparações, é aquilo que dá ao homem o espaço que possibilita o julgamento. São estes parâmetros que permitirão o controle social (do grupo sobre seus elementos), as ideologias e totalitarismos. Esta função é profundamente histórica.

A terceira, função de orientação, é a que define os comportamentos e as práticas. Aqui, o que se quer dizer é que a realidade é pré-decodificada e esta pré-codificação constitui-se em um mapa do comportamento. Mais do que um mapa onde você tem a opção de consultar ou não, elas são um manual a ser seguido à risca. Que a gente aprende sem precisar de uma elaboração mais formal como requer, por exemplo, o conhecimento científico. Ela, além disso, vincula-se diretamente à finalidade da situação.

Nós pudemos demonstrar que a representação da tarefa determina diretamente o tipo de estratégia cognitiva adotada pelo grupo, bem como a maneira como este se estrutura e se comunica, independentemente da realidade objetiva da tarefa (ABRIC, 2000, p. 30).

A quarta e última é a função justificadora. Ela tem como papel justificar a posteriori os comportamentos. Tem influência direta sobre as práticas pois reforçam os comportamentos a partir do momento em que o justificam depois de terem acontecido. Importante para nosso estudo, ela permite a justificação da continuidade no trato da realidade, no nosso caso especificamente a realidade pública. Estamos aqui falando de inércia social.

3.6.1.1 O Núcleo Central

A Teoria do Núcleo Central baseia-se em uma hipótese geral: toda representação organiza-se em torno de um núcleo central. E ele, por sua vez, se fundamenta nas condições históricas, sociológicas e ideológicas do indivíduo/grupo. O núcleo central é o elemento fundamental da representação e realiza três funções essenciais:

- função geradora: é a responsável pela atribuição e alteração de significação de todos os elementos que pertencem à representação, através desta função os elementos adquirem sentido em relação a todo contexto já existente.
- função organizadora: controla os vínculos que unem os elementos da representação e, por isso, a mantém unificada e estável.
- função estabilizadora: mantém os sistemas estáveis, na medida em que seus elementos são os mais resistentes às mudanças.

Para Abric (2001), "...é a finalidade da situação na qual se produz a representação que vai determinar seus elementos centrais" (p. 163).

Por ser a estrutura mais estável da representação, o núcleo central é aquele que mais resiste ao novo. Sua ausência significaria a desestruturação completa da representação ou uma alteração radical em sua significação. É o núcleo central que determina a singularidade de uma representação e permite que ela seja comparada a outra. Dessa forma, afirmam os adeptos desta teoria, a Abordagem Estrutural, baseada em núcleo central e sistema periférico, é aquela que possibilita um estudo comparativo entre as representações sociais - o que abre um campo de pesquisa. Um ponto também importante é a definição do processo formal de identificação da centralidade de um elemento de uma representação. Segundo Abric (2001), há duas questões importantes neste caso:

- a centralidade de um elemento não pode ser avaliada simplesmente por aspectos quantitativos. Não é um número de ocorrências maciço que determinará que um elemento é central dentro da representação. Assim, os aspectos qualitativos prevalecem no que se refere à determinação da centralidade de um elemento.
- o conteúdo de uma representação não é suficiente para identificá-la pois não define a centralidade. Mas a organização deste conteúdo será um parâmetro

fundamental na especificação daquela representação. A organização do conteúdo tem efeito direto sobre a centralidade dos elementos.

3.6.1.2 O Sistema Periférico

Além do núcleo central, a abordagem estrutural define o sistema periférico como a outra parte fundamental da representação social. Ele desempenha um papel decisivo no funcionamento do sistema de representação. O sistema periférico contém os elementos mais acessíveis da representação, aqueles com os quais os sujeitos irão mais comumente lidar em seu cotidiano. São aqueles mais facilmente reconhecíveis e que têm uma manifestação direta dentro do conjunto de efeitos que uma representação induz na prática. O sistema periférico permite a adaptação imediata ao meio, desempenhando neste caso uma função econômica, sem que seja necessário o acesso aos elementos centrais para posicionamento em relação a cada caso, a cada fenômeno.

Os esquemas periféricos asseguram o funcionamento quase instantâneo da representação como grade de decodificação de uma situação: indicam, às vezes de modo muito específico, o que é normal (e, por contraste, o que não é); e, portanto, o que é preciso fazer para compreender e memorizar. Esses esquemas normais permitem à representação funcionar economicamente, sem que seja necessário, a cada instante, analisar a situação em relação ao princípio organizador, que é o núcleo central (FLAMENT, 2001, p. 177).

Além disso, dentro da representação, os elementos do sistema periférico são os mais flexíveis, adaptativos e que respondem pela mutabilidade da mesma. Tanto a mutabilidade aparente, aquela que faz com que duvidemos até mesmo da identidade/existência da representação, como a mutabilidade de fato, as alterações estruturais que a representação sofre ao longo do tempo. E, tendo um efeito amortecedor, também são eles que protegem o núcleo central dos questionamentos que se apresentam a partir da realidade perceptível. As contradições, aquelas coisas que não são “entendidas” (e que de alguma forma têm que ser aceitas ou absorvidas), são inseridas através de um esquema adaptativo e justificador a posteriori. Um ponto importante a ser observado neste caso é o fato de que o acúmulo destas adaptações às contradições entre a realidade e a representação

será um fator preponderante na evolução e transformação da representação.

De acordo com Abric (2001), o sistema periférico possui três funções primordiais:

- 1 - Função de concretização - os elementos do sistema periférico constituem a interface entre a representação (núcleo central) e a situação onde ela aparece. São eles o produto da ancoragem da representação na realidade, permitindo com isso “a formulação da representação em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis” (ABRIC, 2000, p. 32). Ou seja, é esta função que transforma os objetos percebidos na realidade objetiva e, aí representados, em algo prático, comum, cotidiano, normal, conhecido e aceitável.
- 2 - Função de regulação - esta é a função responsável pela adaptação dinâmica da representação à realidade objetiva. Fatos novos podem ser incorporados à representação ao longo do tempo, podendo permanecer no sistema periférico e fazer com que ele seja, de uma certa forma, o responsável pela evolução da representação e por sua plasticidade adaptativa.
- 3 - Função de defesa - a estabilidade e a rigidez do núcleo central exigem que o sistema periférico tenha um papel de, como afirmou Flament (2001), “pára-choque” em relação à entrada de novos elementos, especialmente aqueles que têm uma natureza contraditória em relação à representação. Sendo assim, o sistema periférico é aquele entre os sistemas constituintes da representação que pode suportar e “digerir”, de acordo com processos como reinterpretação, racionalização, justificativas a posteriori, etc, os elementos que não podem entrar em choque com o núcleo central sem criar o risco de desestabilizar aquela representação.

Para Flament (2001), o sistema periférico é formado por esquemas criados pelo próprio núcleo central. Estes esquemas têm, de acordo com ele, três funções primordiais:

- 1 - Prescritores de comportamentos - a partir da consideração do significado e da finalidade da situação, eles indicam o que se deve fazer, orientando as ações e reações de modo instantâneo.
- 2 - Moduladores personalizados da representação - é esta função que permite a diferenciação aparente de uma representação. Embora seja constituída

em torno de um único núcleo central, a representação pode se apresentar de maneira individualizada no grupo onde existe, o que não significa que estas diferenças (devidas à individualização) não tenham que ser, de qualquer maneira, compatíveis com o núcleo central.

- 3 - Protetores do núcleo central - não permitem que o núcleo central seja atacado, absorvendo os impactos da realidade. É similar à função de defesa descrita anteriormente.

Um ponto importante da análise do autor é a identificação do processo de incorporação de esquemas estranhos (em oposição aos “esquemas normais”). Eles são esquemas suportados temporariamente, através de processos de racionalização, e mantidos no sistema periférico mesmo em desacordo com o núcleo central, apesar de significarem uma ameaça ao mesmo. Uma saturação de esquemas estranhos pode ser o fator responsável pela mudança da representação.

3.6.2 Os processos de transformação das representações sociais

Ao analisar a relação entre ideologia e representações sociais, Flament (2001) afirma que a primeira não é necessariamente determinante da parte essencial da segunda, seu núcleo central. O que leva à surpreendente conclusão de que não existe uma integração profunda e inevitável entre elas. Por outro lado, este mesmo autor identifica uma dependência direta das representações em relação às práticas. São estas as que podem causar transformações profundas das representações no que se trata de seu núcleo central. As práticas que entrem em choque com a representação são absorvidas pelo sistema periférico mas, com o tempo e a intensidade destes choques, essa situação pode acabar afetando o próprio núcleo central.

De acordo com a natureza do choque entre as práticas e as representações, Flament (2001) verifica que as últimas podem passar por dois tipos de transformação:

- transformação brutal - a partir de práticas explicitamente contraditórias em relação à representação há o surgimento dos esquemas estranhos que provocarão uma mudança brutal e o rompimento com o passado.

- transformação progressiva - neste caso, as práticas contraditórias são admitidas pela representação e têm uma baixa frequência inicialmente. Com o aumento gradual da frequência destas práticas há uma alteração no nível de ativação do sistema periférico, que irá incidir sobre o núcleo central. A modificação da representação é gradual e não há rompimento com o passado.

Na ocorrência da transformação brutal, há um rápido acúmulo de esquemas estranhos no sistema periférico. A partir daí, começam a surgir muitas contradições e, por isso, muitas racionalizações e, por fim, a ruptura. Estes esquemas estranhos são produto direto de (novas) práticas que não condizem com o contexto anterior e têm quatro elementos estreitamente relacionados:

1) evocação do normal; 2) designação do elemento estranho; 3) afirmação de uma contradição entre estes dois termos; 4) proposição de uma racionalização que permite suportar (por um tempo) a contradição (FLAMENT, 2001, p. 180).

Quando não é mais possível um retorno às práticas antigas, o que ocorre é a reestruturação do campo de representação, o que pode acontecer de forma muito rápida. Isso sugere que os elementos do núcleo central se dispersam e acabam se combinando com outros elementos e integrando outras representações.

Na ocorrência da transformação progressiva, as diferentes práticas de inserção social vividas por diferentes faixas das populações causam a ativação dos esquemas periféricos de maneira diferenciada. A população como um todo se define pela apropriação de uma mesma representação, definida por seu núcleo central, mas os diferentes subgrupos a ela pertencentes, devido às suas diferentes práticas, que induzem inclusive a diferentes discursos, organizarão seus sistemas periféricos de formas diversas e esta heterogeneidade pode, eventualmente, causar uma transformação gradual da própria representação.

3.6.3 Relação entre representações sociais e práticas

Em seu estudo sobre as relações entre as representações sociais e as práticas, Rouquette (2000) considera que, nos termos em que esta questão está

colocada por outros autores, a pergunta que surge é: como podemos organizar funcionalmente esta relação? Mais formalmente, seriam as representações sociais funções das práticas e/ou seriam as práticas funções das representações sociais?

Nas palavras do autor:

As práticas, tomadas como variável independente exercem influência sobre as representações? E as representações sociais exercem influência sobre as práticas, tomadas aqui como variável dependente? (ROUQUETTE, 2000, p. 39)

Epistemologicamente falando, esta oposição é motivo de uma embaraçosa causalidade circular, que transformaria a pesquisa deste fenômeno em algo de pouca utilidade.

Assim, torna-se necessário um aprofundamento na reflexão e, após enunciar as duas questões acima, o autor considera que para este entendimento é antes necessária a proposição das três questões abaixo:

- a palavra influência tem o mesmo significado em cada uma destas (duas) questões?
- e as práticas também são as mesmas em ambas?
- o que entendemos exatamente por mudança (nas representações sociais e nas práticas)?

Há uma tendência a explicações “naturalistas” a respeito das mudanças. A atribuição destas mudanças a um “*caminho universal*”, à própria “*natureza*”, de uma forma que traz uma apresentação de fatos aparentemente imparcial, acaba se mostrando não científica na medida em que abandona uma base teórica e crítica. A verdadeira construção compreensiva dos fatos não pode prescindir da historicidade dos mesmos e, segundo Rouquette (2000),

apesar dos apelos crescentemente insistentes por uma verdadeira tomada de consciência, a análise reflexiva do papel da história continua a ser o nó cego na teoria das representações (p. 41).

Em relação à segunda questão, podemos traduzir a pesquisa sobre a suposta influência que as representações sociais teriam sobre as práticas perguntando até onde o que faço depende do que penso, daquilo em que acredito? Esta correlação não pode ser entendida de forma mecânica, como se fossemos máquinas pré-

programadas e com um conjunto limitado e previsível de respostas de acordo com nossa bagagem simbólica. Acima de tudo porque, antes de máquinas somos “centros de decisão” dotados de uma racionalidade que torna complexa a relação de causalidade entre pensamento e ato. Assim, as representações sociais não devem ser consideradas simplesmente variáveis independentes responsáveis pelo estabelecimento de comportamentos. Em uma perspectiva mais racional, o que se sugere é que as representações sociais orientam as possíveis condições de ação e restringem as práticas, embora não as definam.

Agora, em relação à terceira questão sobre a influência das práticas nas representações sociais, que pode ser expressa como até onde o que penso depende do que faço, há uma diferença em relação à questão anterior. O fato é que o pensamento existe em uma dimensão “mais livre” do que o ato. Muitas vezes o que fazemos não é fruto de uma escolha que seja realmente nossa. Mas, como o redirecionamento das representações sociais sempre se situa na experiência da realidade, podemos afirmar que as conseqüências dos comportamentos sempre se impõem (no pensamento e nas representações). É também importante observar que este pensamento não se reduz ao aspecto racional: mais do que apenas uma idéia, a representação social é o pensamento carregado de afeto. Dessa forma, há razões para considerar que “a influência das práticas sobre a cognição (representações) constitui uma determinação objetiva” (ROUQUETTE, 2000, p. 43). Ou, em outras palavras, que as representações estão ancoradas na prática.

4 Pesquisa de campo

4.1 Objetivo

O objetivo desta pesquisa é conhecer a representação social dos políticos nas comunidades do Cerro Corá, Guararapes e Vila Cândido, no Cosme Velho, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Temos interesse em pesquisar o conteúdo e a estrutura da representação, além da articulação causal entre seus elementos, através da coleta de evocações livres, aplicação de questionário semi-aberto e realização de entrevista aberta. As entrevistas servirão para, a partir da obtenção de relatos dos sujeitos da representação sobre casos que envolvam políticos, realizar a análise do conteúdo da representação, de acordo com o processo de esquematização e a lógica natural, na forma definida por Grize (2001), além de investigar as formas de articulação entre os principais elementos (temas) deste conteúdo. A coleta de evocações fornecerá informações sobre a estrutura da representação ao indicar os possíveis elementos (evocações) centrais da mesma, dentro do modelo teórico estrutural de Abric (2001) e de acordo com a metodologia desenvolvida por Vergès (apud ABRIC, 2000), onde um quadro de quatro casas é utilizado para representar graficamente a distribuição dos elementos dentro desta estrutura. A aplicação do questionário fornecerá dados complementares para a análise da representação, direcionando o foco para questões da representatividade e da atividade dos políticos na visão dos sujeitos da representação. As respostas serão organizadas por freqüências simples e relacionadas aos outros dados da pesquisa.

4.2 Sujeitos e local da pesquisa

Já falamos sobre a história e o surgimento das três comunidades na seção 2.1.5. Essas comunidades estão localizadas no Cosme Velho, antigo bairro Águas Férreas, que está entre as áreas mais nobres da cidade, equiparando-se, quanto aos valores dos imóveis ali localizados, por exemplo, a bairros como Gávea, Leblon,

Lagoa e Jardim Botânico. As comunidades estão no conjunto de populações que, de forma generalizada, são denominadas “favelas”; fato devido, entre outros fatores, à situação geográfica das mesmas (localizadas em partes elevadas, embora, em épocas mais recentes, as favelas tenham começado a ocupar também algumas áreas planas em outras regiões da cidade), à urbanização (pouca ou inexistente se comparada aos bairros da cidade onde vivem as chamadas classes média ou alta), ao tipo de construção das casas (aglomeradas, separadas por becos) e à condição socioeconômica dos seus habitantes.

As únicas restrições à participação na pesquisa foram a posse do título eleitoral, o que definiu 16 anos como a idade mínima, ser residente nas comunidades e responder às questões por livre e espontânea vontade. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente nas ruas, nas casas e nos estabelecimentos comerciais das comunidades.

4.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi efetuada nos meses de maio e junho de 2007, através da aplicação do instrumento da pesquisa (Anexo A), cujas respostas foram anotadas pelo entrevistador. A última parte, entrevista aberta, foi gravada e transcrita para análise. Antes da aplicação do instrumento, foi explicado o contexto acadêmico da pesquisa e foi solicitada a aceitação dos participantes quanto à utilização pelo pesquisador das informações coletadas, através de preenchimento e assinatura do termo de consentimento.

O instrumento está dividido em quatro partes:

- 1) dados demográficos (idade, sexo, cor, escolaridade, situação/atividade profissional, renda e orientação política);
- 2) evocações livres a partir do termo indutor “**político**”;
- 3) questionário semi-aberto com 23 questões;
- 4) entrevista aberta com relato de caso.

O instrumento foi aplicado individualmente a 100 pessoas, dentre as quais 25 completaram a parte quatro (entrevista aberta). As outras 75 pessoas completaram apenas até a parte três (questionário). A aplicação foi feita de forma individual e no local que fosse o mais neutro possível. O indivíduo era abordado e, quando

concordava em participar, o entrevistador se reunia com ele no ponto mais próximo onde pudessem conversar sozinhos. O objetivo era o de minimizar qualquer tipo de interferência, seja pelo entrevistador ou pelo local em si, incluindo as pessoas que eventualmente ali estivessem.

Após a coleta dos dados demográficos, foi apresentado o termo indutor de forma verbal e solicitada a emissão de 5 evocações livres. Nos casos em que houve dificuldade por parte dos sujeitos na compreensão da tarefa, foi feito um tipo de treinamento onde era apresentado um termo indutor diferente e sem qualquer tipo de relação com o objeto de pesquisa, mais simples e a partir do qual a formação de associações fosse mais direta. Quando houve necessidade, exemplos de evocações foram fornecidos nestas simulações. Depois que cada sujeito emitiu as evocações de fato relativas ao objeto de pesquisa, foi solicitado ao mesmo que as classificasse em ordem de importância, atribuindo o número 1 à mais importante, o 2 à segunda mais importante e assim por diante até o número 5 (nos casos em que o sujeito tivesse emitido as 5 evocações).

Após a classificação das evocações coletadas, foi aplicado o questionário semi-aberto. Neste, as perguntas eram feitas ao participante e suas respostas eram anotadas pelo entrevistador.

Finalmente, foi solicitado a 1 entre cada 4 participantes um relato livre sobre algum caso que ele tivesse vivido ou ouvido falar que envolvesse políticos. Esta última parte foi gravada e posteriormente transcrita para análise.

4.4 Metodologia

As análises tanto dos dados demográficos como das respostas ao questionário foram realizadas a partir da determinação de suas freqüências simples e através de procedimentos básicos de estatística descritiva.

Os dados demográficos permitem a caracterização socioeconômica do grupo estudado. Além disso, eles podem ser utilizados para subdividir o grupo (por qualquer uma das variáveis) e realizar comparações entre as representações de cada subgrupo. Neste trabalho, nos limitamos a averiguar e apresentar alguns elementos do perfil socioeconômico do grupo e sua distribuição a partir da verificação das suas freqüências simples.

O objetivo do questionário nesta pesquisa foi obter informações que contextualizassem e ampliassem o nosso entendimento a respeito dos outros dados coletados para a investigação da representação. O foco aqui foi colocado sobre dois aspectos: a representatividade dos políticos e a atividade política.

Foram adotadas duas metodologias distintas para a análise das evocações e a análise das entrevistas.

A análise das evocações nos permitiu a averiguação dos possíveis elementos centrais e periféricos da representação. A metodologia aqui aplicada é voltada para a pesquisa tanto do conteúdo da representação, a partir dos significados das evocações, quanto, em particular, de sua estrutura, da distribuição de seus elementos no núcleo ou na periferia da representação, de acordo com o modelo do núcleo central de Abric e o método das quatro casas de Vergès. Mas é importante observarmos que evocações são palavras e/ou expressões descontextualizadas que não fornecem informações mais detalhadas sobre o conteúdo da representação; elas são apenas significados “soltos”, dos quais simplesmente se investigam suas frequências e graus de importância, mas sem que com isso seja determinado algum tipo de contexto discursivo onde eles se articulem ou sejam considerados fatores de formação da representação. No caso deste método, a única relação estabelecida entre os elementos é a sua distribuição na estrutura da representação.

A análise das entrevistas forneceu uma base mais ampla para o estudo do conteúdo da representação. Aqui, o objetivo foi o de pesquisar significados de forma mais complexa, contextualizados em discursos, a partir da investigação de relações de causalidade através das quais se organizem na representação, com base em elementos do modelo de esquematização definido por Grize em sua lógica natural.

4.4.1 Referencial teórico para as análises das evocações livres e das entrevistas

A metodologia é um fator chave para uma pesquisa: os métodos de coleta e análise de dados desempenham uma função crítica e devem refletir o objeto de estudo. Um reflexo que não só alcance o conteúdo a ser analisado mas que seja também coerente com o ponto de vista a partir do qual esta análise seja feita: o referencial teórico.

4.4.1.1 Evocações livres

O método estrutural, desenvolvido por Abric, fornece um referencial teórico que permite a análise de dados obtidos experimentalmente através da coleta de evocações livres. É importante percebermos que a análise a partir deste modelo fornece apenas um “instantâneo”, a situação atual, da representação e sua estrutura, sendo insuficiente para a pesquisa do conteúdo de forma mais aprofundada e não envolvendo a consideração das condições históricas de formação da representação.

O modelo estrutural foi adequado à pesquisa das representações sociais a partir da consideração de uma característica deste objeto de estudo. As representações sociais têm como característica importante, à primeira vista paradoxal ou contraditória, o fato de serem ao mesmo tempo constantes e variáveis. Levando-se em conta que, além disso, só há sentido em se falar de representações sociais quando elas estão restritas a um grupo específico de indivíduos, pois a própria identidade de um dado grupo social está vinculada justamente às representações das quais se apropriam os indivíduos pertencentes ao mesmo, verifica-se que, dentro de um mesmo grupo, as representações têm elementos relativamente estáveis, que permanecem constantes em frequência e importância dentro do conjunto de elementos que as definem, mas também possuem outros elementos com maior variabilidade. Há uma explicação para isso. Como as representações sociais emergem na fronteira que separa homem e meio, nascendo a partir das interações entre ambos, elas são, por isso, dotadas de um caráter ao mesmo tempo individual e social, psicológico e sociológico. O caráter sociológico tem a ele associadas leis e normas estáveis, enquanto que ao caráter psicológico estão associadas a subjetividade, a individualidade e a mutabilidade. Assim, sendo produto das características próprias dos indivíduos e daquelas vinculadas ao meio onde estes indivíduos se inserem, as representações se apresentam ora mutáveis ora constantes. Nelas, observa-se que os elementos mais estáveis são aqueles que estão ligados aos seus aspectos sociais, históricos e ideológicos, enquanto os elementos mais variáveis se relacionam aos aspectos individuais, psicológicos.

Partindo da constatação acima descrita, Abric desenhou seu modelo estrutural para as representações sociais de forma que fossem constituídas por um núcleo central e um sistema periférico. Os elementos mais estáveis, de acordo com

esta abordagem, encontram-se no núcleo central e os mais variáveis no sistema periférico. O núcleo central da representação é o que a define. É ali que se encontram os elementos que fornecem sua identidade e estabilidade. O sistema periférico, por sua vez, é responsável tanto pela “proteção” do núcleo central, atuando como uma espécie de interface na evolução dinâmica da representação na constante interação dos sujeitos com o mundo real, definindo o grau de permeabilidade da representação quanto à inclusão de novos elementos e a reorganização dos mesmos dentro da sua estrutura, ou seja, o grau de adaptabilidade da representação, como também é responsável pelas eventuais transformações da representação, contendo em si as sementes de mudança, os novos elementos que, mesmo que temporariamente, tenham sido “aceitos” e que, de alguma maneira, possam provocar algum tipo de reorganização da mesma.

O modelo estrutural de Abric, complementado pelas técnicas de análise desenvolvidas por outros autores, como Vergès no caso da análise pelo quadro de quatro casas (apud OLIVEIRA, 2005, p. 7), utiliza uma forma de coleta mais rápida que a entrevista e o questionário para obter acesso aos elementos e à estrutura interna da representação; embora, como já foi mencionado, o modelo por si só seja insuficiente para uma investigação mais detalhada do conteúdo. Além disso, ele necessita de técnicas complementares, para assegurar a confiabilidade das informações sobre a estrutura da representação, como, por exemplo, os testes de centralidade. A técnica de evocações livres possibilita, além disso, a obtenção dos elementos da representação de forma mais direta e espontânea, podendo atingir inclusive aqueles que estão latentes, implícitos ou ocultos no discurso; ou seja, em princípio esta técnica de coleta fornece dados de forma menos contaminada e/ou elaborada do que outras técnicas como a entrevista. A rapidez na coleta e a abrangência desta técnica reduzem tanto as restrições operacionais da pesquisa de campo como amplia a faixa do universo semântico da pesquisa coberta pelos dados obtidos. Este modelo abriu uma possibilidade de pesquisa experimental das representações sociais e, com isso, a comparação entre elas e o estudo das suas transformações, entre outros temas de investigação.

As evocações livres fazem parte do conjunto das chamadas técnicas projetivas. Este tipo de técnica fundamenta-se no reconhecimento da existência de distorções perceptivas provocadas pelos mecanismos de defesa e tem sido utilizado em psicologia clínica. Podemos afirmar que projeções são um mecanismo adaptativo

do sujeito ao meio que, ao mesmo tempo em que traz em si as características individuais deste sujeito, apresenta uma dependência da situação social onde ocorre. Mais recentemente, como já dito, as evocações livres têm sido utilizadas no campo da psicologia social em pesquisas sobre as representações sociais e sua organização interna de acordo com o modelo estrutural, na forma definida por Abric (2001). Resumindo o que já foi dito, neste modelo a coleta e a análise das evocações livres leva a resultados que fornecem indicações sobre os elementos e sua possível localização na estrutura interna de uma representação social, núcleo central e sistema periférico, estrutura esta determinada a partir da distribuição dos elementos no diagrama denominado quadro de quatro casas.

As evocações livres consistem em um número determinado de palavras e/ou expressões emitidas pelo sujeito da representação após a apresentação de um termo indutor a este sujeito, feita pelo pesquisador. Embora em pesquisas reais não haja um limite formalmente definido para este número, ele é normalmente igual a 5 ou 6. Para os partidários desta “regra”, a solicitação de um número menor de evocações não forneceria dados suficientes para determinar a representação e, por outro lado, a solicitação de um número maior do que isso poderia induzir o sujeito a algum tipo de elaboração, o que contrariaria a característica de espontaneidade que esta técnica de coleta possibilita, além de levar a repetições desnecessárias.

Em princípio, o termo indutor utilizado deve ser o próprio objeto de pesquisa ou algo que remeta diretamente a ele.

Outra condição importante é o número de sujeitos que devem participar neste tipo de pesquisa. Ao contrário de técnicas mais elaboradas como a entrevista, onde a aplicação é mais detalhada e a quantidade/complexidade dos dados obtidos é maior, a pesquisa fundamentada nas evocações livres requer um número maior de participantes para que os resultados possam fornecer uma quantidade de informações suficiente para realizar uma análise confiável.

Apenas a análise a partir do quadro de quatro casas, no entanto, é insuficiente para que a estrutura de uma representação seja determinada com segurança. É aconselhável que outros métodos de análise sejam utilizados para que seja possível uma confirmação a respeito da centralidade dos elementos. Entre estes métodos, há a Análise de Similitude que classifica os termos com base no número de sujeitos que aceitem ou rejeitem dois termos diferentes ao mesmo tempo. Com isso, é determinado um grau de semelhança ou proximidade entre os termos

que permite a construção de árvores ou matrizes de semelhança. Como explica Oliveira (2001):

Desta forma, a análise de similitude pode ser considerada como uma análise de distância entre os elementos de uma produção discursiva, podendo-se determinar através dela os elementos que co-ocorrem, que "vão juntos" numa produção discursiva. Efetuam-se, nesse tipo de análise, as seguintes etapas: definição de categorias discursivas, a partir do conjunto de palavras produzidas na evocação livre; cálculo das frequências médias das categorias; análise de co-ocorrência das categorias, determinando a força das ligações através de análise de semelhança e construção de matrizes de semelhança (KENDALL ou KRUSKAL)(KRUSKAL, 1964); as matrizes de semelhança resultantes do programa EVOC e SIMI são tratadas pelo programa AVRIL (VERGÉS, 1999) para a construção de "árvores representacionais", um gráfico que expressa a força de ligação entre as categorias; a interpretação desse gráfico vai possibilitar a confirmação ou o abandono da hipótese de centralidade resultante da construção do quadro de quatro casas. (OLIVEIRA, 2001, p. 5)

A análise de similitude é um método diferente do que é usado no quadro de quatro casas, mas em ambos os casos a base de dados é a mesma: as evocações livres. No entanto, também é possível a utilização de metodologias articuladas de forma totalmente independente. É o caso, por exemplo, da realização de entrevistas com um subgrupo do grupo de participantes da coleta de evocações livres, visando à obtenção de informações de forma mais aprofundada. As próprias evocações podem contribuir para a elaboração do roteiro das entrevistas. O texto destas entrevistas deverá, então, ser submetido a uma análise de conteúdo. No caso da realização de entrevistas como método independente, o objetivo, em vez da confirmação de informações sobre a estrutura da representação, é o aprofundamento no conteúdo da mesma.

Além dos métodos paralelos e dos métodos independentes de análise, há também os métodos de verificação. Os testes de centralidade fazem parte deste último grupo e consistem na aplicação de questionários que tenham como objetivo específico a confirmação da centralidade de um ou mais elementos. Em vez de submetermos o grupo de dados completo (o conjunto de todas evocações livres) a um novo tipo de análise que venha a definir uma organização dos mesmos de acordo com outros parâmetros, como no caso da análise de similitude, no caso dos testes de centralidade partimos dos prováveis elementos centrais determinados pelo método do quadro de quatro casas para uma verificação direta da centralidade dos

mesmos. Neste caso, os questionários devem ser fechados e planejados de forma a obter informações que possam confirmar as hipóteses de centralidade. Uma das maneiras de realizar um teste de centralidade é apresentar declarações onde seja negada a importância e/ou relevância de elementos supostamente centrais e solicitar a um grupo limitado de sujeitos que tenham participado da pesquisa a concordância ou discordância em relação a estas declarações. Neste caso, a centralidade será confirmada caso os sujeitos não concordem, ou seja, neguem a negação da importância daqueles elementos supostamente centrais, ou seja, reafirmem esta importância. O inconveniente deste método é o fato de um subgrupo dos sujeitos da representação ter que estar acessível em uma segunda ocasião, posterior à coleta inicial das evocações.

4.4.1.1.1 Descrição do modelo adotado para análise de evocações pelo quadro de quatro casas

Na investigação da estrutura da representação serão utilizados os procedimentos para:

- 1 – padronização das evocações originais (plural X singular, masculino X feminino, substantivo X adjetivo X advérbio, pessoas e tempos verbais);
- 2 - determinação das freqüências e das ordens médias de importância;
- 3 – determinação da freqüência média e da média das ordens médias de importância;
- 4 - distribuição das evocações no quadro de quatro casas, com o objetivo de investigar os prováveis elementos centrais e elementos periféricos da representação.

Existem diversos softwares especializados para o tratamento de evocações livres que são utilizados como ferramentas para a realização da análise. Como exemplo, há o EVOC que realiza cálculos estatísticos e constrói matrizes de co-ocorrência que servem de base para a construção do quadro de quatro casas.

4.4.1.1.1.1 Padronização das evocações originais

Após a coleta das evocações, construiremos uma matriz de dados na forma abaixo:

Tabela 3 Matriz de evocações livres originais – conteúdo e ordem de evocação

	EV1	EV2	EV3	EV4	EV5
SJ1	A	B	C	D	E
SJ2	B	A	D	G	F
SJ3	C	E	A	D	H
...
...
SJn	D	F	B	J	A

Onde “EV1” indica a primeira evocação, “EV2” a segunda, e assim por diante; “SJ1” representa o primeiro sujeito, “SJ2” o segundo, e assim por diante, e “A”, “B”, “C”, “D”, etc, são as evocações em sua forma original, exatamente como foram emitidas pelos sujeitos da representação, mantida também a ordem em que foram evocadas.

De acordo com Oliveira (2005), Abric sugere que em vez de considerarmos a ordem de emissão das evocações para classificá-las, devemos solicitar aos próprios sujeitos da representação que as classifiquem quanto à sua importância:

Abric (2003, 2004), nos seus trabalhos mais recentes, critica a adoção da ordem de aparição das palavras e não da ordem de importância atribuída pelo sujeito para a análise de evocações, alertando para o risco de que “em um discurso, as coisas essenciais não apareçam, freqüentemente, senão após uma fase mais ou menos longa de aquecimento, de estabelecimento de confiança ou de redução dos mecanismos de defesa”. Como alternativa a esse problema, o autor propõe “abandonar esse critério de ‘rang de aparição’ para substituí-lo por ‘rang de importância’, resultado de uma hierarquização efetuada pelo sujeito”. (OLIVEIRA, 2005, p. 7)

Assim, a partir da classificação das evocações efetuada pelos sujeitos, construiremos uma nova matriz, onde os elementos não mais estarão ordenados conforme a ordem de evocação original, mas sim de acordo com a importância atribuída às evocações pelos próprios sujeitos, sendo a primeira a mais importante e a quinta a menos importante.

A partir das evocações classificadas, faremos uma padronização das

mesmas. As evocações que tenham exatamente o mesmo significado serão padronizadas para que sejam identificadas como um único elemento. A padronização elimina as diferenças devidas às ocorrências de singular e plural, masculino e feminino, substantivo, adjetivo ou advérbio, tempos verbais e pessoas. O objetivo aqui é possibilitar uma análise a partir de um número limitado e de um conjunto definido de evocações não redundantes.

Pensemos em um caso que exemplifique este processo de padronização. Suponhamos que dentre as diversas evocações coletadas nós tivéssemos obtido:

- 1 – corrupto
- 2 – corruptos
- 3 – classe corrupta
- 4 – todos corrompidos
- 5 – sempre se corrompe(m)
- 6 – são corruptíveis

Este conjunto de evocações pode ser agrupado como uma única evocação, que poderia ser denominada “corrupto”.

A forma de padronização descrita acima é um exemplo simplificado. Muitas vezes é necessária a utilização de materiais de referência como, por exemplo, um dicionário de sinônimos, para reduzir evocações realizadas com palavras diferentes mas com o mesmo significado a uma única forma.

Antes da padronização das evocações, é aconselhável que as mesmas sejam organizadas, em ordem alfabética por exemplo, para facilitar o processo. A simples colocação em ordem alfabética agrupa automaticamente as evocações iguais e eventualmente aproxima as semelhantes, o que já provoca uma primeira redução significativa no trabalho de padronização, permitindo vislumbrar antecipadamente as aglomerações de dados, freqüências altas que no decorrer da análise terão influência direta na distribuição dos elementos na estrutura da representação.

Se todos os sujeitos emitirem as 5 evocações solicitadas, o número total de evocações será 500 (uma vez que o número total de sujeitos, “n”, é igual a 100). Nos casos em que os sujeitos não sejam capazes de emitir as 5 evocações solicitadas, serão consideradas apenas as evocações emitidas.

A partir da matriz definida na Tabela 3, as evocações originais serão reordenadas de acordo com a classificação atribuída a elas pelos sujeitos da representação e, então, substituídas pelas suas formas padronizadas correspondentes, gerando uma nova matriz:

Tabela 4 Matriz de evocações classificadas e padronizadas

	EVCP1	EVCP2	EVCP3	EVCP4	EVCP5
SJ1	a	b	c	d	e
SJ2	b	a	d	g	f
SJ3	c	e	a	d	h
...
...
SJn	d	f	b	j	a

onde “EVCP” corresponde a “Evocação Classificada Padronizada” e “a”, “b”, “c”, “d”, etc, são as formas padronizadas das evocações originais.

4.4.1.1.1.2 Determinação de freqüência e ordem média de importância

A partir deste ponto, aplicaremos os procedimentos matemáticos e estatísticos para determinação dos parâmetros que definem a provável centralidade das evocações e seu posicionamento no quadro de quatro casas. Estes parâmetros são a “*freqüência*” e a “*ordem média de importância*”. Este modelo pressupõe que os prováveis elementos centrais da representação são aqueles mais freqüentes e mais importantes, de acordo com a classificação realizada pelos sujeitos da representação.

A freqüência de uma evocação é determinada através da contagem simples de todas as suas ocorrências na Tabela 4. A ordem média de importância é a média das ordens de importância da evocação classificada, ponderada pela freqüência desta evocação em cada uma das suas posições na ordem de classificação. A freqüência e a ordem média de importância de uma evocação são definidas pelas expressões:

$$F = (F1+F2+F3+F4+F5)$$

$$OMI = [(F1XOI1) + (F2XOI2) + (F3XOI3) + (F4XOI4) + (F5XOI5)] / (F1+F2+F3+F4+F5)$$

onde F1 é a freqüência da evocação na posição 1, F2 na posição 2 e assim por diante, e OI1 = 1, OI2 = 2,..., OI5 = 5.

Por exemplo, digamos que, em toda Tabela 4, a evocação “a” tenha aparecido 15 vezes na posição 1 (EVCP1), 7 vezes na posição 2 (EVCP2), 3 vezes

na posição 3 (EVCP3), 2 vezes na posição 4 (EVCP4) e 1 vez na posição 5 (EVCP5). Assim, teremos:

$$F_a = (15+7+3+2+1) = 28$$

$$OMI_a = [(15 \times 1) + (7 \times 2) + (3 \times 3) + (2 \times 4) + (1 \times 5)] / (15 + 7 + 3 + 2 + 1) = 51/28 = 1,8214285$$

Este procedimento deve ser realizado para todas as evocações classificadas padronizadas. No fim, teremos uma relação de todas as evocações com suas respectivas freqüências e ordens médias de importância. É importante notarmos que quanto menor a ordem média de importância, mais importante a evocação é considerada pelos sujeitos.

4.4.1.1.1.3 Determinação da freqüência média e da média das ordens médias de importância

A construção do quadro de quatro casas depende ainda da determinação do valor de duas variáveis: a freqüência média de todas as evocações, “ $F_{méd}$ ”, e a média das ordens médias de importância de todas as evocações, “ $OMI_{méd}$ ”, definidas abaixo:

$$F_{méd} = (F_a + F_b + F_c + \dots + F_n) / n_{ecp}$$

$$OMI_{méd} = (OMI_a + OMI_b + OMI_c + \dots + OMI_n) / n_{ecp}$$

onde “ n_{ecp} ” é o número total de evocações classificadas padronizadas consideradas para a análise.

Entretanto, há aqui um detalhe importante. Antes de calcularmos “ $F_{méd}$ ”, é necessário que eliminemos as evocações não significativas da amostra, o que implica em definirmos uma freqüência mínima. Todas as evocações que apresentarem uma freqüência abaixo desta freqüência mínima deverão ser eliminadas da amostra.

A determinação da freqüência mínima depende basicamente da dispersão da amostra, isto é, se seus elementos estão concentrados em torno de certos valores de freqüência ou dispersos de forma mais homogênea dentro do intervalo de freqüências da distribuição. Por exemplo, no caso de termos a maior parte das evocações com freqüências acima de um certo valor e algumas poucas evocações abaixo ou muito abaixo, estas últimas deverão ser eliminadas. Segundo Oliveira (2005), Vergès afirma que:

esta distribuição segue uma lei logarítmica (lei de Zipf). Ela permite identificar três zonas de freqüências: aquela onde as palavras são muito pouco numerosas para uma mesma freqüência; aquela onde as palavras são pouco numerosas para uma mesma freqüência; e a zona onde o número de palavras é muito importante para uma mesma freqüência. Essa partição permitirá a escolha dos diferentes pontos de corte utilizados...(OLIVEIRA, 2005, p.8)

Uma vez determinada a freqüência mínima e eliminadas as evocações não significativas, o valor de $F_{méd}$ é determinado pela mesma expressão já definida, onde evidentemente tanto o valor de " $(F_a + F_b + F_c + \dots + F_n)$ " como o de " n_{ecp} " serão alterados devido à mudança no número de evocações consideradas no cálculo. O mesmo acontecerá com $OMI_{méd}$.

4.4.1.1.1.4 O quadro de quatro casas

Poderemos então desenhar o quadro de quatro casas:

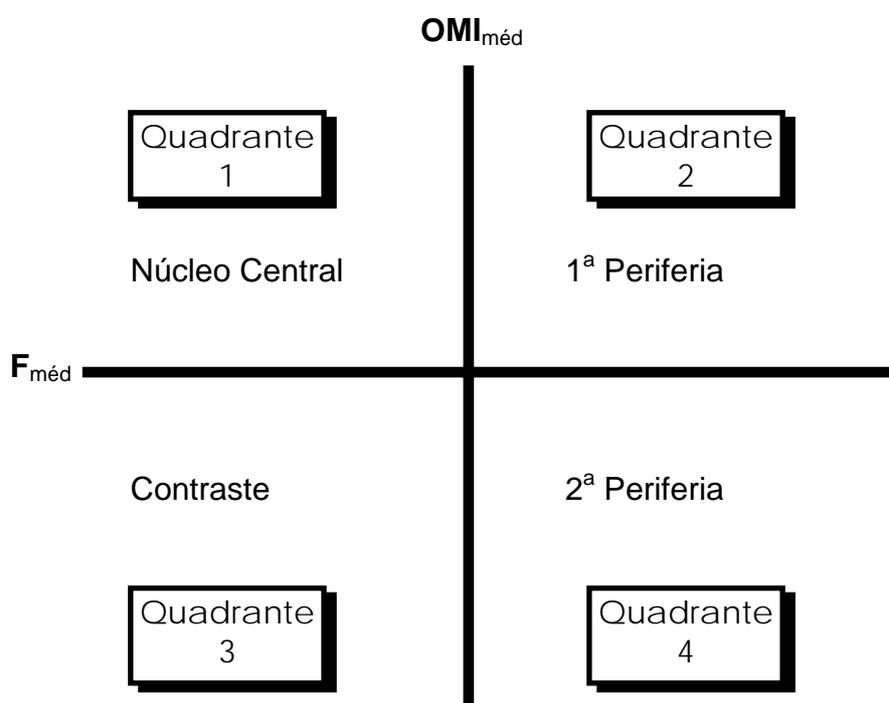


Figura 2 O quadro de quatro casas

A distribuição dos elementos nos quadrantes será realizada da forma a seguir:

1 – Quadrante 1 – elementos com frequência maior do que $F_{méd}$ ($F_x > F_{méd}$) e ordem média de importância menor do que $OIM_{méd}$ ($OIM_x < OIM_{méd}$), onde F_x e OIM_x são, respectivamente, a frequência e a ordem média de importância de uma evocação X qualquer

2 – Quadrante 2 – elementos com frequência maior do que $F_{méd}$ ($F_x > F_{méd}$) e ordem média de importância maior do que $OIM_{méd}$ ($OIM_x > OIM_{méd}$)

3 - Quadrante 3 – elementos com frequência menor do que $F_{méd}$ ($F_x < F_{méd}$) e ordem média de importância menor do que $OIM_{méd}$ ($OIM_x < OIM_{méd}$)

4 - Quadrante 4 – elementos com frequência menor do que $F_{méd}$ ($F_x < F_{méd}$) e ordem média de importância maior do que $OIM_{méd}$ ($OIM_x > OIM_{méd}$)

O posicionamento dos elementos nos quadrantes nos permite formular hipóteses de centralidade destes elementos na estrutura da representação. Os elementos do quadrante 1, os mais frequentes e classificados como mais importantes (baixa ordem média de importância), provavelmente pertencem ao núcleo central. Os elementos do quadrante 2, com alta frequência mas com alta ordem média de importância provavelmente não são centrais e pertencem à 1ª periferia, ou seja, seriam elementos do sistema periférico. Os elementos do quadrante 3, com frequência mais baixa mas com baixa ordem média de importância, são mais importantes, embora menos frequentes, do que os da 1ª periferia e pertencem à zona de contraste, podendo estar associados aos elementos da 1ª periferia ou indicar a existência de um subgrupo com uma representação diferente. Os elementos do quadrante 4, com baixa frequência e alta ordem média de importância também pertenceriam ao sistema periférico, sendo os mais distantes do núcleo da representação.

Em relação à interpretação, podemos dizer que os elementos do núcleo central são aqueles que ocupam o lugar de maior importância e, ao mesmo tempo, são compartilhados pelo maior número de pessoas. Eles trariam em si os conteúdos de natureza mais social e permanente da representação. Os elementos do sistema periférico por sua vez têm um conteúdo mais ligado aos aspectos individuais e variáveis da representação.

4.4.1.2 Entrevistas

A análise de conteúdo de discurso a partir da lógica natural, com o intuito de investigar a representação, é realizada a partir da lógica das próprias

representações. As representações sociais se apresentam como realidades pré-formadas, quadros de interpretação do real, ponto de referência para a ação e sistemas de acolhimento de novas realidades. Há dois aspectos fundamentais das representações: sua não-homogeneidade e a natureza lacunar de sua organização.

O pensamento a partir do qual são geradas as representações é misto e dificulta a formação de sistemas especialistas de caráter determinista. A característica de não-homogeneidade é verificada em comparação aos pensamentos constituídos dentro do modo científico. O fato é que as representações sociais, enquanto pontos de referência para a ação, não podem esperar a colocação científica de todas as noções necessárias (para o entendimento de um determinado assunto) e por isso precisam fazer uma "colagem". Por isso, a componente individual é inerente, é o eu que fala através das representações que compartilha com os outros membros do grupo social a que pertence.

Na atividade discursiva, apesar da natureza lacunar das representações sociais, onde partes perfeitamente estruturadas convivem com zonas de ausência, a coesão é essencial. O raciocínio irá assegurar o estabelecimento de pontos de referência (fatos indiscutíveis) através de dois tipos de manifestação: estabelecendo a verdade do que é dito através da demonstração e criando fatos que não são observáveis diretamente (deduzidos a partir de outros fatos indiscutíveis). O grau de coesão, a força de ligação dos elementos do discurso, pode ser investigado a partir da verificação dos pares de objetos de discurso (enunciações, evocações, expressões, significados) eventualmente ligados por uma relação de causalidade, sendo considerada a ocorrência dos pares por indivíduo, o que se refere à identificação dos elementos que integram a relação de causalidade dentro de um mesmo discurso, e da repetição destes pares no grupo, o que se refere ao grau de compartilhamento dessa relação pelos sujeitos.

Em nossa análise, nos limitaremos à investigação de um único aspecto do processo de esquematização: os objetos de discurso. Eles são expressos nas manifestações discursivas como predicados, qualidades que são atribuídas àquilo sobre o que está se falando. Nosso interesse na investigação da representação social nos leva aos mais recorrentes, aos temas mais citados; mesmo que reconheçamos que a descrição da representação possa não estar completa a não ser que parta de todos elementos que a compõe. A investigação dos objetos de discurso com base nos significados dos predicados atribuídos aos políticos fornece

dados sobre os conteúdos da representação mas, além disso, o estudo das relações de causalidade entre estes objetos de discurso, sempre representados por seus predicados, nos permite formular possíveis modos de organização destes conteúdos na representação. Em outras palavras, a análise do conteúdo das entrevistas se propõe à pesquisa tanto do conteúdo do discurso em si como de sua articulação quanto à causalidade que vincula seus temas predominantes.

De acordo com a lógica natural, os discursos são, em sua forma geral, argumentativos. Há sempre uma intenção dentro de um contexto. A intenção sempre se reflete na necessidade de provocar um efeito. De acordo com as funções descritas na quarta etapa do processo de esquematização, o efeito que um discurso tem depende de dois fatores: o entendimento do discurso, que por sua vez é função do modo de falar do locutor, que por sua vez depende do modo como o locutor vê o interlocutor (funções 13, 14 e 15 da quarta etapa: $EF_{dA}^B = f(ENT_B^{dA})$, $ENT_B^{dA} = f(\text{mod}_A^F)$ e $\text{mod}_A^F = f[\text{mod}_A^V(B)]$), e a aceitação do discurso, o que depende dele ser considerado coerente ou verdadeiro (funções 16, 17 e 18 da quarta etapa: $EF_{dA}^B = f(AC_B^{dA})$, $AC_B^{dA} = f(ENT_B^{dA})$ e $|ENT_B^{dA}| = V$ ou F). Ao tentar fazer com que seu discurso seja convincente, coerente, o locutor lança mão de argumentos “indiscutíveis”. Eventos compartilhados socialmente como fatos, no sentido da realidade inegável de sua existência. Fatos que Grize agrupa dentro do conjunto de conhecimentos comuns que ele denomina “pré-constructos culturais”. Daí a dependência da determinação da representação social em relação ao conhecimento dos pré-constructos, como mostram as equações 3 e 4 extraídas das relações determinadas pela primeira etapa do processo de esquematização: $\det RS_A = f[EC_O(d_A)]$ e $EC_O(d_A) = f[CONH_O(PCC_A, DC, PRESS_{IDI})]$. Essa estratégia do locutor tem como objetivo não deixar ao interlocutor outra opção que não seja a de concordar. É um trabalho discursivo do locutor fazer com que as idéias que ele expõe ou defende estejam vinculadas do modo mais estreito possível a esses “fatos inegáveis”, ou seja, sejam expressas dentro dos limites dos pré-constructos culturais.

Assim, devido a uma causa absoluta, indiscutível, uma consequência ocorre. Dentro da perspectiva binária de julgamento por parte do sujeito, observada tanto em Moscovici como em Grize, tal evento, o estabelecimento de uma relação de causalidade, será necessariamente classificado, dentro da escala socialmente dependente de valores deste sujeito, como aceitável ou não, como verdadeiro ou

não.

De mesma forma que os fatos (causas) nos quais ele se baseia são considerados confiáveis (verdadeiros) ou não (falsos), tanto as conseqüências (efeitos) como as relações de causalidade entre causas e efeitos estão também contidas dentro destes limites. Acreditamos que todas as causas, efeitos e relações de causalidade levam a uma decisão final do tipo “sim ou não”. No caso do locutor, isso fará com que ele expresse ou não aquele pensamento, enquanto que no caso do interlocutor, fará com que ele aceite ou não aquele pensamento. Ou seja, tanto o locutor como o interlocutor estão presos à condição de binariedade para a qual converge o sentido do discurso; seja na forma positiva, reconhecendo-o como verdadeiro, isto é, coerente com seu próprio mundo, seja na forma negativa, reconhecendo-o como falso, ou seja, incoerente com seu próprio mundo. Ou seja, há uma forte tendência da pessoa, seja como locutor ou interlocutor, assumir uma posição binária nas manifestações discursivas.

Temos aqui, então, a investigação de enunciados, afirmações, fundamentados em “fatos”. De acordo com o esquema abaixo:

O SUJEITO REALIZA UM DISCURSO SOBRE O OBJETO
NO DISCURSO, O OBJETO REALIZA UMA AÇÃO
A AÇÃO TEM UMA CAUSA E UM EFEITO

onde:

SUJEITO: sujeito da representação, habitante da comunidade

OBJETO: objeto da representação, político

CARACTERÍSTICA OU AÇÃO: característica ou ação associada ao objeto
pelo sujeito

CAUSA: fator que, na visão do sujeito, leva o objeto a ter a característica ou a
realizar a ação

EFEITO: conseqüência da característica ou da ação

Os objetos de discurso, na perspectiva de análise pela lógica natural, são os predicados, características ou ações, atribuídos ao objeto da representação (o político), dentro de uma relação que inclui causa e efeito. As características e ações descritas se desdobram em causa e efeito nas articulações discursivas dos sujeitos da representação, de acordo com os mecanismos lógicos discursivos por eles adotados. Esta condição de causalidade será a base para a análise das relações entre os objetos de discurso e para a determinação da forma pela qual eles se

articulam na representação.

É importante destacarmos que há uma tendência natural, nos discursos, a um tipo de categorização automática, por parte do locutor, dos objetos de discurso, agrupando-os em significados comuns mais gerais que Grize denomina "classes-objeto". É objetivo da pesquisa a identificação desses grupamentos que norteiam a organização dos objetos de discurso na fala dos sujeitos. Tais grupamentos também são produto dos mecanismos lógico-discursivos dos locutores.

No Anexo H, encontra-se o exemplo de um possível modelo, desenvolvido por Vidrio (VIDRIO, 2007), para identificação das representações sociais a partir da análise com base na lógica natural.

4.4.1.2.1 Descrição do modelo adotado para análise de conteúdo pela lógica natural

O texto transcrito das entrevistas foi dividido, de forma exaustiva, em fragmentos que possuíssem um significado explícito relativo ao objeto da representação. Estes fragmentos, de forma geral, são constituídos por um sujeito, um verbo e um predicado. Para a pesquisa, o interesse está direcionado ao político. Por isso, foram verificados um a um todos os enunciados que fizessem alusão aos políticos nas entrevistas. Nestes enunciados, o verbo pode indicar a realização de uma ação por parte do sujeito (da sentença), ou a atribuição de uma qualidade a este sujeito. Por exemplo:

"Os políticos fazem falsas promessas."

"Os políticos são mentirosos."

"O único interesse dos políticos é obter votos."

Feita a fragmentação completa do texto das entrevistas, os fragmentos foram agrupados em frases. Cada frase tem um sentido, expresso através de um enunciado descritivo e geral, que aglutina os significados dos fragmentos a ela associados. Por exemplo, os fragmentos abaixo:

"...fazer pelas comunidades, eles não fizeram nada, absolutamente nada, nada."

"(o político) Não fez nada que você está vendo aqui. Tudo foi obra da comunidade."

"...eles (os habitantes da comunidade) ficam ali depois iguais a uns bobos trabalhando para eles (os políticos) e eles não fazem nada."

Podem ser agrupados na frase:

"Os políticos não fazem nada."

Terminado o agrupamento, teremos um grupo de frases que englobam blocos de fragmentos do texto original das entrevistas. Evidentemente, o número de frases será menor ou bem menor do que o de fragmentos.

Essas frases, por suas vez, definirão um reduzido grupo de temas aos quais elas se referem que, dentro do método de análise, descrevem os significados gerais mais importantes vinculados à representação. Por exemplo, as frases:

"Os políticos não fazem nada pela comunidade."

"O político deveria atender às necessidades da comunidades."

"São poucos os políticos que fazem alguma coisa."

"O Lula não faz nada."

Podem ser agrupadas sob um mesmo tema:

"Os políticos não resolvem os problemas."

Mais uma vez aqui teremos uma redução significativa da quantidade de significados ao passarmos das frases para os temas. Estes, trazem de forma sintética os elementos que permitirão o esboço da representação com seus conteúdos mais gerais e as relações entre os mesmos. Ou seja, para efeito da investigação, aqui temos a definição dos elementos básicos da representação.

É importante observarmos que nestes agrupamentos sucessivos, de fragmentos em frases e de frases em temas, o parâmetro quantitativo é determinante para a definição dos elementos que serão mantidos ou serão descartados na análise da representação. Fragmentos pouco recorrentes não gerarão frases e frases pouco recorrentes não gerarão temas. O procedimento se justifica pela suposição de que elementos pouco ou muito pouco freqüentes não estariam presentes suficientemente para que se lhes fosse atribuída uma natureza social, um caráter de significado comum à comunidade. Em última instância, o corte aqui é definido pelo pesquisador de acordo com os dados que sejam relevantes para descrição da representação.

Outra observação importante é a de que no caso de fragmentos com alta ou altíssima freqüência, eles podem se transformar diretamente em uma frase que, por sua vez, poderá se transformar diretamente em um tema. É o caso, por exemplo, de

uma afirmação simples e direta que se repita muitas vezes dentro dos discursos em que aparece e que, além disso, esteja nos discursos de uma boa parte dos entrevistados.

Uma vez definidos os temas básicos da representação, devemos voltar ao texto original das entrevistas para colher, novamente de forma exaustiva, enunciados na forma de sentenças completas nos discursos nas quais os temas, representados por seus fragmentos constituintes, aparecerão vinculados por relações de causalidade.

Por exemplo, a frase original de um depoimento:

"Eles vêm resolver nada, rapaz: só vêm aqui nos dias de eleição."

Gera dois fragmentos:

1) "Eles vêm resolver nada, rapaz."

2) "Só vêm aqui nos dias de eleição."

O primeiro fragmento é incluído na frase:

"Os políticos não fazem nada."

O segundo fragmento é incluído na frase:

"O único interesse dos políticos é obter votos."

A primeira frase é agrupada no tema:

"Os políticos não resolvem os problemas."

A segunda frase é agrupada no tema:

"Os políticos só querem o voto."

Assim, a frase original do discurso reescrita pelos temas correspondentes se transforma em:

"Os políticos não resolvem os problemas pois eles só querem o voto."

Nesta sentença, a relação de causalidade é:

CAUSA: os políticos só querem o voto

EFEITO: os políticos não resolvem os problemas

Em suma, os temas são os objetos de discurso ou classes-objeto que aparecem no texto das entrevistas e se apresentam vinculados por uma relação de causalidade.

Novamente aqui, as freqüências dos pares de temas que surgem nos discursos serão usadas para considerarmos a existência ou não de vínculos causais significativos entre estes elementos na representação. Alguns temas, embora freqüentes, aparecem muito pouco ou quase nunca em pares, o que significa que,

em termos de causalidade, não têm um vínculo explícito com os outros temas da representação. Um exemplo é o tema:

"Os políticos são corruptos."

Nos outros casos, quanto maior o número de ocorrências em pares, maior é o vínculo daquele tema com os outros temas pertencentes à representação. Além disso, a ocorrência em pares também indicará a posição predominante de um certo tema na relação de causalidade: causa ou efeito.

Em posse dos temas e das freqüências das ocorrências em pares, podemos desenhar um esquema gráfico, semelhante ao apresentado abaixo, que sintetize a representação:

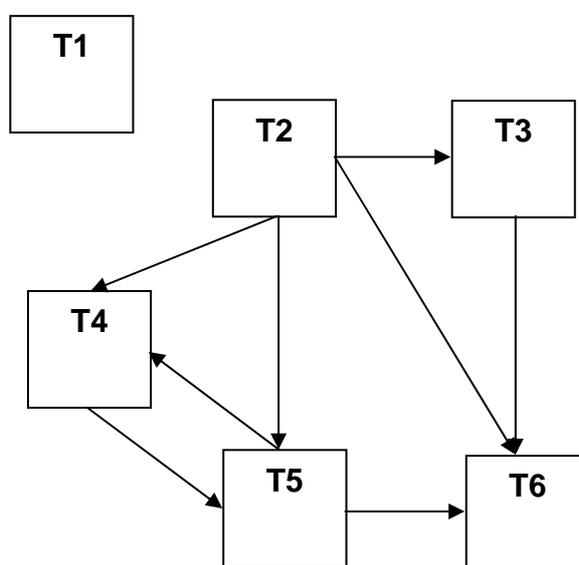


Figura 3 Representação social – temas e relações de causalidade

Na representação gráfica acima, as caixas correspondem aos temas e as setas indicam as relações de causalidade entre os mesmos.

4.5 Análise dos resultados

4.5.1 Dados demográficos

Os dados demográficos abaixo foram distribuídos por frequência. Como o número de sujeitos era igual a 100, o percentual de ocorrência de cada um dos elementos em relação à amostra completa é exatamente igual à sua frequência simples.

Tabela 5 Dados demográficos da pesquisa no Cerro Corá, na Vila Cândido e nos Guararapes – coleta em maio e junho de 2007

Características	Freq.	%
Sexo		
Masculino	55	55
Feminino	45	45
Cor		
Branca	22	22
Parda (mestiços)	49	49
Negra	29	29
Faixa etária		
De 16 a 25 anos	25	25
De 26 a 35 anos	26	26
De 36 a 45 anos	27	27
De 46 a 55 anos	15	15
De 56 a 65 anos	5	5
Mais de 65 anos	2	2
Escolaridade		
Nível fundamental – 1º segmento	16	16
Nível fundamental – 2º segmento	34	34
Nível médio	49	49
Nível superior	1	1
Trabalho		
Empregado	65	65
Desempregado	28	28
Aposentado	7	7
Renda		
Não declarou	12	12
0 (desempregados)	28	28
1 a 400	22	22
401 a 800	24	24
801 a 1200	6	6
1201 a 1600	5	5
1600 +	3	3
Orientação política		
Direita	15	15
Centro	10	10

Esquerda	11	11
Não sabe	30	30
Não tem	34	34

Como podemos ver, em relação ao sexo, os participantes estão distribuídos equilibradamente, com o número de homens ligeiramente maior do que o de mulheres.

Quando solicitamos aos participantes que nos informassem sua cor, não lhes oferecemos opções predefinidas: estas informações vieram da autopercepção dos sujeitos. É importante observarmos que isso provoca uma variabilidade e ausência de padronização: pessoas com a pele mais escura se definiram como pardas ou brancas, enquanto outras, com a pele mais clara, algumas vezes, como negras. Nos parece que isso pode estar relacionado a fatores como afinidades culturais e descendência familiar. Os dados podem ser relativamente bem ajustados em uma distribuição normal, onde a cor parda representa o centro da curva e as cores branca e negra as extremidades.

As idades dos participantes se concentram (78%) entre 16 e 45 anos, distribuídas de forma homogênea nesta faixa. Apenas 7% do grupo têm idades acima de 65 anos. Aqui, temos uma curva onde os elementos estão concentrados em sua primeira parte e que apresenta um decaimento próximo ao normal após a média, que se encontra por volta dos 38 anos de idade.

O nível de escolaridade se concentra fortemente (83%) entre a 5ª série do 1º grau e a 3ª série do 2º grau. Há um único participante cursando o 3º grau. Os restantes 16% só estudaram até a 4ª série do 1º grau ou nunca estudaram. A curva aqui apresenta uma distribuição aproximadamente normal em sua primeira metade, tendo um decaimento brusco após a 3ª série do 2º grau. A constatação é a de que chegar ao nível superior é um evento bastante incomum para os habitantes dessas comunidades.

Em relação à situação profissional, 65% declararam que estão empregados, embora uma boa parte informalmente (sem registro oficial de emprego). O índice de desemprego é muito alto (28%) comparado aos índices oficiais para a população do país, uma vez que quase todos os participantes estão em uma faixa etária produtiva. Parece haver aqui a indicação da correlação entre desemprego e exclusão.

A renda média dos participantes está em torno de 1 salário mínimo (~R\$ 400,00), com a maior parte localizada entre R\$ 0,00 e R\$ 800,00. Não considerando aqueles que não declararam a renda e os que estão desempregados, os valores estão concentrados na primeira metade da curva e têm um decaimento acentuado na segunda. Como era de se esperar, a renda média dos habitantes das comunidades encontra-se abaixo da renda média dos habitantes da cidade.

Em relação à orientação política, a maior parte (64%) declarou não saber ou não ter. O "não ter", neste caso, pode ser considerado uma resposta quase idêntica ao "não saber" pois muitos, ao declararem não ter orientação política, admitiram sua ignorância a respeito do assunto. Verificamos também aqui que, às vezes, devido a uma questão semântica, onde o significado da palavra "direita" confunde-se com os significados das palavras "correta" ou "destra", há uma tendência natural das pessoas se declararem de direita, como nos casos em que afirmaram "sou de direita porque gosto das coisas direitas" (corretas) ou "sou de direita pois escrevo com a direita" (sou destro). Um dado importante: aproximadamente 92% dos seres humanos são destros. Entre os participantes, apenas uma pequena parte daqueles que se declararam de esquerda mostrou justificativas coerentes com a opção (votavam em partidos de esquerda, eram preocupados com questões sociais, de desigualdade e de distribuição de renda, etc). Assim, poderíamos afirmar que a quase totalidade dos participantes não sabe o que significa orientação política em termos de direita e esquerda.

4.5.2 Questionário

4.5.2.1 Foco do questionário

Este questionário semi-aberto contém questões que visam obter informações adicionais para a investigação da representação, buscando destacar aspectos da atividade e da representatividade política.

Consideramos os seguintes parâmetros na investigação da representatividade política: o grau de representatividade de um político varia de acordo com o grau de coerência de sua atividade política com os interesses das pessoas que o elegeram e

da sociedade em geral. Por sua vez, esta coerência com os interesses dos eleitores está fundamentada em dois parâmetros:

- 1 - o posicionamento e as ações dos políticos em suas atividades institucionais
- 2 - sua acessibilidade em relação aos eleitores

Em relação à atividade política, tomamos dois parâmetros para a investigação do grau de proximidade do eleitor com a mesma:

- 1 - conhecimento X desconhecimento - está relacionado tanto às atribuições institucionais dos cargos políticos como às práticas dos agentes políticos no exercício de seus mandatos
- 2 - interesse X desinteresse - está relacionado ao grau de motivação do eleitor para buscar informações sobre os políticos e suas atividades

As respostas às questões do questionário, com suas respectivas freqüências, estão agrupadas em tabelas que se encontram no anexo G. Quando as tabelas não apresentarem à direita uma coluna com os percentuais correspondentes às freqüências, significa que $n = 100$ e que as freqüências e os percentuais são iguais.

4.5.2.2 Discussão dos resultados

Observando, em primeiro lugar, as questões que dizem respeito ao aspecto de interesse ou desinteresse na atividade política por parte dos sujeitos da representação (Anexo G – questões 2, 3, 4 e 5), tivemos uma interessante constatação. Uma parcela significativa, aproximadamente dois terços (67%), dos habitantes das comunidades declarou que costuma acompanhar o noticiário político (na televisão e nos jornais) e, além disso, uma percentagem ligeiramente superior, 71%, afirmou que se recordava dos políticos nos quais havia votado na última eleição. O interessante aqui é que parece haver dois blocos claramente distintos em relação à lembrança a respeito do candidato votado. Embora os sujeitos afirmassem que se recordavam de todos os políticos (deputados estadual e federal, senador, governador e presidente) em quem haviam votado, dentre eles a grande maioria, 91%, no momento de citar o nome de um desses políticos, disse o nome do então candidato a governador ou presidente. E aqueles que citaram nomes do legislativo, e não do executivo, forneceram informações duvidosas (nomes de políticos de

eleições anteriores, confusão com os cargos eletivos), ou seja, não tinham realmente certeza. Isso nos leva a crer que o interesse nos cargos do legislativo é muito menor do que o interesse nos cargos do executivo. Há algumas suposições que podem ser feitas para explicar este fenômeno: o efeito da ação do legislativo é mais indireto do que o da ação do executivo, isto é, a ação legislativa é complexa e desconhecida demais para que possa despertar algum tipo de interesse. Além disso, os atos executivos têm teoricamente um poder de decisão com efeitos imediatos e o mérito (ou demérito) do ato vinculado a uma única pessoa que detém a autoridade final, enquanto os atos legislativos são conjuntos, lentos e dependem de acordos entre os grupos. Nesta última hipótese levantada, vemos mais uma vez a preponderância do individualismo na visão das pessoas, o mesmo individualismo que pode facilitar o surgimento de líderes autoritários ou salvadores da pátria.

Em segundo lugar, observando as respostas às questões relativas ao conhecimento ou desconhecimento a respeito da atividade política (Anexo G – questões 1, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21 e 23), uma percentagem muito baixa dos sujeitos soube relacionar atividades que, no âmbito institucional, realmente estão vinculadas às atribuições teóricas dos cargos políticos. Quando foi solicitado aos sujeitos que descrevessem as ações esperadas dos políticos no exercício de seus mandatos, a grande maioria respondeu enumerando atos que se vinculam à atividade política de maneira genérica (melhorar o país, ajudar os pobres, ser honesto, etc). Até mesmo em relação às ações de vereadores e prefeitos, a resposta de mais da metade dos sujeitos foi "não sabe" ou "nenhuma"; a parte restante, em sua quase totalidade, associou fatos com conotação negativa a estas ações sem, no entanto, estabelecer relações dos mesmos com as atribuições institucionais destes políticos.

Em relação à acessibilidade dos políticos, um dos aspectos que adotamos na investigação da representatividade (Anexo G – questões 6, 9, 10 e 17), perguntamos:

- 1 – Você conhece algum político?
- 2 – Você já falou ou foi recebido por algum político?
- 3 – Qual o motivo?
- 4 – Se fosse necessário, você acha que conseguiria ser recebido por um político?
- 5 – Existem políticos que só aparecem no período pré-eleitoral?

6 – Existem políticos que estão presentes constantemente e acompanham o desenvolvimento das comunidades?

A quantidade de respostas positivas ao primeiro item, aproximadamente 58%, é surpreendentemente alta; mesmo considerando que entre os indivíduos que disseram “sim” uma parte, 4%, não se lembrava nem do nome do político, temos ainda mais da metade das respostas positiva. O segundo item talvez possa esclarecer em parte o resultado inesperado do primeiro, pois verificamos que o número de respostas positivas também é relativamente alto se comparado aos valores esperados: 27% dos sujeitos declararam já ter falado e/ou sido recebido por políticos. Assim, o simples ato de ter conversado ou sido recebido por um político é razão suficiente para, muitas vezes por um único e breve contato, a pessoa afirmar que conhece um político. Já o item 3 discrimina o grupo com respostas positivas ao item 2, onde ficam claramente definidos dois blocos distintos: para pedir assistência (pessoal ou à comunidade) ou para trabalhar na campanha. Há aqui uma interessante e importante constatação: se comparados, por exemplo, aos da classe média ou média alta, os índices de acessibilidade ou contato que os habitantes das comunidades têm em relação aos políticos são altos; fato que, mais tarde nesta pesquisa, ficará relacionado a um movimento eleitoreiro dos nossos representantes políticos até os dias de hoje. Um movimento intenso, porém superficial e efêmero, que ocorre quando, na época das eleições, os interesses dos representantes políticos se voltam para as comunidades, em busca de um voto barato e imediatamente adquirível. Aqui, a razão responsabilidades ou compromissos assumidos sobre número de votos obtidos é muito baixa.

No item 4 a tendência se reverte, o que vem comprovar a efemeridade e superficialidade dos contatos relatados nos itens anteriores. Se a maioria dos entrevistados afirma conhecer algum político, por que então uma maioria significativa, 59%, acredita que não conseguiria ser recebida por um político? É de se concluir que este conhecimento não significa necessariamente uma possibilidade de acesso. De qualquer forma, ainda há uma parcela significativa, 33% dos sujeitos, que disse acreditar que poderia conseguir o acesso. Mas, parte destes ressaltou: “na época das eleições”.

As respostas aos itens 5 e 6 restringem a aparente amplitude desta acessibilidade: a quase totalidade, 95%, dos participantes afirma que há políticos que só aparecem no período eleitoral, ao mesmo tempo em que a mesma

percentagem nega a presença e o acompanhamento constantes por parte dos políticos no tratamento dos problemas das comunidades.

Finalmente, em relação às questões relativas ao posicionamento dos políticos e seu grau de coerência com o interesse do eleitor (Anexo G – questões 7, 8, 11, 20 e 22), perguntamos aos sujeitos se algum político já fez alguma coisa boa ou alguma coisa ruim para eles mesmos, suas famílias, suas comunidades, sua cidade, seu estado ou seu país. As respostas indicam que uma significativa maioria, 80%, dos entrevistados acredita que os políticos já fizeram algo de positivo, enquanto a metade deles acredita que os políticos já fizeram algo de negativo. Como estas percentagens se sobrepõe, ultrapassando os 100%, a primeira constatação é a de que parte dos sujeitos atribui tanto ações positivas como negativas aos políticos. O fato interessante aqui é que a atribuição de ações positivas tende a vincular-se às comunidades e à cidade, enquanto as ações negativas estão, preponderantemente, ligadas ao país. Ou seja, às ações positivas afirmadas em um contexto mais local se contrapõe ações negativas no contexto geral da nação. Acreditamos que esta seja a indicação do reconhecimento da existência de ações que resultam em efeitos mais imediatos e de menor alcance, ao mesmo tempo em que se reconhece uma má administração no âmbito estrutural, na execução de medidas que atinjam a sociedade como um todo.

A questão que mais diretamente se relaciona com o grau de representatividade dos políticos é a que investiga a visão dos sujeitos da representação sobre os interesses dos mesmos no direcionamento de suas ações (Anexo G – questão 11). Aqui, as respostas dão uma indicação clara sobre o pensamento dos sujeitos a respeito do que, para eles, realmente é importante para os políticos: 95% dos entrevistados entende que os políticos exercem suas funções visando seus interesses pessoais, 86% entende que as ações dos políticos estão ligadas aos interesses das famílias e dos amigos (dos políticos), 79% associam as ações dos políticos aos interesses dos grupos políticos em que eles participam e 78% aos interesses dos partidos políticos a que eles se vinculam. Neste ponto, há uma quebra brusca: quando se trata do interesse das pessoas em geral, as parcelas de sujeitos que acreditam que a ação dos políticos é efetiva são drasticamente menores. Gira em torno de 20% a percentagem dos sujeitos que acredita que os políticos estão preocupados com os interesses das pessoas do país, do estado, da cidade e daquelas que os elegeram. Apenas 13% dos entrevistados acredita que os

políticos direcionam suas ações de acordo com os interesses dos mais necessitados.

Ao perguntarmos sobre as características negativas das ações dos políticos, verificamos que, na visão dos sujeitos da representação, elas são bastante diversas. Em sua ordem de frequência, as principais são: os políticos não cumprem suas promessas (15,7%), corrupção (8,7%), ineficácia no trato dos problemas sociais como saúde, educação, segurança, emprego, salário, moradia, alimentação, etc (8,7%), os políticos só têm interesse nos votos (7,8%), são mentirosos (6,5%), não ajudam os necessitados (6,1%), não resolvem os problemas (6,1%), roubo (5,7%), só pensam em seu próprio benefício (5,7%), enganadores (5,2%), não ajudam as comunidades (4,7%) e somem depois das eleições (2,6%).

Ao perguntarmos aos sujeitos da representação sobre como se comportariam caso fossem políticos e que tipos de ações promoveriam, em ambos os casos as respostas se voltam para medidas relacionadas às comunidades e pessoas mais necessitadas. Em relação ao comportamento, ficou também patente a idéia da necessidade de melhoria na ética (comportamento honesto, cumprimento das promessas), enquanto que em relação às ações, elas se fixam às necessidades básicas como educação, saúde, segurança, emprego, moradia, etc. Evidentemente, estas respostas vêm indicar as áreas em que, na visão dos sujeitos da representação, a ação dos políticos apresenta mais deficiências.

4.5.3 Evocações

4.5.3.1 Padronização das evocações

Seguindo o modelo descrito na seção 4.4.1.1.1, a partir da coleta obtivemos uma matriz com as evocações originais emitidas pelos 100 sujeitos. Esta matriz foi substituída por outra, na qual as evocações aparecem na ordem de importância em que foram classificadas pelos sujeitos. A seguir, esta última matriz foi substituída por outra, aquela a partir da qual a análise será realizada, onde as evocações classificadas pelos sujeitos foram padronizadas da seguinte forma: primeiramente, reduzidas às suas formas mais simples e, depois disso, substituídas pelas

categorias correspondentes (Anexo E). Como já mencionado, no processo de padronização as evocações originais são reduzidas às suas formas mais simples, com a redução de ocorrências de plural X singular, masculino X feminino, substantivo X adjetivo X advérbio a uma única expressão para cada evocação, e, então, classificadas e agrupadas por significado. Assim, as 427 evocações emitidas válidas foram reduzidas a 116 evocações padronizadas.

Neste processo de classificação inicial, todas as evocações são mantidas.

4.5.3.2 Determinação da freqüência e da ordem média de importância

A partir da matriz de evocações padronizadas, foram determinadas as variáveis fundamentais do modelo: a freqüência “f” e a ordem média de importância “OMI”. A freqüência foi determinada pela contagem simples de cada uma das evocações. Em nosso estudo, das 116 evocações padronizadas, 60 apresentaram freqüência mínima ($f = 1$). A freqüência máxima foi igual a 53 (evocação “corrupto”). A ordem média de importância foi calculada pela determinação da média das freqüências ponderada pela posição da evocação nas cinco possíveis posições.

Neste ponto, foi necessário determinar a freqüência mínima das evocações que seriam consideradas na análise. Como já foi mencionado, esse é um procedimento que depende do grau de dispersão dos elementos da amostra. Realizamos análises teste a partir de três cortes diferentes ($f_{\min} = 3 / n = 40$, $f_{\min} = 4 / n = 29$, $f_{\min} = 5 / n = 23$), observando uma variação mínima na configuração final dos elementos nos quadrantes. Por fim, optamos pelo corte mais alto ($f_{\min} = 5 / n = 23$) por julgarmos que os elementos já seriam suficientes para descrever a configuração da estrutura da representação, que se mostrou relativamente estável quando foi submetida aos três diferentes cortes.

A seguir, a tabela com o código, o nome, a freqüência e a ordem média de importância das evocações com f_{\min} a partir de 5. No Anexo F, encontra-se a lista com todas as 116 evocações e suas correspondentes freqüências.

Tabela 6 Evocações - freqüência e ordem média de importância

CÓD	EVOCAÇÃO	FREQ	OMI
001	corrupto	53	2,208
002	ladrão	28	2,571
003	não cumpre as promessas	18	2,611
006	mentiroso	17	2,588
008	safado	15	2,600
013	ruim	13	3,846
021	saúde	13	1,846
004	desonesto	11	2,636
022	educação	11	1,818
011	não faz nada	10	2,400
019	só pensa em si	10	2,600
026	segurança	10	2,500
027	trabalho	8	3,000
031	nomes de políticos	8	2,875
010	falta de respeito	7	2,714
017	não cuida do povo	7	2,429
038	enganador	7	2,714
050	deixa a desejar	6	2,333
090	tem que ajudar os pobres	6	2,667
007	sem caráter	5	4,400
029	ideologia	5	4,200
033	bom	5	3,000
082	não gosto	5	3,200

4.5.3.3 Cálculo da freqüência média, da média das ordens médias de importância e construção do quadro de quatro casas

Com os dados acima, utilizamos as expressões a seguir para calcularmos a freqüência média e a média das ordens médias de importância e, então, posicionarmos os eixos dos quadrantes.

$$F_{\text{méd}} = (f_1 + f_2 + \dots + f_n) / n$$

$$OMI_{\text{méd}} = (OMI_1 + OMI_2 + \dots + OMI_n) / n$$

$$\Rightarrow F_{\text{méd}} = 278/23 = 12,087$$

$$\Rightarrow OMI_{\text{méd}} = 63,756/23 = 2,772$$

Construímos os eixos e posicionamos os elementos no quadrante, distribuindo-os de acordo com as condições:

$$1 - Q1 - F > F_{\text{méd}} \text{ e } OMI < OMI_{\text{méd}}$$

$$2 - Q2 - F > F_{\text{méd}} \text{ e } OMI > OMI_{\text{méd}}$$

$$3 - Q3 - F < F_{\text{méd}} \text{ e } OMI < OMI_{\text{méd}}$$

$$4 - Q4 - F < F_{\text{méd}} \text{ e } OMI > OMI_{\text{méd}}$$

Foi então desenhado o quadro de quatro casas:

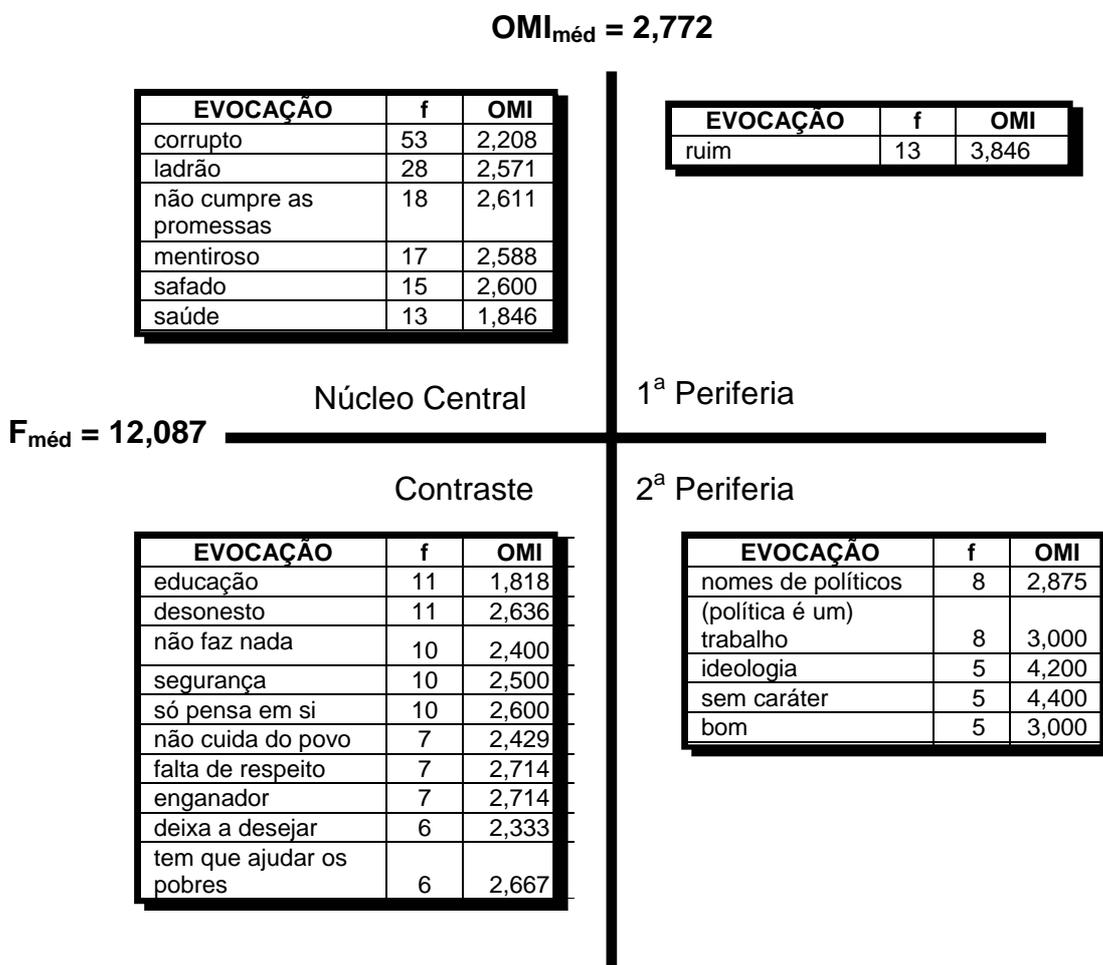


Figura 4 O quadro de quatro casas

4.5.3.4 Discussão dos resultados

Em primeiro lugar, é importante considerarmos que uma quantidade significativa de evocações foi descartada da análise devido às suas baixas freqüências.

Há aqui uma observação a ser feita: entre as evocações descartadas, havia um percentual expressivo de adjetivos com conotação negativa. Na emissão dos discursos pelos sujeitos, foi notável a impressionante diversidade de qualidades negativas atribuídas aos políticos. A dificuldade em agrupá-los sob um mesmo significado os manteve isolados e, conseqüentemente, com baixas freqüências, o que os colocou fora da análise. No entanto, não é de se desprezar o valor que todos

eles têm em conjunto, uma vez que, embora com significados variados, tragam como característica comum a conotação negativa, quase sempre no âmbito pessoal. Abaixo, a relação dos adjetivos encontrados entre as evocações:

Tabela 7 Evocações com conotação negativa

171	desumano	máfia
abandono	egoísta	mau caráter
abuso	enganador	mensaleiro
ambição	envolvente	mentiroso
artista	estelionato	merda
autoritarismo	falcatrua	muquirana
bobão	falsas promessas	não confiável
cambalacho	falso	não presta
canalha	fracasso	não vale nada
cara-de-pau	ganancioso	omisso
cascateiro	horrível	panelinha
charlatão	ignorante	perdedor
chato	ilusionista	pilantra
cínico	imoral	ruim
complicado	imprestável	safado
conversa fiada	imundo	sanguessuga
corrupto	incompetente	sem caráter
covarde	incompreensível	sem ética
desacreditado	incorreto	sem-vergonha
descaso	inescrupuloso	sujo
desilusão	injusto	traidor
desonesto	irresponsável	trambiqueiro
desorganizado	ladrão	trapaceiro
desrespeito		

Assim, alguns dos significados da lista acima (p. ex., “corrupto”, “safado”, “ladrão”, etc) se mantiveram na análise final devido às suas grandes incidências. Outros, menos usuais, acabaram eliminados por sua própria singularidade (p. ex., “trambiqueiro”, “trapaceiro”, “muquirana”, “ilusionista”, “covarde”, etc)

Como já havíamos observado, o método estrutural busca determinar o estado atual da representação, sem considerar as condições históricas e sociais de formação e evolução da mesma. Além disso, ele está direcionado para a investigação da estrutura da representação, através da determinação da distribuição de seus elementos no núcleo central e na periferia, sendo em si insuficiente para uma análise mais aprofundada a respeito do conteúdo da representação. O quadro

de quatro casas é uma ferramenta desenvolvida para fornecer uma visualização gráfica da distribuição dos elementos dentro da estrutura da representação.

Os quadrantes têm naturezas diferenciadas. O primeiro quadrante contém os elementos que têm maior chance de pertencerem ao núcleo central da representação. Sendo assim, trazem os significados permanentes que são sua essência, ou seja, sentidos que, amplamente compartilhados e aos quais é atribuída grande importância, são inegociáveis e parte integrante fundamental da estrutura representacional. O segundo quadrante, a primeira periferia, possui os elementos mais frequentes, isto é, mais amplamente compartilhados do sistema periférico. O terceiro quadrante, a zona de contraste, contém elementos que são considerados importantes mas não são tão amplamente compartilhados. Os significados pertencentes à zona de contraste podem denotar potenciais mudanças no núcleo da representação ou a existência de subgrupos com representações diferentes. O quarto quadrante contém os elementos menos frequentes do sistema periférico da representação, os mais afastados da natureza social e permanente do núcleo e, por isso, mais sujeitos às variações individuais.

Figuram como potenciais elementos do núcleo central evocações que traduzem aspectos negativos atribuídos aos políticos no nível pessoal (“corrupto”, “ladrão”, “mentiroso” e “safado”) e não enquanto agentes portadores de um papel e um objetivo social. Como significado ligado a uma perspectiva mais social sobre a representação política temos, no primeiro quadrante, o elemento “saúde”, que embora com uma frequência não tão alta, quase sempre foi classificado como um dos mais importantes.

Um dado que aqui se destaca é a frequência da evocação “corrupto” (53), que é quase o dobro da frequência da segunda evocação mais frequente (ladrão – 28) e, consideradas todas evocações incluídas na determinação do quadro de quatro casas, corresponde a quase 20% de todo o grupo. Além disso, a evocação “corrupto” possui a terceira mais baixa ordem média de importância de toda a representação, tendo antes dela apenas as evocações “educação” e “saúde”. Poderíamos afirmar, diante destas informações, que “corrupto” se apresenta como o elemento principal na estrutura da representação. Esta afirmação se confirma ao observarmos os outros elementos que o acompanham no primeiro quadrante, que possuem significados coerentes com a condição de corrupto: “ladrão”, “mentiroso”, “não cumpre as promessas” e “safado”. Queremos ainda destacar uma sutil

diferença entre duas evocações que parecem ter seus significados sobrepostos: "mentiroso" e "não cumpre as promessas". Enquanto a primeira refere-se a uma condição genérica individual dos políticos, a segunda é fruto de uma relação direta entre o sujeito e o objeto da representação, ou seja, entre os habitantes das comunidades e os políticos. Não cumprir as promessas é mentir mas, mais especificamente, em sua grande parte, no não cumprimento dos compromissos assumidos nas campanhas eleitorais, ocasiões em que ocorre o contato direto. Entendemos com isso que, além do elemento "saúde", a evocação "não cumpre as promessas" se apresenta no primeiro quadrante como um significado dotado de uma natureza social na visão dos sujeitos em relação aos políticos, em vez de uma simples atribuição no nível pessoal.

Verificamos na zona de contraste (terceiro quadrante) não só a manutenção como um aumento percentual de expressões que denotam uma perspectiva social em relação à visão dos sujeitos a respeito dos políticos (5 em 10: "educação", "segurança", "não cuida do povo", "tem que ajudar os pobres" e "não faz nada"). Estes resultados, ao apresentarem uma tendência de consolidação de um caráter social e não individual da visão em relação aos políticos na representação, podem estar indicando a possibilidade de existência de um ponto de vista social dominante embrionário na perspectiva dos sujeitos em relação aos políticos. É interessante notarmos que, como se destaca na Tabela 6, o elemento com a ordem média de importância mais baixa da representação é "educação" que, embora devido a isso seja em tese o mais importante de todos, não se encontra no primeiro quadrante mais sim no terceiro. Em relação aos outros elementos da zona de contraste, persiste a atribuição de características negativas mais ligadas ao âmbito individual. Temos "desonesto", "só pensa em si", "falta de respeito", "enganador" e "deixa a desejar". Como veremos, todos eles têm ligação ou correspondência com os temas vinculados por relação de causalidade que surgem na análise das entrevistas livres: "só pensa em si" com "só querem o voto", "falta de respeito" e "enganador" com "manipulam as pessoas", "deixa a desejar" com "não resolvem os problemas" e "desonesto" com "corrupto". Mais tarde, ficará evidente a sólida consistência entre os resultados obtidos a partir das duas metodologias adotadas para a investigação da representação.

Fato significativo é a presença de um único elemento ("ruim"), com uma conotação negativa genérica, na primeira periferia (segundo quadrante). Este fato

denota uma possível desestruturação do sistema periférico da representação. Como na termodinâmica, homogeneidade aqui pode significar desorganização. Relacionando os conceitos da termodinâmica com os da teoria das representações sociais, poderíamos afirmar que, neste caso, o sistema periférico tende à entropia. Uma vez que o sistema periférico contém os elementos que servem como interface entre o núcleo da representação e a realidade que se apresenta ao sujeito, decodificada de acordo com as características deste próprio sujeito, isso poderia significar que, para os habitantes dessas comunidades, a política é algo que está distante de seu mundo real e cotidiano. Em outras palavras, parece haver aqui a indicação de que não existem pontos de referência específicos que permitam aos sujeitos vincular sua representação a fatos de sua realidade concreta. A única característica que se mantém como elemento de interface comum é a de que os políticos são ruins.

Na segunda periferia (quarto quadrante), aparece o primeiro elemento da representação com conotação positiva (“bom”). Com um total de 23 elementos, dentre os quais 15 com conotação negativa e 7 com conotação neutra, a representação social apresenta um tom crítico e negativo contundente. É importante observar que o único elemento com conotação positiva é o de frequência mais baixa no último quadrante, ou seja, pode ser considerado como o elemento de menor peso dentro de toda a representação. Neste quadrante também aparecem elementos com uma maior tendência ao social e ao próprio universo político (trabalho, ideologia), assim como também se repete a presença de elementos com caráter individual, com conotações tanto negativas como positivas. É aqui também que surgem evocações de nomes de políticos, revelando, embora de maneira dispersa, um vínculo direto dos habitantes da comunidade com a política institucionalizada, vínculo este que se perpetua na manutenção da memória relativa aos nomes de seus atores.

4.5.4 Entrevistas

A análise dos depoimentos foi realizada de acordo com o modelo descrito anteriormente: transcrito o texto das entrevistas, foi efetuada a sua fragmentação e posterior categorização nas frases e nos temas gerais mais recorrentes. Depois, foram verificadas, de novo diretamente no texto das entrevistas, as sentenças onde

os temas, os objetos de discurso, ocorressem em pares, para verificação de suas relações de causalidade.

4.5.4.1 Determinação dos fragmentos, das frases e dos temas

A lista com as 63 frases obtidas a partir dos fragmentos está no Anexo C.

Na classificação das frases mais recorrentes, foi levado em consideração o número de fragmentos pertencentes à frase e o número de depoimentos nos quais ela ocorre. No conjunto completo dos dados, cada frase continha de 1 a 29 fragmentos e estava presente em um número de depoimentos que variava de 1 a 13.

Das 63 frases obtidas, 44 foram agrupadas nos 6 temas mais recorrentes; o que significa que 19 frases foram descartadas da análise, seja pelo reduzido número de fragmentos a elas pertencentes, seja pelo reduzido número de depoimentos nos quais elas ocorriam. Ou seja, aproximadamente 30% das frases foram eliminados. Nos fragmentos, isso significou uma redução aproximada de 21% em relação ao seu número total. Ocorreu um percentual de eliminação de fragmentos não significativos da análise menor do que o percentual de eliminação de frases devido à concentração dos fragmentos nas frases mais importantes.

Abaixo, a tabela com os 6 temas e o número de depoimentos, frases e fragmentos correspondentes a eles.

Tabela 8 Fragmentos, frases e depoimentos por tema

NÚM	FRAG	FRAS	DEP	DESCRIÇÃO
1	18	4	9	Os políticos somem depois das eleições
2	25	13	12	Os políticos não resolvem os problemas
3	40	9	7	Os políticos manipulam as pessoas da comunidade
4	14	8	5	Os políticos são corruptos
5	20	2	11	Os políticos só querem o voto
6	38	6	15	Os políticos fazem falsas promessas

A quantidade de fragmentos indica a frequência, aqui considerada

diretamente proporcional à importância, dos temas nos discursos, enquanto a quantidade de depoimentos é um indicador do grau de compartilhamento dos temas pelos sujeitos. A quantidade de frases em cada tema é um indicador da diversidade de significados agrupados sob um mesmo tema, assim como a razão FRAS/FRAG (número de frases dividido pelo número de fragmentos) é um indicador de quanto o significado das afirmações originais no texto das entrevistas pode ser diretamente relacionado ao significado da frase construída ou, pelo lado inverso, de quanta classificação, por parte do pesquisador, foi necessária para que houvesse o agrupamento, isto é, qual foi a proporção de geração de diferentes frases para diferentes fragmentos.

Assim, como exemplo de tema onde as afirmações originais dos discursos remetiam diretamente ao seu significado, temos "Os políticos só querem o voto" (tema 5), onde a relação FRAS/FRAG é igual a 0,1. Exemplos de fragmentos deste tema:

- 1 – "Tudo é através do voto. O interesse deles era o voto." (frase 11, depoimento 4)
- 2 – "Aqui dava pra conseguir assim uns 600 votos, uns 1500 votos?" (frase 11, depoimento 4)
- 3 – "Ele simplesmente só queria ganhar voto." (frase 11, depoimento 8)
- 4 – "Só vêm aqui nos dias de eleição." (frase 11, depoimento 10)
- 5 – "Político chega aqui na época de eleição, se elege e depois vai embora." (frase 11, depoimento 12)
- 6 – "Quando chega na época da campanha eles aparecem." (frase 11, depoimento 14)

Como exemplo de tema onde foi maior a necessidade de separação dos fragmentos em frases diferentes e, portanto, de agrupamento de diferentes significados sob um único significado mais geral na determinação do tema, temos "Os políticos não resolvem os problemas" (tema 2), onde a relação FRAS/FRAG é igual a 0,52. Exemplos de fragmentos deste tema:

- 1 – "...sabe como é que esses caras fazem, no correr de um ano começa tudo a desmontar." (referindo-se às obras mal feitas ou incompletas que os políticos realizam nas comunidades) (frase 9, depoimento 3)
- 2 – "...isso (uma obra realizada por um político na comunidade) aí não tem manutenção." (frase 9, depoimento 10)
- 3 – "...fazer nada pela comunidade, eles não fizeram nada, absolutamente nada..."

(frase 13, depoimento 4)

4 – “...é difícil a gente confiar num político...devido a muitas coisas aí, ...à saúde, principalmente, e à violência, em geral.” (frase 33, depoimento 13)

5 – “E os políticos deixam pra gente muito a desejar.” (frase 38, depoimento 14)

6 – “...são poucos os que fazem alguma coisa pela comunidade, pelo Brasil,...acho até que dá pra contar nos dedos.” (frase 46, depoimento 16)

7 – “Não tem uma área de lazer direita aqui pras crianças, não tem um posto polic..., um posto, um ambulatório médico...” (frase 48, depoimento 17)

8 – “...esse político...chegou lá e disse que ia resolver, coisa e tal, e quando acaba não resolveu nada.” (frase 52, depoimento 19)

Como já afirmamos, o nível de detalhe a que se chega em uma análise como essa depende do interesse do pesquisador e é restrito pelo escopo da pesquisa. Nosso intuito aqui é delinear um perfil da representação a partir da verificação de seu conteúdo de uma forma geral, guiados pelos significados mais abrangentes. Neste sentido, um dos temas que abrange significados mais variados é "Os políticos manipulam as pessoas da comunidade" (tema 3). Isso pode ser visto nos fragmentos abaixo:

1 – “...você tem que... fazer tudo o que eles (referindo-se ao político que é suspeito de comandar a milícia que domina a comunidade do Rio das Pedras, em Jacarepaguá) querem. Então, se você pisar fora de onde eles querem, você vai ser cobrado.” (frase 1, depoimento 1)

2 – “...ele tem a revendedora de gás, o gás tem que ser comprado na mão dele...a antena da TV gato de lá também é dele.” (referindo-se ao monopólio do comércio, também dentro da comunidade de Rio das Pedras, por parte do político que “domina” a área) (frase 3, depoimento 1)

3 – “...eu fui convidado por deputado assim...me ofereceram dinheiro né, pra mim poder entrar em contato com o tráfico, para poder deixar eles colocar gargallete...” (frase 10, depoimento 4)

4 – “...aquele político que somente chega com uma sacola de compras, uma cesta básica, brinquedos, acolchoados, o que os políticos fazem somente na época das eleições...” (frase 18, depoimento 5)

5 – “Só para pagar 500 reais para a comunidade que tá com fome...e bota o pessoal tudo pra ajudar eles até as 7 horas da noite.” (referindo-se à utilização da mão-de-obra da comunidade na campanha eleitoral) (frase 21, depoimento 6)

6 – “...infelizmente a política está sendo muito assistencialista...” (frase 59, depoimento 23)

7 – “Infelizmente, as pessoas pelo fato de morarem em uma comunidade carente, que não têm oportunidades de emprego, e até mesmo de estudo, fica com os olhos, infelizmente, totalmente tampados...” (frase 60, depoimento 23)

8 – “...e tem muita gente que não vê isso, em troca de algumas coisas acabam vendendo seu voto...” (frase 60, depoimento 23)

4.5.4.2 Determinação das sentenças e dos pares de causalidade

A partir da definição dos temas mais importantes, voltamos ao texto para buscar sentenças onde estes temas apareciam em pares vinculados por uma relação de causalidade para verificarmos a forma como os mesmos se articulavam nos discursos e, portanto, na representação. No Anexo D encontra-se a transcrição das 75 sentenças colhidas nos 25 depoimentos, sendo ali indicados os temas causa e efeito encontrados nas sentenças, além do depoimento onde elas aparecem.

Partindo desta relação de sentenças, determinamos a frequência dos pares causa-efeito nos 25 depoimentos:

Tabela 9 Pares de temas causa/efeito

$T_C \backslash T_E$	1	2	3	4	5	6
1		5			1	
2				1	1	
3	2	6			3	
4		4				2
5	3	6	9			6
6	4	15	6		1	

Substituídos os fragmentos pelos temas correspondentes nas sentenças, obtivemos a relação dos temas causa-efeito, descritos abaixo em sua ordem de frequência:

- 1 - Os políticos fazem falsas promessas e não resolvem os problemas (15)
- 2 - Os políticos só querem o voto e manipulam as pessoas (9)
- 3 - Os políticos manipulam as pessoas e não resolvem os problemas (6)
- 4 - Os políticos só querem o voto e não resolvem os problemas (6)
- 5 - Os políticos fazem falsas promessas e manipulam as pessoas (6)
- 6 - Os políticos só querem o voto e fazem falsas promessas (6)
- 7 - Os políticos somem depois das eleições e não resolvem os problemas (5)
- 8 - Os políticos fazem falsas promessas e somem depois das eleições (4)
- 9 - Os políticos são corruptos e ladrões e não resolvem os problemas (4)
- 10 - Os políticos só querem o voto e somem depois das eleições (3)
- 11 - Os políticos manipulam as pessoas e só querem o voto (3)
- 12 - Os políticos manipulam as pessoas e somem depois das eleições (2)
- 13 - Os políticos são corruptos e ladrões e fazem falsas promessas (2)
- 14 - Os políticos não resolvem os problemas e são corruptos e ladrões (1)
- 15 - Os políticos somem depois das eleições e só querem o voto (1)
- 16 - Os políticos não resolvem os problemas e só querem o voto (1)
- 17 - Os políticos fazem falsas promessas e só querem o voto (1)

Por fim, a partir dos resultados apresentados na tabela de pares de causa-efeito, pudemos determinar a frequência de cada tema como causa e como efeito. Na tabela abaixo, a relação destas frequências com a indicação da quantidade de depoimentos em que os temas ocorrem de uma maneira, causa, ou de outra, efeito:

Tabela 10 Frequência de temas como causa e efeito

TEMA	FREQ COMO CAUSA	Nº DEPs	FREQ COMO EFEITO	Nº DEPs
1	6	4	9	7
2	2	2	36	17
3	11	7	15	7
4	6	4	1	1
5	24	11	6	3
6	26	10	8	6

Com estes resultados, verificamos a tendência dos três primeiros temas (os políticos “somem depois das eleições”, “não resolvem os problemas” e “manipulam as pessoas da comunidade”) se apresentarem como efeito, enquanto que os três últimos (os políticos “são corruptos”, “só querem o voto” e “fazem falsas promessas”) ocorrem mais constantemente como causa.

4.5.4.3 Esquematização gráfica da representação social

A representação gráfica dos resultados da tabela acima nos leva ao desenho da representação a seguir. As caixas representam os temas principais e as linhas os modos pelos quais estão ligados.

Há dois tipos de ligação entre os temas que, tomando emprestada a nomenclatura da genética, denominamos dominante e recessiva. Algumas vezes, os temas estão interligados como causa e efeito de forma recíproca, ou seja, o mesmo par de temas pode surgir com os elementos ora ocupando o lugar de causa, ora o de efeito. Nestes casos, a relação mais freqüente é chamada de dominante, a menos freqüente de recessiva. Na representação abaixo, as relações dominantes aparecem como linhas cheias, enquanto as recessivas aparecem como linhas pontilhadas. Os números indicam a quantidade de ocorrências da relação de causalidade nos discursos.

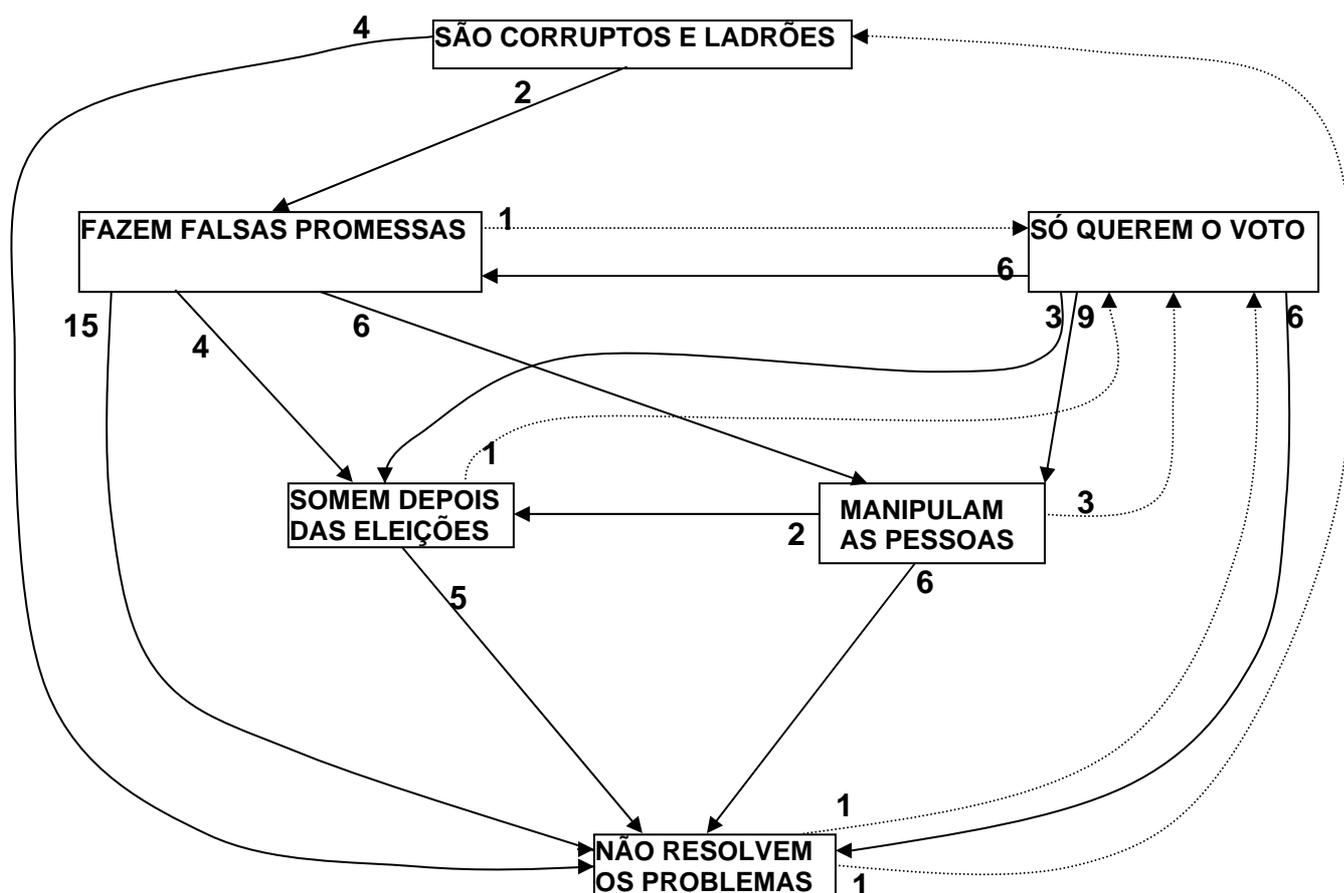


Figura 5 Desenho da representação com as relações causais entre os temas

4.5.4.4 Discussão das principais relações de causalidade entre os temas

I - (1/6/2/15) Os políticos fazem falsas promessas e não resolvem os problemas:

(1= código / 6= tema causa / 2= tema efeito / 15= freqüência relação causalidade)

As sentenças originais dos depoimentos que apresentaram relações de causalidade estão no Anexo D. As pertencentes a cada item da discussão podem ser localizadas através do número de seu par tema causa-tema efeito (no caso deste item, o par 6/2) na primeira coluna e na segunda coluna do quadro.

O tema "Os políticos fazem falsas promessas" se origina em seis frases:

- 1 – Os políticos fazem diversas promessas e não cumprem. (29 fragmentos)
- 2 – Os políticos são mentirosos e enganadores (2 fragmentos)
- 3 – O político não deve trabalhar com promessas mas sim com metas. (1 fragmento)
- 4 – Os políticos não são confiáveis. (2 fragmentos)
- 5 – As promessas dos políticos são compromissos que devem ser assumidos. (2 fragmentos)
- 6 – Os políticos estão desacreditados. (2 fragmentos)

As frases de 2 a 6 têm significados derivados diretamente de seus poucos fragmentos. Já a frase 1 engloba muitos fragmentos, cujos significados nos remetem de forma mais direta ao sentido do tema que inclui este grupo de frases.

A frase 1 engloba fragmentos que nos remetem a três significados:

- 1 – Obras na comunidade
- 2 – Ajuda pessoal (basicamente emprego e saúde)
- 3 – Promessas de uma forma geral

As obras não acontecem ou, quando acontecem, são incompletas ou insatisfatórias. A ajuda eficaz não é concretizada. O mesmo acontece quando se trata de alguma ajuda pessoal solicitada. No entanto, em sua grande parte (item 3 acima), as promessas não cumpridas são relatadas como ações sem objeto explícito: "Eles prometem mas não fazem", "São muitas promessas não cumpridas". Por isso, acreditamos que possa não haver uma visão suficientemente organizada da política institucionalizada, por parte dos sujeitos da representação, para que as promessas realizadas pelos políticos sejam questionadas, dimensionadas em sua amplitude, detalhadas, relacionadas e verificadas objetivamente. Uma das razões para isso talvez seja a de que o caráter político mais profundo das possíveis

soluções de seus problemas não esteja presente de forma clara em seus pensamentos, assim como uma esfera mais ampla em que a ação política se desenvolva. Em outras palavras, eles não sabem bem o que pode ser cobrado dos políticos que seja pertinente às funções destes agentes. Esta pode ser uma razão para a aceitação, por parte dos habitantes das comunidades, da índole assistencialista e limitada da atividade dos políticos. Acreditamos que o tom em que o discurso dos políticos é entendido é o de “resolverei seus inumeráveis problemas”. A inumerabilidade aqui leva à falta de definição, que gera um conjunto desorganizado de possibilidades e acaba desembocando em ações pequenas e imediatistas.

Considerando o político como locutor e o habitante da comunidade como interlocutor, em um ato de campanha eleitoral por exemplo, poderíamos afirmar que o discurso tende a ser compreendido por um pensamento que se fixa na etapa final do processo de esquematização: os sujeitos da representação tendem a limitar seu entendimento do discurso dos políticos a verdadeiro ou falso, no caso quase sempre falso, independentemente da complexidade dos conteúdos a que ele se refira. Isto é, quando há um conteúdo claro, compromissos específicos assumidos e a declaração explícita de uma linha de ação para realizá-los, no discurso dos políticos; o que, admitamos, nem sempre acontece.

O tema “Os políticos não resolvem os problemas” se origina em treze frases:

- 1 - As obras que os políticos realizam nas comunidades não duram muito e/ou são incompletas. (6 fragmentos)
- 2 – Os políticos não fazem nada pela comunidade. (4 fragmentos)
- 3 – O político deveria atender às necessidades da comunidade. (3 fragmentos)
- 4 – Os políticos não resolvem problemas importantes, como saúde e violência. (1 fragmento)
- 5 – Os políticos deixam a desejar. (1 fragmento)
- 6 – São pouco os políticos que fazem alguma coisa. (1 fragmento)
- 7 - O Lula não faz nada. (2 fragmentos)
- 8 - Os políticos não fazem obras nas comunidades. (1 fragmento)
- 9 - Os políticos não dão assistência à saúde. (2 fragmentos)
- 10 - Os projetos na comunidade nunca vão para frente. (1 fragmento)
- 11 - Há pendências para serem resolvidas na comunidade. (1 fragmento)
- 12 - O político não ajuda as pessoas que precisam. (1 fragmento)

13 - A política não satisfaz as expectativas da comunidade. (1 fragmento)

Neste tema, os fragmentos estão bem distribuídos nas frases. Os conteúdos, embora diferentes em seus detalhes, nos remetem a três significados:

- 1 – Os políticos não fazem nada (em geral).
- 2 – Os políticos não resolvem problemas sociais importantes (saúde e segurança).
- 3 – Os políticos não atendem às necessidades da comunidade em geral e, especificamente, no que tange às obras de urbanização.

Considerando o número de fragmentos, é visível a concentração no terceiro significado acima. Assim, na visão dos sujeitos da representação, os políticos não fazem nada pela sociedade em geral e não resolvem problemas sociais importantes; mas é o abandono com que tratam as comunidades carentes o significado mais forte que fundamenta o pensamento desses sujeitos de que eles, os políticos, não resolvem os problemas. Este abandono parece ter na ausência de obras de urbanização eficazes um forte fator de ancoragem.

A relação de causalidade entre os dois temas aponta como causa o fato dos políticos fazerem falsas promessas e como efeito o fato de não resolverem os problemas. As falsas promessas, na representação dos sujeitos, povoam os discursos dos políticos mas sem significados específicos. Já o efeito fica bem mais definido, certamente devido às condições concretas de vida no dia a dia dessas pessoas. Parece evidente para os habitantes das comunidades pesquisadas que os seus problemas não são resolvidos pelos políticos. A diferença em relação ao tema causa, aqui, é o surgimento de uma quantidade mais expressiva de significados e objetos específicos: o abastecimento de água, o asfaltamento, o esgoto, a energia elétrica, etc.

II - (2/5/3/9) Os políticos só querem o voto e manipulam as pessoas:

O tema “Os políticos só querem o voto” se origina em duas frases:

- 1 - O único interesse dos políticos é obter o voto. (19 fragmentos)
- 2 - Os políticos têm apenas interesses pessoais. (1 fragmento)

Aqui, a frase 1 engloba praticamente no todo o significado geral pois inclui a quase totalidade de fragmentos do tema. A leitura dos fragmentos a ela pertencentes indica que é apenas no período eleitoral que os políticos comparecem à comunidade, onde fazem falsas promessas e assumem uma atitude assistencialista, fornecendo paliativos como “consertinhos aqui e ali”, cestas básicas, brinquedos, festas, churrascos, cerveja e dinheiro por trabalhos temporários. É

bastante expressivo e freqüente no discurso dos sujeitos o significado de que as comunidades servem apenas como fornecedoras de votos baratos, fáceis de serem obtidos e que não implicam na construção de uma verdadeira relação de representatividade por parte dos políticos.

O tema “Os políticos manipulam as pessoas” se origina em nove frases:

- 1 - O político mantém o domínio e o poder sobre a população da comunidade através da violência. (6 fragmentos)
- 2 - O político é o chefe da milícia local, grupo formado para desempenhar ilegalmente o papel de polícia na comunidade. (2 fragmentos)
- 3 - O político mantém o monopólio do comércio de itens legais e ilegais na comunidade (gás, ligação clandestina de TV a cabo, material de construção). (5 fragmentos)
- 4 - Os políticos fazem acordo com o tráfico para poderem fazer campanha nas comunidades. (9 fragmentos)
- 5 - Alguns políticos apenas distribuem presentes na época das eleições. (3 fragmentos)
- 6 - Os políticos exploram o trabalho das pessoas ao colocá-las para trabalhar em sua campanha na comunidade. (5 fragmentos)
- 7 - A política é assistencialista. (1 fragmento)
- 8 - As pessoas carentes não têm recursos para que não sejam manipuladas pelos políticos. (8 fragmentos)
- 9 - Os políticos pensam que podem manipular as pessoas da comunidade. (1 fragmento)

As quatro primeiras frases, apesar do número expressivo de fragmentos, surgem em apenas dois ou três depoimentos. Nelas, há denúncias de atividades gravemente ilegais de políticos em comunidades: a coação dos habitantes pela violência, o monopólio do comércio local e o acordo com o tráfico. Nos depoimentos em que apareceram estas informações, ficou clara a preocupação de um dos entrevistados em assegurar que ele não seria identificado após o fornecimento das informações. Além disso, fato indicativo do medo de realizar denúncias relacionadas a locais e pessoas diretamente vinculadas às suas vidas, a maior parte das denúncias desse sujeito refere-se a eventos ocorridos em outras comunidades e não nas pesquisadas.

As frases 5 e 7 denotam o caráter assistencialista da atividade política,

frisando a utilização das ações de caráter paliativo dos políticos com o objetivo de controlar o comportamento eleitoral dos habitantes destas comunidades.

As frases 8 e 9 trazem mais diretamente o significado de manipulação dos habitantes das comunidades pelos políticos, adicionando a isso um importante fator: as pessoas carentes não têm armas para enfrentar a manipulação política, seja pela própria situação de necessidade em que vivem ou seja pela sua falta de preparo e conscientização que permitam um posicionamento político coerente com seus reais interesses. Elas não sabem bem o que podem exigir da política e são um alvo fácil.

A relação de causalidade dominante entre os dois temas aponta como causa o fato dos políticos só quererem o voto e como efeito o fato de manipularem as pessoas das comunidades para chegarem ao seu objetivo. Eles são vistos como se seu único interesse fosse o voto pois sua presença na comunidade está limitada à época das eleições; ao mesmo tempo em que são vistos como manipuladores por sua atitude às vezes violenta ou criminoso, ou assistencialista, ou diretamente manipuladora quando, por exemplo, oferecem dinheiro aos habitantes da comunidade.

Alguns problemas graves são perceptíveis nos depoimentos. Algumas vezes, como no caso das frases de 1 a 4, os habitantes das comunidades parecem acreditar que, em certas situações, a pessoa investida do poder de político utiliza a sua autoridade para realizar seu verdadeiro objetivo sem precisar passar pela etapa do voto: ela domina (o suprimento de) a segurança (as milícias assumem ilicitamente o poder de polícia), monopoliza o comércio de certos itens vitais (gás, TV, material de construção – este relacionado diretamente à expansão da comunidade) e tem acordo com o crime organizado, auferindo lucros em todas essas atividades; isso, na visão de habitantes da comunidade, demonstra o que é o verdadeiro alvo final da atividade política (o lucro pessoal). A mesma visão ocorre quando se trata de avaliar a atividade política, concretizada em sua forma individualista, onde a qualificação e a extensão de poderes permite que ela seja fonte de receitas de forma nem sempre ética e, muitas vezes, criminoso. Em outras palavras, suspeita-se que haja uma quantidade imensa de atividades ilícitas por parte dos políticos que visam unicamente o lucro pessoal direto; aparentemente na concepção dessas pessoas o roubo por parte dos políticos é muito grande. Isso é algo importante com o qual devemos nos preocupar: a percepção por parte da população da existência de pessoas que fazem da política um meio de ascensão pessoal, na sua forma

materialista mais vil, sem jamais perceber seu papel social ou sua responsabilidade enquanto representante da população com um todo e, especificamente, das pessoas que o elegeram. A percepção destas classes menos privilegiadas é o reflexo de um Estado de corrupção, violência e distorção dos papéis sociais, pois elas vivem sob o domínio do que poderíamos chamar de “Estado Paralelo”, expressão surgida recentemente para designar o controle das comunidades no Rio de Janeiro pelo tráfico de drogas, mas que também pode ser estendida ao tipo de domínio mantido pelos políticos na construção e manutenção de seus “currais eleitorais”. O que queremos dizer com isso? Que o político acaba agindo de forma incorreta duas vezes quando manipula as pessoas das comunidades através do assistencialismo. Primeiramente, ele tem que ludibriá-las, trocando “consertinhos” por votos. Em segundo lugar, ele tem que manipular também a máquina do Estado, que fornece os serviços públicos à população, para priorizar o atendimento daqueles aos quais ele pretende estender privilégios. Por isso, mesmo as ações que teoricamente estariam contribuindo para melhorias reais nas comunidades se perdem na inconsistência dos planos que as dirigem. Enquanto não forem elaborados programas que mapeiem a situação de forma mais abrangente, que levem em consideração os aspectos psicossociais por exemplo, com soluções articuladas à visão dos próprios sujeitos e concretizadas a partir de sua consistência com ela, a forma do poder público lidar com as comunidades provavelmente continuará a ser uma imensa perda de tempo e dinheiro.

III - (3/6/3/7) Os políticos fazem falsas promessas e manipulam as pessoas:

O tema 6, “Os políticos fazem falsas promessas”, já foi exposto acima como tema causa no item 1 da discussão dos pares de causalidade. O tema 3, “Os políticos manipulam as pessoas” também já foi exposto como tema efeito no item 2. Aqui, ambos temas mantêm sua posição na relação de causalidade. A única mudança é que os mesmos aparecem agora combinados de forma direta. Daí, percebe-se que, considerando o conjunto completo de relações de causalidade, os temas se repetem articulados em pares que se interpenetram. Considerando o texto dos discursos originais, observa-se que muitas vezes os temas aparecem em grupos de 3 ou 4 dentro de uma mesma oração, revelando relações de causalidade múltiplas. Por outro lado, como ficará explícito na discussão sobre a organização causal da representação, verifica-se uma tendência clara de certos temas serem definidos como causa e outros como efeito.

IV - (4/3/2/6) Os políticos manipulam as pessoas e não resolvem os problemas:

O tema 3, “Os políticos manipulam as pessoas”, já foi exposto acima como tema efeito nos itens 2 e 3 da discussão dos pares de causalidade. O tema 2, “Os políticos não resolvem os problemas” também já foi exposto como tema efeito no item 1.

Aqui, no entanto, o tema que era efeito no item 2 passa a ser causa. Seus principais significados, como já vimos, são: violência e atividades ilícitas, assistencialismo e manipulação direta, por parte dos políticos, facilitada pela incapacidade de reação por parte dos habitantes da comunidade. Os principais significados do tema efeito são: os políticos não fazem nada, não resolvem os problemas sociais importantes e não atendem as necessidades da comunidade.

A relação de causalidade denota dois traços na visão destas pessoas: os políticos são manipuladores, utilizando-se de sua posição para nela manter-se comprando votos baratos ou pressionando quem não tem como se defender, além de ineficazes, seja por corrupção, incompetência ou falta de interesse.

V - (5/5/2/6) Os políticos só querem o voto e não resolvem os problemas:

Novamente os temas se repetem, mas em uma nova relação de causalidade. O tema 5, “Os políticos só querem o voto”, que aqui é causa, já foi discutido desta maneira no item 2. Por sua vez, o tema efeito, 2, “Os políticos não resolvem os problemas”, também já apareceu desta forma nos itens 1 e 4.

VI - (6/5/6/6) Os políticos só querem o voto e fazem falsas promessas:

O tema 5, “Os políticos só querem o voto”, já foi analisado como causa nos itens 2 e 5. O tema 6, “Os políticos fazem falsas promessas” já surgiu como causa nos itens 1 e 3 mas, aqui, ele aparece pela primeira vez como efeito.

Recordando seus principais significados, o tema causa indica que os habitantes da comunidade se vêem como presas fáceis no jogo de manipulação dos eleitores pelo políticos. Mais do que isso, os políticos, na visão destas pessoas, são guiados apenas por seus interesses pessoais. Já o tema efeito, indica que, para realizarem esta manipulação, os políticos se utilizam, em seus discursos, da oferta mal definida, genérica no sentido de serem dificilmente “rastreadas”; neste contexto, os programas sociais são substituídos pelos “consertinhos” que, mesmo assim, nem sempre são realizados. Isso só acontece na época das eleições e, de forma geral, de uma maneira incompleta ou insatisfatória. Ou seja, nessa inversão de posição na relação de causalidade, em sua ganância de poder os políticos se sentem no direito

de criar falsas expectativas em seus eleitores, o que aqui passa a ser efeito, especialmente naqueles que poucos recursos têm para cobrar uma ação mais ampla e objetiva.

VII – (7/1/2/5) Os políticos somem depois das eleições e não resolvem os problemas:

Aqui surge pela primeira vez o tema 1, “Os políticos somem depois das eleições”, como tema causa. Ele é composto por 4 frases:

- 1 – Os políticos deveriam comparecer com mais freqüência às comunidades. (3 fragmentos)
- 2 – Os políticos devem defender os interesses das pessoas que o elegeram (9 fragmentos)
- 3 – Os políticos devem manter a comunicação com seus eleitores. (2 fragmentos)
- 4 – Os políticos devem se manter próximos e acessíveis às pessoas que o elegeram. (4 fragmentos)

Neste tema, metade dos fragmentos se concentra em uma única frase. O significado central destes fragmentos está ligado ao fato de que os políticos deveriam atender aos interesses das pessoas que o elegeram, mais isso não acontece na prática. Esta, é uma questão relacionada diretamente a ausência de representatividade dos políticos. As outras três frases denotam os problemas de acessibilidade dos eleitores aos políticos. Estes problemas, acreditamos, estão mais uma vez relacionados à falta de uma representatividade legítima, só que agora pela outra face da representatividade: pela distância concreta que eles mantêm em relação aos seus eleitores, especialmente os menos importantes, os menos capazes de exercerem algum tipo de pressão ou, finalizadas as eleições, despertarem algum tipo de interesse.

O tema 2 aqui aparece novamente como efeito, o que já aconteceu nos pares de relações de causalidade 1, 4 e 5.

VIII – (8/4/2/4) Os políticos são corruptos e ladrões e não resolvem os problemas:

Aqui surge pela primeira vez o tema 4, “Os políticos são corruptos e ladrões”, como tema causa. Ele é composto por 8 frases:

- 1 – Os políticos estão mais para ruins do que bons. (1 fragmento)
- 2 – O roubo na política é geral e independe do partido político. (1 fragmento)
- 3 – O político usa de artimanhas para se manter no poder (1 fragmento)
- 4 – O povo está desanimado com a ineficácia e a corrupção dos políticos. (1

fragmento)

5 – Os políticos são corruptos. (5 fragmentos)

6 – Os políticos são ladrões. (3 fragmentos)

7 – Os políticos deveriam mudar. (1 fragmento)

8 – Os políticos não são corretos. (1 fragmento)

Neste tema, as frases 5 e 6 concentram mais de metade dos fragmentos e são afirmações diretas do conteúdo central do tema. As frases 2, 4 e 8 têm significados visivelmente relacionados ao mesmo conteúdo. As frases 1 e 7 denotam um descontentamento em geral com a atitude dos políticos, enquanto a frase 3 é o reconhecimento de que os políticos adotam um comportamento malicioso e sem muitos escrúpulos quando se trata da manutenção de sua posição, de seu cargo.

É importante observarmos que entre os principais pares de causalidade apresentados, este é o que tem a frequência mais baixa. Como, ao mesmo tempo, é nele que aparece a noção de “corrupção”, que está entre as noções mais fortes e presentes na representação, concluímos que a condição de “corrupto” dos políticos é uma condição a priori, que existe por si mesma, que não necessita de articulações causais para emergir. Isto é, o discurso dos habitantes das comunidades não é "os políticos são corruptos porque..." (aqui a condição de corrupto apareceria como efeito) nem "os políticos são corruptos e, por isso, ..." (aqui a condição de corrupto apareceria como causa, mas sem efeito específico, isto é, válida para qualquer efeito), mas sim, simplesmente, na maioria das vezes, “Os políticos são corruptos”. Os outros fatos parecem partir desta premissa sem que, no entanto, haja a necessidade de estabelecimento de uma condição de causalidade mais freqüente. Queremos dizer, a condição de corrupto está implícita e não precisa fazer parte do discurso, os possíveis efeitos das ações dos políticos a têm como causa em princípio.

A menor quantidade ou ausência de ocorrência em pares (de temas), neste caso, indicaria que este tema descreve um fenômeno autônomo, uma condição que é assumida a princípio sem a necessidade de sua vinculação com outros temas. Ou seja, a qualidade de "corrupto" no político é um ponto de partida, algo que devemos considerar implícito e independente de outros significados da representação. Disso decorre que não há uma razão lógica para que isso aconteça (não há uma causa que torne a condição de corrupto um efeito) e nem é necessária a justificativa de qualquer ato que porventura seja produto desta condição de corrupto (ser corrupto é

uma causa que pode justificar qualquer efeito). Em outras palavras, há uma tendência à naturalização deste evento: a atribuição, por parte dos habitantes das comunidades, da condição de corrupto ao político.

O tema 2 aqui aparece novamente como efeito, o que já aconteceu nos pares de relações de causalidade 1, 4, 5 e 7.

4.5.4.5 Sobre a organização causal geral da representação

A partir da descrição gráfica da representação social (seção 4.5.4.3), se evidencia o posicionamento preferencial de certos temas como causa ou efeito. Considerando apenas as relações dominantes, os temas “Os políticos são corruptos e ladrões” e “Os políticos só querem o voto” só ocorrem como causa, o primeiro em 2 relações e o segundo em 4, enquanto o tema “Os políticos não resolvem os problemas” só surge como efeito, em todas as 5 possíveis relações. O tema “Os políticos fazem falsas promessas” aparece 3 vezes como causa e 2 como efeito, o tema “Os políticos manipulam as pessoas” aparece 2 vezes como causa e 2 vezes como efeito e o tema “Os políticos somem depois das eleições” aparece 1 vez como causa e 3 vezes como efeito.

Entendemos que os temas que aparecem apenas como causa nas relações sejam características atribuídas aos políticos. Já os temas mistos, revelam ações dos políticos que se conectam ora como causa ora como efeito. O tema que aparece apenas como efeito descreve o resultado tanto das características como das ações dos políticos. Assim, uma possível descrição textual da representação social que substituísse a descrição gráfica seria:

“Os políticos são corruptos e ladrões e seu único interesse é o voto. Para alcançar seus objetivos, eles manipulam as pessoas e fazem falsas promessas. Mas somem depois das eleições e não resolvem os problemas.”

4.5.4.6 Os casos descartados da análise

Como já foi mencionado, entre as 63 frases obtidas, 19 foram descartadas da

análise pela baixa freqüência de fragmentos a elas pertencentes e pelo pequeno número de depoimentos onde elas aparecem. Apenas uma delas ("Os políticos realizam obras na comunidade") apareceu em 4 depoimentos. Outras duas ("O político é uma pessoa boa" e "O político ajuda as pessoas que precisam") aparecem em dois depoimentos. Todas as outras aparecem apenas em 1 depoimento. O total de fragmentos das 19 frases, igual a 41, fornece também uma baixa média de ocorrência (aproximadamente 2 fragmentos por frase).

Abaixo, a relação das frases descartadas:

Tabela 11 Frases descartadas na análise

NÚM	FRASE
4	O político é uma pessoa boa
5	O político ajuda as pessoas que precisam
6	O político ajuda as pessoas nas comunidades
7	Os políticos realizam obras nas comunidades
14	Os políticos não procuram a Associação de Moradores da comunidade
24	Ainda existem políticos que levam o trabalho a sério
25	Existem políticos que podem contribuir para a sociedade
27	A política hoje está mais transparente devido à mídia
28	A transparência na política ajuda à conscientização da população
35	A política funciona quando há algum interesse
37	A política tem melhorado
39	As pessoas só votam porque é obrigatório
40	As favelas são tratadas com diferença
41	As favelas grandes têm melhor tratamento do que as pequenas
45	A própria classe pobre não valoriza as riquezas que o Brasil tem
54	A política provocou a desunião dos habitantes da comunidade
55	A política (do estado) mudou (para pior) a organização política interna da comunidade
56	A comunidade antes da execução do programa favela bairro era mais unida para resolver seus próprios problemas
57	As obras (do favela bairro) melhoraram a comunidade

Nestas 19 frases, apenas 9 (4, 5, 6, 7, 24, 25, 27, 37 e 57), ou seja, menos da metade, apresentam significados explicitamente positivos em relação aos políticos. Por outro lado, 7 delas (14, 39, 40, 41, 54, 55 e 56) apresentam significados negativos, que não foram incluídos na análise pois não foram enquadrados dentro do grupo de temas mais recorrentes. As 3 frases restantes têm conotação neutra (28 e 35) ou não dizem respeito diretamente ao objeto da representação (45).

Existe uma percentagem mínima de pessoas que, pelo menos em parte,

atribuem características positivas aos políticos. Mas, na maior parte de seus trechos, os discursos dessas pessoas têm críticas que denotam uma visão geral negativa e, por isso acreditamos que descartar essas frases não excluiu da investigação da representação os fatos mais relevantes de sua organização geral.

5 Conclusão

Como já discutimos anteriormente, há uma diferença fundamental entre pesquisas realizadas dentro dos campos das ciências naturais e das ciências sociais. O primeiro costuma levar a resultados precisos que via de regra são expressos em uma linguagem matemática universal e são apresentados com margens de erro, normalmente associadas às características dos instrumentos utilizados nas medidas e à ordem de grandeza de suas escalas. Mas não podemos esquecer, embora aleguem a qualidade de precisos, que os resultados experimentais das ciências naturais são apresentados como uma faixa de resultados possíveis, entre os quais o resultado real se encontra, e isso acontece justamente devido às margens de erro obrigatoriamente associadas às medidas. A precisão, então, significa diminuir ao mínimo a amplitude deste intervalo, ou seja, eliminar as margens de erro. Além da precisão, no caso das ciências deterministas, a padronização é uma exigência teórica indispensável: uma experiência que seja efetuada e depois repetida, mantidas exatamente as mesmas condições de sua realização, deverá levar exatamente aos mesmos resultados independentemente do lugar ou da época de sua execução.

Aqui, temos que abrir parênteses. Mesmo nas ciências naturais muitas vezes não há a possibilidade de resultados absolutamente precisos quando se trata de sistemas de alta complexidade. Vejamos, por exemplo, o caso da mecânica celeste, reconhecida entre as ciências deterministas como uma das mais precisas. A teoria geral de gravitação de Newton comporta-se perfeitamente bem na solução de problemas de dois corpos. No entanto, quando um terceiro corpo é colocado no problema, começa a haver a necessidade de malabarismos matemáticos pois a solução algébrica deixa de ser trivial. A partir da colocação de um quarto corpo no problema, a mecânica vetorial newtoniana torna-se absolutamente incapaz de levar a soluções. Neste caso, ela é substituída pela mecânica escalar desenvolvida por Lagrange, Laplace, Hamilton e outros grandes matemáticos dos séculos XVIII e XIX. Mas mesmo a abordagem escalar não é capaz de fornecer soluções algébricas (aqui, algébrica quer dizer conceitualmente representada, uma expressão que forneça resultados a partir de variáveis teoricamente definidas). Em outras palavras:

não é possível encontrar uma solução que seja expressa matematicamente por uma relação do tipo $A = B$, onde A e B estejam clara e precisamente definidos a partir de variáveis de um modelo teórico consolidado. Ou seja, a partir da colocação de um quarto corpo no problema já não há mais a possibilidade de uma solução conceitualmente “limpa” ou “elegante” e são necessários procedimentos matemáticos complexos, avançados e, o mais importante, aproximativos. Daí, para a solução do problema de "n" corpos na mecânica celeste, surge a teoria das perturbações que, utilizando as equações da física criadas há mais de quinhentos anos (equações de Kepler), necessita do recurso da expansão em séries de potência para obter os resultados mais precisos possíveis. Ou seja, o avanço aqui não foi propriamente conceitual mas sim técnico-matemático. É por isso que a chamada "era espacial" seria totalmente inviável sem a invenção de poderosos computadores, não só pela complexidade mas, principalmente, pela quantidade de cálculos necessários. Temos que convir que, em relação à precisão, os resultados alcançados são bastante satisfatórios. Para se ter uma idéia, um físico brasileiro fez a seguinte analogia: lançar um foguete da Terra e alcançar o planeta Júpiter corresponde, guardadas as proporções de distâncias e massas envolvidas, a uma tacada de golfe na cidade do Rio de Janeiro que colocasse a bola em uma caçapa na cidade de Belém do Pará. O feito, realizado pela primeira vez com a nave Pioneer 10 no início da década de 1970, foi comemorado como estrondoso sucesso pois os próprios cientistas não estavam muito seguros do resultado final. Um detalhe importante, estes mesmos cientistas sabiam que um segundo lançamento talvez não chegasse tão próximo de seu alvo. Em suma, até mesmo o grau de determinismo de ciências como a mecânica celeste é, a partir de um certo limite, questionável.

Já no campo das ciências humanas, devido à impossibilidade de uma padronização a partir de variáveis tão precisamente mensuráveis, esse determinismo não acontece. Esta impossibilidade está presente em todos os aspectos científicos: os modelos teóricos, os instrumentos, as metodologias e até mesmo os objetos de pesquisa. Nada garante que um ser humano pensará ou se comportará da mesma forma quando submetido a uma mesma situação repetidamente. Assim como, exatamente ao contrário das ciências naturais, nas ciências sociais os lugares e as épocas são variáveis determinantes e centrais pois elas estão diretamente vinculadas à história. Além disso, embora reconheçamos que a universalidade de certos parâmetros das ciências naturais (a quantificação, por

exemplo) os coloca como elementos constituintes em praticamente qualquer sistema de conhecimento, incluindo as ciências sociais e particularmente a psicologia social, podemos ver claramente que além das diferenças já citadas, uma das mais importantes refere-se ao objetivo, ao fim dos grupos de ciências distintos: as naturais dizem respeito à relação homem-natureza, as sociais referem-se à relação homem-homem.

A partir dessas e outras particularidades conceituais e operacionais que determinam a diferença entre os campos de conhecimento, foi feita uma diferenciação epistemológica radical na tentativa de justificar estas especificidades. Habermas (1982), no início da década de 1960, cria um sistema onde divide os campos do conhecimento em três grandes grupos: ciências empírico-analíticas (naturais), ciências histórico-hermenêuticas (sociais) e ciências críticas. De acordo com ele, os conhecimentos ou ciências pertencentes a cada um destes grupos teriam motivações fundamentais específicas, as quais ele denomina "interesses transcendentais". No caso das ciências naturais, elas são movidas pelo interesse transcendental de sobrevivência (daí a importância da precisão nos resultados). No caso das ciências sociais, o interesse transcendental é o de comunicação. No caso das ciências críticas, o interesse transcendental é o de emancipação ou libertação. Habermas coloca duas ciências neste último grupo: a Psicanálise e o Marxismo (que ele chama de Teoria Crítica da Sociedade). Elas têm essa classificação diferenciada, na visão do autor, porque contêm o elemento de auto-reflexão. Movimento em que o sujeito agrega a si mesmo, seus fragmentos, na descoberta do mundo e na busca do conhecimento possível, dentro de uma visão racional completa do que seja conhecimento em todos os aspectos da relação eu-outro/eu-mundo, e não apenas se limita a uma visão científica, com visão científica queremos nos referir neste caso à que não reflete o sentido racional kantiano do conhecimento possível mas sim o sentido estritamente determinista e experimental, tão utilizado erroneamente pelo positivismo como autojustificativa de validade.

Quando chegamos ao final da análise dos resultados desta pesquisa, verificamos, com satisfação, que, feito o enquadramento nas possibilidades de precisão de resultados que o campo da psicologia social permite e requer, nossos achados apresentaram suficiente consistência e confiabilidade. A utilização da teoria das representações sociais, que se diferencia e adquire especificidade pelo estudo do conhecimento gerado a partir do senso comum, nos permitiu uma determinação

segura da representação social dos políticos em comunidades de baixa renda. Além disso, a obtenção de resultados consistentes a partir da utilização de duas metodologias totalmente independentes, enriquecidos com as informações coletadas na aplicação do questionário semi-aberto, aumentou nossa certeza na validade dos resultados aos quais chegamos.

Inicialmente, as informações coletadas para a caracterização socioeconômica dos sujeitos da representação apontam para uma população com baixo nível de escolaridade, alto nível de desemprego, baixa renda média e um significativo grau de desconhecimento a respeito de orientação política no eixo direita-esquerda.

Por outro lado, como percebemos a partir das respostas ao questionário, os sujeitos declararam bastante interesse na atividade política, o que se reflete no acompanhamento do noticiário político e no fato de se recordarem dos candidatos em quem votaram nas últimas eleições. Interessante achado desta pesquisa é o fato de que essa recordação se concentra claramente nos cargos do poder executivo. As lembranças em relação aos deputados e senadores são bem mais tênues e, muitas vezes, duvidosas. Como já afirmamos, isso pode estar relacionado, no imaginário dessas pessoas, à maior efetividade do poder quando o mesmo está atribuído a um único indivíduo (o prefeito, o governador ou o presidente). Por isso, este indivíduo adquire maior importância e permanência na memória.

Verificamos também que é praticamente inexistente o conhecimento dos sujeitos da representação a respeito das atribuições institucionais dos cargos políticos. Além disso, eles sabem muito pouco sobre as ações dos políticos no exercício de suas atividades. Quando lhes perguntamos sobre elas, as respostas quase sempre denotavam os desejos e anseios dos sujeitos em relação a estas atividades, em vez de descrições objetivas de atribuições institucionais ou mesmo de atos políticos. Ou seja, para eles as atividades políticas são (ou deveriam ser) voltadas para "melhorar o país", "ajudar os necessitados", etc. Mas uma parcela significativa entendeu as perguntas sobre as atividades políticas objetivamente no sentido institucional e, nestes casos, a resposta foi "não sei".

Ao compilarmos os dados, verificamos, inicialmente surpresos, um alto percentual de sujeitos que declararam conhecer políticos; declarações confirmadas pelo também alto percentual daqueles que disseram já terem falado ou sido recebidos por políticos. Mas a surpresa inicial foi logo explicada ao verificarmos que este conhecimento era superficial e efêmero pois viria de breves contatos

estabelecidos nas curtas temporadas pré-eleitorais. A contradição em relação às declarações anteriores veio do reconhecimento por parte da maioria dos sujeitos de que não acreditavam que poderiam ser recebidos pelos políticos caso fosse necessário, entenda-se aqui, se a iniciativa de contato partisse dos sujeitos e não dos políticos. Estes, estabelecem os contatos apenas pelo interesse no voto, fato confirmado pelas afirmações de 95% dos sujeitos de que a presença de políticos nas comunidades se resume aos períodos de campanha e de que não existem políticos que mantenham um programa contínuo ligado às comunidades.

Em relação à qualidade das ações dos políticos, as que apresentaram conotações positivas estavam ligadas a pequenos problemas e soluções locais, enquanto que às ações de âmbito estrutural de forma geral foram associadas conotações negativas. Como já discutimos, os sujeitos parecem enxergar uma esfera de ação política restrita aos arredores de suas casas, nas pequenas obras de urbanização realizadas pelo poder público nas comunidades.

Um dos nossos achados mais consistentes, que diz respeito à percepção dos sujeitos sobre o grau de representatividade dos políticos, foram os significados associados aos interesses dos políticos: a grande maioria dos sujeitos entende que os políticos em suas atividades têm como objetivo principal a defesa de seus interesses pessoais, além dos interesses de suas famílias e de seus amigos. Uma parcela significativa também reconheceu que os políticos defendem os interesses dos partidos e dos grupos políticos dos quais fazem parte. No entanto, apenas uma pequena minoria declarou acreditar que, em suas atividades, os políticos defendam os interesses do país, do estado, da cidade, dos eleitores e, em uma quantidade ainda menor de sujeitos, das pessoas mais necessitadas.

As características negativas associadas à atividade política pelos sujeitos nas respostas ao questionário são quase exatamente as mesmas que, mais tarde, apareceram na coleta das evocações e no texto das entrevistas abertas: corrupção, roubo, mentiras na forma de falsas promessas, individualismo na limitação do interesse à obtenção de votos e incompetência na incapacidade de resolverem os problemas.

Ao analisarmos as evocações, ficou claro que os prováveis elementos do núcleo central traduzem uma visão contundentemente negativa e relacionada a aspectos que dizem respeito a uma atitude individualista por parte dos políticos: corrupção, roubo, mentira e não cumprimento das promessas. Mais tarde, nas

entrevistas, a condição de corrupto aparece como um aspecto implícito constante, que por ser tão óbvio na visão dos sujeitos sequer era citado e apenas em poucos casos associado explicitamente a outras características nas relações de causalidade verificadas.

Um dos achados expressivos nessa parte da análise foi verificação da quase ausência de elementos na primeira periferia. A presença de um único elemento, "ruim", nesta parte da estrutura da representação, parece indicar uma ausência de significados objetivos articulados na visão dos sujeitos à relação entre política e fatos concretos e diretamente acessíveis de suas vidas cotidianas.

Na zona de contraste da representação aparece um elemento que por várias vezes se confirmará na análise das entrevistas: os políticos não fazem nada ou, em outras palavras, não resolvem os problemas. Este fato nos faz pensar em uma possível centralidade deste elemento na representação. Por outro lado, neste segmento da estrutura representacional surgem, pela primeira vez, aspectos relacionados a uma visão, por parte dos sujeitos, que inclui significados de natureza mais social (educação, segurança, cuidar do povo e dos pobres), o que denota a possibilidade de uma visão mais abrangente embrionária, por parte dos sujeitos da representação, a respeito do papel dos políticos na sociedade. Esta tendência se confirma quando na segunda periferia encontramos, pela primeira vez na estrutura da representação, elementos ideológicos, um caráter institucional na visão da política e uma tendência à ancoragem fundamentada na permanência da memória de nomes de políticos.

A análise das entrevistas, realizada através da averiguação de relações de causalidade entre os temas mais recorrentes nos discursos dos sujeitos da representação, nos levou aos significados principais que, de acordo com seus conteúdos, estão associados às ações dos políticos que:

- 1 – são corruptos
- 2 – só querem o voto
- 3 – manipulam as pessoas das comunidades
- 4 – fazem falsas promessas
- 5 – somem depois das eleições
- 6 – não resolvem os problemas

Estes significados se articulam em uma organização causal geral que coloca o fato de serem corruptos como algo implícito, uma causa constante em todos os

efeitos. O fato de não resolverem os problemas é sempre o efeito final de suas ações que aparece nas relações de causalidade. Sendo corruptos e tendo como efeito final de suas ações a não resolução dos problemas, os políticos só querem o voto, manipulam as pessoas, fazem falsas promessas e somem depois das eleições.

A condição de corrupto parece naturalizada. Os políticos só querem o voto pois só comparecem às comunidades nos períodos pré-eleitorais e, em busca de votos baratos (a razão “número de votos que podem ser obtidos” sobre “grau de investimento e comprometimento com os problemas das comunidades” é alta, isto é, nesta fração o numerador é grande e o denominador é pequeno), assumem uma atitude assistencialista. Ao lado desta atitude assistencialista, vão as falsas promessas, a falácia dos políticos que às vezes é tão pobre em objetividade e em uma abrangência articulada à possibilidade de ações que ocorram no âmbito estrutural para solução dos problemas sociais. Nas comunidades, os políticos vão a palanques discutir as grandes questões nacionais, como a desigualdade por exemplo, ou preferem os contatos em esferas mais restritas para distribuição de pequenos favores? E, outro aspecto grave, como os habitantes dessas comunidades prefeririam que fosse? Há aqui um tipo de manipulação facilitada pela falta de consciência política dos sujeitos e, além dele, outro tipo manifesto na exploração deliberada das condições materiais de vida precárias dessas pessoas. A estas manipulações “brancas”, somam-se as que se manifestam através de violência, ações ilegais e coação direta. E então, mesmo tendo sido eleitos com votos das comunidades, depois das eleições eles desaparecem e, até mesmo, se recusam a entrar em contato com esses eleitores. Na visão dos sujeitos da representação, parece não haver uma verdadeira representatividade por parte dos políticos em relação à significativa parcela da população que vive em comunidades. Por isso, os políticos acabam não resolvendo os problemas. Mesmo os recentes programas de urbanização desenvolvidos pela prefeitura (favela bairro), que pelo menos deram aos sujeitos um terreno de ancoragem para sua visão sobre a ação política, mas são incompletos, insatisfatórios e, inserindo o poder público (e a conseqüente distribuição seletiva de recursos) na organização política interna das comunidades, passando a ter um laço mais forte com a associação de moradores que a partir daí parece transformar-se em uma entidade elitista, controlada por poucos, distante dos interesses da maioria dos habitantes, acabaram provocando a desunião e desagregação dos laços sociais dentro das próprias comunidades.

Finalmente, se por um lado os resultados da pesquisa foram bastante positivos no sentido da consistência interna que apresentaram, seus conteúdos são, por outro lado, preocupantes. Sentimos algo como a alegria de um médico que consegue fazer um diagnóstico correto mas que vem acompanhada da tristeza pela constatação da extensão e gravidade da doença. É com temor que vemos em nosso país uma quase total falta de esperança e confiança na atividade política por parte das pessoas que ocupam a posição de excluídas no eixo de desigualdade que norteia e ao mesmo tempo restringe as relações em nossa sociedade. Há possibilidade de construirmos uma nação enquanto não houver um laço social que indique mais justiça? É possível atingirmos uma sociedade justa se ela não estimular a participação de todos? Como está na própria teoria das representações sociais, sujeito e meio se constroem dinamicamente no estabelecimento da realidade e, em consequência, são as articulações entre eles que determinarão a configuração do presente e do futuro. Há um processo de retroalimentação que, no caso do Brasil, está claramente muito mais para um círculo vicioso do que virtuoso. Enquanto as pessoas não acreditarem no poder positivo da política, assumindo que a política deva ser o poder de fato, estas pessoas jamais poderão participar, ter a sua parcela de poder. Poder de transformar suas vidas, poder de superar a doença crônica da miséria e do abandono que desde sempre infectou a maioria da população de nosso país. Ao acreditarem na política, elas acreditarão que é possível participar, ocupar seus espaços e, com isso, terão um maior discernimento e agirão com mais cuidado ao, por exemplo, delegarem poder (votarem), com mais abrangência e profundidade ao entenderem as dimensões políticas de situações e realidades sociais e, assim, poderão se posicionar mais efetivamente em relação a elas. Por outro lado, devemos também pensar na parcela de responsabilidade que os próprios políticos têm sobre essa realidade. Até quando os políticos serão individualistas, clientelistas, assistencialistas, aproveitadores e não representativos? Como vimos, a representação social dos políticos nas comunidades começa com corrupção e acaba com incompetência, sendo no meio povoada por mentira e manipulação. A reestruturação política de nosso país já está sendo feita há quase vinte cinco anos, após o obscuro e trágico período de ditadura militar, mas, infelizmente, os resultados concretos ainda são pífios. Hoje, há uma enorme preocupação no Brasil com a violência e a corrupção. Não acreditamos que elas sejam causas estruturais: são consequências. Crimes hediondos na cidade não serão resolvidos pela força policial

nem pela repressão nas favelas, que no imaginário da classe média assumiram a identidade de ninhos de criminosos. Mil CPIs por mês não impedirão a corrupção na prática política. O problema estrutural é a desigualdade que resulta na exclusão. Corrupção e violência são apenas suas filhas mais velhas.

Acreditamos que nossa pesquisa deseja ser um passo de uma longa jornada. Um prosseguimento da mesma que certamente agregaria valor aos resultados, seria a investigação de como a representação social dos políticos em comunidades de baixa renda pode estar relacionada às práticas eleitorais desses sujeitos. A partir deste ponto, entendemos que as pessoas que ocupam posições de poder poderiam passar a ter interesse direto no estudo. Isto, com certeza, seria alimento essencial para, por exemplo, a sobrevivência e o crescimento de uma linha de pesquisa. Seria a construção de um círculo virtuoso se conseguíssemos fazer com que o poder estimulasse e financiasse o questionamento de si mesmo e propostas de sua própria reorganização.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro** – 1997, IPLANRIO, Rio de Janeiro
- Abric, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais** - In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (Org.) - Estudos interdisciplinares de representação social - 2000, AB, Goiânia
- Abric, J. C. **O estudo experimental das representações sociais** - In: JODELET, D. (Org.) - As representações sociais - 2001, EdUERJ, Rio de Janeiro
- Arendt, H. **O que é política?** - 2ª edição, 1999, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro
- Arendt, H. **O sistema totalitário** - 1978, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- Azevedo, J.L. **Épocas de Portugal econômico** – 2ª edição, 1961, Editora Nova Coimbra, Lisboa
- Bobbio, N. **Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos** - 2000, Campus Editora, Rio de Janeiro
- Bakan, D. **The crisis in psychology.** Journal of Social Distress and the Homeless 1996; 5 (4) :335-342
- Bastos, T. **Os males do presente e as esperanças do futuro** - 2ª edição, 1976, Editora Nacional, Brasília
- Bastos, T. **A província, estudo sobre a descentralização no Brasil** - 3ª edição (feita sobre a 1ª edição de 1870), 1967, Companhia Editora Nacional, São Paulo
- Buchanam, J. M. & Tullock, G. **The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy** – 1999, Liberty Fund, Indianápolis
- Burgos, M. B. **Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro** – In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Org.) – Um século de favela – 1998, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
- Caio, J. S. **Abertura do espaço epistemológico em Jürgen Habermas** – Revista Filosófica Brasileira, Vol. 1, no 2, pp. 57-70, 1985, Rio de Janeiro
- Castro, S. **A carta de Pero Vaz de Caminha** – 2003, L & PM, Porto Alegre
- Costa, W. A. & Almeida, A. M. O. **Teoria das representações sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais** - Revista 3, 1999, Revista da UFMT
- Couto, C. G. **O avesso do avesso, conjuntura e estrutura na recente agenda política brasileira** - 2001, São Paulo - Perspectivas, v. 15, n. 4, São Paulo

Da Matta, R. **A casa e a rua** - 1987, Editora Guanabara, Rio de Janeiro

Danziger, K. **Wundt's psychological experiment in the light of his philosophy of science**. Psychological Research 42, 109-122 (1980) (Wundt Centennial Issue)

Doise, W. **Atitudes e representações sociais** - In: JODELET, D. (Org.) - As representações sociais - 2001, EdUERJ, Rio de Janeiro

Dumont, L. **Individualismo "apolítico": a "kultur" nas considerações de Thomas Mann** - In: VEYNE, P. & DUMONT, L. (Org.) - Indivíduo e poder - 1988, Edições 70, Lisboa

Faoro, R. **Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro** - 3ª edição, 1981, Editora Globo, Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo

Faoro, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** - 2ª edição, 1988, Editora Globo, Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo

Flament, C. **Estrutura e dinâmica das representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.) - As representações sociais - 2001, EdUERJ, Rio de Janeiro

Freitas, T. **Relatório diagnóstico**. 1994, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro

Grize, J-B. **Lógica natural e representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.) - As representações sociais - 2001, EdUERJ, Rio de Janeiro

Habermas, J. **Mudança estrutural da esfera pública** - 1984, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro

Habermas, J. **Conhecimento e interesse** - 1982, Zahar Editores, Rio de Janeiro

Held, D. **Democracia, o Estado-Nação e o sistema global** - 2001, Cedec, Lua Nova, nº 23, São Paulo

Hobbes, T. **Leviatã** - 2001, Martins Claret, São Paulo

Jodelet, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.) - As representações sociais - 2001, EdUERJ, Rio de Janeiro

Jovchelovitch, S. **Representações sociais e esfera pública - a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil** - 2000, Editora Vozes, Petrópolis

Kant, I. **La crítica de la razón pura** - 1973, Editorial Losada, Buenos Aires

Lobo, E. M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)** - 1978, Zahar, Rio de Janeiro

Moscovici, S. **A representação social da psicanálise** - 1ª edição, 1978, Zahar Editores, Rio de Janeiro

Oliveira, D.C. **Análise de conteúdo temática: uma proposta de operacionalização**. Texto Didático e Instrumentos. Rio de Janeiro.

Oliveira, D.C. **Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais** - In A. S. Paredes, Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais (p. 573-603). – 2005, Editora Universitária UFPB, João Pessoa.

Oliveira, D.C., Sá, C. P. **Representações sociais da saúde e doença e implicações para o cuidar em enfermagem: uma análise estrutural** – 2001, Ver. Bras. Enfermagem, v. 54, n. 4, p. 608-622, Rio de Janeiro

Qathafi, M. A. **O Livro Verde** – 1983, Empresa Pública de Edição Publicidade e Distribuição, Trípoli, Líbia

Rodrigues, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da câmara dos deputados** - 1ª edição, 2002, EdUSP, São Paulo

Rouquette, M. L. **Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos**. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (Org.) - Estudos interdisciplinares de representação social - 2000, AB, Goiânia

Rouquette, M. L. **Sobre uma categoria específica de representações sociais em psicologia política**. In: OLIVEIRA, D. C. & CAMPOS, P. H. F. (Org.) – Representações Sociais, uma teoria sem fronteiras – 2005, Museu da República, Rio de Janeiro

Sá, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais** - 1998, EdUERJ, Rio de Janeiro

Sá, C. P. **Núcleo central das representações sociais** - 1996, Vozes, Petrópolis

Santos, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político** - 4ª edição, 1994, Livraria Duas Cidades, Rio de Janeiro

Sartori, G. **A teoria da democracia revisitada** – 1994, Ática, São Paulo

Valladares, L. P. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro** – 1978, Zahar Editores, Rio de Janeiro

Versiani, M. H. **Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970** – 2007, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, dissertação de mestrado apresentada em março de 2007, Rio de Janeiro

Vidrio, S. G. **El análisis de las representaciones sociales desde una perspectiva discursiva** – 2007, V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Universidade de Brasília, Brasília

Xavier, R. **Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis** – 2002, Psicologia Social, v. 14, n. 2, Porto Alegre

Zweig, S. **Brasil, um país do futuro** – 2006, L & PM, Porto Alegre

ANEXO A

Instrumento da Pesquisa

UERJ - PPGPS

Este instrumento destina-se à pesquisa que faz parte da dissertação de Mestrado em Psicologia Social, do aluno Gilberto de Queiroz Martins desta Universidade. Os resultados obtidos serão organizados, apresentados e analisados no próprio trabalho. Os participantes são anônimos, voluntários e têm o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Parte 1 - Identificação e caracterização dos sujeitos da representação

- 1 - Possui Título de Eleitor? 1. **SIM**____ 2. **NÃO**____
- 3 - Idade (anos): 1.16/21____ 2.22/30____ 3.31/40____ 4.41/50____ 5.51/60____ 6.60+____
- 4 - Sexo: 1.M____ 2.F____
- 5 - Cor (auto-identificação):_____
- 6 - Escolaridade:
- 1.sem escolaridade - anos____ 5.2° grau completo - anos____
- 2.1ª à 4ª série do 1º grau - anos____ 6.3º grau incompleto - anos____
- 3.5ª a 8ª série do 1º grau - anos____ 7.3º grau completo - anos____
- 4.2º grau incompleto - anos____
- 8 - Trabalho: 1.empregado 2.desempregado 3.aposentado
- 9 - Atividade: _____ Renda mensal: **R\$**_____
- 10 - Orientação política:
- 1.direita 2.centro 3.esquerda 4.não sabe 5.não tem

Parte 2 - Evocações livres

Quais são as cinco primeiras palavras que lhe vêm à cabeça quando você pensa em um político?

- 1- _____ CLASSIF _____
- 2- _____ CLASSIF _____
- 3- _____ CLASSIF _____
- 4- _____ CLASSIF _____
- 5- _____ CLASSIF _____

20. Como é o comportamento dos Vereadores na atualidade? _____

21. Que tipos de ações os Vereadores promovem? _____

22. Como é o comportamento do Prefeito na atualidade? _____

23. Que tipos de ações o Prefeito promove? _____

Parte 4 - Entrevista aberta

Você poderia me contar um caso ou uma história sobre a qual ouviu falar, ou que você ou algum conhecido seu viveu, que envolva um político?

Parte 5 - Termo de consentimento

Termo de Consentimento

Eu, _____ aceito participar da pesquisa “Representação social dos políticos em uma comunidade de baixa renda”, respondendo ao questionário, e autorizo a utilização dos dados para fins da realização da dissertação de mestrado de Gilberto de Queiroz Martins pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Assinatura: _____

Local: _____ Data: _____ / _____ / _____

ANEXO B

RELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESQUEMATIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DE VARIÁVEIS E SÍMBOLOS DESTAS RELAÇÕES

PRIMEIRA ETAPA

NÚM	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
(1)	$RS_A = f(d_A)$	A representação social do locutor (RS_A) é função do discurso do locutor (d_A)
(2)	$d_A = f(PV_A^R)$	O discurso do locutor é função do ponto de vista do locutor (PV_A) em relação a uma determinada realidade (R)
(3)	$det RS_A = f[EC_O(d_A)]$	A determinação (det) da representação social do locutor é função do entendimento correto (EC), por parte do observador (O), do discurso do locutor
(4)	$EC_O(d_A) = f[CONH_O(PCC_A, DC, PRESS_{DI})]$	O entendimento correto do discurso do locutor é função do conhecimento ($CONH$), por parte do observador, dos pré-constructos culturais do locutor (PCC_A) e dos pressupostos do idioma ($PRESS_{DI}$)

SEGUNDA ETAPA

NÚM	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
(5)	$d_A = f[\text{mod}_A^V(R, A)]$	O discurso do locutor é função do modo de ver do locutor (mod_A^V) em relação a uma determinada realidade e a si mesmo
(6)	$IM_O^A = f(MLD_A)$	A imagem que o observador faz do locutor (IM_O^A) é função dos mecanismos lógico-discursivos do locutor (MLD_A)
(7)	$MLD_A \supset \text{mod}_A^F$	Os mecanismos lógico-discursivos do locutor contêm o modo de falar do locutor (mod_A^F)
(8)	$\text{mod}_A^F = f(AT_A^R)$	O modo de falar do locutor é função da atitude do locutor em relação a uma determinada realidade (AT_A^R)

TERCEIRA ETAPA

NÚM	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
(9)	$R \leftarrow SIMB_A^R$	Uma determinada realidade é substituída pela função de simbolização de acordo com a esquematização, aqui também

		chamada simplesmente de “simbolização”, do locutor em relação a esta realidade ($SIMB_A^R$)
(10)	$d_A \leftarrow O_{dA}$	O discurso do locutor é substituído pelo objeto de discurso do locutor (O_{dA})
(11)	$O_{dA} = f(SIMB_A^R)$	O objeto de discurso do locutor é função da simbolização do locutor em relação a uma determinada realidade
(12)	$O_{dA} \leftarrow CO_A$	O objeto de discurso do locutor é substituído pela classe-objeto do locutor (CO_A)

QUARTA ETAPA

NÚM	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
(13)	$EF_{dA}^B = f(ENT_B^{dA})$	O efeito do discurso do locutor sobre o interlocutor (EF_{dA}^B) é função do entendimento do discurso do locutor por parte do interlocutor (ENT_B^{dA})
(14)	$ENT_B^{dA} = f(mod_A^F)$	O entendimento do discurso do locutor por parte do interlocutor (B) é função do modo de falar do locutor
(15)	$mod_A^F = f[mod_A^V(B)]$	O modo de falar do locutor é função do modo com que este locutor vê o interlocutor
(16)	$EF_{dA}^B = f(AC_B^{dA})$	O efeito do discurso do locutor sobre o interlocutor é função da aceitação do discurso do locutor por parte do interlocutor (AC_B^{dA})
(17)	$AC_B^{dA} = f(ENT_B^{dA})$	A aceitação do discurso do locutor por parte do interlocutor é função do entendimento do discurso do locutor por parte do interlocutor
(18)	$ ENT_B^{dA} = V \text{ ou } F$	O interlocutor entende o discurso do locutor como coerente (V – verdadeiro) ou incoerente (F – falso)

QUINTA ETAPA

NÚM	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
(19)	$d = f(SIT_{INT})$	O discurso é função da situação de interlocução (SIT_{INT})

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DOS SÍMBOLOS UTILIZADOS

VAR / SÍMB	DESCRIÇÃO
A	locutor
AC	aceitação
AT	atitude
B	interlocutor
C	contexto
CO	classe-objeto
ComDisc	comportamento discursivo
ConDisc	conduta discursiva
CONH	conhecimento
CT	conteúdo
d	discurso
DC	discurso circulante
det	determinação
EC	entendimento correto
EF	efeito
ENT	entendimento
f	função
F	falso
IDI	idioma
IL	implicação do locutor
IM	imagem
INT	interlocução
MD	modo discursivo
MLD	mecanismos lógico-discursivos
MM	modelo mental
mod ^t	modo de falar
mod ^v	modo de ver
O	observador
O _d	objeto de discurso
PCC	pré-constructo cultural
PRESS	pressupostos
PV	ponto de vista
R	realidade
RS	representação social
SIMB	função de simbolização (através da esquematização)

SIT	situação
V	verdadeiro
\supset	contém
\leftarrow	é substituído(a) por
=	é igual a
	módulo ou valor absoluto
,	separador (nível 0)
()	separador (nível 1)
[]	separador (nível 2)

ANEXO C

LISTA DE FRASES

N – número da frase

F – quantidade de fragmentos pertencentes à frase

D – quantidade de depoimentos onde a frase aparece

N	F	D	FRASE
1	6	1	O político mantém o domínio e o poder sobre a população da comunidade através da violência
2	2	1	O político é o chefe da milícia local, grupo formado para desempenhar ilegalmente o papel de polícia na comunidade
3	5	1	O político mantém o monopólio do comércio de itens legais e ilegais na comunidade (gás, ligação clandestina de TV a cabo, material de construção)
4	2	2	O político é uma pessoa boa
5	3	2	O político ajuda as pessoas que precisam
6	1	1	O político ajuda as pessoas nas comunidades
7	7	4	Os políticos realizam obras nas comunidades
8	3	3	Os políticos deveriam comparecer com mais freqüência às comunidades
9	6	3	As obras que os políticos realizam nas comunidades não duram muito e/ou são incompletas
10	9	1	Os políticos fazem acordo com o tráfico para poderem fazer campanha nas comunidades
11	19	11	O único interesse dos políticos é obter o voto
12	1	1	Os políticos têm apenas interesses pessoais
13	4	4	Os políticos não fazem nada pela comunidade
14	1	1	Os políticos não procuram a Associação de Moradores da comunidade
15	29	13	Os políticos fazem diversas promessas e não cumprem
16	2	1	Os políticos são mentirosos e enganadores
17	3	1	O político deve atender às necessidades da comunidade
18	3	3	Alguns políticos apenas distribuem presentes na época das eleições
19	1	1	O político não deve trabalhar com promessas mas, sim, com metas
20	9	4	O político deve defender os interesses das pessoas que o elegeram
21	5	2	Os políticos exploram o trabalho das pessoas ao colocá-las para trabalhar em sua campanha na comunidade
22	2	1	O político deve manter a comunicação com seus eleitores
23	4	3	O político deve se manter próximo e acessível às pessoas que o elegeram
24	1	1	Ainda existem políticos que levam o trabalho a sério
25	1	1	Existem políticos que podem contribuir para a sociedade
26	1	1	Os políticos estão mais para ruins do que bons
27	1	1	A política hoje está mais transparente devido à mídia
28	1	1	A transparência na política ajuda à conscientização da população
29	2	1	A consciência política faz com que as pessoas votem melhor
30	1	1	O roubo na política é geral e independe de partido político
31	1	1	O político usa de artimanhas para se manter no poder
32	2	2	Os políticos não são confiáveis
33	1	1	Os políticos não resolvem problemas importantes, como saúde e violência
34	2	1	O brasileiro tem que se virar sozinho pois não pode contar com os políticos

35	1	1	A política funciona quando há algum interesse
36	1	1	O povo está desanimado com a ineficácia e a corrupção dos políticos
37	1	1	A política tem melhorado
38	1	1	Os políticos deixam a desejar
39	2	2	As pessoas só votam porque é obrigatório
40	2	1	As favelas são tratadas com diferença
41	1	1	As favelas grandes têm melhor tratamento do que as pequenas
42	5	4	Os políticos são corruptos
43	3	2	Os políticos são ladrões
44	1	1	Os políticos deveriam mudar
45	1	1	A própria classe pobre não valoriza as riquezas que o Brasil tem
46	1	1	São poucos os políticos que fazem alguma coisa
47	2	1	O Lula não faz nada
48	1	1	Os políticos não fazem obras nas comunidades
49	2	2	Os políticos não dão assistência à saúde
50	1	1	Os projetos na comunidade nunca vão para frente
51	1	1	Há pendências para serem resolvidas na comunidade
52	1	1	O político não ajuda as pessoas que precisam
53	1	1	A política não satisfaz as expectativas da comunidade
54	3	1	A política provocou a desunião dos habitantes da comunidade
55	4	1	A política (do estado) mudou (para pior) a organização política interna da comunidade
56	3	1	A comunidade antes da execução do programa favela bairro era mais unida para resolver seus próprios problemas
57	1	1	As obras (do favela bairro) melhoraram a comunidade
58	1	1	Os políticos não são corretos
59	1	1	A política é assistencialista
60	8	1	As pessoas carentes não têm recursos para não serem manipuladas pelos políticos
61	2	1	As promessas dos políticos são compromissos que devem ser assumidos
62	1	1	Os políticos pensam que podem manipular as pessoas da comunidade
63	2	1	Os políticos estão desacreditados

ANEXO D

LISTA DAS SENTENÇAS ORIGINAIS COM TEMAS VINCULADOS POR RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

TC	TE	SENTENÇA	DEP
1	2	As obras feitas pelos políticos devem ser mais freqüentes pois elas são mal feitas	03
1	2	As obras dos políticos se deterioram rapidamente e eles não voltam depois	10
1	2	As obras dos políticos acabam desaparecendo porque ficam muitos anos sem manutenção	10
1	2	O político sumiu do mapa e não resolveu nada	19
1	2	A gente não acha os políticos, não tem nem como procurar, e o que acontece é o descaso com o país	22
1	5	Os políticos vêm na época das eleições, depois não vêm mais	22
2	4	Os políticos estão desacreditados pois não cumprem com suas obrigações	25
2	5	Os políticos não resolvem os problemas da comunidade e só aparecem nas eleições	10
3	1	Os políticos levam frutas e pães para a comunidade e depois das eleições não vêm mais	08
3	1	Os políticos fazem churrasco com cerveja na comunidade e somem depois das eleições	12
3	2	Os moradores da comunidade são feitos de bobos pelos políticos, que não fazem nada pela comunidade	06
3	2	Os políticos não valorizam a comunidade, embora recebam o voto da comunidade	16
3	2	Todos votaram no Lula por ele ter sido pobre, mas ele não faz nada	16
3	2	Todos acreditaram no Lula e ele não fez nada pelas comunidades	16
3	2	As pessoas da comunidade acreditam, apóiam, mas nada é realizado	23
3	2	As pessoas da comunidade trabalham para o deputado e ele não faz nada por elas	24
3	5	Quando chegam as eleições é sempre a mesma história, e a população acaba caindo	22
3	5	A política tem sido muito assistencialista e, mesmo assim, só na época das eleições	23
3	5	Os políticos dão cesta básica aos moradores da comunidade atrás de voto	23
4	2	Os políticos são corruptos e as pessoas têm que resolver seus próprios problemas sozinhas	13
4	2	Os políticos são corruptos e apenas poucos fazem alguma coisa	16
4	2	O Lula só rouba e não faz nada	16
4	2	Os políticos são safados, corruptos e ladrões, e a saúde está abandonada	21
4	6	Os políticos são corruptos porque prometem muitas coisas	16
4	6	Os políticos estão envolvidos em todos os tipos de sujeira e não cumprem suas promessas	25
5	1	Os políticos recebem o voto e depois não voltam mais à comunidade	05
5	1	Os políticos depois que ganham as eleições vão embora e somem da comunidade	06
5	1	Os políticos ganham o voto na comunidade e não aparecem nem para agradecer	08
5	2	Os políticos só querem o voto e não fazem nada pela comunidade	04
5	2	Os políticos não fazem nada pela comunidade porque só visam seu interesse pessoal	04
5	2	Os políticos depois que ganham as eleições não fazem nada	06

5	2	Os políticos não fizeram as obras porque queriam apenas o voto	08
5	2	Quando chegam as eleições, os políticos fazem pequenas obras que ficam inacabadas	14
5	2	Os políticos são eleitos e não ajudam a comunidade	15
5	3	Se o morador da comunidade não der o voto, pode sofrer violência por parte do político que domina a comunidade	01
5	3	Os políticos oferecem dinheiro ao tráfico na comunidade para poder fazer campanha na comunidade	04
5	3	Os políticos recrutam os moradores da comunidade para fazer campanha na comunidade	04
5	3	Os políticos oferecem dinheiro aos moradores da comunidade para fazer campanha na comunidade	04
5	3	Os políticos oferecem dinheiro aos moradores da comunidade e querem saber quantos votos podem conseguir	04
5	3	Os políticos trazem cestas básicas e brinquedos quando chega a época das eleições	05
5	3	Os políticos só aparecem na comunidade na época das eleições e exploram o trabalho dos moradores da comunidade na campanha	06
5	3	Os políticos colocam os moradores da comunidade para trabalhar para eles só para conseguir o voto	06
5	3	As pessoas da comunidade têm condições precárias de vida e acabam vendendo seu voto	23
5	6	Os políticos recebem o voto e não colocam em prática o que foi prometido	05
5	6	Os políticos só aparecem na época das eleições e prometem mundos e fundos	12
5	6	Os políticos, em troca de votos, prometem empregos e ajuda à comunidade	15
5	6	Os políticos prometem muitas coisas na hora de fazer propaganda	16
5	6	Quando chega a época das eleições, a comunidade fica cheia dos "vai-fazer" e "vai-acontecer"	17
5	6	Na época das eleições, a comunidade fica lotada de políticos fazendo falsas promessas	17
6	1	Os políticos prometem quadra de esportes, material de construção e depois das eleições somem da comunidade	04
6	1	Os políticos prometem obras e somem depois das eleições	04
6	1	Os políticos não cumprem as promessas e somem	22
6	1	Os políticos vêm com alguma promessa e depois somem	22
6	2	Os políticos prometem trabalho e não fazem nada pelos moradores da comunidade	04
6	2	Os políticos prometem diversas obras e não fazem nada	08
6	2	Os políticos fazem falsas promessas e não fazem nada	10
6	2	Os políticos prometem muito, mas as promessas não saem do papel	16
6	2	Os políticos falam que vão fazer reformas na Rocinha, mas elas nunca saem do papel	16
6	2	A comunidade fica cheia de políticos fazendo promessas, mas eles não resolvem nada	17
6	2	Os políticos dizem que vão fazer e acontecer, e não fazem nada	17
6	2	O político prometeu conseguir um atendimento médico e não resolveu nada	19
6	2	Os políticos aparecem dizendo que vão ajudar a comunidade e no fundo não fazem nada	20
6	2	Os políticos prometem e não cumprem	22
6	2	Os políticos fazem promessas e depois não cumprem	22
6	2	Os políticos vêm com alguma promessa e depois nada	22
6	2	Os políticos vêm aqui na comunidade, fazem promessas e nada é realizado	23
6	2	Os políticos prometeram muito e quando fomos procurá-los não era nada daquilo	23
6	2	O político diz que vai arrumar emprego para as pessoas da comunidade e não arruma nada	24
6	3	Os políticos vêm com algumas promessas e as pessoas da comunidade acabam caindo na conversa deles	22
6	3	Os políticos vêm aqui na comunidade, fazem as promessas e as pessoas	23

		acreditam e os apóiam	
6	3	Os políticos prometem, mas as pessoas da comunidade não sabem que com isso ele está assumindo um compromisso	23
6	3	Os políticos aparecem prometendo novas coisas e as pessoas da comunidade acabam caindo na conversa deles	23
6	3	Espero que as pessoas da comunidade tenham consciência e não se vendam por uma cesta básica quando o político aparecer fazendo promessas	23
6	3	Um deputado coloca as pessoas da comunidade para trabalhar para ele prometendo mundos e fundos	24
6	5	Quando chega a época das eleições os políticos fazem promessas	22

ANEXO E

EVOCAÇÕES CLASSIFICADAS PADRONIZADAS

SUJ	Evocação 1	Evocação 2	Evocação 3	Evocação 4	Evocação 5
1	representante	representante	falcatura	ladrão	não representativo
2	desacreditado	desonesto	fracasso	não confiável	invisível
3	mentiroso	corrupto	enganador	0	0
4	corrupto	dinheiro	desonesto	mentiroso	ladrão
5	nomes de políticos	nomes de políticos	nomes de políticos	nomes de políticos	nomes de políticos
6	corrupto	ladrão	falta de respeito	não faz nada	sem caráter
7	incompetente	não cumpre as promessas	desonesto	ruim	
8	ladrão	corrupto	ganha muito	incompetente	0
9	nomes de políticos	poder	ladrão	ruim	nomes de políticos
10	safado	ladrão	desonesto	corrupto	ruim
11	deixa a desejar	deixa a desejar	corrupto	sem caráter	fidelidade partidária
12	cidadania	trabalho	opção	controle	divisão
13	trabalho	educação	melhora	0	0
14	corrupto	0	0	0	0
15	corrupto	não cumpre as promessas	ladrão	safado	0
16	desacreditado	corrupto	ladrão	0	0
17	corrupto	desvio de verba	cambalacho	panelinha	sem ética
18	deixa a desejar	nomes de políticos	partidos	ideologia	ideologia
19	não cumpre as promessas	ladrão	irresponsável	corrupto	sem ética
20	171	enganador	charlatão	safado	sem-vergonha
21	mentiroso	não cumpre as promessas	só quer votos	corrupto	sem-vergonha
22	educação	saúde	alimentação	corrupto	habitação
23	família	trabalho	filhos	alimentação	trabalho
24	mentiroso	safado	corrupto	pilantra	ladrão
25	educação	saúde	ideologia	não cuida do povo	desorganizado
26	corrupto	mentiroso	injusto	irresponsável	ruim
27	verdade	futuro	honestidade	trabalho	ideologia
28	saúde	educação	trabalho	habitação	segurança
29	corrupto	só quer votos	não confiável	não cuida do povo	
30	desonesto	abuso	falta de respeito	ladrão	abuso
31	enganador	desordem	voto	mentiroso	caráter
32	incorreto	não cumpre as promessas	deixa a desejar	envolvente	prometedor

33	Deus para ajudar	segurança	Deus para ajudar	bom	bom
34	corrupto	honestidade	educação	compromisso	promessa
35	não cuida do povo	complicado	safado	faz coisas erradas	ruim
36	não cuida do povo	não confiável	corrupto	só pensa em si	canalha
37	corrupto	bom	incompreensível	ladrão	
38	safado	só pensa em si	ladrão	não cuida do povo	cínico
39	corrupto	incompetente	sem-vergonha	muquirana	safado
40	corrupto	ladrão	mentiroso	não cumpre as promessas	canalha
41	falta de respeito	corrupto	enganador	sem caráter	traição
42	só pensa em si	não cumpre as promessas	desonesto	corrupto	mentiroso
43	não faz nada	enganador	não vale nada	não cumpre as promessas	são todos iguais
44	não cuida do povo	corrupto	não cumpre as promessas	corrupto	corrupto
45	não faz nada	safado	bom	só quer votos	não gosto
46	não cumpre as promessas	não colabora	corrupto	só quer votos	0
47	bom	ruim	cuidar da cidade	0	0
48	ladrão	trambiqueiro	mentiroso	não vale nada	0
49	mudar o país	0	0	0	0
50	não faz nada	ladrão	não gosto	0	0
51	mentiroso	mentiroso	mentiroso	corrupto	0
52	não faz nada	mentiroso	não cumpre as promessas	0	0
53	saúde	educação	segurança	lazer	lazer
54	só pensa em si	precisa limpar sua imagem	deixa a desejar	0	0
55	mentiroso	ladrão	não cumpre as promessas	não gosto	sujo
56	não cumpre as promessas	não cumpre as promessas	são todos iguais	desacreditado	corrupto
57	safado	respeito ao próximo	tem que ajudar os pobres	respeito à comunidade	justiça para todos
58	corrupto	ladrão	panelinha	estelionato	falcatrua
59	inteligente	ladrão	sou contra	covardia	sou a favor
60	não vale nada	não cuida do povo	não faz nada	ladrão	0
61	corrupto	desumano	só pensa em si	só pensa em si	mentiroso
62	corrupto	ladrão	panelinha	ideologia	0
63	corrupto	0	0	0	0
64	representante	respostas e solução	0	0	0
65	corrupto	sem ética	desonesto	sem caráter	0
66	corrupto	desvio de verba	ruim	0	0
67	corrupto	0	0	0	0
68	ladrão	corrupto	ignorante	bobão	chato

69	só voto por obrigação	faz coisas erradas	só pensa em si	ruim	não faz nada
70	educação	político tem que existir	firmeza	político tem que existir	sou a favor
71	corrupto	ladrão	0	0	0
72	tem que ajudar os pobres	tem que ajudar os pobres	0	0	0
73	sem-vergonha	ladrão	safado	corrupto	ruim
74	saúde	segurança	desonesto	0	0
75	não colabora	ruim	ruim	ruim	0
76	só pensa no Pan-americano	melhora	melhora	0	0
77	imoral	corrupto	irresponsável	inescrupuloso	ganancioso
78	desonesto	traição	falta de respeito	falsidade	corrupto
79	alimentação	saúde	educação	saúde	tem que ajudar os pobres
80	corrupto	trapaceiro	não gosto	ruim	não cumpre as promessas
81	corrupto	não faz nada	falta de respeito	falta de respeito	desvio de verba
82	corrupto	incorreto	ganha muito	safado	não faz nada
83	corrupto	falta de respeito	mentiroso	desonesto	0
84	segurança	segurança	segurança	segurança	corrupto
85	segurança	segurança	não cumpre as promessas	corrupto	falsidade
86	não faz nada	desvio de verba	0	0	0
87	educação	tem que ajudar os pobres	tem que ajudar os pobres	deixa a desejar	desilusão
88	omisso	corrupto	ilusionista	enganador	artista
89	safado	não vale nada	ladrão	sujo	perdedor
90	ladrão	corrupto	safado	canalha	sem caráter
91	corrupto	não cumpre as promessas	mentiroso	enganador	0
92	desumano	ambição	desonesto	ladrão	cara-de-pau
93	só pensa em si	só pensa em si	injusto	corrupto	não cumpre as promessas
94	corrupto	safado	0	0	0
95	saúde	saúde	saúde	trabalho	melhora
96	ladrão	corrupto	safado	desumano	só pensa em si
97	saúde	educação	saúde	0	0
98	saúde	educação	trabalho	lazer	0
99	não gosto	são todos iguais	0	0	0
100	representante	a bíblia	dinheiro	0	0

ANEXO F

FREQÜÊNCIAS DE CATEGORIAS DE EVOCAÇÕES
PADRONIZADAS

CÓD	EVOCAÇÃO	FREQÜÊNCIA
001	corrupto	53
002	ladrão	28
003	não cumpre as promessas	18
006	mentiroso	17
008	safado	15
013	ruim/negativo	13
021	saúde	13
004	desonesto	11
022	educação	11
011	não trabalha/não faz nada	10
019	só pensa em si	10
026	segurança	10
027	trabalho/emprego	8
031	políticos (pessoas)	8
010	falta de respeito	7
017	não cuida do povo	7
038	enganador	7
050	deixa a desejar	6
090	tem que ajudar (a comunidade/os pobres/as pessoas)	6
007	sem caráter	5
029	ideologia	5
033	bom/ótimo	5
082	não ligo/não gosto	5
018	representante	4
046	melhora	4
047	desvio de verba	4
061	só quer votos	4
098	não presta/não vale nada	4
009	não confiável	3
012	incompetente	3
014	sem ética	3
015	irresponsável	3
016	sem-vergonha	3
025	alimentação	3
028	lazer/esporte/turismo	3
035	desacreditado	3
049	panelinha	3
076	canalha	3
081	são todos a mesma coisa	3
099	desumano	3
023	habitação	2
034	falcatrua	2
039	dinheiro	2
058	injusto	2
060	honestidade	2
062	abuso	2

066	incorreto	2
070	deus para ajudar	2
075	faz coisas erradas	2
080	traição	2
083	não colabora	2
088	sujos	2
097	sou a favor	2
105	políticos têm que existir	2
107	ganha muito	2
116	falsidade	2
005	não representativo	1
020	a bíblia	1
024	cara-de-pau	1
030	partidos	1
032	futuro	1
036	fracasso	1
037	invisível	1
040	poder	1
041	fidelidade partidária	1
042	cidadania	1
043	opção	1
044	controle	1
045	divisão	1
048	cambalacho	1
051	ambição	1
052	171	1
053	charlatão	1
054	família	1
055	filhos	1
056	pilantra	1
057	desorganizado	1
059	verdade	1
063	desordem	1
064	voto	1
065	caráter	1
067	desilusão	1
068	envolvente	1
069	prometedor	1
071	trapaceiro	1
072	compromisso	1
073	promessa	1
074	complicado	1
077	incompreensível	1
078	cínico	1
079	muquirana	1
084	cuidar da cidade	1
085	trambiqueiro	1
086	mudar o país	1
087	precisa limpar sua imagem	1
089	respeito ao próximo	1
091	respeito à comunidade	1
092	justiça para todos	1
093	estelionato	1
094	inteligente	1
095	sou contra	1
096	covardia	1
100	respostas e solução	1
101	ignorante	1

102	bobão	1
103	chato	1
104	só voto por obrigação	1
106	firmeza	1
108	omisso	1
109	ilusionista	1
110	artista	1
111	só pensam no Pan-americano	1
112	perdedor	1
113	imoral	1
114	inescrupuloso	1
115	ganancioso	1

ANEXO G

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

Questão 1 - Você já participou ou participa de alguma associação política (associação de moradores, associação de bairro, sindicato, partido político)?

Resposta	Freqüência
Não	79
Sim	15
Não responderam	6

Questão 2 – Você acompanha a política na TV, no jornal, no rádio, etc?

Resposta	Freqüência
Sim	66
Não	28
Não responderam	6

Questão 3 – Você lembra em quem votou na última eleição?

Resposta	Freqüência
Sim	71
Não responderam	17
Não	12

Questão 4.1 – Para deputado estadual?

Resposta	Freqüência
Não	51
Sim	39
Não responderam	10

Questão 4.2 – Para deputado federal?

Resposta	Frequência
Não	62
Sim	28
Não responderam	10

Questão 4.3 – Para senador?

Resposta	Frequência
Não	53
Sim	36
Não responderam	11

Questão 4.4 – Para governador?

Resposta	Frequência
Sim	72
Não	18
Não respondeu	10

Questão 4.5 – Para presidente?

Resposta	Frequência
Sim	82
Não	9
Não respondeu	9

5 – Cite o nome de um político em quem você votou na última eleição.

Resposta	Frequência
Não responderam	10
Não votaram	1
Não foi na última eleição	4
Na última eleição	85
Legislativo	8
Executivo	77
Governador	23
Presidente	54

Questão 6.1 – Você conhece pessoalmente algum político?

Resposta	Frequência
Sim	58
Não	42

Questão 6.2 – Quem?

Resposta	Frequência
Conhece e lembra o nome	54
Não conhece	42
Conhece mas não lembra o nome	4

Questão 7.1 – Algum político que você conhece, de nome ou pessoalmente, já fez alguma coisa boa para:

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não responderam	11	
Não	9	
Sim	80	
Sua família	21	10,5
Você	22	11,0
Para a comunidade onde mora	51	25,5
Para sua cidade	43	21,5
Para seu estado	34	17,0
Para seu país	29	14,5

Nesta questão, os participantes podiam marcar mais de uma opção.

Questão 7.2 - Qual é o nome deste político?

Resposta	Frequência
Lembraram o nome	73
Não lembraram o nome	27

Questão 8.1 – Algum político que você conhece, de nome ou pessoalmente, já fez alguma

coisa ruim para:

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não responderam	35	
Não	15	
Sim	50	
Sua família	12	9,7
Você	12	9,7
Para a comunidade onde mora	20	16,3
Para sua cidade	24	19,5
Para seu estado	20	16,3
Para seu país	35	28,5

Nesta questão, os participantes podiam marcar mais de uma opção.

Questão 8.2 - Qual é o nome deste político?

Resposta	Frequência
Não responderam	51
Lembraram o nome	38
Todos	4
Não lembraram o nome	3
Tantos	2
A maioria	2

Questão 9.1 – Você já falou com ou foi recebido por algum político?

Resposta	Frequência
Não	72
Sim	27
Não responderam	1

Questão 9.2 – Qual foi o motivo?

Resposta	Frequência
Não responderam	73
Motivo	27
Campanha	9

Assistência à comunidade	6
Motivos particulares	5
Emprego	5
Por acaso	2

Questão 10 - Se fosse necessário, você acha que conseguiria ser recebido por um político e falar com ele?

Resposta	Frequência
Não	59
Sim	33
Não sabem	5
Sim, na época das eleições	2
Não responderam	1

Questão 11 – Na prática de suas atividades, de quais interesses um político cuida?

Resposta	Frequência
Pessoais	95
Da família e dos amigos	86
Dos grupos políticos em que participa	79
Do partido político	78
Das pessoas de seu estado	23
Das pessoas de seu país	23
Das pessoas que o elegeram	21
Das pessoas de sua cidade	21
Dos mais necessitados	13

Questão 12 – O que você acha que um deputado estadual deve fazer no exercício de seu mandato?

Resposta	Frequência
Ações gerais atribuídas aos políticos	77
Ações ligadas às atribuições institucionais de deputado estadual	13
Não sabem	8
Não responderam	2

Questão 13 – O que você acha que um deputado federal deve fazer no exercício de seu mandato?

Resposta	Frequência
Ações gerais atribuídas aos políticos	45
Não sabem	26
Ações ligadas às atribuições institucionais de deputado federal	15
Não responderam	14

Questão 14 – O que você acha que um senador deve fazer no exercício de seu mandato?

Resposta	Frequência
Ações gerais atribuídas aos políticos	62
Não sabem	31
Ações ligadas às atribuições institucionais de senador	7

Questão 15 – O que você acha que um governador deve fazer no exercício de seu mandato?

Resposta	Frequência
Ações gerais atribuídas aos políticos	86
Não sabem	7
Ações ligadas às atribuições institucionais de governador	6
Não responderam	1

Questão 16 – O que você acha que o presidente deve fazer no exercício de seu mandato?

Resposta	Frequência
Ações gerais atribuídas aos políticos	92
Não sabem	5
Ações ligadas às atribuições institucionais de presidente	3

Questão 17.1.1 – Em relação à sua comunidade, há políticos que ajudaram no seu desenvolvimento (social, cultural, etc)?

Resposta	Frequência
-----------------	-------------------

Sim	51
Não	49

Questão 17.1.2 – Em que?

Resposta	Frequência
Não responderam	48
Obras de urbanização e saneamento	26
Programa Favela bairro	16
Outros	10

Questão 17.2.1 – Em relação à sua comunidade, há políticos que só aparecem no período pré-eleitoral?

Resposta	Frequência
Sim	95
Não	5

Questão 17.2.2 – Quem?

Resposta	Frequência
Nomes de políticos	42
Não lembram	14
Não responderam	8
Não sabem o nome	8
Não sabem	4
Não lembram o nome	4
Todos	4
Vários	3
Muitos	1

Questão 17.3.1 – Em relação à sua comunidade, há políticos que estão presentes constantemente e acompanham o desenvolvimento da comunidade?

Resposta	Frequência
Não	95
Sim	5

Questão 17.3.2 – Quem?

Resposta	Frequência
Não responderam	96
Nomes de políticos	4

Questão 18 – Cite três características negativas da prática dos políticos.

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não cumprem as promessas	36	15,7
Corrupção	20	8,7
Problemas com saúde, educação, segurança, emprego, salário, moradia, alimentação, esportes, lazer	20	8,7
Só têm interesse nos votos	18	7,8
Mentirosos	15	6,5
Não ajudam os necessitados	14	6,1
Não resolvem os problemas	14	6,1
Roubo	13	5,7
Só pensam em seu próprio benefício	13	5,7
Enganadores	12	5,2
Não ajudam as comunidades	11	4,7
Características negativas gerais	10	4,3
Tratam as comunidades com violência	08	3,5
Somem depois das eleições	06	2,6
Má conduta política	05	2,2
Não classificados	05	2,2
Não respeitam a lei	04	1,7
Não cuidam daqueles que o elegeram	03	1,3
Não sabem	03	1,3

Questão 19.1 – Se você fosse um político, como se comportaria?

Resposta	Frequência
Ajudaria a comunidade e os que precisam	23
De forma honesta	14
Cumpriria as promessas	10
Comportaria-me bem	10
Seria do jeito que eu sou	9
O político é corrupto porque as instituições são corruptas	8

Seria melhor do que eles	6
Tentaria resolver os problemas	6
Saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, segurança, lazer	3
Não responderam	3
Eu não seria um político	2
Da mesma forma que eles	2
Não sabe	2
Sem classificação	2
Atender aos próprios eleitores	1

Questão 19.2 – Se você fosse um político, que tipos de ação promoveria?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Ajudar as comunidades e os mais necessitados	31	20,1
Saúde	27	18,1
Educação	22	14,8
Segurança	15	10,1
Emprego	15	10,1
Esportes e lazer	10	6,7
Urbanização	7	4,7
Moradia	5	3,4
Alimentação	4	2,8
Não sabem	4	2,8
Sem classificação	4	2,8
Cumprir as promessas	2	1,4
Cidadania	2	1,4
Ajudaria a quem me elegeu	1	0,8

Questão 19.3 – Se você fosse um político, qual cargo político gostaria de ocupar?

Resposta	Frequência
Presidente	26
Governador	20
Vereador	16
Prefeito	12
Deputado federal	7
Deputado estadual	6
Nenhum	4
Senador	3
Qualquer um	3

Questão 20 – Como é o comportamento dos vereadores na atualidade?

Resposta	Frequência
Não sabem	33
Ruim	19
Bom	9
Não classificados	6
Só visam seu próprio interesse	5
Só se preocupam em se eleger	6
Não fazem nada	6
Está tudo errado	4
Mais ou menos	4
Tentam fazer alguma coisa mas não conseguem	3
Conflitos políticos	3
Roubam	2
Enganadores	1

Questão 21 – Que tipos de ações os vereadores promovem?

Resposta	Frequência
Não sabem	38
Nenhuma	30
Resolvem os problemas	6
Roubam	4
Ação legislativa	4
Educação	3
Não resolvem os problemas	3
Obras	2
Ações sociais	2
Não conseguem ajudar as comunidades	2
Saúde	1
Segurança	1
Só visam seu próprio benefício	1
Só querem o voto	1
Enganam	1
Sem classificação	1

Questão 22 – Como é o comportamento do prefeito na atualidade?

Resposta	Frequência	Porcentagem
-----------------	-------------------	--------------------

Ruim	33	30,3
Bom	27	24,8
Não sabem	12	11,1
Mais ou menos	7	6,4
É sensacionalista	4	3,7
É autoritário	3	2,8
Não resolve os problemas	3	2,8
Só se preocupa com o turismo	3	2,8
Só visa seu próprio benefício	2	1,8
Não cumpre as promessas	2	1,8
Educação	2	1,8
Só vive viajando	2	1,8
Atribuições legislativas	2	1,8
Só visa à parte financeira	1	0,9
É mau administrador	1	0,9
Segurança	1	0,9
Emprego	1	0,9
Comunidades	1	0,9
Ausente	1	0,9
Está preocupado com a reeleição	1	0,9

Questão 23 – Que tipos de ações o prefeito promove?

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não faz nada	26	22,0
Não sabem	18	15,3
Pan-Americano	18	15,3
Educação	8	6,8
Urbanização	7	5,9
Projetos em comunidades carentes	6	5,8
Saúde	4	3,3
Boas coisas	4	3,3
Coisas ruins	4	3,3
Governa para os ricos	4	3,3
Ajuda aos necessitados	3	2,5
Emprego	2	1,7
Segurança	2	1,7
Só faz promessas	2	1,7
Só visa seu próprio benefício	2	1,7
Muitas coisas	1	0,8
Sensacionalista	1	0,8
Cidadania	1	0,8
Saneamento	1	0,8

Atividades como prefeito	1	0,8
Turismo	1	0,8
Promove a desigualdade	1	0,8
Só faz em véspera de eleição	1	0,8

ANEXO H

ENSAIO SOBRE POSSÍVEL MODELO DE ANÁLISE PARA IDENTIFICAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS UTILIZANDO A LÓGICA NATURAL

O estudo das representações sociais a partir da investigação de suas manifestações no discurso é coerente com o fato de que a comunicação, através da linguagem, é ao mesmo tempo origem e principal forma de expressão das representações sociais. Além disso, é necessário colocar aqui um grau adicional de complexidade, uma vez que os discursos são, de forma geral, argumentativos: há sempre um objetivo, uma defesa ou afirmação de uma idéia, uma tentativa de convencimento do interlocutor por parte do locutor. O discurso, de forma semelhante às representações sociais, tem sempre uma meta prévia inconscientemente delineada. Como observa Vidrio (VIDRIO, 2007, p. 01), no estudo das representações sociais sob uma perspectiva discursiva tem sido utilizada a proposta metodológica de Grize (apud VIDRIO, 2007), que relaciona lógica natural, argumentação e representações sociais.

A face simbólica do vínculo social está na comunicação, é através dela que os indivíduos se integram e recriam o mundo, gerando realidades simbólicas comuns. A linguagem, instrumento de efetivação da comunicação, é portanto um importante objeto de estudo na investigação dos processos sociais. Ela, a linguagem, nasce no dia a dia, compartilhada entre sujeitos que, através dela, descrevem e constroem eles mesmos e suas realidades.

A função mediadora da linguagem pressupõe uma ampliação metodológica que permite ler, no nível discursivo, a contextualidade social que constitui o marco de condições de toda produção simbólica (VIDRIO, 2007, p. 03).

Em relação à conexão entre linguagem e representações sociais:

As representações sociais que circulam nos discursos são veiculadas pelas palavras, mensagens e imagens dos meios de comunicação e são cristalizadas nas condutas dos indivíduos e das comunidades (VIDRIO, 2007, p. 02).

De acordo com Abric (apud VIDRIO, 2007), um dos componentes fundamentais das representações sociais é o significado, que é dependente tanto do contexto discursivo como

do contexto social, o lugar ou posição social e ideológico do sujeito ou do grupo de sujeitos dentro da sociedade a que pertencem. Assim, as representações sociais não são apenas reflexos ou imagens estáticas da realidade, mas uma forma de organizar e dar significado a esta realidade. Essa atribuição de significado é função de diversos fatores: natureza e restrições da situação, contexto imediato, finalidade da situação, contexto social e ideológico, posição social do sujeito, história do sujeito e vetores de tensão/transformação social do sistema.

No entanto, as representações sociais não são detectáveis diretamente no discurso concreto dos indivíduos. Elas emergem no comportamento verbal como estruturas prévias do pensamento. Quando alguém se expressa sobre um tema, defende sua opinião, explica um fenômeno ou deseja convencer outra pessoa; seu discurso será função das representações prévias ao comportamento verbal. Assim, de acordo com Grize (apud VIDRIO, 2007), para estudar representações mentais a partir da produção discursiva é necessária a investigação da organização argumentativa e semântica do discurso:

(20) $MM = f(d)$ (vide Anexo B com a descrição das variáveis)

O modelo mental (MM), investigado e descrito dentro dessa concepção metodológica, é função do discurso. Por isso, a análise de discurso deve ter como objetivo a investigação das formas de raciocínio que o pensamento utiliza na construção do discurso.

A lógica natural considera que o discurso:

- (A) é uma atividade de um sujeito sobre um objeto,
- (B) se realiza em uma linguagem natural,
- (C) tem o objetivo de exercer influência sobre o interlocutor,
- (D) se desenvolve dentro de uma situação específica,

A análise de discurso sob a lógica natural é conceitualmente consistente com a teoria das representações sociais: assim como uma representação social não é uma mera descrição ou imagem estática de uma realidade ou fenômeno, o discurso, visto sob a lógica natural, não é uma mera transmissão de informação. Em ambas, sujeito e objeto estão necessariamente vinculados em uma mesma realidade.

Para a lógica natural, a análise de discurso requer a determinação dos objetos de discurso, um de seus conceitos fundamentais.

Todo discurso pode ser considerado como um processo de elaboração de um universo composto por certas entidades denominadas objetos de discurso. Estes objetos estão intrinsecamente relacionados a uma dimensão semiológica, pois são o resultado de um conjunto de signos lingüísticos e remetem a diversos domínios referenciais, e uma dimensão cognitiva, já que são como micro-representações e, como tal, podem ser consideradas fragmentos de conhecimento. Portanto, um objeto de discurso está sempre associado a um conjunto de aspectos e sempre é projetado sob uma perspectiva específica (VIDRIO, 2007, p. 05).

O conceito de objeto de discurso está intimamente ligado ao de pré-constructo cultural, que é o que atribui um significado (socialmente dependente) à linguagem. Os objetos de discurso povoam as representações e são guiados por significações originárias dos pré-constructos culturais. Estes conceitos se agrupam na noção central de esquematização, um ato simbólico que, representando o universo mental do sujeito, se revela através do discurso.

O modelo de análise desenvolvido por Vidrio, fundamentado nas operações da lógica natural, tem como objetivo a investigação das representações sociais. Nele, a autora privilegia a construção dos objetos de discurso (as classes-objeto) e as operações de predicção. Os objetos de discurso ao serem constituídos têm seus significados determinados por seus predicados, isto é, pelas qualidades ou características que a eles são atribuídas. Essa definição dos objetos de discurso a partir de seus predicados não só atribui propriedades a estes objetos como relacionam uns com os outros. Assim, além de determinar os objetos de discurso, é necessário compreender como os sujeitos constroem os predicados que qualificam estes objetos.

Além do conteúdo em si dos objetos de discurso é necessário considerar os elementos que direcionam o comportamento do sujeito em sua elaboração: a situação de interlocução, as estratégias discursivas, a relação de influência entre locutor e interlocutor na elaboração das mensagens, etc. O conceito de conduta discursiva, definido por Vidrio, reúne estes elementos (consulte o Anexo B com a descrição das variáveis):

$$(21) \text{ConDisc} = f(\text{ComDisc}, \text{CT})$$

Por sua vez:

$$(22) \text{ComDisc} = f(\text{MD}, \text{IL})$$

Os modos discursivos são a maneira como o sujeito desenvolve os objetos ou temas do discurso e a implicação do locutor denota a forma com que ele se compromete com os enunciados. Podemos afirmar que os modos discursivos revelam a atitude cognitiva que se manifesta na emissão dos conteúdos. Gutierrez (apud VIDRIO, 2007) identifica 5 modos:

- 1) Constatador - o sujeito se apresenta como testemunha, descrevendo ou constatando os acontecimentos
- 2) Projetivo - o sujeito antecipa o futuro, prediz e faz projeções
- 3) Axiológico - o sujeito estabelece um julgamento sobre os fatos
- 4) Prescritivo - o sujeito dá a sua opinião sobre algo que será feito ou não
- 5) Metadiscursivo - o sujeito coloca em questão a própria situação de interlocução ou o conteúdo de seu próprio discurso

A noção de implicação do locutor define o grau de envolvimento dele mesmo com aquilo que está falando. Basicamente, Vidrio (2007) identifica dois tipos:

- 1) o locutor se envolve de forma pessoal e está presente (utilização de pronome

pessoal ou de conjugação verbal correspondente)

2) o locutor toma diferentes atitudes frente ao enunciado (certeza, dúvida, etc)

Vidrio (2007) constrói um esquema que incorpora todas as noções descritas:

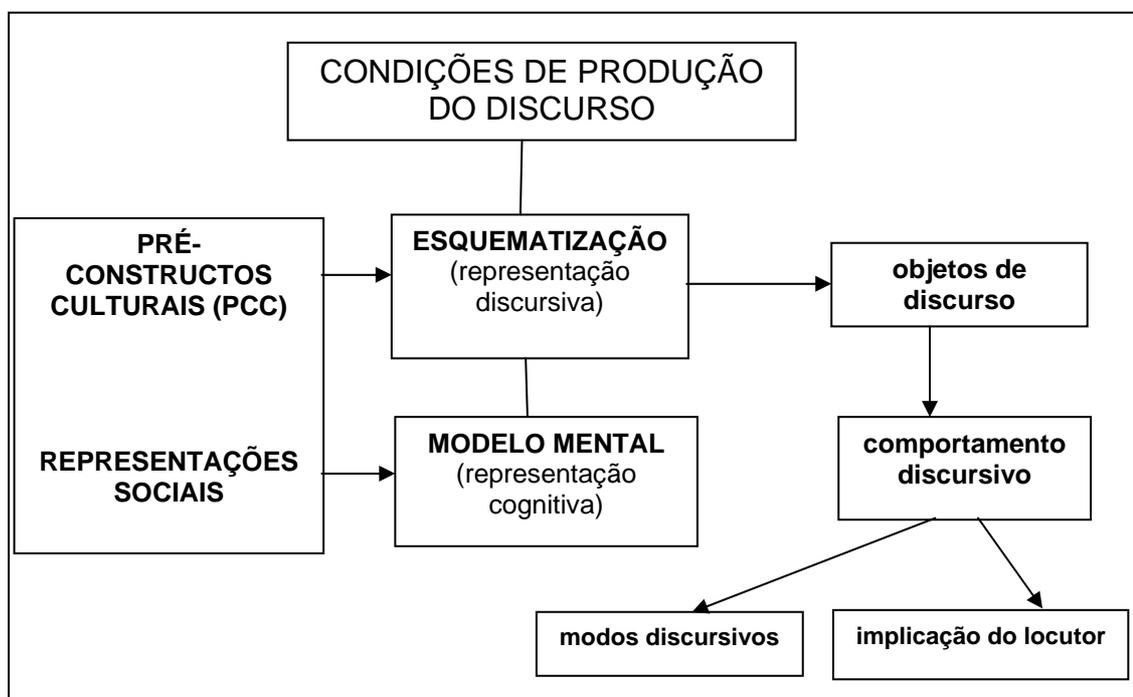


Figura 6 Modelo para análise de discurso através da esquematização

De acordo com essa autora, sua proposta metodológica permite detectar a partir do conceito chave de esquematização:

- 1 - os objetos de discurso
- 2 - os modos discursivos
- 3 - a implicação do locutor
- 4 - os valores que sustentam sua argumentação
- 5 - a construção da argumentação

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)